



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

NORTE RESISTÊNCIA:
EXPERIÊNCIAS ESTUDANTIS, CULTURA POLÍTICA
E A DITADURA MILITAR NO AMAZONAS
(1964 – 1985)

LEONARDO BENTES RODRIGUES

MANAUS – AM
2022

LEONARDO BENTES RODRIGUES

NORTE RESISTÊNCIA:
EXPERIÊNCIAS ESTUDANTIS, CULTURA POLÍTICA
E A DITADURA MILITAR NO AMAZONAS
(1964 – 1985)

Dissertação apresentada como exigência para obtenção do título de Mestre em História produzida na linha de pesquisa “Migrações, Trabalho e Movimentos Sociais na Amazônia” do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGH – UFAM) sob orientação da Profa. Dra. Maria Luiza Ugarte Pinheiro.

MANAUS – AM
2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pela
(a) autor (a).

R696n Rodrigues, Leonardo Bentes
Norte resistência : experiências estudantis, cultura política e a ditadura militar no Amazonas (1964 – 1985) / Leonardo Bentes Rodrigues . 2022
220 f.: il.; 31 cm.

Orientadora: Maria Luiza Ugarte Pinheiro
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Estudantes. 2. Resistências. 3. Ditadura militar. 4. Amazônia. I. Pinheiro, Maria Luiza Ugarte. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Luiza Ugarte Pinheiro (PPGH – UFAM)
Presidenta da Banca

Profa. Dra. Edilza Joana Oliveira Fontes (PPGH – UFPA)
Membra Externa

Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós (PPGH – UFAM)
Membro Interno

Manaus, 25 de agosto de 2022.

MANAUS – AM
2022

Aos meus professores, Maria Luiza e Luís Balkar.
À Francisco Soares e Elidia Soares,
gratidão e admiração.

AGRADECIMENTOS

Agradecer não é tarefa fácil, trata-se de um exercício incômodo de gratidão para não expressar sentimentos fúteis de obrigação exigidos pela memória. Essa foi a última sessão que escrevi da dissertação. Cheguei a pensar em não escrever, pois, desde minha entrada no mestrado ao findar da escrita da dissertação, fui acometido por desconcertantes frustrações com as instituições, com familiares, colegas e amigos. Escrevo durante uma pandemia ainda não erradicada e às vésperas das eleições presidenciais. Escrevo querendo acreditar na esperança de novos tempos depois da estranha derrota de 2018. Todos os historiadores choraram naquele outubro, pelo menos os sérios e empenhados no rigor de seu ofício. Ninguém conseguiu dormir plenamente com medo de que nossos sonhos fossem interrompidos. Não havia como deixar de cantar junto de Elis Regina e Milton Nascimento nos dias que seguiram, entoando que “*outros outubros virão, outras manhãs plenas de sol e de luz*”. Finalmente, parece que estamos próximos de um novo outubro. Não será tarefa fácil reerguer esse país!

De todo modo, resolvi escrever esta sessão como forma de ressaltar que agradecer também é ato de afeto em contraposição ao ódio que assolou nossa nação, invadindo irracionalmente os corações e mentes de conhecidos e familiares.

Agradeço ao coração generoso e rigoroso de minha orientadora, professora Maria Luiza Ugarte Pinheiro. Como historiadora atenta às mudanças de seu tempo, compreendeu as nuances entre os prazos e o estado mental de seus orientandos durante estes tempos pandêmicos. Demonstrou neste longo percurso, desde os tempos de iniciação científica na graduação, o caminho do afeto e do rigor científico. Sem sua presença não poderia chegar neste ponto crucial.

Quero deixar expressa minha gratidão pela existência sempre generosa do professor Luís Balkar, presença que traz sempre memórias afetuosas de suas aulas inspiradoras. Recolho em minha trajetória o modelo de professor/historiador inspirado em sua pessoa, seja em sala, nas festas improvisadas no Laboratório de História da Imprensa no Amazonas (LHIA) ou nos corredores da UFAM. Quando renegava estar pronto para escrever a dissertação, retrucava aconselhando e incentivando, quase sempre presenteando com um livro. Tanto a professora Luiza, quanto o professor Balkar são presenças que comprovam que o mundo de nosso ofício pode ser feliz sem perder o rigor.

Igualmente, agradeço aos professores do Departamento de História (UFAM) na pessoa de Davi Avelino Leal, grande amigo e mestre. Estendo minha gratidão aos demais

professores: Glauber Biazo, César Queirós, Nelson Tomellin, Patrícia Silva, Patrícia Melo e Síval Gonçalves. Grato pelas críticas e incentivos da professora Edilza Joana Fontes, especialmente por ter aceito participar da banca de qualificação e defesa. Por fim, agradeço aos conselhos teóricos do professor Alfredo Wagner Berno de Almeida.

No âmbito da vivência universitária, gostaria de expressar a presença amistosa de Roberta Ketlen e Michele Pires, caminhamos juntos desde a graduação ao mestrado. Da amizade construída na pós-graduação da gentil Isabel Saboia. Dos conselhos empoderados da Rafaela Basto, sempre presente com seu sutil afeto. A incompreendida e imponente historiadora Geisi Matos, sempre prestou colo e carinho em momentos de tensão e solidão. Querida parceira de minha aventura documental, Karyna Aguiar, sua presença atesta que os arquivos representaram a extensão de minha casa e por muito tempo passou a ser o motivo de minha existência enquanto historiador. Agradeço aos amigos de profissão, de luta, de bar e de utopias, Sarah Santos e Vinícius Amaral, pelo companheirismo e amizade. Também tenho gratidão pela amizade do homem mais inteligente que conheci neste mundo, José Bosco. De longe ou de perto, a presença de Ananda Vieira, minha grande amiga desde os tempos de Colégio Dom Bosco. Além da presença honesta e estimulante dos amigos da confraria: Daniel Pereira, Lucas Campos, Lorena Monte e Paula Sassaki. Finalmente, nos últimos anos de escrita, a presença de Olga Almeida e em especial de Talita Magalhães, também foram fundamentais para preencher essa dissertação de colegialidade.

Neste sentido, quero deixar manifesto o agradecimento à bolsa concedida pela CAPES. Sem este investimento tal pesquisa não teria ampliado seu escopo teórico e empírico, resultado de viagens para congressos e seminários, compra de livros e pela viagem de pesquisa para Belém (PA) a fim de acessar os arquivos da cidade. Agradeço a gentileza do prof. Agenor Sarraf Pacheco pelo acolhimento na Universidade Federal do Pará. Também agradeço aos Salesianos de Dom Bosco que me disponibilizaram estadia de dois meses em Ananindeua, gentilmente concedida pelo meu amigo Daniel Cunha. Sou muito grato ao amigo e parceiro Joaquim Melo, proprietário da Banca do Largo e incentivador ímpar desta pesquisa, pelas indicações de obras. Em tempos de profunda falta de investimento na ciência, a luta pela educação pública e de qualidade é a nossa meta constante.

Quando o suor foi subtraído pelas lágrimas, a amizade foi imprescindível para que esse trabalho fosse finalizado. Tamilly Frota é a personificação deste sentimento. Nutro profunda admiração profissional e particular por sua pessoa. Se hoje tenho como objeto

de estudo os estudantes, foi devido a sua trajetória na militância estudantil dentro de nossa universidade. O *Combates pela história* mudaram para sempre minha vida, Movimento também liderado por Ramily Frota e Karollen Silva dentro do Centro Acadêmico do curso de História, ampliou a vivência universitária daquele estudante formado num colégio de padres, ensinando que o mundo era muito mais contraditório e plural do que imaginava. Conheci as irmãs Frota numa manhã de terça-feira, quando monitor da disciplina de Metodologia da História e a pedido do prof. Balkar. Impossibilitado de iniciar a disciplina, pude estar naquele dia frente as lideranças daquele movimento no primeiro dia de aula. Nutria a expectativa de não só fazer parte do movimento, como também ser amigo delas. Hoje, graças ao *Combates pela história*, somos grandes amigos compartilhando alegrias, frustrações, derrotas e vitórias. Tamily caminhou comigo na seleção do mestrado e nas disciplinas. Sua irmã, Ramily Frota, a querida Zana, merece moção de reconhecimento de minha gratidão. Incentivadora de minha pesquisa, foi a primeira a lançar o convite para apresentar os resultados preliminares ainda nos tempos de graduação durante o Congresso de Estudantes de História (COEHI) em 2016.

Mas, nem sempre as amizades ocorrem de encarnações da militância. Surgem sem nenhuma explicação. Exemplo disto é a companhia irrestrita de Priscila Diógenes, nem sempre afetuosa e gentil, mas presente com seu honesto carinho. Dedico parte de minha ilustração sobre o mundo real a sua presença em minha vida. Não posso deixar de finalizar sem deixar o meu profundo agradecimento a Isabel Saraiva Silva. Sua acolhida foi e é fundamental para seguir continuando mesmo achando que não deveria.

No âmbito familiar tenho restritos agradecimentos a deixar registrado, todos ligados a vínculos de afetos. Ao meu tio, Francisco Soares, que mesmo pela distância sempre esteve presente com a sua contraditória, mas justa ética sertaneja. Ao meu padrinho, Rui Silva, pela camaradagem e estranha relação de afeto, pelas trocas de conhecimento sobre a sua querida Amazônia. Ambos são rostos de um Brasil que gostaria que fosse estendido para todos no agora, como expansão da vontade de que pudessem ser felizes e dignos de uma trajetória valorizada num estado de bem-estar social.

Termino rememorando os meus queridos alunos do curso de História da Universidade Nilton Lins, presença singela e singular em minha trajetória de professor/historiador. Agradeço a ida a sala de aula em momentos difíceis de minha vida e nela reencontrar o sentido de continuar caminhando, vocês também foram fundamentais neste processo, pois, sempre expressei diante das incertezas deste tempo presente, que não me resigno em deixar que este mundo continue igual como se eu não tivesse vivido.

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo compreender, partindo das experiências históricas dos estudantes, o processo de resistência contra o autoritarismo da ditadura militar no Amazonas, buscando analisar as relações entre os civis e militares a partir da influência da cultura política brasileira. Com o propósito de refutar o discurso da memória hegemônica presente na região amazônica, que concebe este contexto como período de brandura ou sem conflitos entre a sociedade e os militares, além de reforçar a situação colonial da região, localizaremos as estratégias autoritárias desenvolvidas pelos militares e civis. Além disso, mapearemos as diversas táticas de resistência dos estudantes no Amazonas. Dessa forma, contrário ao discurso de marginalidade, propomos que durante a vigência da ditadura, os estudantes mantiveram relações com as diversas regiões do Brasil, mesmo constantemente monitorados e perseguidos em razão de sua comunidade de informações.

Palavras-chaves: Estudantes; Resistências; Ditadura militar; Amazônia.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand, from the historical experiences of students, the process of resistance against the authoritarianism of the military dictatorship in Amazonas, seeking to analyze the relations between civilians and military from the influence of Brazilian political culture. With the purpose of refuting the discourse of hegemonic memory present in the Amazon region, which conceives this context as a period of mildness or without conflicts between society and the military, besides reinforcing the colonial situation of the region, we will locate the authoritarian strategies developed by the military and civilians. In addition, we will map the various resistance tactics of the students in Amazonas. Thus, contrary to the discourse of marginality, we propose that during the dictatorship, students maintained relations with the various regions of Brazil, even though they were constantly monitored and persecuted due to their community of information.

Keywords: Students; Resistance; Military Dictatorship; Amazon.

LISTA DE ABREVIATURAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional
ACA – Associação Comercial do Amazonas
AC – Agência Central
AMA – Agência Manaus
AESI – Assessoria Especial de Segurança e Informações
ADUA – Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas
AI-1 – Ato Institucional nº 1
AI-5 – Ato Institucional nº 5
ASSUA – Associação dos Servidores da Universidade do Amazonas
CA – Centro Acadêmico
CAFCA – Centro Acadêmico de Filosófico e Cultural do Amazonas
CUCOS – Centro Cultural de Comunicação Social
CECUM – Centro Cultural de Medicina
CUCA – Centro Universitário e Cultural de Agronomia
CEI – Comissão de Investigação Estadual
CIE – Centro de Informação do Exército
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CMA – Comando Militar da Amazônia
COPAM – Companhia de Petróleo do Amazonas
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social
DU – Diretório Universitário
ESG – Escola Superior de Guerra
EUA – Estados Unidos da América
GEF – Grupo de Elementos de Fronteira
MDB – Movimento Democrático do Brasileiro
PCB – Partido Comunista do Brasil
PSD – Partido Social Democrático
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SISNI – Sistema Nacional de Informações e Contrainformações
SNI – Serviço Nacional de Informações
SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
UA – Universidade do Amazonas
UEA – União dos Estudantes do Amazonas
UESA – União dos Estudantes Secundaristas do Amazonas
UDN – União Democrática Nacional
UNE – União Nacional dos Estudantes
UAP – União Acadêmica Paraense
USAID – United States Agency for International Development
ZFM – Zona Franca de Manaus

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1. 1964	31
Imagem 2. Mercado Cunha Melo (1975)	101
Imagem 3; 4. Terroristas Procurados	103
Imagem 5. Sacrilégio da ditadura	139

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I: DITADURA MILITAR, AUTORITARISMOS E CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA NO AMAZONAS (1964 – 1968)	31
1.1. DO GOLPE CIVIL MILITAR À DITADURA: PREPARATIVOS, EXPURGOS E EFETIVAÇÃO DO REGIME NO AMAZONAS.	31
1.2. ENTRE A CAPITAL E AS FRONTEIRAS: APOIOS, ACOMODAÇÕES E RESISTÊNCIA ESTUDANTIL	69
CAPÍTULO II: O AMAZONAS EM “TEMPOS DE MILAGRE”: A CONSOLIDAÇÃO DO ATO INSTITUCIONAL Nº 5 E AS TÁTICAS ESTUDANTIS CONTRA A DITADURA (1969 – 1978)	101
2.1. VIGILÂNCIA, CONTROLE E PERSEGUIÇÃO.	110
2.2. CLANDESTINIDADE E MOVIMENTO DE ESTUDANTES	117
2.3. REENCONTRANDO O HORIZONTE DE EXPECTATIVA.	130
CAPÍTULO III: O TEMPO DE AÇÃO DOS ESTUDANTES E O PROCESSO DE ABERTURA (1978 – 1985)	139
3.1. A CIDADE RESISTE À ABERTURA	152
3.2. A UTOPIA DE LUTAR PELA REDEMOCRATIZAÇÃO	189
CONSIDERAÇÕES FINAIS	198
BIBLIOGRAFIA	203
FONTES	213

INTRODUÇÃO

Não escrevemos histórias marginais, tão menos estamos “à margem da história” como sentenciou Euclides da Cunha¹. Por aqui passaram sujeitos protagonistas de sua história, produto dinâmico de suas próprias ações. O incômodo com a permanência idílica de nossa história dominante, somado aos discursos de “passividade” e “isolamento geográfico” de seus habitantes, permaneceram como justificativa para revisitar ou mesmo visitar os vinte e um anos de Ditadura militar no Amazonas.

No que tange as produções historiográficas sobre a temática da ditadura militar em nível nacional, podemos destacar os trabalhos do historiador Rodrigo Patto Sá Motta, que vem desenvolvendo importante pesquisa sobre a influência da cultura política brasileira nas políticas ambíguas e conciliatórias da ditadura militar, buscando superar a perspectiva díade de resistência *versus* colaboração, propondo que se olhe para a resistência, as adesões e acomodações. Cabe também ressaltar os estudos das relações entre Brasil e EUA na execução do golpe e funcionamento da comunidade de informações empreendidas por Carlos Fico. No campo da temática da historiografia do movimento estudantil e dos estudantes, ressaltamos as pesquisas das historiadoras Angélica Müller sobre a resistência do movimento estudantil à ditadura brasileira e Katya Braghini sobre relações entre a juventude e o pensamento conservador no Brasil².

Com a abertura dos arquivos de “documentos sensíveis” da ditadura, a pesquisa histórica avançou em outras profundas searas, com destaque às pesquisas de Paulo César Gomes envolvendo a monitoração da comunidade de informações aos seus opositores, em especial os bispos da Igreja Católica e os exilados na França. Some-se a isto, o acesso a tais documentações que proporcionaram à historiadora Sabrina Steinke o aprofundamento da investigação das atividades repressivas da Operação Condor na região de fronteira entre o Brasil e a Argentina³.

¹ CUNHA, Euclides. *À Margem da História*. Porto: Editora Lello, 1967.

² Cf. FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos Ditadura Militar, espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001; *O grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo do Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

³ Cf. GOMES, Paulo C. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971 – 1980): a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014; *Liberdade vigiada: as relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: do golpe à anistia*. Rio de Janeiro: Record, 2019; STEINKE, Sabrina. *Operação Condor, operações com dor: conexões repressivas em regiões de fronteira*. Jundiá: Editora Paco, 2022.

Concomitantemente, a historiografia da história da ditadura tem avançado exponencialmente nas universidades da Amazônia. Destacamos aqui as pesquisas desenvolvidas por Edilza Fontes sobre o monitoramento do Serviço Nacional de Informações (SNI) aos considerados “subversivos” pelo regime no Pará, contribuindo para a discussão acerca dos traumas, silêncios e violações dos direitos humanos na região amazônica. Além disso, citamos a importância das pesquisas do historiador Jaci Vieira sobre a ação da Igreja Católica e o movimento indígena no contexto de execução dos projetos desenvolvimentistas da ditadura em Roraima⁴.

Por fim, nossa historiografia local tem desenvolvido com mais ímpeto temas acerca deste recorte com o passar dos anos. No âmbito das dissertações do Programa de Pós-Graduação em História da UFAM, grande parte utilizou a grande imprensa como fonte e, por vezes, objeto, como as pesquisas empreendidas pelos historiadores Cleber Lima, Thiago Queiroz e Camila Miranda. Buscando compreender o impacto dos projetos estabelecidos pela ditadura militar, Miranda utilizou dos discursos acadêmicos, jornalísticos e governamentais para investigar como o modelo econômico desenvolvimentista também contribuiu para o aparato repressor do regime. Por outro lado, o historiador Vinicius Amaral utilizou da história oral para identificar através dos movimentos culturais os horizontes da resistência em Manaus após o golpe de 1964. Problematisando os documentos de denúncias de irregularidades do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) conhecido como Relatório Figueiredo, Talita Magalhães analisou as contradições dos discursos das denúncias sofridas pelos indígenas durante o decurso da ditadura. Cabe destacar também os trabalhos do historiador César Queirós, seguindo na direção de desvelar a invisibilidade sobre a repressão e as formas de resistência, traduzidas em estudos sobre o trabalhismo e o sindicalismo durante os anos iniciais da ditadura no Amazonas⁵.

⁴ Cf. FONTES, Edilza J. O. *O dever de memória e a documentação sobre a ditadura civil-militar na Universidade Federal do Pará*. Acervo, v. 27, 2014; VIEIRA, Jaci G. *Ditadura Militar, povos indígenas e a Igreja Católica na Amazônia: a Congregação da Consolata e o novo projeto de missão entre os índios de Roraima (1969 a 1999)*. Manaus: Editora Valer, 2019.

⁵ Cf. BEZERRA, Cleber Lima. *A Imprensa amazonense: dos preparativos do golpe à instituição do AI – 5 (1961 – 1968)*. Dissertação de Mestrado em História PPGH/UFAM, Manaus, 2010. QUEIROZ, Thiago Rocha. *O Humoral: humor e abertura social nas charges de Miranda (1972 – 1974)*. Manaus. Dissertação de Mestrado em História PPGH/UFAM, Manaus, 2013. MIRANDA, Camila. *Ditadura Militar e Amazônia: Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970*. Dissertação de Mestrado em História PPGH/UFAM, 2018. AMARAL, Vinicius. *“Ou a revolta ou a obediência estúpida”*: Aldísio Filgueiras frente à ditadura civil-militar (1964-1968). Dissertação de Mestrado em História PPGH/UFAM, Manaus, 2015. MAGALHÃES, Talita Gama. *O Relatório de Jáder de Figueiredo: Memórias, a violação dos direitos indígenas e a ditadura civil-militar no Amazonas (1962 – 1968)*. Dissertação de Mestrado em História PPGH/UFAM, Manaus, 2020. Para maior balanço da produção

Somando a este cenário, a presente dissertação tem por objetivo compreender, partindo das experiências históricas dos estudantes, como se processou a resistência contra os autoritarismos da Ditadura militar no Amazonas, buscando analisar as relações entre os civis e militares a partir do conceito de cultura política. Ademais, seu propósito também seguirá em refutar o “discurso de marginalidade”⁶, propondo a reflexão da organização de redes de resistência pelos estudantes em diversas circunstâncias durante a temporalidade proposta para o nosso estudo. Trata-se da construção de espaços, de trocas de táticas entre os estudantes de diversas regiões do Brasil, com a finalidade de organizar ou reorganizar as práticas de resistências durante a ditadura militar. Deste modo, pensar nas redes de resistência como contraponto ao discurso de marginalidade é eficaz na crítica às narrativas hegemônicas, que respaldavam no distanciamento geográfico o fator da ausência de mobilizações ou ações opositoras ao autoritarismo, principalmente no movimento estudantil.

Iremos nos concentrar no *estudante* enquanto objeto de estudo. Não obstante, pensar também como uma categoria histórica, detentora de experiências ligadas “à agregação do vivido à história experienciada e à tradição vivida”⁷. De acordo com Walter Benjamin, a experiência histórica surge “através de uma apropriação do vivenciado com auxílio dos padrões narrativos estáveis fixados na memória e à luz dos horizontes de expectativa historicamente firmados”⁸. Deste modo, compreendemos que as experiências históricas dos estudantes estiveram relacionadas de forma significativa a um passado e a um futuro individual e coletivo⁹.

Aliás, a presente pesquisa justifica-se à medida em que a leitura da bibliografia sobre a temática nos apresentou indícios de forte presença ideológica e política da ditadura na região à época, na contramão da historiografia que sustentava a permanência

local cf. QUEIRÓS, César A. B. “Faz escuro, mas eu canto”: história e historiografia sobre ditadura militar no Amazonas. In _____ (org.). *Historiografia amazonense em perspectiva*. Manaus: Editora Valer, 2020.

⁶ Tal discurso é resultado da construção histórica fincada em representações reproduzidas pelo ocidente, cujo refinamento desta perspectiva pode ser encontrado a partir das reflexões esboçadas por Euclides da Cunha ao apresentar a ideia de que a Amazônia seria uma “terra ainda em formação”, assim, estando em estado de desordem, não se encontrava preparada para receber a civilização. Deste modo, estaria à *margem da história* por se encontrar num estágio primitivo de evolução, cabendo ao Estado a função de eliminar tais distâncias a partir de ações governamentais. Assim, discursos de “isolamento humano”, “abandono crônico”, “passividade” tiveram como objetivo pôr o sujeito amazônida sempre “à margem”, negligenciando suas experiências históricas. Cf. PINTO, Renan F. A Amazônia de Euclides da Cunha. In: CUNHA, E. *Amazônia – Um paraíso perdido*. Manaus: Editora Valer, 2011, p. 9.

⁷ ROSA, Hartmut. *Aceleração: A transformação das estruturas temporais na Modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. 291 – 292.

⁸ *Ibidem*.

⁹ *Ibidem*.

da Amazônia como uma “região silenciada”, de que não houve forte tensão entre a sociedade e os militares ou até mesmo atividade militar no fortalecimento da repressão. Tais discursos e representações projetadas nesta região já não devem mais ser consideradas, uma vez que há vestígios que comprovam intensa atividade militar no Amazonas¹⁰ com apoio e financiamento de membros da segurança nacional estadunidense e agentes franceses, além de fortes movimentos que agiram contra a repressão.

Pelo contrário, sustentamos a hipótese de que havia uma ampla e dinâmica troca de táticas no espaço nacional, no qual os estudantes no Amazonas souberam ressignificar e construir repertórios a partir das pautas locais em consonância com as reivindicações nacionais. Isto põe em contestação a famigerada narrativa de “isolamento geográfico”, tão presente nos discursos dos agentes de inteligência nacionais e internacionais. Por outro lado, a ditadura também elaborou estratégias com o objetivo de articular alianças ideológicas entre agentes estrangeiros e nacionais a fim de manter o forte aparato de vigilância e dominação política sobre a Amazônia.

Afinal, o Amazonas esteve sob constante vigilância durante a ditadura, seja por agentes externos (Secretaria de Estado dos Estados Unidos) ou por agentes internos, através do Serviço Nacional de Informações (SNI). Desta forma a região permaneceu perante a presença do forte aparato de controle político-ideológico, o que permitiu ao regime impor faces repressivas sobre suas bases sociais e reafirmou principalmente nas tradições autoritárias da cultura política brasileira. Logo, a teoria do *inimigo interno*¹¹ serviu para dar razões às perseguições de opositores ao regime. Assim, o receio constante da resistência de opositores à ditadura, provocou o investimento e a intensificação de sua presença através do Comando Militar, das Delegacias de Ordem Social e Política (DOPS)

¹⁰ Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *Vida e Morte da Ditadura: 20 Anos de Autoritarismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984; QUADRAT, Samantha Viz. *Ditadura, violência política e direitos humanos na Argentina, no Brasil e no Chile*. AZEVEDO, C; RAMINELLI, R (orgs.) *In: História das Américas: novas perspectivas*. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011; DUARTE-PLON, Leneide. *A tortura como arma de guerra: Da Argélia ao Brasil: como os militares franceses exportam os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. Ambos os trabalhos apontam a presença de militares no Centro de Treinamento de Manaus, onde havia cursos e práticas de atividades militares como treinamento intensivo na floresta amazônica, tudo isto em forte parceria com escolas de segurança nacional americana e a presença de oficiais da França. O Centro de Treinamento de Guerra na Selva (CIGS) foi fundado em 2 de março de 1964, era subordinado ao Grupamento de Elementos de Fronteiras, e seu primeiro comandante foi o major de artilharia Jorge Teixeira de Oliveira. Destinado a qualificar militares como guerreiros da selva, aptos aos combates de missões de natureza militar nas áreas mais inóspitas da Amazônia.

¹¹ Princípio que norteou a Doutrina de Segurança Nacional durante a ditadura brasileira, baseada na perspectiva francesa da “guerra contrarrevolucionária”, ou seja, na ideia de que o inimigo não viria de fora do país (estrangeiro), mas, estaria conspirando dentro do próprio país e deveria ser desmobilizado.

e o aperfeiçoamento dos órgãos de espionagem como a Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI) e os demais Centros de Informações das Forças Armadas, pertencentes à complexa rede integrada de inteligência do SNI.

Nas cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Brasília e Manaus, “era comum o trânsito de presos entre os DOPS, os DOI e os centros clandestinos, para que fossem submetidos a interrogatórios sob tortura e maus-tratos”¹². Entretanto, um grande obstáculo para a pesquisa destas verdadeiras *teias da repressão* ainda é a ocultação de informações a respeito dos crimes e a resistência das Forças Armadas em tornarem públicos os arquivos de monitoramento¹³. Atualmente, parece despontar outro cenário influenciado pela publicação de várias documentações jazidas em quarenta de importantes órgãos de informação não só no Brasil, a exemplo dos dossiês do SNI, mas como o acervo documental diplomático da Secretaria de Estados dos Estados Unidos (EUA), contendo minuciosos dossiês de vigilância sobre os Estados da região amazônica.

Neste contexto, o historiador Carlos Fico sugere a expressão “ditadura documentada” para indicar a ação de preservação de acervos pelo regime militar brasileiro, gradativamente abertos à consulta pública desde meados da década de 1980¹⁴. Por outro lado, o avanço da revolução tecnológica permitiu a democratização do acesso às fontes em grandes acervos digitalizados. As fontes documentais aqui analisadas são provenientes de dois grandes repositórios digitais: o acervo *Documenting U.S. – Brazil Relations* (1960 – 1980) e o *Memórias Reveladas* do Arquivo Nacional (Brasil).

O primeiro acervo é fruto de esforço conjunto da Brown University (EUA) e da Universidade Estadual de Maringá (UEM - Brasil), que têm como objetivo digitalizar e indexar documentos do Departamento de Estado dos EUA sobre o Brasil e disponibilizá-los ao público para consulta em site aberto. Deste modo, seus aerogramas e outros documentos diplomáticos são fontes que permitem adentrar nas relações de poder e, principalmente, no monitoramento estadunidense sobre a região amazônica. Tais documentos mantinham os funcionários consulares informados das crises políticas nas principais cidades do norte do país, desde possíveis focos “revolucionários” dos

¹² BRASIL, República Federativa. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório / Comissão da Verdade*. – Recurso eletrônico. – v.1. Brasília: CNV, 2014, p. 444.

¹³ A Comissão Nacional da Verdade (CNV) criada pela Lei 12528/2011 e sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff, tem como finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas durante 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

¹⁴ FICO, Carlos. *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas*. Tempo & Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, jan./abril, 2017, p.7.

movimentos estudantis, movimentos “subversivos” e sindicais, às posturas políticas de governadores desta região.

Já o acervo *Memórias Reveladas* do Arquivo Nacional (Brasil) indexou em seu arquivo a digitalização de documentos do Serviço Nacional de Informação (SNI). Assim, podemos constatar que o regime preservou muitos dossiês organizados em geral na forma de *clipping*¹⁵. Nestes documentos, é possível verificar a materialização da vigilância política da ditadura sobre os opositores do regime, sendo possível expandir nossos olhares aos diversos sujeitos históricos que apoiaram, se acomodaram ou resistiram à repressão nas múltiplas cidades da região amazônica.

Mais do que isso, podemos também encontrar a “contrainformação” como instrumento de despistamento da organização e dos seus militantes¹⁶, outrora considerados pelo regime como “subversivos”. Segundo Reginaldo Dias, todo o *modus operandi* e o cotidiano destes “subversivos” eram orientados pelos códigos da clandestinidade, fazendo parte do repertório de resistência:

Na documentação produzida, a verdade pode estar naquilo que foi revelado, no que ficou implícito e no que foi propositalmente distorcido ou silenciado. De certo modo, os exageros e distorções perpetrados pelos órgãos de repressão e as “mentiras” ditas pelos réus são expressões da verdade da luta política daquele período¹⁷.

Discorrendo sobre essa problemática, a historiadora Mariana Joffily nos direciona a olhar para as “sutilezas do documento”: por quem são produzidos, a quem são destinados, os carimbos que os percorrem, as assinaturas que neles constam, além de analisar o contexto histórico e político em que os documentos foram produzidos. Suas redações foram elaboradas durante a Guerra Fria, momento no qual a teoria da “Guerra Revolucionária” inspirava os quartéis e delegacias no combate à “subversão”. Portanto, Joffily conclui ressaltando a necessidade de se proceder a uma análise científica documental levando em conta seu contexto de produção e a crítica das operações de ocultamento/revelação, evitando seu sentido literal, tanto como atentar para os usos e a quem estava destinado, quando produzido determinado documento¹⁸.

¹⁵ Definido como processo contínuo de monitoramento, análise e arquivamento de documentos, notícias e reportagens.

¹⁶ FRANKLIN JÚNIOR apud DIAS, Reginaldo B. *A máscara chinesa: notas obre o uso das fontes produzidas pelo aparato repressivo da ditadura militar*. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 2, n. 1, jan/jul. 2010, p. 164.

¹⁷ DIAS, *A máscara chinesa...* Op. Cit., p. 162.

¹⁸ JOFFILY, Mariana. *A “verdade” sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos*. Dimensões – Revista de História da UES, v. 32, 2014.

Contudo, outro problema surge ao iniciarmos a análise destes *arquivos sensíveis*. O pesquisador ao lidar com essa documentação depara com processos que contam com muitas testemunhas vivas, ocasionando não só uma colisão entre história e memória, mas o surgimento de problemas de ordem ética e jurídica¹⁹. Com efeito, ao questionar sobre como o pesquisador pode estabelecer uma linha de conduta pelo respeito aos valores éticos, o historiador Rodrigo Motta ressalta que “pode-se relegar a ética da convicção em nome de uma ética da responsabilidade”, desta forma, o projeto de desmontar os aparatos repressivos do estado brasileiro e consolidar a democracia podem ser justificativas suficientes para a exposição da privacidade de algumas pessoas²⁰.

Para o historiador James Green, a melhor forma de vencer os perigos das informações íntimas ou de informações falsas que poderiam causar danos à imagem da pessoa mencionada, é trazer esses rumores ou mentiras à luz do dia, para revelar sua falsidade²¹, pois, “nosso dever como historiadores, arquivistas e cidadãos é fazer tudo para que todas as memórias, documentos e informações sejam revelados” e sentencia:

Se apoiarmos o regulamento do acesso aos arquivos da repressão baseados no segundo argumento, que os arquivos podem conter informação falsa e esta informação pode causar danos à imagem da pessoa mencionada se for revelada e usada de maneira inapropriada, é melhor simplesmente fecharmos os arquivos²².

Através desta documentação, procuramos desvelar o passado através das experiências históricas daqueles que tiveram suas trajetórias invisibilizadas²³ pelos autoritarismos da ditadura. Trata-se não somente de resgatar, mas de traçar uma análise crítica das experiências tanto de sujeitos que se opuseram e resistiram à ditadura, quanto daqueles que apoiaram ou apenas se acomodaram. Para isso, torna-se significativo a análise metodológica do discurso do poder nas fontes, assim como observar a resistência nas entrelinhas²⁴, reforçando a missão de escovar a história a contrapelo²⁵.

¹⁹ MOTTA, Rodrigo P. S. *História, Memória e as disputas pela representação do passado recente*. Patrimônio e Memória (UNESP), v. 9, 2013, p. 60.

²⁰ *Ibidem*, p. 59.

²¹ GREEN, James. *A Proteção da Privacidade com a Abertura Plena dos Arquivos*. Acervo, Rio de Janeiro, v. 24, jan.-jun., 2011, p. 214.

²² GREEN, A *Proteção da Privacidade...* Op. Cit., p. 213.

²³ BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: _____. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

²⁴ SCOTT, James. *A Dominação e a Arte da Resistência*. Letra Livre: Lisboa, 2013.

²⁵ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: _____. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

Deste modo, utilizaremos como referencial teórico o conceito de cultura política²⁶, com o intuito de compreender as motivações que levaram os seres humanos a adotar este ou aquele comportamento político no decorrer da história. O conceito também possibilita análises sobre as representações compartilhadas coletivamente²⁷. Afinal, a cultura política não é apenas um elemento entre outros da paisagem política, trata-se de um “poderoso revelador do *ethos* de uma nação e do gênio de um povo”, podendo resumir a singularidade do comportamento de um determinado povo²⁸. Sendo assim, superando a aparente polaridade entre cultura e ideologia, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta alicerçado neste conceito, propõe a investigação dos efeitos da cultura política brasileira em nossa sociedade. Por este viés, os grupos dirigentes buscaram acordos para evitar radicalizações e manter a ordem, embasados no discurso de que o povo brasileiro seria “ordeiro e pacífico”. Entretanto, tal medida tinha por objetivo despolitizar os populares e excluir suas ações das disputas de poder. Todavia, Motta buscou saber se tais estratégias de natureza ideológica tornaram-se, de fato, cultura. Como resposta, o autor exprime que podemos encontrar traços de acomodação no comportamento político de setores populares: aceitando, não se rebelando; adotando comportamento moderado ou recusando apoio às propostas de mudanças radicais; por fim, preferindo soluções negociadas à opção de acirrar conflitos²⁹. Afinal, muito mais do que o determinismo social, a adoção de um programa ou de comportamentos psicológicos, é justamente a relação existente entre a cultura política do indivíduo e os seus atos o fator que desperta o nosso interesse enquanto historiador³⁰.

Por conseguinte, setores da sociedade que sofreram diretamente as ações da ditadura militar, como os estudantes, políticos, jornalistas e intelectuais foram perseguidos através de formas de autoritarismos praticados pelo regime em diferentes aspectos: político, administrativo, cultural e social. Buscamos compreender e investigar os núcleos de resistência e colaboração, bem como os jogos de acomodação, desvelando

²⁶ Definido como “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa/constrói identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro” Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico*. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, 2018.

²⁷ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In____; RIOUX, Jean P; SIRINELLI, Jean F (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 359.

²⁸ RÉMOND, René. Do político. In____ (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 450.

²⁹ MOTTA, *Cultura política...* Op. Cit.

³⁰ BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, C. et all. (org.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 41.

as múltiplas ações destes grupos sociais³¹. Em suma, perceber as categorias *conciliação* e *acomodação*³² como estratégias enraizadas na dominação política brasileira, no intuito de preservar a ordem e evitar rupturas, aliás, destaca que o conceito é atraente por identificar os aspectos de uma cultura que são mais resistentes à mudança e reforçam a tradição³³. Em síntese, o historiador Serge Bernstein nos alerta que uma cultura política não desaparece totalmente de uma sociedade, pelo contrário, seus aspectos podem influenciar gerações futuras. Logo, sua transição não são rupturas abruptas, mas processos longos de adaptação e ressignificação ao longo da história³⁴.

Assim, tal conceito pode ser útil na investigação de um território marcado pelo contraditório discurso de *passividade* e *silenciamento*. Entretanto, nossas fontes indicam o caminho contrário, de uma região “que fora silenciada pela força e pelo medo da repressão. Mas resistira. Por diferentes meios e caminhos, inúmeras vezes em silêncio, articulando os mais diferentes setores”³⁵.

Contudo, outra ação silenciadora pode ser encontrada após o golpe, reprimindo “subversivos”, cassando opositores, suprimindo movimentos sociais, invadindo universidades, espionando inimigos, torturando e impondo projetos de grande impacto aos povos desta região. Em recente artigo, o historiador César Queirós ressalta que a presença deste discurso visava difundir “uma profunda invisibilidade” sobre a repressão e as formas de resistência na região, pairando por sobre nossa historiografia uma inexistência de uma resistência à ditadura militar. Acreditamos que este tipo de discurso foi incentivado pela cultura política brasileira que enfatiza como justificativa a docilidade ou acomodação da população³⁶. Resta ainda pensarmos em um “silêncio produzido”³⁷,

³¹ NAPOLITANO, Marcos. *Coração Civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar brasileiro (1964 -1980)*. Tese de Livre-docência, USP. São Paulo, 2011.

³² A categoria *acomodação* pode ser compreendida como estratégia usada por grupos dominantes para construir estruturas de poder estáveis com o intuito de preservar a ordem e evitar rupturas, enquanto a categoria *conciliação* pode ser definida como estratégia de dominação implicando o envolvimento da massa popular.

³³ MOTTA, *Cultura Política...* Op. Cit.

³⁴ BERNSTEIN apud ROCHA, A. P. *Usos metodológicos da cultura política e da política: a coletividade e a individualidade na pesquisa histórica*. Faces da História, Assim – SP, v. 3, n° 1, jan. – jun., 2016, p. 117.

³⁵ REIS FILHO, Daniel A. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 8.

³⁶ QUEIRÓS, Cesar A. B. “*Amazônia em Armas*”: luta e resistência contra a ditadura militar no Amazonas. Revista Labirinto, Vol. 31, 2019.

³⁷ De acordo com a historiadora Edilza Fontes, o exemplo deste “silêncio produzido” pode ser constatado no caso da repressão ao líder sindical Benedito Serra, no qual as informações de suas atividades políticas advêm de relatos jornalísticos e até o momento não foram encontrados relatórios do Serviço Nacional de Informação (SNI), isto diante de um vasto acompanhamento das atividades do deputado Benedito Monteiro, preso e acusado de subversão após o golpe. Para Fontes, “parece ilógico que Benedito Monteiro teve suas atividades acompanhadas e Benedito Serra não”, enquanto “sua prisão e tortura demonstram a importância social de suas atividades, e o silêncio destes registros quebram a lógica dos agentes do SNI. Nos resta pensar

sobre muitos sujeitos históricos que resistiram ou foram vítimas diretas do autoritarismo e sequer foram registrados pelos documentos oficiais produzidos pela comunidade de informações, tendo suas experiências históricas oficialmente invisibilizadas, mas não totalmente pela história escovada a contrapelo.

Outro exemplo na Amazônia amazonense nos vem em mente: não há muitos exemplares nos acervos públicos de edições que podem esclarecer os posicionamentos políticos dos diversos jornais locais sobre os momentos finais dos movimentos que culminaram no golpe. Mesmo que estejam ali, encontram-se escondidos e, portanto, silenciados. O único jornal preservado capaz de oferecer narrativas acerca do golpe, mesmo que também não possua disponível a edição de 31 de março de 1964, é o *Jornal do Commercio*³⁸. Outras edições encontram-se entrecortadas justamente neste período, ou mesmo não foram conservadas, como no caso do jornal *A Crítica*³⁹. Não sabemos ao certo se os proprietários quiseram esconder a sua posição pública, visto que a *memória hegemônica* vitoriosa sobre a ditadura é profundamente *liberal-conservadora*,⁴⁰ construindo uma guinada de postura política de um jornal apoiador das causas da ditadura a ferrenho defensor das causas populares, posteriormente, democráticas. Mas, no mínimo é instigante a não conservação de edições deste influente jornal nos acervos públicos do estado, assim como o jornal *O Trabalhista*⁴¹, que também não conseguimos localizar parte das edições entre março e abril deste período.

Portanto, constitui-se como documento-monumento, uma construção para preservar uma determinada memória e uma certa história. Assim, o documento é resultado de uma construção da sociedade que o produziu, consciente ou inconscientemente, e

em um silêncio produzido, dada a morte do sindicalista”. FONTES, Edilza. J. *Uma reforma agrária e dois Beneditos: prisões e assassinatos em 1964, no Pará*. In QUEIRÓS, C. A. B.; UGARTE, A. S. (Orgs.). *Trajetórias políticas na Amazônia Republicana*. Manaus: Editora Valer, 2019, p. 243.

³⁸ Fundado em 1904, ainda em plena atividade, é o jornal mais antigo do Amazonas e um dos mais antigos do país. A sua periodicidade é diária e matutina. Cf. FREIRE, José Ribamar Bessa (Org.). *Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851 – 1950)*. Catálogo de Jornais. Manaus: Editora Calderaro, 1990.

³⁹ Circulou pela primeira vez em 1949, jornal diário ainda em plena atividade, fez oposição a vários governadores, destacou-se pela implantação e manutenção da Zona Franca de Manaus. Seu subtítulo é: “*De mãos dadas com o povo*”. Sua periodicidade é diário/matutino, seu diretor-proprietário (e fundador) foi Umberto Calderaro Filho. Cf. FREIRE, *Cem Anos de Imprensa no Amazonas...*, Op. Cit.

⁴⁰ NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15 esp., nov. 2015, p. 09-44. Napolitano afirma que esta memória hegemônica foi construída durante o processo de afastamento político entre os liberais e os militares no decorrer da agonia do regime na “abertura política”, momento traçado por uma travessia marcada por conciliações entre ambas as partes.

⁴¹ Era de propriedade do senador Artur Virgílio Filho, tanto o *A Gazeta* quanto *O Trabalhista* eram ligados ao Partido Trabalhista do Brasil (PTB) partido no qual era filiado, apoiaram intensamente o governo Goulart e as Reformas de Base, apoiando também o governador trabalhista Plínio Ramos Coelho. Entretanto, foram censurados e empastelados pelo governador Arthur Reis em 1964. Cf. FREIRE, *Cem Anos de Imprensa no Amazonas...*, Op. Cit.

mesmo esquecido, continuou manipulado, até mesmo pelo silêncio⁴². Logo, sendo um produto da sociedade fabricado pelas relações de forças que detinham o poder, concerne ao historiador analisar o documento enquanto monumento para o conhecimento de causa, mais ainda, para conhecimento sobre a construção do silêncio envolto nestes documentos.

Na atualidade, o exercício do historiador também segue em atenção à operação crítica às “batalhas de imagem”⁴³ sobre a ditadura que acabaram por consolidar a opinião pública após a anistia em 1979. Primeiramente, a “verdade” capitaneada pelo regime e posteriormente por seus simpatizantes, em que a ditadura negava o seu autoritarismo ao justificar não ter “presos políticos” e sim delinquentes comuns, e que não negou o uso das torturas⁴⁴. Em suma, para os entusiastas da ditadura, a memória da esquerda “falseia a realidade, por isso, propõe-se a prestar serviço à verdade ao falar do passado”⁴⁵. Em segundo lugar, a construção da narrativa de membros da luta armada, imbuída da contradição de seu horizonte de expectativas, a resistência à ditadura, em vistas do retorno à legalidade ou à execução de uma revolução. Para Motta, o único ponto de contato entre as memórias em disputa é que todas reivindicam a sua versão dos acontecimentos como “verdadeiras”⁴⁶.

Entretanto, não podemos cair na armadilha da “doutrina dos dois demônios” que ganhou versão brasileira a partir dos estudos da cientista política Argelina Figueiredo, ou seja, a crença de que nem esquerda e nem a direita velavam pelos valores democráticos. Sua interpretação fomenta a perspectiva de que a esquerda naquele momento não era democrática e a direita estivera pronta para frear suas reformas⁴⁷. É importante evidenciar que tal perspectiva carece de evidência histórica, além de ser influenciada pelo contexto do período da década de 1980, no qual os debates teóricos sobre os regimes autoritários

⁴² LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, p. 497.

⁴³ FICO, Carlos. *Brasil: a transição inconclusa*. ARAÚJO, M. P. et al. *Violência na história: Memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012, p. 25.

⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁵ MOTTA, *História, Memória...*, Op. Cit., p. 61.

⁴⁶ *Ibidem*.

⁴⁷ O historiador Jorge Ferreira sustenta a perspectiva analítica de Figueiredo em suas obras. Ressalta que após o retorno ao presidencialismo em 1963, o confronto entre esquerda e direita não se “tratava mais de saber se as mudanças econômicas e sociais seriam executadas, limitadas ou impedidas”, e sim, como seria a tomada de poder político para impor e executar seus projetos. Ferreira afirma que a direita sempre esteve determinada ao rompimento em defesa de seus interesses e a esquerda disposta a lutar pelas reformas mesmo sacrificando a democracia. E o povo? Para o autor, parcela da população assistia a este confronto de modo silencioso, sem resistência. Cf. FERREIRA, Jorge. *A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular*. Revista Brasileira de História, v. 24, n.47, 2004, p. 209.

através dos modelos gerais de interpretação no campo da Ciência Política careciam de evidências empíricas⁴⁸.

Podemos também situar o que o historiador Josep Fontana denominou como as “guerras da história” para caracterizar as rivalidades entre interpretações do passado, ao defender que toda análise do passado configura dentro de si um “projeto social de presente/futuro”, assim como toda teoria da história tem sua “economia política”⁴⁹. Tal historiografia estaria pronta para satisfazer os desígnios de seu tempo, movendo a história para os prazeres do homem, anulando experiências e destruindo o passado dentro da própria história. Em suma, retirando da História a posição de ciência de mudança⁵⁰.

Partindo deste pressuposto, o historiador Demian Melo situa a presença do “revisonismo contemporâneo” nas obras de historiadores que se dedicam à temática da ditadura militar brasileira, ao ressaltar “a existência de fortes tendências relativizadoras, dispostas a amenizar aspectos até então consensuais daquela experiência histórica”⁵¹. Partindo de viés marxista como referencial teórico/político, critica a produção dos historiadores frisando que suas obras são marcadas por um “notório empobrecimento conceitual” e a marca do “conservadorismo político”. Considera o caráter revisionista *regressivo* as produções da cientista política Argelina Figueiredo e dos historiadores Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis⁵².

Some-se a isto, atualmente, é notório afirmar que muitas narrativas parecem ser influenciadas fortemente pelo presentismo⁵³, para enfatizar a memória que persiste em povoar o senso comum e principalmente a mídia. Isto é evidente quanto a temática sobre a ditadura militar brasileira e suas outras formas de representar o passado: quando se quer

⁴⁸ FICO, *Ditadura militar brasileira...*, Op. Cit.

⁴⁹ Cf. MELO, Demian B. Revisão e revisionismo na historiografia contemporânea. In: MELO, D. B. (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 18

⁵⁰ BLOCH, Marc. Como e porque trabalha um historiador (1940). In: BENTIVOGLIO, Julio; OLIVEIRA, Josemar Machado. *Que pedir aos historiadores?* Vitória: Editora Milfontes, 2019, p.189.

⁵¹ MELO, Demian B. *A questão do consenso na ditadura militar brasileira: apontamentos a partir de Gramsci*. In: VIII Colóquio Internacional Marx e Engels. Anais do VIII Colóquio Internacional Marx e Engels. Campinas, 2015, p. 1.

⁵² MELO, *Revisão e revisionismo na historiografia contemporânea*. Op. Cit., p. 20.

⁵³ O historiador François Hartog evidencia a “crise” do tempo, seus riscos e as consequências da dificuldade para enxergar o horizonte de expectativa, além do rompimento das experiências históricas de outras temporalidades. Estaríamos vivenciando um presente onipresente ocasionado pelas estruturas da modernidade, “que se impõe como único horizonte possível e que valoriza só o imediatismo”. Deste modo, esse presente multifórmico e multívoco “é ao mesmo tempo tudo (só há presente) e quase nada (a tirania do imediato)”. Esta noção de que o presente esteja alargando seu espaço (consequentemente impondo sua hegemonia) sobre o passado ou futuro na história da humanidade nas últimas décadas é denominado por Hartog de presentismo. Cf. HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 15; 259.

relativizar a repressão e abrandar os autoritarismos, quando apresentam sua pobreza teórica para enfatizar recortes temporais, quando distorcem a representação do real para produzir outras representações limitadas e imaginárias, quando induzem a erros ao firmar posições ideológicas e por fim, quando negam o regime ditatorial de 1964.

Diante destas consequências diretas em nosso tempo presente, o nascimento de uma preocupação historiográfica⁵⁴ parte da necessidade fundamental de reafirmar o lugar de importância do conhecimento histórico na sociedade, pois, “apesar de toda a presentificação e da emergência consciente ou inconsciente, do presente nos discursos históricos, todos operamos na base de um método cujo conteúdo é objetivo”⁵⁵.

Certamente, a categoria “verdade” permanece por causar náuseas na comunidade de historiadores. Neste caso, precisamos reconhecer que nem todas as interpretações do passado têm o mesmo valor, permitindo reclamar em nosso ofício um realismo crítico, distante da ingenuidade do positivismo, tanto quanto do relativismo cético, a fim de estabelecer certas verdades com base em evidências documentais⁵⁶. Portanto, precisamos lançar a história na ponta da flecha em direção à verdade, com vistas a contribuir com representações críticas sobre o nosso passado autoritário, munidos de denso aparato teórico metodológico, providos ao mesmo tempo de distanciamento crítico e responsabilidade cívica, pois, “os historiadores são importantes na busca da verdade possível”⁵⁷.

Por conseguinte, a espacialidade do estudo está assentada no estado do Amazonas, cuja memória hegemônica reforçada pela cultura política brasileira representa o espaço como “terra sem história” ou “região entregue a si mesma”. Somada a isto, a novidade de que os militares sempre estariam prontos para alcançar a integração socioeconômica e a melhora da qualidade de vida do homem amazonense. Tais discursos reforçaram a justificativa dos programas e projetos desenvolvimentistas, “contrariando a representação de espaço social e de territorialidade específica de diferentes etnias e comunidades e provocando conflitos sociais”⁵⁸.

⁵⁴ NORA, Pierre. *Entre memória e História: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n° 10, p. 10.

⁵⁵ SENA JÚNIOR, Carlos Z. A “boa memória”: algumas questões sobre revisionismo na historiografia brasileira contemporânea. In SENA JÚNIOR, C. Z. et al. *Contribuição à crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017, p. 45.

⁵⁶ MOTTA, *História, Memória...*, Op. Cit., p. 66.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 68.

⁵⁸ ALMEIDA, Alfredo W. B. *Antropologia do Archivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008, p. 33.

Esta percepção analítica da historicidade do Amazonas pode ser alicerçada através do conceito de situação colonial proposto pelo antropólogo Georges Balandier, permitindo a abordagem histórica e sociológica da sociedade colonizada e da sociedade colonial no seu conjunto, analisar como um complexo, uma totalidade. Para a investigação de nosso chão histórico estamos nos apropriando do conceito de situação colonial presente na Antropologia Política de Balandier, definindo que cada setor da sociedade tem por função assegurar a dominação em um domínio preciso: político, econômico e espiritual. Assim, esta dominação da sociedade colonizada se exprime por um estado de fato e por um estado de direito, enfim, repousa sobre uma ideologia: um sistema de pseudojustificativas e racionalizações⁵⁹. Desta forma, é nesta “série de racionalizações” que o colonialismo se apoia na justificativa de “responsabilidade civilizatória”, através de princípios humanitários; no controle político da sociedade dominada; no contexto doutrinário das maneiras de pensar; e, por fim, no princípio de que toda dominação política é acompanhada de uma dominação cultural.

Sendo assim, a situação colonial não pode ser apenas analisada através de manifestações econômicas e aspectos políticos, mas dentro de um sistema que mantém relações que implicam tensões e conflitos, e, como bem ressaltou Balandier, que os historiadores lembraram que a exploração econômica se apoia sobre uma tomada de posse política⁶⁰.

Assim, o autor nos auxilia a compreender a constituição, efetivação e os efeitos do golpe civil militar no Amazonas, pois, esses setores se relacionaram entre si para dar embasamento e racionalização ao regime imposto através do golpe, seus protagonistas fincaram suas justificativas na tese francesa da “guerra contrarrevolucionária”. Não podemos deixar de correlacionar tudo isto à dinâmica intensa entre a Guerra Fria e a situação colonial nos países ditos de “terceiro mundo”. No pós-guerra, os Estados Unidos manifestaram uma postura hostil ao velho colonialismo, mas o anticomunismo estadunidense cristalizou na defesa do conservadorismo nas nações do terceiro mundo em nome dos interesses do capital. Contraditoriamente, a nova configuração da política global mesmo não tolerando o velho colonialismo estava disposta a sustentar as classes dominantes alinhadas a seus interesses ao reforçar a lógica da situação colonial de cada nação subalternizada. Esta relação pode ser percebida não somente em África, mas

⁵⁹ BALANDIER, Georges. *A situação colonial: abordagem teórico*. Cadernos Ceru, v. 25, n.1. São Paulo, 2014, p. 50.

⁶⁰ *Ibidem.*, p. 40.

também nos chamados países emergentes, em especial na América Latina. Interromper governos legitimamente eleitos para apoiar ditaduras condizia com sua contraditória política internacional. O importante era desmobilizar tanto políticas nacionalistas quanto centelhas revolucionárias nas nações, em vista de um ambicioso projeto ideológico de dominação política e econômica alinhadas aos seus interesses.

Todavia, não pretendemos construir a abordagem de uma História Total ou simplesmente globalizante. Ao tomarmos de empréstimo este conceito, pretendemos seguir a análise das relações que formam esta totalidade, entender o dinamismo da imposição de um regime autoritário, não apenas na pureza de um único fator exclusivo que não nos permite analisar as relações do objeto como um todo. As múltiplas faces dos objetivos dos militares e civis estão relacionados entre si.

Aliás, enxergar o golpe como resultado de “uma ampla articulação”, unindo grupos de diferentes setores como os civis, militares e entidades de classe representativas⁶¹ já havia sido proposto pelo historiador Gilberto Calil, ao afirmar que o golpe não foi fruto de improviso, atendeu a interesses de classes e viabilizou uma nova fase de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Calil propõe “uma perspectiva de totalidade” para compreender a ditadura a partir da articulação dos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, buscando compreender suas conexões e interrelações⁶².

Não obstante, também o cientista social René Dreifuss nos propiciou uma interpretação do golpe dentro de uma perspectiva de totalidade, afinal, sua pesquisa tem “o mérito de evidenciar a articulação sistemática entre as ações e os interesses da grande burguesia brasileira associada, que se convertia em hegemônica com o grande capital transnacional”⁶³. Para Dreifuss, as atividades político-militares não se encontravam separadas ou faccionárias, que resultou por se unir contra um inimigo comum. Pelo contrário, as ações e organizações eram interligadas e os objetivos eram congruentes às estratégias da elite orgânica a médio e curto prazo⁶⁴.

Dessa forma, o recorte cronológico proposto por este trabalho tem como marco inicial o ano de 1964, com o golpe civil militar e a consequente consolidação da ditadura. Por marco final, o ano de 1985, pois, aponta para o fim do regime de exceção, em

⁶¹ CALIL, Gilberto. O sentido histórico do Golpe de 1964 e da ditadura e suas interpretações. In: MATTOS, Marcelo B; VEGA, Rúben. *Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 13.

⁶² *Ibidem*, p. 14.

⁶³ *Ibidem*, p. 26.

⁶⁴ DREIFFUS, René A. 1964: A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981, p. 368.

específico, na ocasião da eleição direta para o cargo de reitor da Universidade do Amazonas (UA). Também propomos a partir do recorte geral, a divisão da dissertação em três capítulos a partir da definição de algumas balizas temporais para o nosso estudo.

O primeiro, intitulado *Ditadura militar, autoritarismos e cultura política brasileira no Amazonas (1964 – 1968)*, discutirá sobre os antecedentes e preparativos do golpe. Também examinaremos as práticas de resistência dos estudantes secundaristas e universitários frente a consolidação da ditadura no Amazonas e consequente influência da cultura política brasileira nos anos seguintes. Trata-se do contexto marcado pela tentativa de desmobilizar os estudantes com medidas autoritárias através do aperfeiçoamento da legislação repressiva a partir da Lei 4464 (Lei Suplicy) de 1964 e o Decreto-Lei n° 228 (Decreto Aragão) de 1967 com a finalidade de manietar as entidades estudantis. Enquanto tentaram reorganizar suas “redes de resistência”, os estudantes tiveram que articular novas práticas, porém, com a promulgação do AI-5 foram forçados a rearticular suas práticas de resistências.

Por conseguinte, no segundo capítulo intitulado *O Amazonas em “tempos de milagre”: a consolidação do Ato Institucional N° 5 e as táticas estudantis contra a ditadura (1969 – 1977)* mapearemos os estudantes considerados opositores e a tentativa de controle através da espionagem pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). Ademais, analisaremos os efeitos do AI-5, a partir do monitoramento e perseguição de seus opositores. Com efeito, utilizaremos as categorias de tática e estratégia⁶⁵ desenvolvidas por Michel de Certeau na tentativa de analisar as práticas de reorganização dos repertórios de oposição aos instrumentos autoritários. Iniciaremos, então, nossa discussão a partir do ano de 1969, quando o AI-5 e a Lei de Segurança Nacional (LSN) dispuseram de artigos na prevenção e repressão da “Guerra Revolucionária” ou subversiva”, some-se a isto, os efeitos da promulgação do Decreto-Lei 477 de 1969 que proibiu a manifestação política de estudantes, professores e funcionários nas universidades. Observaremos a formação de microrresistências dos estudantes, pois, passaram a mover-se contra a ditadura a partir de práticas consideradas “clandestinas”, o que permitiu a reestruturação do movimento estudantil a partir do ano de 1977, refutando

⁶⁵ De acordo com Michel de Certeau, há uma relação estabelecida entre as categorias tática e estratégia marcado por um estado permanente de tensão e conflito, no qual a tática é determinada pela ausência de poder, enquanto a estratégia é organizada pelo postulado de um poder. Cf. CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: Artes de Fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 96.

a narrativa de que após a promulgação do AI-5 foram desmobilizados a partir do fechamento ou controle de suas entidades representativas.

Concluindo, o último capítulo intitulado *O tempo de ação dos estudantes e o processo de abertura (1978 – 1985)* analisaremos suas táticas contra o projeto de “abertura lenta, gradual e segura”, estratégia política controlada pelos militares. Em 1978 foram fundados os centros acadêmicos, que não foram reconhecidos como entidades oficiais pela UA. Porém, tornaram espaços de reorganização e mobilização num contexto marcado pelo recrudescimento da repressão no Amazonas. Na agonia da ditadura, os estudantes e demais movimentos sociais compartilharam a luta pelo retorno à legalidade, a defesa de direitos sociais e a pressão pela elaboração de uma nova constituição. Finalizaremos a nossa análise no ano de 1985, quando mesmo expurgada a possibilidade de eleições diretas para presidente, a comunidade acadêmica da UA elegeu o seu primeiro reitor.

CAPÍTULO I – DITADURA MILITAR, AUTORITARISMOS E CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA NO AMAZONAS (1964 – 1968)



Imagem 01. 1964

Fonte: Blog. Manaus de antigamente

1.1. DO GOLPE CIVIL MILITAR À DITADURA: PREPARATIVOS, EXPURGOS E EFETIVAÇÃO DO REGIME NO AMAZONAS.

O Amazonas em 1964 representava a maior unidade da federação brasileira em extensão territorial com 1.564.445 km², correspondia a 13,38% do território nacional e 43,05% da região Norte⁶⁶. Dispunha de uma especificidade que sobressaía no território amazônico: a predominância de pequenas cidades. Durante a década de 1960, a atividade econômica girava em torno da produção agrícola especialmente na zona rural. As atividades extrativistas, agricultura, pecuária e silvicultura representavam 70% da força de trabalho da população ocupada, seguido por 7,01% envolvendo a prestação de serviços. Enquanto isso, os índices urbanos eram extremamente baixos, somando 11,52% entre atividades industriais (5,11%) e comércio de mercadorias (6,41%)⁶⁷.

Nesta seção, nosso objetivo é contextualizar o chão histórico e social dos sujeitos de nossa pesquisa, esclarecendo os antecedentes e preparativos do golpe militar além da consequente consolidação da ditadura no Amazonas. Deste modo, compreendemos a influência da cultura política brasileira nos acordos, acomodações e na resistência através

⁶⁶ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico de 1964.

⁶⁷ Pessoas ocupadas de 10 anos ou mais segundo ramo de atividade, Amazonas (1960) *apud* SOUSA, Norma. *Urbanização do Amazonas entre o passado: a manutenção de primazia urbana de Manaus*. Tese de doutorado em Planejamento Urbano e Regional IPPUR/UFRJ, 2016.

da análise dos jornais da grande imprensa e dos documentos diplomáticos enviados entre o Consulado Americano (Belém), Embaixada dos EUA (Brasília - Rio de Janeiro) e a Secretaria de Estado em Washington.

Na ocasião, não havia nenhuma universidade no estado, apenas Escolas Superiores que funcionavam isoladas como a Faculdade de Filosofia, Ciências Econômicas e as Escolas de Serviço Social e de Enfermagem, além da Faculdade de Direito, reminescente da Universidade Livre de Manaós, extinta em 1926. O ensino secundarista dividido em cursos como ginásial, científico ou clássico e pedagógico era ministrado em escolas públicas. Entre as instituições tradicionais situamos a Escola Normal e o Ginásio Pedro II, além dos colégios particulares Dom Bosco, Nossa Senhora Auxiliadora e Santa Doroteia cujo público era reservado aos filhos da classe média. Além disso, havia as escolas de cursos profissionalizantes como a Escola Técnica e a Escola de Aprendizizes Artífices do Paredão, destinadas aos setores populares⁶⁸.

No aspecto da formação da classe estudantil, os estudantes se organizaram em duas principais entidades: A União dos Estudantes do Amazonas (UEA) fundada em 4 de janeiro de 1942, representava os corpos discentes das Escolas Superiores de nível universitário. E a União dos Estudantes Secundaristas do Estado do Amazonas (UESA) fundada em 13 de janeiro de 1953, representava os estudantes secundaristas. No entanto, também conseguimos mapear outro órgão estudantil: a União dos Estudantes Paulivenses (UEP), fundada em 29 de junho de 1963 que representava os estudantes do município de São Paulo de Olivença. O que nos leva a supor a existência de outras entidades representativas da classe estudantil nos demais municípios do interior, por vezes longe da capital⁶⁹.

Por exemplo, o estudante José Theophilo Augusto de Souza, então presidente da UEP, acompanhou durante sua viagem ao município de São Paulo de Olivença um dentista que executou serviços ortodônticos gratuitos aos membros da entidade. Além disso, conferências sobre temas amazônicos foram organizados com o objetivo de pautar a luta dos estudantes na região⁷⁰. Em junho de 1964, integrantes da entidade empreenderam forte campanha de alfabetização de crianças e jovens da cidade, recolhendo nas escolas da capital material didático doado por diretoras, professoras e

⁶⁸ PÉRES, Jefferson. *Evocação de Manaus* – como eu a vi ou sonhei. Manaus: Editora Valer, 2002, p. 75.

⁶⁹ *Jornal do Commercio*, Manaus, 19 de janeiro de 1964.

⁷⁰ *Ibidem*.

estudantes para o auxílio do povo carente do interior⁷¹. Em nota publicada no *Jornal do Commercio*, a entidade foi exaltada por prestar apoio mútuo aos estudantes do município considerado “longínquo”, para que tenham “ambição de conquistar o saber e ilustração” e segue: “esta ação dos Estudantes é digna de elogios e admiração, de vez que como filhos daquela terra, deitada nas margens do Rio Solimões, sentem as necessidades que passa o povo de sua terra”⁷². Continuando, a nota destaca também a ida de estudantes do interior para a capital com o objetivo de concretizar seus ideais. Tal fluxo destes jovens vindos do interior para a capital era constante para aqueles que ambicionavam transformar suas vidas pela educação, uma vez que a realidade influenciada pela economia extrativista pouco lhes poderia garantir melhoria de suas existências. De certo modo, trouxeram para o centro político do Estado suas duras experiências vivenciadas no interior, a fim de salvaguardar seus sonhos, utopias e realizações. Porém, tal trajetória não era fácil, tendo em vista a situação precária da estrutura de ensino superior em Manaus e de um sistema educacional secundarista fortemente elitista.

Na capital, os estudantes vindos do interior eram acolhidos nos dormitórios da Casa do Estudante, instalada na rua Barroso, no centro de Manaus doada pelo governo do Estado do Amazonas em 1947. O espaço era o principal lugar de sociabilidade estudantil no Estado. Por também por ser sede da UEA, o espaço também seguia a política laica e antirracista, respeitando as ideias de todos os estudantes organizados em entidades internas como diretórios ou grêmios estudantis. Neste sentido, a entidade não se deslocava do contexto político de sua contemporaneidade. Em janeiro de 1964, durante a comemoração de 22 anos de sua fundação, a diretoria do órgão instalou o Centro de Estudos Sociais da Amazônia (CEA) com a finalidade de promover conferências sobre os problemas políticos, econômicos e sociais da região⁷³. O primeiro Ciclo de Conferências sobre Amazônia realizada na Casa do Estudante foi inaugurada pelo conferencista José Araújo, então governador do Acre (PTB), discursando sobre o “Desenvolvimento Econômico e Social do Acre”, seguidas por conferências dos sociólogos Samuel Benchimol e Djalma Batista⁷⁴. Aliás, a reportagem publicada em *O Jornal* destaca que a atividade intensiva em favor das causas estudantis não excluía os problemas nacionais, estando sempre atentos aos movimentos que repercutiam no país⁷⁵.

⁷¹ *A Crítica*, Manaus, 16 de junho de 1964.

⁷² *Jornal do Commercio*, Manaus, 19 de janeiro de 1964.

⁷³ *O Jornal*, Manaus, 4 de janeiro de 1964.

⁷⁴ *O Jornal*, Manaus, 7 de janeiro de 1964.

⁷⁵ *O Jornal*, Manaus, 4 de janeiro de 1964.

A propósito, as ruas da capital também eram locais do “fazer política” da classe estudantil. Exemplo disto foi a fatalidade noticiada pelo jornal *A Gazeta* envolvendo secundaristas da escola Solon de Lucena. Três estudantes foram atropelados por um carro em alta velocidade durante o protesto contra o funcionamento do ensino comercial no Ginásio Industrial nos Bilhares, na ocasião localizado na região limite da cidade. O destino final da passeata-protesto era a residência do Secretário da Educação e Cultura, Mário Couto Lopes, com o objetivo de expressar o descontentamento de tal decisão. O acidente foi denunciado pelos estudantes através de nota elaborada por uma comissão e publicada no jornal *O Trabalhista*, expressando a indignação formal da classe estudantil diante do ocorrido⁷⁶. Dias após o protesto, os estudantes lograram a primeira vitória do ano de 1964. O governador Plínio Coelho determinou que a empresa Transportamazon destinasse a sua frota de ônibus para o transporte gratuito dos estudantes do Colégio Comercial Solon de Lucena. A medida proporcionou à classe estudantil o fim da despesa com o pagamento de passagens, logo, necessitava de um abatimento ou mesmo a gratuidade da taxa do transporte público, pois, a maioria dos estudantes moravam no centro ou nos bairros periféricos próximos, uma vez que a mudança do estabelecimento escolar lhes impossibilitariam de seguir caminhando a pé⁷⁷.

Particularmente, a década de 60 despertou novas utopias para os estudantes tanto do Amazonas, quanto do restante do país. Reformas, mudanças e desenvolvimento foram prometidos pelo então presidente João Goulart a sua nação. Nas ruas, “Jango” (como era carinhosamente apelidado pelos populares) trouxe o anseio por mudanças encarnadas pelas Reformas de Base⁷⁸ e a esperança tomou conta dos populares, mas, também a repulsa das elites. Nesta seara, os estudantes integraram-se na defesa das reformas, pois dentre tantas, havia a tão esperada reforma universitária, capaz de traçar novos rumos para a educação no Amazonas, intensamente precária e que não proporcionava um melhor aproveitamento para o crescimento intelectual e profissional. Para aqueles que aderiram à esquerda, o horizonte de expectativa das reformas era a revolução brasileira.

No contexto estadual, em 1962 o presidente Goulart assinou a Lei Federal 4069-A, criando a Universidade do Amazonas (UA), porém, a instituição foi instalada apenas três anos depois, em plena vigência da ditadura militar, talvez motivada pelas incertezas do contexto vivenciado naquela ocasião. Em telegrama enviado ao senador Artur Virgílio

⁷⁶ *A Gazeta*, Manaus, 3 de março de 1964.

⁷⁷ *A Gazeta*, Manaus, 7 de março de 1964.

⁷⁸ *Jornal do Commercio*, Manaus, 14 de março de 1964.

(PTB), Edson Farias, então presidente da UEA manifestou seu contentamento pela liberação de verbas destinada à universidade, salientando a vitória alcançada pela classe estudantil no Amazonas e sobre a qual afirmou ter sido fruto da luta incessante dos universitários e secundaristas locais, afirmando que a entidade continuaria a batalhar para que a universidade funcionasse ainda no ano de 1964⁷⁹.

Na conjuntura destes dias, em que a nação vivia “momentos dramáticos”, o presidente assinou o decreto criando a UA, com sede em Manaus⁸⁰. Num país marcado pela gritante desigualdade social e num norte autoritário que ainda convivía com as mazelas do sistema de submissão ao trabalho compulsório, discutir sobre reformas bancária, fiscal urbana, administrativa, universitária e agrária significava afronta à consolidada cultura política da região.

Com o intuito de contextualizar tal temporalidade, buscamos através da imagem 01, página 31, o ponto de partida para a análise dos comportamentos políticos de nossos sujeitos, observando aquilo que atrai ou fere na imagem⁸¹, mirando no detalhe que faz deslocar o olhar para as paredes na fotografia com a inscrição: “Jango [presidente João Goulart] *maldito* (?) traidor”. Consequentemente, um sentimento foi capturado pela fotografia: a indignação ou mesmo a frustração. Cremos que a leitura do que atrai na imagem seja essencial para nossa discussão. Inquieta-nos: a quem Jango traiu? E mais ainda, qual a importância das reformas de Jango para o Amazonas?

Podemos encontrar algumas respostas no próprio discurso de seu *modus operandi*. Conforme afirma Miranda, seus pronunciamentos sobre a Amazônia diferiam de seus predecessores, pois, focava no trabalho e na valorização dos habitantes da região como brasileiros⁸². Além disso, foi o presidente que assinou o projeto de lei que criou uma universidade no seio da região amazônica. Desta forma, entendia a região como habitada por homens que se dedicavam ao trabalho de centros de civilização e cultura no “coração da selva”, aliás, acreditava que sua valorização deveria seguir em direção ao seu bem-estar, à sua saúde, à sua educação, às suas condições de trabalho⁸³. Embora também tenha reforçado os esquemas interpretativos sobre a Amazônia⁸⁴, é perceptível notar que o

⁷⁹ *O Jornal*, Manaus, 21 de janeiro de 1964.

⁸⁰ *Jornal do Commercio*, Manaus, 18 de março de 1964.

⁸¹ Para Barthes, o *punctum* é o detalhe que atrai o fere na fotografia, o subjetivo na imagem, “uma espécie de extracampo sutil, como se a imagem lançasse o desejo além daquilo que ela dá a ver” Cf. BARTHES, Roland. *A câmara clara*: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018, p. 29; 53.

⁸² MIRANDA, *Ditadura Militar e Amazônia...*, Op. Cit., p. 67.

⁸³ GOULART *apud* MIRANDA, *Ditadura Militar e Amazônia...*, Op. cit., p. 68.

⁸⁴ De acordo com o antropólogo Alfredo Wagner, tais esquemas explicam as situações sociais da região amazônica, porém, inibem a fala e o pensamento autônomo de uma diversidade de agentes sociais.

elemento norteador que difere dos demais discursos presidenciais foi influenciado pelo trabalhismo⁸⁵. Pois, como ressalta Miranda, a valorização do trabalho e do trabalhador fez parte do trabalhismo janguista⁸⁶.

No aspecto político, o Estado e principalmente sua capital, foram marcados pela ascensão do trabalhismo, a partir dos anos cinquenta, com a eleição de Plínio Coelho para o governo estadual em 1955 e a indicação de Gilberto Mestrinho para a prefeitura⁸⁷. Meados da década de sessenta marcam o retorno de Coelho ao governo estadual, após quatro anos de mandato de Mestrinho. Em 1962, a eleição direta para prefeito foi restabelecida após quase quarenta anos da prática de nomeação por governadores, sendo eleito Josué Cláudio de Souza (PTB) para o cargo⁸⁸. Sua capital, Manaus, considerada uma cidade de porte médio, em razão do seu tamanho demográfico entre 50 e 500 mil habitantes⁸⁹,

possuía 173.703 habitantes, representando 24,30% da população estadual e 87,85% do total da população urbana. Tal situação é radicalmente diferente no estado, pois a característica geral era de municípios com população fortemente rural. Esses dados evidenciam a primazia urbana de Manaus, com a concentração da população amazonense na capital⁹⁰.

Alicerçando suas análises no conceito de *archivo* trabalhado em Michel Foucault, o antropólogo reflete sobre o modo como a Amazônia tem sido interpretada, classificada e legitimada no pensamento erudito, com os seus esquemas interpretativos fundamentados essencialmente na histórica hegemonia das ciências biológicas. Tanto os argumentos bio-organicistas quanto as noções inspiradas no geografismo constituem-se como um obstáculo para uma compreensão crítica da realidade da Amazônia. Desta forma, a Amazônia seria pensada consoante um modelo dual: “civilização” e “vida selvagem”, “progresso” e “atraso”, “modernidade” e “primitivismo”, “racional” e “nativo”. Cf. ALMEIDA, *Antropologia dos Archivos da Amazônia*, Op. Cit., p.11 – 13.

⁸⁵ De acordo com a historiadora Ângela de Castro Gomes, o trabalhismo foi arquitetado para os trabalhadores urbanos, sobretudo para os sindicalizados, durante a vigência da ditadura do Estado Novo e posteriormente encarnado no programa político do Partido Trabalhista do Brasil (PTB), refletindo numa relação dinâmica entre Estado – povo e classe trabalhadora, com conflitos e negociações mediante a circulação de ideias e práticas políticas. Cf. GOMES, Ângela C. Estado Novo: debatendo nacionalismo, autoritarismo e populismo. In. FERREIRA, J; DELGADO, L. A. N. (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo (1930 – 1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

⁸⁶ MIRANDA, *Ditadura Militar e Amazônia...*, Op. Cit., p. 68. Na conjuntura de sua tomada de posse presidencial em 1961, Goulart continuou a sinalizar pela unidade do PTB e conservar a herança de Getúlio Vargas entre os trabalhistas. Entretanto, o descompasso entre o presidente e o partido era evidente, seu motivo era o percurso das aprovações das reformas. Goulart acreditava que as mudanças econômicas e sociais seriam provenientes das negociações políticas entre o centro e a esquerda, visando nem reformas tímidas (como queriam setores do centro) e nem tão radicalizadas (como setores das esquerdas e parte dos trabalhistas). FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 267.

⁸⁷ OLIVEIRA, José Aldemir. *Manaus de 1920 – 1967: A cidade doce e dura em excesso*. Manaus: Editora Valer, 2003, p. 64.

⁸⁸ OLIVEIRA, *Manaus de 1920 – 1967...*, Op. Cit., p. 125.

⁸⁹ SOUSA, Norma M. B. *Urbanização do Amazonas entre o passado: a manutenção de primazia urbana de Manaus*. Tese de doutorado em Planejamento Urbano e Regional IPPUR/UFRJ, 2016, p. 167.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 168.

Conforme afirma José Aldemir de Oliveira, a cidade dos anos sessenta apresentava-se compactada, isto devido ao processo de aterramento de igarapés e construções de pontes semelhantes aos do findar do século XIX, “entretanto a generosidade da paisagem natural esvai-se e as pontes se constituem como vetores de expansão da cidade, pois é o construído artificialmente que dá forma à cidade”⁹¹.

Aliás, os primeiros dias de 1964 foram intensamente agitados em Manaus. Feições de esperança e utopia estavam traçadas no rosto de trabalhadores e estudantes em contraste com a tradição conservadora da capital. Uma cidade em conflito e marcada por uma cultura política autoritária, simpática em fazer mudanças ao mesmo tempo conservando certos aspectos. A cidade estava partida, ou melhor, estilhaçada⁹².

Contudo, uma rápida digressão contextualizadora é necessária. O Amazonas não poderia resistir ao golpe civil militar, mas, poderia ter sido facilmente tomada por revolucionários se assim o insistente discurso legitimador do “fantasma do comunismo” realmente fosse concreto. Prova disto é o relatório enviado pelo cônsul estadunidense em Belém para a Embaixada Americana em Brasília sobre as forças armadas e civis no Amazonas. O documento é enfático ao descrever o precário estado das forças repressoras no estado: a Polícia Militar detinha algumas metralhadoras, rifles, 32 revólveres de ação e alguns equipamentos de gás lacrimogêneo, veículos limitados: dois caminhões, quatro jipes e seis motocicletas. Ainda segundo o relatório, apenas 10% eram capazes de dirigir e reparar os veículos próprios, não possuíam sistema de comunicação pessoal e nem contato direto com Brasília. A Polícia Civil era igualmente precária, detinha em armas de serviços 32 revólveres de dupla ação, alguns equipamentos de gás lacrimogêneo, além de dois jipes, uma caminhonete Willy e outra Volkswagen. Cerca de 2% sabiam dirigir os veículos. Ao Consulado, pediam um programa de treinamento patrocinado pelos EUA em vista de seus precários treinamentos.⁹³ Seja como for e independente deste cenário, o Amazonas aderiu totalmente ao golpe.

O medo existia, mas era possível sair desta zona abstrata? Para o general Estevão Taurino Resende, o crescimento da influência do Partido Comunista na Amazônia foi resultado dos acordos políticos, embora o próprio PCB do Amazonas tivesse uma

⁹¹ OLIVEIRA, *Manaus de 1920 – 1967...*, Op. Cit. p. 96.

⁹² Cf. *O Jornal*, Manaus, 21 de janeiro de 1964; *A Gazeta*, 3 de março de 1964; *Jornal do Comércio*, 14 de março de 1964.

⁹³ EUA, Arquivo Nacional. *Reportagem econômica: estado policial do Brasil*. N° A-402 – Confidencial. Aerograma da Embaixada do Rio de Janeiro para Departamento de Estado, 25 de setembro de 1963.

enfática, contudo discreta representação⁹⁴. Em suma, somava mais para os delírios dos que patrocinaram e/ou se associaram ao golpe.

Entretanto, o trabalhismo no Amazonas pode ser encarado como causa da efetiva preocupação das alas conservadoras locais, já que perceberam a nítida força em nível nacional coadunada à classe operária. Nas eleições de 1962, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) garimpou ampla vitória no estado. Na legislatura estadual, ganhou seis cadeiras, que juntamente com outras seis cadeiras do Partido Social Democrático (PSD) formavam as maiores bancadas. Para a Câmara dos deputados, o PTB conquistou quatro cadeiras nas figuras de Almino Afonso, João Veiga Filho, José Esteve e Paulo Coelho. Enquanto para o Senado conquistou as vagas nas pessoas de Antovila Vieira e Artur Virgílio Filho. Finalmente, para o cargo de governador do estado, o trabalhista Plínio Ramos Coelho⁹⁵.

O então governador tinha um passado ligado à figura de Getúlio Vargas, em vistas de sua participação na organização da Frente Democrática Getúlio Vargas, que tinha como objetivo prestar solidariedade ao então ditador durante a agonia do Estado Novo⁹⁶. No decurso de sua gestão como deputado federal, notabilizou-se por atuar frente à defesa dos trabalhadores do porto, motivo provável do apreço de populares pelo seu nome. Ao vencer o pleito para o cargo de governador em 1954, Coelho derrotou a coligação apoiada pelo então governador e ex-interventor, Álvaro Maia. Para a historiadora Eloína Santos, sua vitória representou o crescimento da força política do PTB no estado⁹⁷. Concomitantemente, de acordo com César Queirós, sua posse e a perspectiva de consolidação do projeto político dos trabalhistas, provocaram receios nas elites locais, justamente devido à proximidade histórica dos trabalhistas com o meio sindical⁹⁸. Afinal, Queirós ressalta que seu primeiro mandato foi marcado pela implantação de um programa nacionalista, estatista e popular, no qual as lideranças sindicais foram convidadas a participar ativamente⁹⁹. Sua relação com a Associação Comercial do Amazonas (ACA) o levou a um permanente desgaste, refletido em seu segundo mandato, somado às crises internas no próprio partido geradas pelo seu sucessor, Gilberto Mestrinho. Por fim, seu

⁹⁴ AMARAL, Op. Cit., p.40.

⁹⁵ EUA, Arquivo Nacional. *Final das eleições – Amazonas – Resultados*. N°A-54. Aerograma do Consulado Americano – Belém, 2 de abril de 1963.

⁹⁶ QUEIRÓS, César A. B. *Plínio Ramos Coelho: o Ganso do Capitólio*. In: QUEIRÓS, C. A. B; UGARTE, A. S. (Orgs.). *Trajetórias políticas na Amazônia Republicana*. Manaus: Editora Valer, 2019, p. 82.

⁹⁷ SANTOS *apud* QUEIRÓS, *Plínio Ramos Coelho...*, Op. Cit., p. 89

⁹⁸ QUEIRÓS, *Plínio Ramos Coelho...*, Op. Cit., p. 90.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 93.

retorno em outubro de 1962 parecia por consolidar o trabalhismo amazonense no cenário político, em virtude do terceiro mandato seguido do PTB no estado¹⁰⁰. Tal fato foi evidenciado pela Revista Manchete em 1963:

O povo correu às ruas de Manaus para despedir-se do Governador Gilberto Mestrinho e para saudar a posse do seu substituto, o Governador Plínio Coelho. Foi assim uma dupla festa popular e trabalhista, pois o Amazonas foi o único Estado onde o PTB conseguiu garantir a continuidade do controle do PTB sobre o Governo Estadual¹⁰¹.

Contudo, para Aviz Valente¹⁰², representante dos gráficos e membro do Comando Geral dos Trabalhadores do Amazonas (CGT), Plínio Coelho se revelou a antítese do que foi no primeiro mandato, utilizando as rádios para atacar e ameaçar sindicalistas e trabalhadores em greves. Segundo o relatório mensal de setembro de 1963 do consulado estadunidense, o governador usou a intervenção policial para impedir os resultados do Congresso dos Trabalhadores do Amazonas para a classe trabalhadora de Manaus, no dia seguinte, ligou para o presidente Goulart pedindo a supressão da CGT¹⁰³. Para o consulado, Plínio Coelho surpreendeu ao se mostrar um firme antagonista da “extrema esquerda”, o que levou o seu nome a estar ao lado de Carlos Lacerda e Adhemar de Barros como “os três arqui-inimigos da classe trabalhadora” no Congresso dos Trabalhadores da Amazônia¹⁰⁴ em 1963. Desta forma, desgastou-se gradativamente, afastou-se das diretrizes do partido e apoiou publicamente candidatos de outros partidos nas eleições de 1963, em detrimento da influência de Gilberto Mestrinho dentro do PTB regional e mais alinhado à política do presidente Goulart, amplamente aclamado pelas massas após o término de seu mandato:

No dia seguinte, ao embarcar para Brasília a fim de assumir o seu mandato de deputado federal o Sr. Gilberto Mestrinho foi carregado nos braços do povo, que invadiu o aeroporto, tomou conta da pista e o levou até a escada do avião. Por três vezes, mesmo depois que os motores estavam funcionando, a porta do avião teve de ser aberta para que o ex-governador viesse até a escada agradecer as carinhosas e comoventes demonstrações daquela despedida¹⁰⁵.

¹⁰⁰ QUEIRÓS, Plínio Ramos Coelho..., Op. Cit., p.104.

¹⁰¹ *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, Edição 565, 1963, p. 35.

¹⁰² Líder sindical na década de 1960 pertencente ao grupo trabalhista da Casa dos Sindicatos de Manaus (CSM), foi presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria (FTI) e do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias (STI) dos Gráficos de Manaus.

¹⁰³ EUA, Arquivo Nacional. *Resumo Mensal – Setembro – 1963*. N° A-12 Não classificado. Aerograma do Consulado Americano – Belém para o Departamento de Estado (EUA), 4 de outubro de 1963.

¹⁰⁴ Realizado em Belém, durante os dias 6 a 8 de setembro de 1963, reuniu os representantes dos sindicatos de todos os Estados e interior da Amazônia Legal, como resultado foi elaborado a “Carta da Amazônia” a partir de reivindicações do operariado amazônica debatidas durante o evento.

¹⁰⁵ *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, Edição 565, 1963, p. 35.

Em 6 de setembro de 1963, outro fato importante ocorreu no Amazonas, o general Nairo Villanova Madeira tomou posse do Comando da Guarnição Federal de Manaus e dos Grupos de Elementos de Fronteira (GEF). Aos 57 anos, assumiu o cargo no lugar do general Paulo Torres, amigo íntimo do governador. Logo, sua transferência foi considerada uma forte perda política para o governo estadual¹⁰⁶. Compadre de João Goulart e considerado um “general progressista”, Madeira tendeu a estar ao lado dos estudantes e trabalhadores nos embates contra o segundo governo de Plínio Coelho¹⁰⁷.

Definitivamente, o processo de consolidação da cultura política trabalhista é a chave para a compreensão dos fatos que concorreram em 1964 para a efetivação do golpe no mesmo ano. A herança política do trabalhismo de Getúlio Vargas, a valorização do trabalho e do trabalhador, a relação (contraditória) com o movimento sindical, projetaria em Jango, esperanças e repulsas. Deste modo, tal tradição, práticas e representações esbarraram nas especificidades regionais. Sujeitos históricos que comungavam desta cultura política sofreram influências de outras tradições consolidadas nas esferas políticas locais. Exemplo disto é o próprio trabalhismo de Plínio Coelho, por vezes visto como “socialismo caboclo”, que dentre suas características uma foi a aplicação de uma “teoria getulista centrada em um falso socialismo”, cujos pilares foram a política de intervenção do Estado e o assistencialismo como fator de desenvolvimento social¹⁰⁸.

Todavia, a imagem do governador se encontrava desgastada pelas ações contraditórias de seu segundo mandato. Contradições que se insinuaram num encontro com líderes sindicais na Casa do Trabalhador, ao afirmar que em outros Estados dominavam o caos e subversão, enquanto no Amazonas era uma exceção, onde uma minoria não desejava a paz¹⁰⁹. Trata-se de um discurso ambíguo que poderia tanto estar se referindo à dita “extrema esquerda” do estado, quanto à reação da classe empresarial e das elites. O governador salientou aos trabalhadores que muito se falava em reformas e que não poderiam ser realizadas com *slogans* e que, como no caso da reforma agrária, deveria criar condições para que o trabalhador pudesse realmente tirar proveito da terra através da formação de técnicos, dando assistência ao homem do campo¹¹⁰. Contrário ao que chamou de “revolução dos pelegos”, em sinal claro de ironia aos simpatizantes da política de Goulart, defendeu as Reformas de Base a partir da honestidade de propósitos,

¹⁰⁶ EUA, Arquivo Nacional. *Resumo Mensal – Setembro – 1963*, 1963.

¹⁰⁷ FIGUEIREDO, Paulo. *O golpe militar no Amazonas: crônicas e relatos*. 2ª edição. Manaus, 2014, p. 39.

¹⁰⁸ SILVA *apud* QUEIRÓS, Plínio Ramos Coelho..., Op. Cit., p. 93.

¹⁰⁹ *Jornal do Comércio*, Manaus, 24 de janeiro de 1964.

¹¹⁰ *Ibidem*.

ressaltou contar com o apoio de patrões e empregados, de associações, de sindicatos, federações e do povo em geral¹¹¹.

Três dias antes do comício de 13 de março de 1964, finalmente, o governador encampou as reformas apoiando Jango. Após meses de desacordo com o governo federal, manifestou-se a favor das reformas após a liberação de fundos federais através da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)¹¹². Mesmo diante de constantes desacordos, a Semana de apoio às Reformas de Base foi apoiada e amplamente difundida pelos jornais *A Gazeta* e *O Trabalhista*, dando destaque à liderança do governador descrito como “autêntico líder popular e político” identificado com os problemas e anseios do trabalhador. Para demonstrar sintonia, o governo enviou telegrama ao presidente João Goulart, comunicando o apoio dos trabalhadores e do Governo do Amazonas às Reformas de Base, informando sobre as intensas atividades da semana de campanhas pró-Reformas de Base pela cidade¹¹³.

Visando a participação de toda a classe operária, a Assessoria Sindical do Palácio Rio Negro, na pessoa do assessor Walter Ypiranga da Rocha, manteve contatos com líderes sindicais para que a massa pudesse comparecer à programação, incitando a união dos trabalhadores em torno do governo estadual para demonstrar apoio total à aprovação de seu programa em comunhão com os demais que se encontravam no Comício da Central do Brasil na presença do presidente. Assim, o PTB, legenda destinada ao operariado, era incumbida de transformar os sindicatos, entidades e “órgãos trabalhistas em sustentáculos de sua estrutura e ação, difundindo a imagem protetora de Vargas, competindo com o PCB e absorvendo em seus quadros as bases que os comunistas diziam representar”¹¹⁴.

A Semana de Campanha pró-Reformas de Base teve início no *roadway* da *Manaos Harbour Limited* no centro de Manaus. Entretanto, Plínio Coelho não compareceu ao comício, foi representado pelo professor Aldevio Praia, diretor geral do Departamento de Imprensa, Turismo e Propaganda (DITPEA). Seu discurso fora transmitido pelas três rádios locais, *Baré*, *Difusora* e *Rio Mar*, entrecortada de aplausos pelo público presente¹¹⁵.

¹¹¹ *Jornal do Comércio*, Manaus, 17 de março de 1964.

¹¹² EUA, Arquivo Nacional. *Amazônia e a Revolução Anti-Goulart*. N° A-53 Confidencial. Aerograma do Consulado Americano (Belém) para o Departamento de Estado (EUA), 5 de abril de 1964.

¹¹³ *Jornal do Commercio*, Manaus, 14 de março de 1964.

¹¹⁴ NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira. *Trabalhadores, sindicatos e política (1945 – 1964)*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 53.

¹¹⁵ *Jornal do Commercio*, Manaus, 14 de março de 1964.

Novamente, durante a leitura da *Mensagem Governamental* na Assembleia Legislativa do Estado, realizada pelo deputado Anfremon Monteiro, Plínio Coelho discursou a favor das Reformas de Base, mas não admitia uma “revolução de pelegos”, apoiava a causa das reformas a partir da união do patronato ao operariado¹¹⁶. Enquanto a imprensa noticiava “dias dramáticos” para a nação, outros comícios foram realizados durante a semana nos bairros populares de Cachoeirinha e Educandos, porém, o evento teve seu ápice e fim na avenida Eduardo Ribeiro.

A grande imprensa amazonense cortejou a divulgação do comício em suas primeiras páginas. A *Gazeta*, de plataforma governista, divulgou entusiasticamente o comício liderado por Plínio Coelho¹¹⁷, o *Jornal do Commercio* publicou nota elaborada pela *Comissão em favor das Reformas de Base*, no qual o governo estadual convidava os “brasileiros do Amazonas” para a gigantesca concentração pública, comunicando ao “povo dos bairros de Manaus” que haveria à sua disposição transporte gratuito, a fim de que todos comparecessem para “ouvir a palavra do Líder Plínio Ramos Coêlho, Governador de todos os amazonenses”¹¹⁸. Ressaltou ainda que a posição do governador era aguardada com “viva ansiedade” diante da intranquilidade e insegurança da nação diante dos ataques ao regime democrático.

O posicionamento do *Jornal do Commercio*, francamente favorável ao pacto de compromisso entre as elites empresariais e aliado às posições contraditórias do governador, foram materializadas na presença lado a lado dos trabalhadores, estudantes, dos representantes das classes produtoras e ruralistas, de integrantes da Associação Comercial do Amazonas (ACA), além das Federações da Indústria, Comércio e Rural. Durante o comício, Plínio Coelho reiterou que os líderes do comércio, indústria e rurais do estado compareceram ao seu gabinete para prestar solidariedade e apoio às Reformas de Base e que estavam ao seu lado, em acordo com as reformas dentro das normas democráticas¹¹⁹. Logo, o evento encarnaria, segundo a ótica deste pacto, um movimento liberal-democrático e cristão em prol das Reformas, sem quebra das instituições vigentes e sem sacrifícios das liberdades individuais.

O grande clímax se deu quando Coelho, ao lado destes líderes, defendeu frente aos trabalhadores, estudantes e populares, três importantes e urgentes reformas: a

¹¹⁶ *Jornal do Commercio*, Manaus, 17 de março de 1964.

¹¹⁷ *A Gazeta*, Manaus, 18 de março de 1964.

¹¹⁸ *Jornal do Commercio*, Manaus, 18 de março de 1964.

¹¹⁹ *Jornal do Commercio*, Manaus, 20 de março de 1964.

reeleição de Goulart, a permissão de voto dos analfabetos e a reforma educacional antes da reforma agrária. Por fim, apelou aos patrões e ricos que pudessem oferecer iguais condições de vida, “para que enfim, a exploração dos empregados e pobres não continue a ocorrer no Brasil em especial no Amazonas”¹²⁰. Para o colunista Neper Anthony, o governador era o único “interlocutor das massas” capaz de dialogar em praça pública com o povo, diante da falta de esclarecimento sobre o projeto das reformas, enquanto os “falsos pregoeiros” da esquerda formulavam ideias distorcidas em torno delas e cujo objetivo era a subversão da ordem, a luta social e a implantação do regime comunista¹²¹.

Não tão longe, a Casa do Estudante localizada no centro da cidade, tornou-se o lugar da movimentação dos estudantes em prol da luta pelas reformas. No dia 20 de março de 1964, os secundaristas com apoio da UESA instalaram o I Encontro dos Grêmios Estudantis, após o evento ter sido transferido do município de Parintins para a capital. O objetivo era o estudo dos problemas que atingiam o estudante amazonense, como anuidades escolares, padronização do livro didático, padronização das cadernetas estudantis, ampliação da rede do ensino público, criação e funcionamento do Banco do livro e material didático, além do funcionamento do restaurante estudantil. Porém, as propostas mais audaciosas seguiam em direção de garantir maior autonomia aos grêmios e o abatimento total para os estudantes nos transportes coletivos¹²². Concomitantemente, os estudantes universitários instalaram o I Seminário de Estudos Amazônicos no dia 23 de março de 1964¹²³ organizado em conjunto entre a UEA e a União Nacional dos Estudantes (UNE) para debater os problemas sociais e econômicos da região amazônica. Trabalhadores, populares, políticos e autoridades do meio civil e religioso estiveram presentes prestando suas solidariedades à causa e ao mesmo tempo debatendo-as. O vereador comunista Manuel Rodrigues abordou os problemas da luta sindical juntamente com o universitário Mário Lucena, que falou em nome do CGT. O deputado trabalhista e ex-Ministro do Trabalho e Emprego, Almino Afonso, discorreu sobre a ligação dos problemas da Amazônia com a problemática nacional. Encerrando a reunião, discursou Marcelo Cerqueira, vice-presidente da UNE.

¹²⁰ *A Gazeta*, Manaus, 21 de março de 1964.

¹²¹ *Jornal do Commercio*, Manaus, 22 de março de 1964.

¹²² *Jornal do Commercio*, Manaus, 21 de março de 1964.

¹²³ Posteriormente, o Serviço Nacional de Informações definiu o evento como “uma agitação visando movimentos subversivos por parte de estudantes e operários, principalmente os discursos proferidos por Renato Souza Pinto e Bernardo Cabral” In. Serviço Nacional de Informações. *Aplicação do AI-5 para o vereador Fábio Lucena*. Informação nº 2157, Ministério do Exército/CIE, 12 de novembro de 1975.

A “agitação subversiva” dos estudantes causou indisposição no governo estadual. Alegava-se que a forte presença de líderes estudantis de outras localidades e convidados para proferir conferências fosse o motivo da causa do aumento dos números de roubos pela cidade (inclusive o de galinhas). A polícia invadiu o hotel onde estava hospedado o escritor cearense Jocelyn Brasil, convidado para participar do congresso. Este prontamente enviou telegrama ao ministro da Justiça, Abelardo Jurema, denunciando o ocorrido: “O Governador do Amazonas mandou policiais armados invadir o meu apartamento no Líder Hotel dele roubando 4 livros e o regulamento da Colônia Correccional do Rio Branco”¹²⁴.

A nota, em resposta ao ministro e assinada pelo governador, termina enfatizando que a tranquilidade da população só retornou com a saída do escritor da cidade. Tal acontecimento nos revela a face autoritária do governador trabalhista, sendo cada vez mais uma *persona non grata* entre as esquerdas do estado naqueles momentos dramáticos e arbitrários que viriam a ser naturalizados pelo *establishment*. Para o memorialista Paulo Figueiredo, que na ocasião participou do seminário como estudante, a atitude do governador foi “um escárnio, uma enorme falta de respeito aos estudantes amazonenses, uma agressão intolerável (...) mas sobretudo contra a liberdade de reunião e expressão”¹²⁵.

Não faltaram desafetos ao clima de mudanças que as reformas trouxeram. Em primeiro lugar, a eleição para os novos dirigentes do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito do Amazonas garantiu a permanência dos estudantes conservadores na direção desta importante entidade estudantil, a chapa situacionista venceu a de oposição por apenas nove votos. Tratava-se da terceira vitória consecutiva do bloco situacionista, encabeçada pelo acadêmico Getúlio Catanhede. Investiram contra a campanha da outra chapa composta por acadêmicos de perfil de esquerda. A chapa vitoriosa, de tendência de direita, menosprezou a aliança dos estudantes de oposição ao ironizar sua formação como “pacto espúrio” com pouca base ideológica¹²⁶. Em segundo lugar, a manifestação de estudantes conservadores contra os seminários organizados pelas entidades estudantis. Publicado no *Jornal do Commercio*, o artigo *O meu protesto*, assinado por um estudante intitulado *JOTAbrahim* repudiou a realização do seminário em plena Semana Santa, com

¹²⁴ *O Jornal*, Manaus, 14 de março de 1964.

¹²⁵ FIGUEIREDO, *O Golpe Militar no Amazonas...*, Op. Cit., p. 83.

¹²⁶ *Jornal do Commercio*, Manaus, 25 de março de 1964.

a presença de “visitantes subversivos” no meio dos estudantes e apoiados pelos órgãos sindicais para discutir temas da região:

(...) nesta semana de fé cristã, opomos o nosso veemente protesto. Nesta promoção uma coisa é certa: ferir as convicções de nossa formação cristã, numa demonstração a mais do ateísmo que se busca instalar no Brasil, mesclado de um patriotismo inglório¹²⁷.

A pertinência do discurso de “civismo” e da “moralidade cristã” nos aponta para a presença dos estudantes conservadores, pois, as críticas contra a “demonstração do ateísmo” e “patriotismo inglório” refletem nitidamente a perspectiva em que os golpistas se assentaram para dar justificativas ao golpe que se planejava. Ou seja, organizar um seminário em plena semana santa feria os preceitos cristãos da sociedade daquela ocasião, dando méritos às razões de que a subversão do país também estava em marcha no Amazonas. Deste modo, embora o campo político de esquerda fosse influente no movimento estudantil durante o período anterior ao golpe, não era homogêneo e a participação de estudantes da direita conservadora se fez incômoda. Posteriormente, considerado como movimento estudantil “válido”, permitiu a promoção da “juventude estudiosa” identificada com o destino do regime e da nacionalidade¹²⁸ em detrimento da juventude “subversiva” organizadas nas entidades estudantis. No contexto estadual, a grande Imprensa foi a principal responsável por incentivar a organização destes sujeitos, principalmente após o golpe, evidenciando que os meios de comunicação não são por natureza realidades propriamente políticas, porém, tornaram-se instrumento político em virtude de sua destinação: transformados em armas que miravam contra as reformas em marcha, insuflando a cultura anticomunista no seio da sociedade¹²⁹.

Nesta conjuntura, a proliferação de organizações anticomunistas foi incentivada pelo receio da impressão de que seus inimigos estavam se fortalecendo, logo, tais organizações foram fundamentais na “formação do ambiente de radicalização e polarização ideológica”¹³⁰ no qual o golpe de 1964 se alicerçou. Amedrontadas com as possíveis infiltrações comunistas nos sindicatos e entidades estudantis, conclamavam as classes dominantes do país para a necessidade de se organizarem e enfrentar o inimigo interno no Estado.

¹²⁷ *Jornal do Commercio*, Manaus, 26 de março de 1964.

¹²⁸ BRAGHINI, Katya M. Z. *Juventude e pensamento conservador no Brasil*. São Paulo: EDUC: Fapesp, 2015, p. 202.

¹²⁹ RÉMOND, *Do Político...* Op. Cit., p. 441.

¹³⁰ MOTTA, Rodrigo P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. Niterói: Eduff, 2020, p. 261.

As classes conservadoras, líderes da indústria e comércio reivindicavam junto ao governo estadual reformas dentro das normas democráticas, respeitando os ideais cristãos e a propriedade privada. Enfatizaram a posição de que a maioria da população condenava e reprovava integralmente a ação de uma minoria de “maus brasileiros”, que, sob o pretexto de defenderem as reformas, vinham disseminando a intranquilidade nos lares, provocando discórdia, ocasionando um ambiente propício à anarquia e à desordem com vistas a aniquilar a democracia no país¹³¹. Ademais, o comício de 13 de março na Candelária, inquietou as classes conservadoras da região, que enxergavam os atos e decretos do governo como “uma tendência para a completa destruição da empresa privada, enquanto os elementos de extrema-esquerda se regozijavam em sua crescente influência”¹³². Para o *Jornal do Commercio*, a “ditadura de Jango” já estava em execução desde janeiro de 1964:

É o começo do fim da nossa liberdade: é o começo do fim da nossa democracia; é o início da chamada república sindicalista, sonhada pelo Sr. João Goulart, ou é a chamada república socialista do Brasil, sonhada e planejada pelos assessores do inepto presidente.¹³³

Em meados de março, os telegrafistas de Manaus protagonizaram uma greve em solidariedade aos companheiros demitidos no Sul em razão da paralisação da categoria. Logo, a historiografia vem mostrando enfaticamente que os sindicatos locais de diversas categorias estavam em consonância com as causas nacionais de então, portanto, Manaus não se encontrava distante das decisões políticas do país¹³⁴. No final de março, cresce na cidade o sentimento de repúdio aos movimentos sociais ligados à promoção das Reformas de Base. Como consequência, o movimento Solidarismo e Democracia publica no *Jornal do Commercio* manifesto direcionado a convidar o povo para manifestar o repúdio contra os “maus brasileiros” que amparados pelas Reformas de Base pretendiam subverter o regime democrático, cujo *slogan* era “adotaremos a Bandeira da Reforma, para não adotarmos a Reforma da Bandeira”. Um colunista, ao indagar um parlamentar amazonense (que não teve seu nome divulgado na coluna) quando estaria de volta a Manaus, ouviu como resposta, com grande simplicidade, que só regressaria a Manaus “depois do golpe”¹³⁵.

¹³¹ *Jornal do Commercio*, Manaus, 22 de março de 1964.

¹³² EUA, Arquivo Nacional. *Amazônia e a Revolução Anti-Goulart*. Op. Cit.

¹³³ *Jornal do Commercio*, Manaus, 29 de janeiro de 1964.

¹³⁴ ANDES, Pedro M. M. *Trabalhadores em Movimento: Associativismo e Paredes de Trabalhadores em Manaus (1945 – 1967)*. Dissertação de Mestrado em História PPGH/UFAM, Manaus, 2016, p. 142.

¹³⁵ *Jornal do Commercio*, Manaus, 29 de março de 1964.

Em 31 de março de 1964, o golpe civil militar se tornou realidade. Tardia foi a decisão de apoiar o golpe por parte do Comando Militar da Amazônia (CMA), que somente emitiu nota de apoio na tarde de 1º de abril. O motivo central para o atraso de alinhamento foi de não precipitar decisões em meio ao confuso movimento golpista que se iniciou em Minas Gerais, ainda mais, evitar possíveis reações dentro da região do CMA. Algumas questões podem ser levantadas para tal postura: 1ª) Uma declaração conjunta entre o CMA (instalado em Belém) e o Governo do Pará: somente quando ambos estiveram convencidos, tomaram a decisão de apoiar o golpe¹³⁶; 2ª) Adesão ao golpe: havia receio de reações de militares pró-Goulart, dentre eles o recém nomeado comandante da Base da Força Aérea de Belém e do general Nairo Villanova Madeira. Para impedir a retaliação destes, o comandante da Base Aérea foi preso e o general Madeira isolado em Manaus; 3ª) Tempo prolongado para reprimir os “esquerdistas”: o atraso pode ser justificado para organizar um maior período de retaliação a estes antes de se organizarem contra os alvos anti-Goulart, porém, tal afirmativa não se sustenta diante da repressão já visível aos movimentos sociais antes mesmo do golpe, pois o embate direto com o aparelho repressor seria fatal; 4ª) As autoridades locais não tinham nada a ganhar e tudo a perder por uma decisão precipitada: como observadores do movimento, mantiveram uma postura neutra até a vitória de um dos lados¹³⁷.

Para o Consulado dos EUA em Belém, a razão do atraso da adesão ao golpe foi a mistura destes elementos. No entanto, cremos que o que deve ser levado em consideração é o protagonismo de agentes que fazem escolhas e estas podem ter sido influenciadas pela cultura política brasileira, “que oferece aos agentes alguns padrões já inscritos nas tradições, mais atraentes e viáveis por terem gerado sucesso em ocasiões anteriores”¹³⁸. Em 2 de abril de 1964, o Consulado informou ao Departamento de Estado dos EUA que o CMA aderiu totalmente ao golpe. As Forças Armadas permaneceram em alerta contra os esquerdistas locais, enquanto os bancos e escolas permaneciam fechados e a atividade

¹³⁶ O historiador Pere Petit descreve que “até as primeiras horas da tarde do 1º de abril, o general Ramagem continuava reticente em apoiar o golpe de Estado”, mas após conversas por radioamador com o Quartel-General do II Exército, apenas na tarde do dia 1º de abril às 15 horas decidiu por aderir ao golpe. Em decisão conjunta com o governo estadual do Pará assinaram o *Manifesto ao Povo do Pará*, cujo signatários são o general Orlando Gomes Ramagem, brigadeiro Armando de Menezes, comandante Boris Markense e o vice-governador do Pará, Newton Miranda. Mesmo mantendo em estado permanente de vigília ou alerta, sindicatos foram ocupados por militares e a sede da União Acadêmica do Pará (UAP) invadida por ordem do Comando Militar. Cf. PETIT, Pere. Aurélio do Carmo: governador do Pará. In: QUEIRÓS, C. A. B.; UGARTE, A. S. (orgs.). *Trajetórias políticas na Amazônia Republicana*. Manaus: Editora Valer, 2019, p. 209 - 211

¹³⁷ EUA, Arquivo Nacional. *Amazônia e a Revolução Anti-Goulart*. Op. Cit.

¹³⁸ MOTTA, *Ruptura e continuidade na ditadura brasileira*. Op. Cit.

comercial funcionava dentro da normalidade¹³⁹. Porém, o discurso de ordem descrito não expressava a realidade que se consistiu em seguida aos desdobramentos do golpe. Pela Amazônia os sentimentos de desconforto e frustração tomaram suas principais cidades enquanto a repressão rapidamente se materializou na perseguição contra seus opositores.

Diante das horas incertas da virada de março para abril, reunidos na residência do general Madeira em Manaus, jornalistas, estudantes e trabalhadores anunciaram a intenção de executar uma greve geral na tentativa de isolar o estado com o fechamento do porto e do aeroporto, para o memorialista Paulo Figueiredo: “era a resistência que oporíamos no coração da Amazônia à ação golpista da direita no Brasil”¹⁴⁰. No entanto, descontente com os eventos a que acompanhava no sistema de comunicação por fonia, tomou a decisão de se acomodar quando percebeu que as forças golpistas destituíram Jango. Queria sair na condição de general da reserva, sem nenhum problema e se recolhendo ao silêncio¹⁴¹. Por fim, avisou aos presentes que iria reprimir qualquer iniciativa de resistência na capital do Amazonas¹⁴².

Mais tarde, o “general de esquerda” foi acusado pelo Consulado dos EUA como integrante de uma “conspiração comunista” contra a “revolução de 31 de março” ao lado de membros do movimento estudantil,¹⁴³ assim como a “regeneração conservadora” da UEA no pós-golpe se deu “contra a vontade dos comunistas e do Gal. Villanova Madeira”¹⁴⁴.

Contrários ao que denominaram de “rebelião de Minas Gerais”, os trabalhadores do porto decidiram por paralisar as atividades na orla portuária do *roadway* após o Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores decretar greve até “que se normalize a situação no país com a manutenção da ordem e da legalidade sob a orientação do presidente João Goulart”¹⁴⁵. Os trabalhadores da Refinaria da Companhia de Petróleo da Amazônia (COPAM) paralisaram a produção de gasolina e outros derivados de petróleo, assim como os estudantes, estivadores, portuários, metalúrgicos e gráficos seguiram em solidariedade. O CGT lançou nota em que conclamava os trabalhadores da cidade, do campo e ao povo para resistirem ao golpe orquestrado desde o Sudeste:

¹³⁹ EUA, Arquivo Nacional. *Telegrama do Consulado Americano (Belém) para o Departamento de Estado (EUA)*. Nº 1571, 2 de abril de 1964.

¹⁴⁰ FIGUEIREDO, *O golpe militar no Amazonas.*, Op. Cit., p. 39.

¹⁴¹ *Ibidem*.

¹⁴² FIGUEIREDO, *O golpe militar no Amazonas.*, Op. Cit., p. 39.

¹⁴³ EUA, Arquivo Nacional. *Movimento Estudantil no Norte*. A-9. Aerograma do Consulado Americano – Belém para Departamento de Estado (EUA), 24 de setembro de 1965.

¹⁴⁴ *O Trabalhista*, Manaus, 22 de julho de 1964.

¹⁴⁵ *A Gazeta*, Manaus, 01 de abril de 1964.

Ao povo de Manaus e as autoridades esclarecemos que os trabalhadores manter-se-ão como sempre estiveram em defesa da Constituição, da legalidade e da ordem, pela concretização das reformas de base preconizadas e defendidas por sua Excelência, o Presidente da República dr. João Goulart.¹⁴⁶

Entretanto, nas primeiras horas da noite foi dada uma contraordem para cessar o movimento, em vista da vitória dos militares. Por ordens do general Madeira, a greve foi suspensa, a Guarnição Militar e a Polícia Militar ficaram de prontidão para uma possível retomada da resistência. Cabe aqui ressaltar que o operariado não se reduziu à submissão, assim, ao executarem suas escolhas “segundo sua experiência de classe, demonstraram sua independência, atuando como uma classe distante dos patrões e cientes de sua identidade e desejo”¹⁴⁷. Como resultado, os trabalhadores organizados em sindicatos e partidos foram os mais visados pela repressão. Segundo Marcelo Ridenti, praticamente se extinguiu o direito à greve, diretorias e confederações de empregados foram destituídas ou sofreram intervenção, revogaram suas conquistas trabalhistas, além de prisões e processos contra trabalhadores acusados de perturbar a ordem democrática¹⁴⁸.

Pela Amazônia, as ações de resistência foram gradativamente sufocadas e reprimidas pelos militares. Tomavam as ruas os movimentos em comemoração à vitória do golpe e em demonstração de repúdio aos subversivos. Rapidamente, o jornal vespertino *Diário da Tarde* publicou em seu editorial os anseios pelo início da “revolução” pondo um marco para o fim da “desordem social”:

Que cada um olhe um pouco para trás. Para os dias tão recentes de intranquilidade, de ameaças, de insegurança, de inflação galopante, de incerteza no dia de amanhã, de medo do imprevisível – esse imprevisível que pareceria ser a guerra civil, o banho de sangue, o caos. Que cada um compreenda que aqueles dias terríveis terminaram a 31 de março e a 1º de abril começaram dias novos¹⁴⁹.

As primeiras horas do golpe civil militar no Amazonas marcaram a tônica do que foram os vinte e um anos de ditadura no estado: a consolidação da tradição autoritária a partir da influência da cultura política brasileira. De imediato, parte da população e setores da classe média tomaram as ruas do centro de Manaus a partir da Praça de São Sebastião, demonstrando a feição destes “novos dias” com o movimento que não tinha “cores político partidárias, nem religiosa”¹⁵⁰, reflexo direto das consequências do golpe,

¹⁴⁶ A *Gazeta*, Manaus, 1 de abril de 1964.

¹⁴⁷ NEGRO; SILVA, *Trabalhadores, sindicatos e política...*, Op. Cit., p. 91.

¹⁴⁸ RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS FILHO, Daniel A. et. al. *A ditadura que mudou o Brasil*: 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 32.

¹⁴⁹ *Diário da Tarde*, Manaus, 15 de abril de 1964.

¹⁵⁰ *Jornal do Commercio*, Manaus, 29 de março de 1964.

trazendo a posição de “neutralidade” como crítica à política “contaminada pela subversão”. Porém, tais posturas não eram neutras, pelo contrário, tratava-se de sustentar a racionalização do discurso anticomunista e se alinhar à tomada de poder.

Os principais mentores desta racionalização foram as associações religiosas de diversas matizes, que na ocasião conclamavam para a marcha, num movimento liderado por membros de igrejas cristãs, espíritas e judaicas numa decisão clara e favorável ao golpe civil militar. A marcha do Movimento Solidarismo e Democracia, cercado por membros da elite civil e empresarial, contou com a presença do Arcebispo de Manaus, Dom João de Souza Lima, do Cônego Walter Nogueira, do Pastor Moacir Alves, dos representantes israelitas e espíritas que tiveram como objetivo “defender o Brasil, com o sacrifício da própria vida, expurgando os comunistas, maus brasileiros, que queriam infelicitar a nossa Pátria”¹⁵¹. Acreditamos que o ponto unívoco deste alinhamento religioso tenha sido o discurso do ateísmo presente nas representações do comunismo. Deste modo, tal união religiosa e política pode ser lida através do objetivo de combater a subversão e salvar a destruição da religião.

É importante notar que o “ateísmo” e a oposição entre “comunismo e democracia” apresentam-se como elementos marcantes no conjunto das representações desta conjuntura, uma vez que esses grupos reacionários se denominaram contraditoriamente como “democratas” e “defensores da democracia” e do “cristianismo” (ou mesmo do deísmo, no caso dos judeus), como tentativa de identificação dos valores do mundo ocidental¹⁵². Isto decorreu em razão da cultura política brasileira ser mobilizadora e determinante na ação política dos indivíduos em grupos, reiterado não apenas pelos aspectos contemporâneos daquela circunstância, mas remetendo a toda uma tradição anticomunista, que é constantemente adaptada e ressignificada durante o tempo na sociedade brasileira¹⁵³.

Some-se a isto, a grande imprensa amazonense, que prestou amplo apoio em seus jornais aos valores do golpe dado contra a democracia brasileira¹⁵⁴. Todos os jornais do Amazonas renderam-se diante do autoritarismo. Os títulos revelam o forte impacto das

¹⁵¹ *Jornal do Commercio*, Manaus, 05 de abril de 1964.

¹⁵² MOTTA, *Em guarda contra...* Op. Cit., p. 271.

¹⁵³ BERSTEIN apud ROCHA, *Usos metodológicos da cultura política...* Op. Cit., p. 69.

¹⁵⁴ Conforme afirma Maria Capelato, “seus textos e editoriais demonstram o intenso envolvimento dos representantes do jornal no golpe”. Cf. CAPELATO, Maria Helena. História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, Lucília A. N; FERREIRA, Marieta M. (orgs.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 305.

expressões a ponto de serem consideradas “palavras balas” por justamente atingir profundamente o leitor¹⁵⁵:

EXÉRCITO CONSOLIDA A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA. O sr. João Goulart está deposto. A imediata reposta das Forças Armadas ao desafio que lhes foi lançado evidenciou o grande blefe do ex-presidente da República. Quis pagar para ver e nem esperou pelo resultado, desaparecendo aos primeiros sinais de vitória das forças democráticas. Traduzido os mais profundos anseios do povo brasileiro, as Forças Armadas opuserem um basta às tentativas de bolchevização do País (...)

Cumpra agora procede à higienização da vida pública brasileira, até porque a pessoa do sr. João Goulart pouco interessa, mas sim o esquema subversivo em que ele se encontrava montado, ameaçado os alicerces do regime. Não é possível que depois de arranhada a ordem legal se mantenha intacto esse dispositivo, por falsos pruridos legalistas¹⁵⁶.

Os presos políticos seguiram para o Quartel Militar de São Jorge, levados ao ultrajante cárcere da repressão psicológica¹⁵⁷. Logo, o que se prosseguiu na capital era um sentimento de expurgo aos opositores, iniciava a limpeza ideológica, a fim de eliminar os traços da “antiga” cultura política presente nos vínculos de corrupção e contrabando de seus integrantes, além da subversão. A sociedade amazonense parece ter se rendido fácil à ditadura militar e mesma controlava rapidamente a rebeldia daqueles que resistiram¹⁵⁸. Manaus era uma cidade constantemente vigiada, espionada e controlada dentro do contexto da Guerra Fria e mais ainda sob a ótica da luta contrarrevolucionária.

Ela chegou ao Amazonas e realizou a sua missão. Alguns cidadãos recolhidos ao quartel do bairro de São Jorge – ligados intimamente ou com tênues relações com as atitudes subversivas que a Revolução veio acabar – provam que ela chegou ao Amazonas. O que há agora é o processamento dos presos, continuação normal para a verificação de culpas. Entretanto, cumpridos os mais imediatos – e por isso sinceros – fins revolucionários (Goulart já não preside, Aragão já não comanda, Jurema já não dirige, Arraes já não governa,

¹⁵⁵ CAPELATO, *História do tempo presente...*, Op. Cit., p. 305.

¹⁵⁶ *Jornal do Comércio*, Manaus, 3 de abril de 1964.

¹⁵⁷ O jornalista Fábio Lucena esteve preso no 27º BC acusado de ser “homem da subversão”, “comunista” e um adepto fervoroso do “janguismo”, “sendo o organizador de barricadas nas ruas para promover a greve geral, seguinte a orientação do CGT até março de 1964”. Posteriormente foi eleito vereador e senador. *Serviço Nacional de Informações*. Informação nº 2157, Op. Cit. O jornal *A Gazeta* publicou em primeira página a nota de falecimento do líder operário amazonense Antogildo Pascoal Viana, o mesmo “encontrava-se na Guanabara desde dezembro, quando assumiu o cargo de Tesoureiro da Federação Nacional dos Estivadores (...) A sua morte foi recebida com pesar em todos os círculos operários na capital” (9 de abril de 1964). A versão oficial confirma que o líder sindical se atirou do 5º andar de um hospital no Rio de Janeiro. Todavia, a Comissão Nacional da Verdade contesta ao ressaltar que a causa de sua morte foi em decorrência da violência da repressão instalada nas primeiras horas da consolidação da ditadura, vítima direta de tortura psicológica (*Comissão Nacional da Verdade*. Mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014, Vol. III, p. 132). Posteriormente, seu corpo fora exumado e seus familiares não conseguiram rastrear seus restos mortais para transladar para Manaus.

¹⁵⁸ Em entrevista concedida ao historiador Vinicius Alves, Aldísio Filgueiras frisa que a “sociedade amazonense rendeu-se muito fácil. Tanto que era fácil controlar. Mesmo a rebeldia da gente, do ponto de vista político, era muito bem controlada”. AMARAL, V. A. “*Ou revolta ou a obediência estúpida*”. Op. Cit., p. 110.

Brizola e Julião já não discursam, greves já não param o Brasil e, enfim, o perigo comunista já não mais existe), as velhas raposas da política entenderam chegada a sua vez.¹⁵⁹

Como resultado direto destes “novos dias”, os estudantes da Faculdade de Direito do Amazonas publicaram nota intitulada *Pela unidade nacional contra o comunismo*, prestando solidariedade aos demais Estados da federação que estavam lutando pela preservação das liberdades fundamentais do homem contra a tentativa de “bolchevização” do Brasil¹⁶⁰. O movimento estudantil foi um dos primeiros a sofrer com os expurgos provenientes do golpe, seja diretamente pelas forças repressoras seja pelo processo de “democratizar” suas entidades com vistas a expurgar os considerados subversivos. Exemplo disto foi a eleição para o comando da UEA logo após o golpe, quando o estudante da Faculdade de Direito, Luiz Augusto Santa Cruz Machado, recebeu ampla divulgação de sua campanha pela grande imprensa amazonense, pois, o candidato encarnava os ideais golpistas do momento¹⁶¹.

A eleição foi representada como o embate entre estudantes “democratas” e “esquerdistas”. A chapa de situação, liderada pelo acadêmico de Filosofia, Edson Farias, seguiu com o programa de continuidade à política de ação social da diretoria vigente da entidade. Tachado de “esquerdista” por ter sido membro da Juventude Universitária Católica (JUC)¹⁶², sua chapa recebeu duras críticas, insinuando que sua política misturava ideais cristãos com os ideais da esquerda. Parte deste juízo se apoiou nas próprias críticas feitas pela hierarquia católica que não concordavam com a proximidade do movimento às perspectivas mais de esquerda, temendo ter sido inspirado pelo pensamento “comunista”. Tal posicionamento levou o movimento a ser alcunhado como a “esquerda católica”, justamente pela nova compreensão da relação entre fé e política e da transformação social radical da sociedade a luz dos preceitos evangélicos advindos das

¹⁵⁹ *O Trabalhista*, Manaus, 15 de maio de 1964.

¹⁶⁰ *Jornal do Commercio*, Manaus, 3 de abril de 1964.

¹⁶¹ *Jornal do Commercio*, Manaus, 7 de abril de 1964.

¹⁶² Movimento social-religioso integrante da Ação Católica Brasileira (ACB) e fundada na década de 1930, cujo objetivo era promover os ensinamentos do catolicismo no meio universitário. A partir da década de 1960, a entidade sofreu uma guinada à esquerda, a partir da leitura de trabalhos que ajudaram a compreender a realidade brasileira à luz de uma teologia progressista, entre as obras que influenciaram essa ruptura de perspectiva encontra-se os artigos do padre jesuíta Henrique de Lima Vaz sobre a temática “cristianismo e consciência histórica” e da tradução para o português de obras de intelectuais como Emmanuel Mounier, do jesuíta Teilhard de Chardin e do dominicano padre Lebre. Tal guinada provocou fortes conflitos com a hierarquia católica, que leu esse movimento como sinais de subversão de uma entidade católica. Engajados na política estudantil e em movimentos de cultura e educação popular, os militantes foram perseguidos logo após a consumação do golpe em 1964, tendo desaparecido após a promulgação do AI-5 em 1968.

leituras de obras de intelectuais progressistas católicos¹⁶³. Após a consolidação da ditadura, as decisões hierárquicas foram cruciais para o processo de desarticulação e término do movimento, de acordo com a historiadora Livia Braga os “atos de fechamento” empenhados pela hierarquia católica foram mais determinantes para o fim da entidade do que as medidas autoritárias do AI-5, pois, o encerramento da diretoria e a retirada de recursos destinadas à manutenção do movimento foram fundamentais para o fim das estruturas e das experiências históricas¹⁶⁴. Aqui compreendemos a clara influência do discurso anticomunista nas práticas da Igreja, isto é, tais representações catalisaram a perseguição aos movimentos sociais não só no campo religioso, como também na sociedade civil. Isto ficou nítido na promoção dos estudantes conservadores à liderança das principais entidades estudantis no Amazonas.

A atuação da juventude universitária da Ação Católica também foi descrita pela informação elaborada pela Agência Manaus (AMA) na década de 1970. Naquela conjuntura, tal entidade foi acusada de distorcer os reais objetivos da juventude estudantil católica na década de 1960. No entanto, afirmaram que não havia nenhum registro de atividades subversivas após a extinção da entidade e o seu último coordenador no Amazonas descrito como “elemento de esquerda” estava em inatividade¹⁶⁵.

Do outro lado, a chapa oposicionista encabeçada pelo estudante Luiz Machado encarnou a “juventude estudiosa”, aceita e promovida pelo regime e que tinha como programa dar “nova orientação” à UEA, livrando-a do “movimento esquerdista radical” que ocasionou seu marasmo administrativo, sem ter prestado nenhum benefício aos interesses da classe estudantil¹⁶⁶. Influenciada pelo espírito do momento, a grande imprensa conclamou a “juventude universitária” a comparecer durante a votação para demonstrar o exercício dos princípios democráticos em repúdio às atitudes “oportunistas” de outrora. Na véspera da eleição, foi publicado no *Jornal do Commercio* o manifesto dos universitários em apoio à candidatura da chapa oposicionista, criticando a gestão daquela ocasião por afastar o estudante amazonense de sua entidade representativa ao dedicar sua atenção ao Partido Comunista e à Ação Popular.

¹⁶³ BRAGA, Livia B. A. *A Juventude Universitária Católica e a ditadura civil-militar brasileira: dos “ventos de abertura” aos “atos de fechamento” (1964 – 1968)*. Dissertação de Mestrado em História PPGH/UERJ, 2021, p. 63.

¹⁶⁴ *Ibidem*, p. 140.

¹⁶⁵ ISHAQ, Vivien; et all. *A escrita da repressão e da subversão, 1964 – 1985*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012, p. 41.

¹⁶⁶ *Jornal do Commercio*, Manaus, 7 de abril de 1964.

A nova diretoria da UEA tomou posse no dia 1º de maio de 1964, na presença de autoridades civis, militares e religiosas. O discurso do novo presidente foi marcado por promessas consideradas “urgentíssimas” em torno da recuperação da Casa do Estudante e da construção dos dormitórios na sede da instituição¹⁶⁷, assim como sua imagem foi louvada como símbolo do estudante que o regime queria construir. Seja como for, no plano eleitoral o conservadorismo avançou, uma vez que o candidato conservador venceu o pleito daquele ano, reverberando o espírito golpista da ocasião.

Assim, do golpe até a aplicação final do artigo 10 do Ato Institucional nº 1, tanto os chefes de estado quanto os membros de movimentos sociais sentiram o período de tensão, em vistas da execução de expurgos e instalações de comissões de inquérito. Logo, dentro desta estratégia do regime, em promover uma “limpeza ideológica”, necessitavam urgentemente renegar seu passado e encampar neste regime proveniente da ruptura com a legalidade. Se a adesão do Comando Militar foi tardia, rápida foi a escolha de se unir aos golpistas por parte do trabalhista Plínio Coelho ao retornar para o Amazonas. Nas primeiras horas do movimento golpista, dirigiu do Rio de Janeiro a proclamação ao povo amazonense através de cadeia radiofônica da Rádio Nacional, manifestou seu apoio ao presidente João Goulart e dizia confiar na sua ação patriótica que “saberá reprimir mais esta tentativa de golpe contra as instituições constitucionais”¹⁶⁸. No entanto, ao retornar ao Amazonas estava convicto de que a “Revolução de 31 de março” libertou o país da implantação de um regime comunista castrista e que a deposição do presidente foi “uma revolução de elevado sentido histórico, igual somente a que nos libertou da querida pátria portuguesa”¹⁶⁹. Mais uma vez, como em uma partida de xadrez em que procurava evitar o xeque-mate, deixou sua decisão ser influenciada por acordos políticos que o acomodariam no poder. Desta vez, o próprio ministro de Guerra, Arthur da Costa e Silva, teria garantido sua permanência no governo em troca de apoio à ditadura que se instalava¹⁷⁰. Plínio Coelho sentia que as estratégias do regime em breve lhe dariam o xeque-mate, embora nutrisse a expectativa de que pudesse sobreviver politicamente.

O próprio Consulado Americano em Belém estava ciente de que o regime que se instalava no Brasil desejava desassociar o então novo regime nacional da política anterior

¹⁶⁷ *Jornal do Commercio*, Manaus, 5 de maio de 1964.

¹⁶⁸ *A Gazeta*, Manaus, 1 de abril de 1964.

¹⁶⁹ *Jornal do Commercio*, Manaus, 10 de abril de 1964.

¹⁷⁰ QUEIRÓS, César A. B. *O Trabalhismo de Plínio Ramos Coelho e o Golpe de 1964 no Amazonas*. Revista Mundos do Trabalho, v.8. n.15. jan. – jun., 2016, p.62.

ao golpe¹⁷¹. Os expurgos também aconteceram nas Forças Armadas, de modo que a suspeita renúncia do general Orlando Ramagem, então comandante militar da Amazônia e da Oitava Região Militar, tenha sido pressionada, em vista de sua íntima associação com o ex-presidente Juscelino Kubistchek¹⁷² e por ter sido considerado próximo do PSD no Pará. Igualmente, o general Madeira por ter sido associado ao presidente João Goulart e conseqüentemente ter a sua imagem ligada ao “esquerdismo”, foi transferido para a reserva através do Ato do Comando Supremo da Revolução nº 3 de 11 de abril de 1964.

Provavelmente, outro motivo para que o CMA hesitasse em tomar uma decisão precipitada em aderir ao movimento golpista, pode ser considerado a partir das relações de seus principais generais com os nomes de políticos que tiveram que agregar forças para assumir constitucionalmente o posto da presidência, através das redes de legalidade em 1955 e 1961. Do mesmo modo, suas experiências diante dos eventos de 1955 – os contragolpes coordenados pelo marechal Lott que permitiram a posse do recém-eleito Juscelino Kubistchek –, e 1961 – na resistência pela legalidade que permitiu João Goulart a assumir a presidência sob o sistema parlamentarista –, podem ter influenciado suas reticentes adesões ao golpe de 1964. Por outro lado, é necessário frisar que as Forças Armadas não se constituíam como uma página em branco “à espera de um grupo que escrevesse em suas linhas um programa político”¹⁷³. Tão menos se autolimitavam a um papel secundário na política brasileira, como propôs a tese de cunho liberal do cientista político Alfred Stepan. De certo, não podemos anular a ideia da autonomia militar na dinâmica da participação castrense no processo político desta época.¹⁷⁴ Aliás, o exemplo disto foram os conflitos e disputas políticas no Clube Militar, conforme afirma João Roberto Filho, nos pleitos da década de 1950, em que defrontaram-se distintas correntes políticas: “Chapa Amarela” (nacionalista) cujas características eram a defesa da industrialização do país, fortes críticas ao papel dos “trustes internacionais” e contra a execução de uma política externa alinhada aos Estados Unidos; “Chapa Azul” (antinacionalista) que defendia a postura favorável à participação do capital estrangeiro no país, além de comungar com os interesses dos Estados Unidos no contexto da Guerra

¹⁷¹ EUA, Arquivo Nacional. *Resumo Mensal – maio de 1964*. Nº - 66 – Não classificado. Aerograma do Consulado Americano (Belém) para Departamento de Estado (EUA), 5 de maio de 1964.

¹⁷² EUA, Arquivo Nacional. *Resumo Mensal – maio de 1964*, 1964.

¹⁷³ MARTINS FILHO, João Roberto. *Forças Armadas e política, 1945 – 1964*. In. FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964: Terceira República (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

¹⁷⁴ MARTINS FILHO, *Forças Armadas e política, 1945 – 1964...*, Op. Cit.

Fria .¹⁷⁵ Logo, a categoria cultura política é relevante nesta problemática para compreender os comportamentos políticos e o peso das relações estruturais já que as “tradições preexistentes impactam as escolhas políticas e impõe certos limites aos agentes”¹⁷⁶.

No mês de maio, foram instaladas investigações militares sobre acusações de irregularidades nos governos estaduais e as expectativas de mudança foram deixadas para o mês de junho. De acordo com o Consulado Americano, o intenso envolvimento do regime na política local significava que a “Revolução finalmente chegou à Amazônia”.¹⁷⁷ Mas, ainda levaria mais tempo para que a ditadura finalmente se consolidasse nos estados, inclusive no Amazonas.

Dessa forma, Plínio Coelho começou a se desvincular do passado político que o regime queria expurgar. Perante a crise política que o envolvia, admitiu em entrevista para *O Jornal* que rompera com João Goulart em 1962, após uma reunião em que procurou estar de acordo com a lei, por não admitir badernas e greves ilegais. Como resultado de sua oposição, deixou de receber verbas. Questionou a presença de um general, Madeira, que “dera proteção para os grevistas pelegos”¹⁷⁸, ainda frisou que não apoiou o Seminário de Estudos da UEA, chegando até mesmo a proibir as manifestações de rua. Questionado em afirmar de que lado estava, reafirmou sua crença na “revolução” pondo-se como o primeiro a pedir o fechamento da CGT e UNE¹⁷⁹. Para satisfazer os golpistas, almejou fazer reformas no governo no início de maio, com o objetivo de trazer sua administração em conformidade com os ideais da ditadura militar¹⁸⁰. Conseqüentemente, a oposição pediu o seu impeachment, obtendo apoio de dois oficiais da guarnição militar de Manaus, a fim de pressionar a Assembleia controlada pelo governador. Retornando de Belém, após estar a caminho da viagem ao nordeste, – sobre a qual afirmava que o objetivo era visitar seus parentes, quando seguia para conseguir apoio do quarto comandante do Exército, general Alves–, após ser informado da ação da oposição, ameaçou reagir “à bala” para impedir o cancelamento de seu mandato. Com auxílio da coalizão do PL, PDC e PTB, impediu o impeachment. Restou confessar que só

¹⁷⁵ MARTINS FILHO, *Forças Armadas e política, 1945 – 1964...*, Op. Cit.

¹⁷⁶ MOTTA, *Cultura política e ditadura...*, Op. Cit., p. 131.

¹⁷⁷ EUA, Arquivo Nacional. *Resumo Mensal – maio de 1964*, 1964.

¹⁷⁸ *O Jornal*, Manaus, 17 de maio de 1964.

¹⁷⁹ *Ibidem*.

¹⁸⁰ EUA, Arquivo Nacional. *Resumo Mensal – maio de 1964*. N° - 66, 1964.

sairia do governo com ordem da cassação emanada pelo presidente, do contrário reagiria à mão armada para defender seu mandato¹⁸¹.

Nas ruas, fofocas e furos jornalísticos mesclavam-se com a certeza de que o trabalhista não sobreviveria ao decreto de cassação. A chamada “grande lista negra”¹⁸² antecipou os decretos finais do artigo 10 do AI-1 assinado por Castelo Branco. Nomes foram omitidos, outros incluídos, mas Plínio Coelho não escapou. Oficializada em 14 de junho de 1964, acusado de envolvimento direto com contrabando e corrupção¹⁸³, sua deposição foi informada pessoalmente pelo general Jurandir Mamede, após oficialiar a abertura do festival folclórico em Manaus. Em síntese, concordamos com César Queirós que a sua deposição deve levar em conta os inúmeros enfrentamentos e desafetos somados durante sua trajetória política, assim, acabou por ser uma “comunhão de interesses” entre as velhas elites locais e os novos governantes da ditadura militar¹⁸⁴.

A aplicação do artigo 10 do AI-1 na Amazônia ocasionou a destituição de cargos que iam de governadores até funcionários administrativos públicos, na sua maioria acusados de corrupção: uso indevido de fundos públicos, enriquecimento ilegal e total tolerância governamental de atividades de jogo e contrabando.¹⁸⁵ Enquanto a subversão, considerada de pouca influência na região, o comprometimento de políticos locais com elementos da dita “extrema esquerda” em busca de apoio, foi o motivo das cassações.¹⁸⁶ Ao lado de Plínio Coelho, o ex-secretário de Finanças do Estado, Aldo Mourão foi acusado de corrupção. Enquanto o deputado Arlindo Porto e o vereador Manoel Rodrigues da Silva foram presos acusados de subversão, o motivo alegado para as cassações foram suas ligações com Leonel Brizola.¹⁸⁷ Não obstante, tal leitura do momento não diminui as trajetórias e experiências de nomes ligados à esquerda na Amazônia. Como descrito anteriormente, podemos destacar que suas forças eram expressivas e causavam intenso incômodo ao governo e às Forças Armadas, mesmo sendo a repressão a estes intensamente mais forte do que sua resistência.

¹⁸¹ *O Jornal*, Manaus, 17 de maio de 1964.

¹⁸² EUA, Arquivo Nacional. *Weeka 25*. N° A- 1501 – Confidencial. Aerograma do Consulado Americano (Belém) para Departamento de Estado (EUA), 19 de junho de 1964.

¹⁸³ EUA, Arquivo Nacional. *Resumo Mensal – junho 1964*. N° 1 – Não classificado. Aerograma do Consulado Americano (Belém) para Departamento de Estado (EUA), 7 de julho de 1964.

¹⁸⁴ QUEIRÓS, *Plínio Ramos Coelho*., 2019, p. 118.

¹⁸⁵ EUA, Arquivo Nacional. *Resumo abrangendo os amazônicos afetados pelo artigo 10 da Lei Institucional*. A-09 – Confidencial. Aerograma do Consulado Americano (Belém) para o Departamento de Estado (EUA), 1 de setembro de 1964.

¹⁸⁶ *Ibidem*.

¹⁸⁷ EUA, Arquivo Nacional. *Resumo abrangendo os amazônicos afetados...*, Op. Cit.

Não obstante, a sucessão de um governante legitimamente eleito pelo povo deveria seguir as ordens da Constituição do Estado, mas é ignorado que o autoritarismo proveniente do golpe atropelou o processo constitucional da sucessão. Uma falsa cassação geraria uma ilegítima sucessão governamental no Amazonas. O próprio Consulado Americano expressou que o governador cumpriu menos da metade de seu mandato, portanto, a eleição de seu sucessor deveria ter ocorrido por vias de sufrágio universal¹⁸⁸, conforme a Carta Magna do Estado. Em vista do momento arbitrário em que vivia a nação, de forma rápida devido à pressão política, a Assembleia Legislativa procedeu à criação de uma emenda à Constituição Estadual para dar legitimidade à eleição indireta dos cargos de governador e vice-governador.¹⁸⁹

Dois dias depois, em 16 de junho, Arthur César Ferreira Reis foi eleito para encarnar o programa “revolucionário” da ditadura militar no Amazonas. Ressaltou que havia aceitado o governo com a intenção de “implantar no Amazonas os princípios da Revolução” e eliminar a “corrupção, contrabando e a completa ausência de políticas públicas” que caracterizavam o governo da região¹⁹⁰. Reis frisou que sua eleição foi fruto de uma indicação pessoal do presidente Castelo Branco e não do resultado da eleição indireta promovida pela Assembleia Legislativa, que apenas deu feições de constitucionalidade ao ato¹⁹¹. Para o jornal *Diário da Tarde*, o mês de junho marcou o término da fase repressiva e a “revolução se fez em nome da democracia, da honra e da liberdade”.¹⁹² Porém, o que se sucedeu foram terríveis anos de repressão e a instalação total da ditadura no Amazonas após o golpe civil militar. O novo governador foi saudado com grande entusiasmo nas diversas esferas do poder, tanto nacional quanto local. Porém, se configurou como um “déspota esclarecido”¹⁹³ nos trópicos, um intrigante e contraditório personagem histórico de nossa região: influente intelectual com vasta produção em história da Amazônia – e ferrenho perseguidor de seus opositores, crítico da cultura política brasileira, mas incentivador da cultura em tempos autoritários¹⁹⁴.

¹⁸⁸ EUA, Arquivo Nacional. *Resumo Mensal – junho 1964*. Op. Cit.

¹⁸⁹ *Diário da Tarde*, Manaus, 15 de junho de 1964.

¹⁹⁰ EUA, Secretaria de Estado. *Crise política no Amazonas*. Nº 5 – Não classificado. Aerograma do Consulado Americano (Belém) para o Departamento de Estado (EUA), 18 de agosto de 1964.

¹⁹¹ EUA, Arquivo Nacional. *Crise política no Amazonas*, 1964.

¹⁹² *Diário da Tarde*, Manaus, 23 de junho de 1964.

¹⁹³ Cf. UGARTE, Auxiliomar S. Arthur César Ferreira Reis (1906 – 1993): um “déspota esclarecido” da Amazônia Brasileira? In. QUEIRÓS, C. A. B.; UGARTE, A. S. (Orgs.). *Trajetórias políticas na Amazônia Republicana*. Manaus: Editora Valer, 2019.

¹⁹⁴ O historiador Vinicius Alves descreve que para Reis “a divulgação cultural era uma atitude essencial para preparar o Amazonas espiritualmente para as mudanças materiais anunciadas pelos militares para a região”. Cf. AMARAL, “*Ou a revolta ou a obediência estúpida*”, 2015, p. 54.

Interessante citar, Reis causava visível incômodo às autoridades estadunidenses, em especial aos membros do Consulado Americano em Belém. Devido a sua postura contrária à internacionalização da Amazônia, foi visto como insuflador do antiamericanismo na região, em razão de suas constantes denúncias em conferências estudantis de que os EUA estariam tentando “internacionalizar” a Bacia Amazônica¹⁹⁵. Mesmo em situação de oposição à Ditadura Militar, os estudantes estimavam a figura de Reis por sua ampla defesa da região amazônica.

Entretanto, a face autoritária não tardou a aparecer. Em 11 de agosto, contrário ao voto da Assembleia Legislativa que anulava o veto que concedia aumento de vencimentos à magistratura, cercou e interditou com tropas da polícia o edifício da Assembleia e a sede do Tribunal de Justiça¹⁹⁶. Ordenou a prisão do ex-governador Plínio Coelho e fechou os jornais *A Gazeta* e *O Trabalhista*, então opositores ao seu governo. O caso repercutiu nacionalmente, levando o jornal *Última Hora* a estampar em sua manchete a acusação de que Arthur Reis era o “ditador do Amazonas”¹⁹⁷. Em protesto contra a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de conceder *habeas corpus* a Plínio Coelho, decidiu renunciar gerando uma grave crise política.

Negociações envolvendo o general Mamede e o presidente Castelo Branco levaram Reis a reverter sua decisão, considerada uma vitória do programa de “moralização” do governador e de seu apoio à ditadura no estado, na medida que no Amazonas a tensão entre o remodelar a política por parte do governador e o retorno dos privilégios tradicionais dos políticos estavam em evidente choque¹⁹⁸. Seu programa de moralização e austeridade econômica tinha como objetivo não negociar com os deputados estaduais em troca de apoio político.

Em busca de consolidar a “nova cultura política” proveniente do golpe, Reis instalou no seio de seu governo uma Comissão de Investigação Estadual (CEI) cujo objetivo visou a criação de inquéritos para averiguar a corrupção e subversão durante o governo de Plínio Coelho e demais administrações anteriores. A execução da comissão levou muitos políticos do Amazonas a temerem que o governo de Arthur Reis não pudesse apenas mudar a cultura política, mas os afastar e punir¹⁹⁹. Isolados de suas formas

¹⁹⁵ EUA, Arquivo Nacional. *Movimento Estudantil no Norte.*, 1965.

¹⁹⁶ Para uma maior leitura deste momento: Cf. AMARAL, V. A. *A força do direito contra o direito da força: atritos entre o executivo e o judiciário no Amazonas pós-golpe de 1964*. In: FERREIRA, A. et al. *Nas curvas do tempo: história e historiografia na Amazônia em debate*. Manaus: Editora UEA, 2019.

¹⁹⁷ *Última Hora*, Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1964.

¹⁹⁸ EUA, Arquivo Nacional. *Crise política no Amazonas*. Op. Cit.

¹⁹⁹ *Ibidem*.

tradicionais de influência política e ameaçados por processos de inquéritos da comissão, a atitude dos deputados em revogar o veto governamental pode ser lida por duas linhas, sendo a primeira delas compensar as perdas das tradicionais influências com o aumento dos ganhos salariais. A segunda, em demonstrar seu controle sobre a Assembleia, com vistas a modificar seu “programa de moralização” na imposição ao retorno da cultura política anterior ao golpe²⁰⁰. Reis leu e entendeu isto como uma conspiração ao seu projeto político alinhado à ditadura. Enxergando em Plínio Coelho o líder, não hesitou em executar atitudes arbitrárias em nome da “moralização” a que foi incumbido.

A crise no Amazonas foi lida pelo Consulado Americano como uma divergência de interesses entre as forças que gostariam de retornar à situação anterior ao golpe, enquanto as que ascenderam após o golpe queriam impor sua profunda mudança “moralizadora” na política brasileira²⁰¹. Seguindo em suas considerações, a “vitória” de Reis após a crise, contando com o apoio sólido do regime e das Forças Armadas, fomentaram a ausência de diálogo entre o executivo, legislativo e o judiciário. Sua vitória foi considerada negativa, visto que o que evoluiu foi um conjunto de procedimentos inconstitucionais que resultaram por demonstrar sua capacidade de ignorar o legislativo²⁰². Aliás, seu perfil político se inspirava no resgate da figura do “bom estadista” presente na representação do governador português Lobo d’Almada, administrador forte, ousado, empreendedor, honesto, patriótico e consciente de seus deveres com o bem-estar da coletividade²⁰³. Porém, no caso de Arthur Reis, inquestionavelmente alinhado com a ditadura militar.

Reis consolida a ditadura no Amazonas com a publicação do *Sumário dos Inquéritos*, informando ao público sobre as conclusões das Comissões de Inquéritos instauradas na base dos artigos 7º e 8º do AI-1. Ao findar o documento, saúda o povo amazonense justificando seu ato como necessário ao ter tomado conhecimento da “tremenda realidade” de seu estado. Considerada uma difícil fase de consolidação da ditadura, tais investigações foram frutos do golpe cujo objetivo alegado teria sido a regeneração dos costumes políticos e administrativos do país. Dessa forma, para Arthur Reis, a “limpeza” foi necessária nas áreas administrativas e políticas, onde atuavam os acusados de corrupção e improbidade (quando não, de subversão). Naquele momento o

²⁰⁰ EUA, Arquivo Nacional. *Crise política no Amazonas*. Op. Cit.

²⁰¹ Ibidem.

²⁰² Ibidem.

²⁰³ UGARTE, *Arthur César Ferreira Reis (1906 – 1993)*, Op. Cit., p. 163

caminho lhe parecia estar pronto para se dedicar com maior afinco “ao trabalho de elaboração de um novo Amazonas”²⁰⁴.

Afinal, é sobre este chão histórico que nossos sujeitos vivenciaram suas experiências históricas, numa concretização dos instintos colonialistas dos nossos dirigentes, em meio às resistências, arranjos de acomodação ou apoio ao regime através da política de “valorização” de uma região considerada “degradada” e “decadente”²⁰⁵.

Isto fica nítido a partir do golpe, no qual cada setor da sociedade teve por função assegurar a dominação da região em esferas diferentes: política, econômica e espiritual. Assim, este domínio sobre a sociedade colonizada se exprimiu por um estado de fato e por um estado de direito, e enfim, repousou sobre uma ideologia: um sistema de pseudojustificativas e racionalizações²⁰⁶. Desta forma, foi no discurso de “racionalidade da região” que a ditadura se apoiou, no qual o “desenvolvimento” tornou-se categoria dominante no discurso dos planejadores oficiais da ditadura²⁰⁷, alicerçado na justificativa de “responsabilidade civilizatória” ao “valorizar” uma região considerada decadente pela presença marginal de sujeitos “primitivos” e constantemente ameaçada pelo “comunismo” no contexto global de Guerra Fria.

Primeiramente, tal justificativa esteve alicerçada na ideologia hegemônica impregnada nas Forças Armadas e tinha como fundamento as experiências adquiridas nas guerras coloniais ao longo do século XX, outrora chamadas de “guerras modernas”. Em *Modern Warfare: A french view of counterinsurgency*, Roger Trinquier ressalta que um novo tipo de guerra surgiu após a Segunda Guerra: a guerra moderna. Difere de outras guerras do passado na aniquilação do exército inimigo e se caracteriza “como um sistema interligado de ações políticas, econômicas, psicológicas que visa a derrubada da autoridade estabelecida de um país e sua substituição por outro regime”²⁰⁸. Exemplo disto, é a guerra colonial da Indochina, onde o embate não foi entre dois estados soberanos, mas entre metrópole e colônia, no qual o combate anticolonialista teve como objetivo organizar-se como estado independente²⁰⁹. Posteriormente, encontraram o mesmo sentimento na luta pela independência na Argélia. Segundo Trinquier, para

²⁰⁴ AMAZONAS, Governo do Estado. *Amazonas: Sumário dos Inquéritos*. Op. Cit.

²⁰⁵ ALMEIDA, *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Op. Cit., p. 70.

²⁰⁶ BALANDIER, *A situação colonial...* Op. Cit., p. 50.

²⁰⁷ ALMEIDA, *Antropologia dos Archivos da Amazônia...* Op. Cit., p. 71.

²⁰⁸ TRINQUIER, Roger. *Modern Warfare: a french view counterinsurgency*. London: Pall Mass Press, 1964, p. 06.

²⁰⁹ ARAÚJO, Rodrigo Nabuco. *A influência francesa dentro do exército brasileiro (1930 – 1964): Declínio ou permanência? Esboços: história em contextos globais: Florianópolis, 2008, p. 263.*

alcançar tal objetivo o “agressor” tenta explorar as tensões internas (ideológica, social, religiosa, econômica) do estado invadido. Assim, o inimigo deveria ser localizado antes do ataque, pois, trata-se não apenas de grupos armados, mas de uma organização instalada dentro da população. Logo, para vencer, torna-se necessária a destruição do inimigo²¹⁰.

Concomitantemente, a doutrina da “guerra contrarrevolucionária” criada após o fim da Guerra da Indochina, em que fragorosamente os franceses amarguraram sua derrota em 1954, e o interregno entre as guerras coloniais intensificou a circulação destas ideias pelo mundo, em especial na América Latina, fornecendo uma série de pseudojustificativas e racionalizações que consolidaram-se na causa da instalação de ditaduras e perseguições aos seus adversários, enquanto nas colônias serviram para reprimir os focos revolucionários anticolonialistas.

As forças repressoras deveriam diluir a “Guerra Revolucionária”, conscientes de que a guerra moderna entre a metrópole e sua colônia se tratava de evitar a articulação dos movimentos independentes e anticoloniais e, por fim, eliminar a organização que se formava dentro da população. Evidentemente que na América Latina os objetivos eram outros. Não se tratava de uma luta anticolonial, mas, uma luta pós-colonial onde as permanências dos anos de colonialismo podem ser visíveis no empobrecimento e na humilhação causada pela ausência de progresso social dessas sociedades colonizadas. Afinal, conforme aponta Balandier, o problema colonial presente nas reações induzidas pela descolonização resultou numa série de consequências que perturbou brutalmente a história dos povos²¹¹. Logo, a luta pela reforma agrária, as propostas nacionalistas de desenvolvimento, as organizações populares, movimentos estudantis e sindicais que se organizaram em volta destas pautas, foram banalizadas e recriminadas diante do cenário global da Guerra Fria.

Não tardou para que estas pautas, contrárias às demandas liberal-capitalistas, fossem encaradas como pautas para a implementação do comunismo nas Américas. O agravamento da crise social e política do início da década de 1960 contribuiu para que os militares acreditassem que a “Guerra Revolucionária” já começara no país,²¹² deste modo, não era o combate a uma tropa ou um exército, mas uma ideia: o comunismo²¹³.

²¹⁰ TRINQUIER, *Modern Warfare...*, Op. Cit., p. 67.

²¹¹ BALANDIER, *A situação colonial...*, Op. Cit., p. 33.

²¹² MARTINS FILHO, *Forças Armadas e política, 1945 – 1964*, Op. Cit.

²¹³ QUADRAT, *Ditadura, violência política...*, Op. Cit., p. 251.

Encontramos referências à “Guerra Revolucionária” em dois jornais na região amazônica: primeiro, em Belém, o jornal *O Liberal* publicou em suas folhas os estudos da Escola Superior de Guerra (ESG) e Escolas do Estado Maior, discorrendo que os oficiais superiores das forças armadas chegaram à conclusão de que o Brasil se encontrava na terceira fase, ou seja, na “obtenção de armas”. De acordo com tal estudo, a “Guerra Revolucionária” teria cinco fases: 1) “gestação” (guerra psicológica); 2) preparação e criação do ambiente pré-revolucionário; 3) “subversão de ordem”; 4) “subversão franca”; e, por fim, 5) “conquista do poder”. Para os militares, havia vários núcleos armados em diversos pontos do território nacional, principalmente nos sindicatos rurais e nas orlas marítimas, logo, a terceira fase encontrava-se bastante adiantada com

ampla infiltração comunista no governo, forças armadas, promoção de greves com motivação política, nos partidos políticos, organizações estudantis e trabalhistas. A organização e o treinamentos dos guerrilheiros constitui um elemento dessa fase de organização.²¹⁴

Em Manaus, *O Jornal*²¹⁵ exprimiu que era preciso compreender bem a natureza e o sentido da intervenção do Exército para “expulsar do poder, que exercia contra a segurança e o interesse nacionais, o sr. João Goulart”. O que havia, era uma “agressão externa” que vinha atingindo o Brasil, deste modo, o conceito de “Guerra Revolucionária” estava sendo amplamente desenvolvido no país, em que a Rússia, através do Partido Comunista, pudesse levar ao poder partidários ligados aos interesses russos. Esta seria uma guerra, ao mesmo tempo, ideológica, política e militar. Sendo assim, o primeiro ponto era destruir a chamada “força armada do adversário” e assim impor a sua vontade. Portanto, na circunstância do golpe, as Forças Armadas “consolidaram uma nova ordem” através de um “movimento restaurador da democracia” que não apenas teria salvado o Brasil, mas toda a América Latina do mesmo destino de Cuba.

Aliás, a implantação do regime socialista em Cuba, após o triunfo de Fidel Castro, formalizou em abril de 1961, medidas de nacionalização de propriedades norte-americanas e a rápida reorientação da venda de açúcar para a União Soviética e China, obrigando os EUA a reorientarem sua postura política diante da América Latina²¹⁶. Além disso, a pobreza foi vista como “semente da revolução violenta”, sendo, portanto, necessário o seu combate para evitar a implantação do comunismo. Como resultado,

²¹⁴ *O Liberal*, Belém, 22 de janeiro de 1964.

²¹⁵ *O Jornal*, Manaus, 9 de abril de 1964.

²¹⁶ FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 23.

definiram o crescimento econômico da região como requisito básico para a segurança. Para isso, seria necessário a conjugação da doutrina militar da contrarrevolução com a Aliança pelo Progresso²¹⁷.

O objetivo deste programa era prestar assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina. Suas nações deveriam traçar planos de desenvolvimento custeados em grande parte por si próprias, enquanto o restante caberia aos EUA. A administração dos fundos estadunidenses caberia à *United States Agency for International Development* (USAID). Na verdade, o programa foi uma tentativa de conceder apoio ao desenvolvimento da região de forma condicionada, atendendo aos critérios de alinhamento. Criado no governo do democrata John Kennedy, sua administração manteve fortes suspeitas diante das ações políticas de João Goulart, por tender a observar seus passos sob a ótica da Guerra Fria. Somados a isto, ameaças ao capital estrangeiro através das expropriações de empresas americanas e planos de estatização por parte do governador Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, mantiveram suas suspeitas sempre em estado de alerta.

Na Amazônia, os membros do CGT pediam a nacionalização da Indústria e Comércio de Minérios S.A (ICOMI), então empresa de mineração de manganês brasileira com grande participação de capital estadunidense no então território do Amapá²¹⁸. Em nota oficial, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Petróleo dos Estados do Pará, Amazonas e Maranhão tomou a posição de estar ao lado do governo ao reforçar sua posição por uma política nacional-desenvolvimentista:

Os trabalhadores na Indústria da Extração do Petróleo na Amazônia, conscientes da importância que representam o processo de desenvolvimento econômico da nação brasileira os dois decretos assinados pelo Exmo. Sr. Presidente da República, doutor João Goulart, dos quais o de desapropriação das terras marginais dos eixos rodoviários, ferroviários e dos açudes marca o início da Reforma Agrária que virá libertar o povo brasileiro da fome e subnutrição e o de encampação das Refinarias particulares, outra vitória da luta iniciada há mais de quinze anos pelo monopólio Estatal do Petróleo²¹⁹.

Conscientes da importância de suas lutas, ainda mais de suas experiências históricas, tanto os trabalhadores, representantes de sindicatos, estudantes, quanto políticos progressistas, entendiam a importância das reformas nacionalistas para implementar o desenvolvimento da situação periférica em que se encontravam os estados

²¹⁷ FICO, *O grande irmão...*, Op. Cit., p. 26.

²¹⁸ EUA, Arquivo Nacional. *Amazônia e a Revolução Anti-Goulart...*, Op. Cit.

²¹⁹ *A Província do Pará*, Belém, 15 de março de 1964.

da Amazônia. Isto deu razão ao apoio de decretos de desapropriação das terras e encampação das refinarias particulares, considerados marcos decisivos na luta de libertação econômica social e política do povo brasileiro²²⁰. A visualização de um horizonte de expectativa lhes garantiu a confiança no governo para gerir as mudanças necessárias. Mesmo diante da compreensão de Goulart como mediador dos trabalhadores, estes não tardaram em protagonizar greves e mobilizações contra a carestia, desvalorização de salários e qualidade no trabalho. Tudo isto sustentou a hipótese de que o presidente João Goulart estava sendo influenciado pela “mentalidade marxista” dos homens à sua volta ou por ações estrangeiras comunistas. Em consequência, pressupunha-se que tinha como finalidade a tomada de poder fomentando a luta de classes.

Em contrapartida, os EUA não possuíam apenas a diplomacia e a espionagem para auxiliar na conquista de sua hegemonia na região. Dreyfuss ressalta a influência de associações de classes nos Estados Unidos na tentativa de mobilizar a comunidade de empresários locais dentro do processo político brasileiro para agir em confluência com as políticas imperialistas estadunidenses²²¹. Para os funcionários consulares, os conservadores locais na Amazônia, leia-se empresários, viam os decretos do governo como uma tendência para a completa destruição da propriedade privada, bem como se cristalizou a crença de que Goulart seguia com a missão de destruir a livre empresa²²². A preocupação com sinais da iminente “comunização” do país gerou aumento de consultas aos consulados e embaixadas tanto por parte de brasileiros quanto de americanos residentes. Estes buscavam informações sobre como poderiam pedir asilo político “em caso de emergência”. Também o Centro Cultural Brasil - Estados Unidos recebeu aumento repentino de pedidos de treinamento em inglês por parte de empresários²²³.

Afinal, quais relações podemos traçar entre o constante monitoramento da Secretaria de Estados dos EUA através de seu corpo diplomático na Amazônia, o processo de marginalização da região e a ditadura militar?

Em síntese, podemos traçar alguns fatores que estiveram extremamente vinculados entre si, não correndo o risco de firmar conclusões. Em primeiro lugar, cumprir o serviço de espionagem próprio da Secretaria de Estado, uma vez que a percepção de que as posturas políticas de Goulart eram vistas como “ambíguas” e

²²⁰ *A Província do Pará*, Belém, 15 de março de 1964.

²²¹ DREYFUSS, 1964: *A conquista do Estado*, Op. Cit., p. 100

²²² EUA, Arquivo Nacional. *Amazônia e a Revolução Anti-Goulart...*, Op. Cit.

²²³ *Ibidem*.

preocupantes²²⁴. Em segundo lugar, o contexto de sua riqueza em potencial, de forma que manter o controle da região seria estratégico para a dominação política e, posteriormente, sua exploração econômica, salientada pelo contexto histórico da ocasião. Isto pode ser notado a partir da coluna do jornalista Lúcio Flávio Pinto no jornal *A Província do Pará* em 1968. Sensível ao seu passado-presente, discorreu sobre a permanência de uma economia colonial reforçada pela exploração de grandes potências estrangeiras ao afirmar que “muda-se apenas o cenário, permanece a situação. Cria-se um colonialismo interno”. Novamente, a tradição dos instintos colonialistas era corroborada pelos militares da ditadura:

depois de sofrermos – e ainda hoje sofremos – as consequências de um colonialismo externo, realizamos agora um colonialismo interno: as regiões mais desenvolvidas explorando as regiões subdesenvolvidas. A ação do Governo Federal na região Norte nada mais tem sido do que a aplicação dessa política²²⁵.

Em terceiro, a ampla hegemonia do trabalhismo na esfera política local, vista com certa cautela por suas posturas nacionalistas e pelo apelo popular. Em quarto, após o golpe de 64, passaram a observar com cautela o antiamericanismo pela Amazônia, monitorando desde as ações do governador Arthur Reis aos estudantes, além do receio crescente do nacionalismo. Por fim, em quinto, manter a Secretaria de Estado informada sobre as agitações dos movimentos sociais e de possíveis focos revolucionários na região que poderiam contestar as estratégias autoritárias da ditadura. Nesta conjuntura, não podemos nos furtar de uma perspectiva que possa contemplar uma análise global, pois, as tomadas de poder através de golpes militares foram contemporâneas tanto em África como na América Latina e os seus processos de dominação apresentam similitudes dentro do contexto de Guerra Fria.

²²⁴ Importante citar que o principal patrocinador da “tese de golpismo de Goulart” foi o EUA. Essa temática já vinha sendo discutida por membros do governo dos EUA, principalmente pelo embaixador Lincoln Gordon, que sustentava a tese de que os comunistas dariam apoio à tomada de poder no Brasil, enquanto o secretário de Estado, Dean Rusk, adotou a versão governamental da suposta intenção de Goulart perpetuar-se no poder. Seu maior mentor intelectual foi o cientista político Alfred Stepan, suas especulações logo foram referendadas pela academia durante anos, ao afirmar que o golpe civil militar de 1964 trouxe uma singularidade: o abandono da função “moderadora” dos militares, ou seja, a finalidade de organizar as instituições e devolver aos civis, contudo, a longa permanência dos militares foi ocasionada pelo motivo de sentirem ameaçados por um suposto “golpismo de Goulart”. No Brasil, os cientistas políticos Wanderley Guilherme dos Santos (tese da “paralisia decisória”) e Argelina Figueiredo (no livro *Democracia ou reformas?*) dialogaram em suas perspectivas com as especulações de Stepan. No campo da história, tal narrativa encontra-se presente nas obras de Marco Antônio Villa. Em suma, de acordo com Carlos Fico, essa narrativa e as obras influenciadas por ela carecem de evidências empíricas e embasamento teórico sofisticado. FICO, *Ditadura Militar Brasileira...*, Op. Cit., 12 – 13.

²²⁵ PINTO, Flávio Pinto. Coluna Quark. Ocupar o quê? Como e pra quê? In. *A Província do Pará*, Belém, 10 de dezembro de 1968.

Portanto, podemos afirmar que a ditadura reforçou na região a situação colonial, permanente tradição no seio da cultura política brasileira na Amazônia, sobretudo porque pode ser compreendida como uma dominação que se estende, que persiste e que se mantém. Inclusa na historicidade da região, tal tradição foi reafirmada pelo golpe civil militar através da dinâmica da totalidade de dominação que sustentou tal ação. Logo, o regime reafirmou os discursos para a ocupação da região em sua cultura política, no qual é possível perceber nas estratégias de consolidação da ditadura. De fato, a historiadora Camila Monção aponta em seu trabalho para as permanências no trato que o Estado legou à região amazônica desde a década de 1930, demonstrando que as representações que circundam essa região perduram no tempo e ainda são propagadas nos discursos que avançam temporalmente, com o intuito de manipular a Amazônia para justificar sua dominação política e econômica, corroborando o tratamento paternalista e desenvolvimentista da região, elementos marcantes desta tradição reforçada pela cultura política brasileira²²⁶.

Aliás, essa tradição sempre reafirma sua “ocupação racional” a partir de uma reação à “degradação” provocada pelo que se afirma ser o “conhecimento primitivo”. Deste modo, a ação do Estado brasileiro no decorrer do tempo, pretendeu “valorizar” o que foi “degradado”, reparando as perdas a partir do discurso de “valorização da Amazônia”. Este esquema explicativo foi reproduzido durante a ditadura militar quando foi destacada a ação empresarial para dinamizar a economia amazônica, tratando o conhecimento local como “atrasado” e acentuando os conflitos sociais a partir da falácia de que os agentes sociais seriam “incapazes” de explorar a magnitude do potencial da natureza para os fins do mercado²²⁷.

Essas representações sobre os sujeitos sociais na Amazônia podem ser encontradas nas fontes analisadas nesta dissertação, desde os jornais da grande Imprensa aos documentos sensíveis dos órgãos de monitoramento. O conteúdo dos relatórios visava produzir informações sobre a movimentação política e sobre a implementação dos projetos econômicos realizados pelos governos locais. Por vezes eivados de posturas preconceituosas, descreviam a Amazônia como “lugar quente e pegajoso”²²⁸ e o Amazonas como “mundo distante”²²⁹. Diante das crises políticas, os percalços dos

²²⁶ MIRANDA, *Ditadura Militar e Amazônia...* Op. Cit., p. 217 – 218.

²²⁷ ALMEIDA, *Antropologia dos Archivos da Amazônia...* Op. Cit., p. 70 – 71.

²²⁸ EUA, Arquivo Nacional. *Resumo Mensal – setembro 1963*, Op. Cit.

²²⁹ EUA, Arquivo Nacional. *Weeka 33*, Op. Cit.

problemas de comunicação com as demais regiões do país eram evidentes, porém, não hesitaram em compactuar com a postura do *Jornal do Brasil* que descreveu em seu editorial ser “mais fácil e rápido descobrir o que está acontecendo em Saigom do que em Manaus”²³⁰. Além disso, também podemos observar a estratégia de excluir do outro o protagonismo de sua ação, exemplo disto são os seus relatos sobre as táticas dos estudantes no Amazonas, consideradas meros movimentos de apoio aos protestos vindos do sul e sudeste, menosprezando a capacidade de agir a partir de suas pautas locais.

Logo a luta pelas reformas, os sonhos e as utopias na Amazônia foram arbitrariamente reprimidos pela imposição da modernização autoritária e conservadora da ditadura militar, materializada através de uma nova geopolítica para a região: a chamada *Operação Amazônia*. Idealizada pelo governo Castelo Branco, tratava-se de um conjunto de projetos que visou a integração da região ao contexto socioeconômico nacional a partir da implantação da malha de grandes eixos de comunicação e transporte – como exemplo as execuções da rodovia Transamazônica e a BR 174 – cujo objetivo tratava de vencer o “vazio demográfico” da região a partir do lema “integrar para não entregar”²³¹.

Por conseguinte, impelido pelas estratégias da Operação, o gal. Costa e Silva instalou no dia 6 de agosto de 1968 a sede do Governo Federal em Belém por treze dias, percorrendo também as demais capitais da região passando por Manaus, Rio Branco, Porto Velho, Boa Vista e Macapá. Tal iniciativa foi traduzida pelo interesse de promover a “redenção da Amazônia”, com o objetivo de repelir influências desnacionalizantes. Para o regime, tal operação despertou uma “consciência nacional”, em especial nos jovens, de maneira que a preocupação naquela conjuntura era de implementar ações de dominação da região pela ditadura²³². Neste aspecto, cabe ressaltar o desejo de integrar também os estudantes à realidade amazônica, expressa na fala do gal. Albuquerque Lima, então Ministro do Interior, intimando e hostilizando os estudantes alcunhados de “pichadores” e organizadores de passeatas que se “encontravam” desavisados da realidade brasileira, a se integrarem ao Projeto Rondon²³³.

No discurso de saudação direcionado aos “homens da Amazônia” em Belém, Costa e Silva frisou as preocupações da operação em abrir largos horizontes ao desenvolvimento social e econômico da região, anunciando que para a ditadura, a

²³⁰ EUA, Arquivo Nacional. *Weeka 33*, Op. Cit.

²³¹ VIEIRA, *Ditadura militar, povos indígenas...* Op. Cit., p. 25.

²³² *O Liberal*, Belém, 9 de agosto de 1968.

²³³ *Idem*.

integração da Amazônia era um imperativo nacional e que ao transferir temporariamente a sede do governo para a região, não se tratava apenas de uma ação política para sentir os anseios do povo, mas, oferecer o caminho seguro do desenvolvimento e do progresso²³⁴. Em Manaus, finalmente apresentou as diretrizes da linha de ação do Plano de Integração da Amazônia, delegando à iniciativa privada e às Forças Armadas o protagonismo da execução de projetos desenvolvimentistas para a região²³⁵. Na ocasião, visitou o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), espaço onde a doutrina da guerra contrarrevolucionária era posta em prática através de exercício militares no combates às guerras de guerrilhas²³⁶.

Em linhas gerais, trata-se do início formal do processo de dominação a partir do discurso de integração e desenvolvimento pelos militares, ocasionando no adensamento do desmatamento da floresta, constante massacre de povos originários, desmobilização dos movimentos sociais e perseguição daqueles que se insurgiram contra o processo hostil da modernização autoritária da ditadura militar.

1.2. ENTRE A CAPITAL E AS FRONTEIRAS: APOIOS, ACOMODAÇÕES E RESISTÊNCIA ESTUDANTIL

O golpe fez eclodir o estado de perseguição em todo o Amazonas. Sua capital foi considerada zona hostil à ditadura, evidenciado durante os discursos de vereadores na Câmara de Porto Alegre, ao revelar que o Conselho Nacional de Segurança estudava o projeto de decreto de criação de bases militares nas capitais, onde as Câmaras Municipais continuavam hostis à “revolução”, dentre elas a própria Porto Alegre, Rio Grande, Manaus, Santos e Recife²³⁷. Enquanto na Assembleia Legislativa do Amazonas os militares eram homenageados pela “revolução” que realizaram com o objetivo de colocar o país “sob o império da ordem e da moralidade administrativa”²³⁸, na Câmara Municipal de Manaus foram formadas comissões de inquérito para colher informações de vereadores e funcionários à procura de elementos possivelmente ligados aos “comunistas” ou simplesmente considerados “subversivos”²³⁹.

²³⁴ *A Província do Pará*, Belém, 6 de agosto de 1968.

²³⁵ *A Província do Pará*, Belém, 11 de agosto de 1968.

²³⁶ *O Jornal*, Manaus, 9 de agosto de 1968.

²³⁷ *Jornal do Commercio*, Manaus, 15 de maio de 1964.

²³⁸ *Jornal do Commercio*, Manaus, 7 de maio de 1964.

²³⁹ *Diário da Tarde*, Manaus, 27 de abril de 1964.

As forças políticas anteriores ao golpe estavam tentando se apegar às novas forças golpistas, ao mesmo tempo em que as forças consideradas “subversivas” eram perseguidas através da repressão violenta ou das chamadas “operações limpezas”, todas demasiados atos autoritários. Intervenções foram realizadas no Departamento dos Correios e Telégrafos, no qual foi nomeado interventor o tenente coronel José Alípio de Carvalho. Para a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), foi nomeado o funcionário mais antigo e de confiança do regime, Ataíde Brandão. No Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos (IAPM) “onde a balburdia reinava”, foi designado para a autarquia o senhor Mansueto Euclides de Queiroz. Tudo isto regido pelo detalhado trabalho do general Álvaro Alves dos Santos, cuja função tratou de intervir nas repartições federais, autarquias e paraestatais²⁴⁰. O então Comandante da Guarnição Federal de Manaus, sucessor do general Madeira, era considerado um “oficial solidamente pró-revolucionário”²⁴¹.

Em meados de junho de 1964, a ditadura suspendeu cerca de 299 direitos políticos de cidadãos brasileiros. Sendo, dentre estes, 51 deputados federais, 46 militares reformados e 6 governadores destituídos. Desta forma, contraditoriamente, o golpe se justificava em nome da democracia, da honra e da liberdade²⁴². Ao povo caberia uma função coadjuvante nesta tomada de poder, dando “ouro para o bem do Brasil”. A campanha contou com apoio do governador Arthur Reis, senhoras esposas dos ex-combatentes da FEB e estudantes do terceiro ano do Grupo Escolar Ribeiro da Cunha²⁴³, que tinha como finalidade restaurar as finanças do país que se encontravam em declínio por supostamente ter sido gerada por “duas calamidades”: o “desenvolvimentismo corrompido” de Juscelino Kubistchek e o “descalabro inflacionário” aliado à “anarquia ideológica” do governo de João Goulart²⁴⁴.

Enquanto o jornal *Diário da Tarde* informava aos seus leitores o anúncio de reajuste de seu preço em decorrência do alto custo da confecção do material impresso, além da crescente pressão inflacionária da ocasião²⁴⁵, a Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) contava com ampla colaboração do Exército para fiscalizar os preços dos gêneros de primeira necessidade nos mercados e feiras, que julgavam ser

²⁴⁰ *Jornal do Commercio*, Manaus, 11 de abril de 1964.

²⁴¹ EUA, Arquivo Nacional. *Movimento Estudantil no Norte*. Op. Cit.

²⁴² *Diário da Tarde*, Manaus, 23 de junho de 1964.

²⁴³ *Jornal do Commercio*, Manaus, 9 de agosto de 1964.

²⁴⁴ *Diário da Tarde*, Manaus, 22 de maio de 1964.

²⁴⁵ *Diário da Tarde*, Manaus, 23 de junho de 1964.

reflexo da exploração constante de comerciantes desonestos e afinados com a antiga política brasileira²⁴⁶. Diante dos aumentos na tabela de preços e na crescente carestia que afligiu diretamente os populares, as casas comerciais de Manaus foram alvos de intensa fiscalização contra a “ganância e o lucro fácil”, sob a justificativa de que a ditadura não visava proteger o comerciante desonesto²⁴⁷, num sinal claro de combate à “imoralidade subversiva”.

Logo, a ditadura estava empenhada em reestabelecer a ordem em três grandes setores: no estudantil, no operariado e no militar²⁴⁸. Para cumprir os ideais do regime que se consolidava, o general Jurandir Bizarria Mamede foi nomeado comandante militar da Amazônia, tomando posse em junho de 1964. O histórico de Mamede demonstra que o mesmo foi complacente com os ideais reacionários e alinhado aos oficiais “não nacionalistas” das Forças Armadas. Líder da Cruzada Democrática, durante o funeral do general Canrobert, o então coronel Mamede defendeu abertamente o golpe contra a posse de Juscelino Kubistchek e João Goulart. O discurso foi o estopim para crise institucional que culminou no contragolpe protagonizado pelo general Lott²⁴⁹. O próprio jornal *A Província do Pará* destacou suas experiências passadas ao noticiar sua chegada:

O novo comandante Militar da Amazônia e da 8ª Região, General Mamede, teve participação destacada nos acontecimentos que precederam ao suicídio do ex-presidente Getúlio Vargas, tendo assinado o “Manifesto dos Coronéis”, que repercutiu amplamente em todo o País, naquela oportunidade.²⁵⁰

Ao assumir o CMA afirmou ser “integrante de um movimento renovador”²⁵¹, sua forte presença política e militar se notabilizou nas cassações políticas dos governadores dos maiores estados da região norte: no Pará, Aurélio do Carmo (PSD) e no Amazonas, Plínio Ramos Coelho (PTB). O último, transmitiu pessoalmente a notícia de sua cassação e suspensão dos direitos políticos e que seu sucessor tinha a simpatia do general. Plínio Coelho não hesitou em criticar os militares antes de sua deposição, afirmando que dois dos três oficiais do Exército não representavam as Forças Armadas vitoriosas da “Revolução de abril” e que estes estavam traindo os “objetivos revolucionários” ao seguir os conselhos de adversários e políticos derrotados pela vontade e desejo do povo

²⁴⁶ *Diário da Tarde*, Manaus, 14 de maio de 1964.

²⁴⁷ *Diário da Tarde*, Manaus, 14 de maio de 1964.

²⁴⁸ *Jornal do Commercio*, Manaus, 14 de junho de 1964.

²⁴⁹ MARTINS FILHO, *Forças Armadas e política*. Op. Cit.

²⁵⁰ *A Província do Pará*, Belém, 3 de junho de 1964.

²⁵¹ *A Província do Pará*, Belém, 5 de junho de 1964.

amazonense²⁵². O editorial do jornal *O Trabalhista* acusou as forças de oposição de conspiração contra o governador do Amazonas, pois, na cidade havia eclodido “uma revoluçãozinha particular” ante a considerada “revolução original”²⁵³. A suposta tranquilidade que o editorial ressaltou ao afirmar que a intimidação e o faccionismo de ares oficiais foram arrasados, deu lugar à feroz crítica de que o país estaria farto da intranquilidade após rumores da decretação de um suposto estado de sítio. No entanto, as críticas d’*O Trabalhista*, jornal que apoiara o governo de Plínio Coelho, seguiram em direção aos constantes rumores de cassações advindos do regime.

O país ainda não voltou integralmente à normalidade, embora o tempo que separa dos dias atuais a eclosão da Revolução. O povo acorda, almoça, janta e dorme pensando em quem cairá nas horas próximas, em quem terá o mandato cassado ou suspensos os direitos políticos²⁵⁴.

Some-se a isto, a censura que se materializou em diversas instituições na cidade de Manaus. O filme *Madre Joana*, de produção polonesa, teve sua projeção proibida nos cinemas após críticas de setores da sociedade amazonense por considerar a obra ofensiva aos princípios morais e religiosos²⁵⁵. Por conseguinte, o deputado estadual Renato Souza Pinto criticou a atitude arbitrária do Governo Estadual pelo fechamento dos jornais *A Gazeta* e *O Trabalhista* e a prisão de seu diretor que se encontrava detido e incomunicável²⁵⁶. Tropas policiais tomaram o prédio da Difusão S.A e fecharam a redação dos jornais. Durante a noite, os funcionários ocuparam novamente seus postos de trabalho, mas foram impedidos através da contraordem de evacuação total do prédio²⁵⁷. Repudiando o ato autoritário do governador, o senador Arthur Virgílio enviou telegrama ao presidente da Associação Amazonense de Imprensa, o jornalista Aristophano Antony:

No momento em que a liberdade de imprensa sofre um rude golpe em meu Estado, envio por intermédio do ilustre Presidente da AAI, a minha solidariedade a todos os jornalistas amazonenses atingidos pela medida arbitrária do governador Arthur Reis, impedindo pela força a circulação dos jornais “A Gazeta” e “O Trabalhista”. Saudações. Senador Arthur Virgílio²⁵⁸.

Tudo isto decorreu da crise entre o legislativo e o executivo em agosto de 1964, em resposta à recusa do veto do governador ao aumento dos salários do legislativo e

²⁵² *A Gazeta*, Manaus, 18 de junho de 1964.

²⁵³ *O Trabalhista*, Manaus, 22 de maio de 1964.

²⁵⁴ *O Trabalhista*, Manaus, 13 de agosto de 1964.

²⁵⁵ *Jornal do Commercio*, Manaus, 3 de setembro de 1964.

²⁵⁶ *Jornal do Commercio*, Manaus, 11 de setembro de 1964.

²⁵⁷ *Jornal do Commercio*, Manaus, 13 de agosto de 1964.

²⁵⁸ *Ibidem*.

judiciário pela Assembleia Legislativa. Reis tomou três enfáticas medidas autoritárias: ordenou a prisão do ex-governador Plínio Coelho, por uso indevido de fundos públicos; fechou os jornais de oposição *O Trabalhista* e *A Gazeta*, de propriedade do ex-governador; ordenou a polícia militar a cercar e fechar a Assembleia Legislativa e o Tribunal do Estado²⁵⁹.

A crise se acentuou quando o Tribunal Judicial do Estado concedeu *habeas corpus* a Coelho, mas ao entregar a ordem ao Executivo, foram informados de que o ex-governador não estava mais nas mãos do estado, sendo enviado à Comissão Federal de Inquérito Militar. De súbito, Reis renunciou, motivado por acreditar que a libertação de Coelho era a prova de que seu programa de moralização e austeridade econômica estava na mira de uma conspiração. Consequentemente, acreditava que seu projeto político não estava sendo apoiado integralmente pela ditadura. Isto é evidente na sua mensagem sobre a situação política publicada no *Jornal do Commercio*, ressaltando não ter pretensões políticas e nem o desejo de construir uma carreira política, criticou aos que não teriam compreendido a “etapa revolucionária” daquela circunstância, ou seja, “combater a subversão e a corrupção, destituir toda aquela minoria cuja missão pública era de assaltar e conservar o poder público”. Seu contraditório horizonte de expectativa almejava preparar o povo do Amazonas para gozar de liberdade democrática, honrando o investimento do dinheiro público, em consonância com a ditadura²⁶⁰.

A cidade assistiu a dias de impasse político. Para sanar a crise, o general Mamede pôs-se na condição de mediador, optando pela conciliação. O regime concordou em apoiar o programa do governador ao aceitar suas “condições” para a retirada de sua renúncia. Mesmo não especificada, se referia a esta como “pessoal”, entretanto, fontes do Consulado Americano descreveram que a demanda provável foi aceita devido ao recuo de Plínio Coelho e a ordem de prendê-lo novamente. Em sequência, uma nova ordem fora expedida pelo general Álvaro dos Santos, por ter sido constatado pelo CMA a participação do ex-governador na execução da “conspiração política”, visando impedir os objetivos da consolidação da ditadura no Amazonas. O ex-governador foi considerado foragido e sua fuga foi lida como comprovação de sua participação na suposta conspiração²⁶¹.

²⁵⁹ EUA, Arquivo Nacional. *Crise Política no Amazonas*. Op. Cit.

²⁶⁰ *Jornal do Commercio*, Manaus, 14 de agosto de 1964.

²⁶¹ *A Crítica*, Manaus, 28 de agosto de 1964.

Entretanto, as forças de segurança não estavam empenhadas em sua busca, pois, acreditava-se que era melhor um fugitivo do que um mártir perante o seu povo, sendo justamente esta última representação que os dois jornais de oposição ao governo estavam programados para começar a publicar no domingo posterior aos seus fechamentos²⁶². Tal incômodo também foi expresso pelo deputado federal Leopoldo Peres ao declarar para os funcionários da Embaixada Americana em Brasília de que existia o temor do ex-governador tornar-se mártir aos olhos do povo, por este motivo não teria sido capturado e levado a julgamento público. Peres informou que o Exército tinha ciência de que se encontrava em Manaus, mas, preferiram manter o ex-governador isolado na cidade e não numa prisão comum, ao menos que suas atividades pudessem incitar outra crise ao governo estadual²⁶³.

Pelo interior, o estado de perseguição também esteve presente. O funcionário da Exatoria de Rendas do município de Maués, identificado como senhor Eloy, foi indiciado através de processo instaurado por ordem do prefeito de Maués, por ser considerado “agente de subversão” na cidade, em decorrência de ter sido supostamente encontrado com um revólver e livros cujo títulos eram *Quais inimigos do Povo*, *Getúlio, este desconhecido*, *A grande muralha* e *Cuba, a Revolução na América*, o que poderia indicar sua relação com as antigas forças políticas²⁶⁴.

Em outubro de 1964, o Comando do Grupamento de Elementos de Fronteiras recomendou que o povo se afastasse dos grupos subversivos empenhados na perturbação da ordem pública, evitando a participação em passeatas ou reuniões, caso contrário o CMA reprimiria com máxima violência aqueles que desejassem subverter a ordem, caso contrário, não hesitariam em reprimir com violência os “desordeiros” mostrando o caminho da lei²⁶⁵.

Deste modo, é possível perceber o quanto o Estado encontrava-se agitado devido aos expurgos dos derrotados. Em meio à intranquilidade, os estudantes conservadores alçados ao poder na UEA teceram fortes críticas às medidas autoritárias do então ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda. A gestão “democrata” liderada por Luiz Machado contestou a ditadura por investir contra a classe universitária, impondo “silêncio constrangedor” por não conseguir dominá-los. O receio dos membros da gestão era de

²⁶² EUA, Arquivo Nacional. *Crise Política no Amazonas*. Op. Cit.

²⁶³ EUA, Arquivo Nacional. *Opinião do deputado*. Op. Cit.

²⁶⁴ *Jornal do Commercio*, Manaus, 3 de setembro de 1964.

²⁶⁵ *A Crítica*, Manaus, 9 de outubro de 1964.

que o controle e a consequente eliminação das entidades estudantis pudessem enfraquecer a força dos estudantes conservadores, acreditavam que os estudantes “comunistas” ainda estavam ativos e livres para intrigar e caluniar, com o objetivo de agitar a UEA e outras entidades estudantis²⁶⁶. Afinal, o silêncio imposto a eles não evitaria a luta dos estudantes opositores à ditadura militar. As tensões não diminuíram a tentativa do ministro Suplicy de controlar as entidades estudantis a partir da criação da Lei 4464²⁶⁷, cuja intenção também era de criar lideranças imbuídas do civismo do regime²⁶⁸.

Por outro lado, é perceptível que os estudantes que permaneceram na linha de frente da resistência contra a ditadura no Amazonas foram, em grande parte, sujeitos afeitos ao posicionamento político de esquerda. Embora o movimento estudantil não fosse homogêneo, a presença de estudantes simpáticos aos projetos dos militares foi intensa no período da consolidação da ditadura. Outros movimentos permaneceram silenciados em decorrência de medidas arbitrárias como o próprio movimento de trabalhadores em 1964, pois, o golpe de estado armou-se contra a sensação de pertencimento da classe operária à aliança entre trabalhistas, nacionalistas e pecebistas em prol do projeto nacional reformista²⁶⁹. Somado a isto, as intervenções dos militares em autarquias, repartições federais, sindicatos visaram reprimir e cooptar seus trabalhadores. Deste modo, a feição da resistência no período de 1964 a 1968 no Amazonas foi o movimento estudantil.

Em 1968, o jornal *A Crítica* publicou a reportagem intitulada *Por que o estudante amazonense não protesta?* “Sérgio”, um dos estudantes entrevistados declarou: “o amazonense não protesta, pois, antes procura resolver de forma racional suas dificuldades, assim suas pautas são atendidas pelas autoridades de forma ‘civilizada’”²⁷⁰. Outros destacaram a repressão imposta após o golpe como causa para o *não protestar* no Amazonas, notabilizando a presença do gigantismo do aparato policial.

No Amazonas, em primeiro lugar, podemos constatar que o processo de repressão contra os opositores através da “operação limpeza” nas entidades estudantis foi mais forte do que o confronto direto entre os estudantes e militares. De imediato, torna-se evidente

²⁶⁶ *Jornal do Commercio*, Manaus, 11 de outubro de 1964.

²⁶⁷ A lei determinava a existência de Diretórios Acadêmicos (DA) nos estabelecimentos de ensino superior. Nas universidades, os estudantes deveriam organizar seu Diretório Central de Estudantes (DCE), estes comporiam os Diretórios Estaduais dos Estudantes, em substituição à União Estudantil. Por fim, comporiam uma unidade nacional de representação estudantil, o Diretório Nacional de Estudantes (DNE), em substituição à União Nacional dos Estudantes. Tais organizações eram manietadas pelo regime, que os impediam de realizar manifestação de caráter político-partidário.

²⁶⁸ BRAGHINI, *Juventude e pensamento...*, Op. Cit., p. 221.

²⁶⁹ NEGRO; SILVA, *Trabalhadores, sindicatos e política...*, Op. Cit., p. 87.

²⁷⁰ *A Crítica*, Manaus, 11 de novembro de 1968.

a tentativa de consolidar no seio do movimento a implantação da ideologia do regime respaldada pela Lei 4464, conhecida por Lei Suplicy. Em segundo lugar, após a vigência do AI-5, o aparelho autoritário passou a enfrentar diretamente o movimento através de posturas repressivas e arbitrárias. Finalmente, em terceiro lugar, não podemos reduzir nossas análises em torno da “passividade” e “distanciamento dos demais centros”, pois, as experiências dos estudantes foram permeadas por particularidades.

Discurso próprio das autoridades e instituições que acabaram por consolidar a opinião do senso comum, o Consulado Americano caracterizou o movimento estudantil no Amazonas como fraco, paroquial e facilmente flexível aos ditames das autoridades, críticos ao regime, mas cautelosos em confrontar diretamente as autoridades e as Forças Armadas²⁷¹. O relatório do Consulado Americano ressalta a chegada de um “grupo conservador” ao poder, que conseguiu reter o controle do movimento estudantil denunciando com frequência seus predecessores, acusados de “subversivos”, “reformadores sociais” e “intérpretes de Marx”. Culparam a antiga diretoria de corrupção, de promoção de atividade subversiva como seminários, pichamentos nas paredes e apoio ao presidente Goulart. Por fim, o governador Arthur Reis fora relatado como “amigo dos estudantes”, entusiasta do apoio aos “estudantes democráticos” na reconstrução da entidade à luz dos “ideais revolucionários” da ditadura. O relatório ainda descreve a relação cordial entre o governador Reis e os estudantes, o motivo seria a sua relação com a educação que conferiu apoio e suporte ao movimento de estudantes conservadores²⁷².

O efeito da repressão e a tentativa de cooptar os estudantes para o espectro ideológico do regime também pairou sobre a UESA. Em reunião na Casa do Estudante, durante o XIII Congresso dos Estudantes do Grau Médio do Amazonas, elegeram sua diretoria na presença do Secretário do Interior e Justiça, Mirtíl Leví, presente “por motivos de precaução”, cujo claro objetivo foi a intimidação dos secundaristas. Os dirigentes da UESA apresentaram uma chapa de situação, porém, pela força da presença persecutória, resolveram retirá-la, restando apenas a chapa da Ala Democrática, eleita por aclamação²⁷³.

Os estudantes conservadores da diretoria da UEA mantiveram estreitas relações com o governador Reis com vistas a solucionar as pautas da classe através de reuniões próximas, por via de acordos que visavam a acomodação. Exemplo disto, foi a

²⁷¹ EUA, Arquivo Nacional. *Movimento estudantil no norte*. Op. Cit.

²⁷² EUA, Arquivo Nacional. *Movimento estudantil no norte*. Op. Cit.

²⁷³ *Jornal do Commercio*, Manaus, 15 de abril de 1964.

reivindicação estudantil pelo abatimento de 50% da passagem de ônibus, tratada com pouca seriedade pela Câmara Municipal de Manaus. *O Jornal* descreveu a situação dos estudantes amazonenses em suas folhas:

Continuam, portanto, os estudantes amazonenses a clamar num imenso deserto e a ouvir o eco da própria voz. No âmbito dessa questão, acham-se ao desamparo, arrostando sacrifícios de toda sorte, notadamente os que são reconhecidamente pobres, e que não podem, em consequência, pagar 100 ou 200 cruzeiros diariamente só de ônibus. Os que trabalham de dia e estudam à noite vêm, a cada passo amontanharem-se as dificuldades à sua frente. Muitas vezes nem vão ao colégio porque não possuem o dinheiro suficiente para pagar as passagens nos coletivos.²⁷⁴

O referido jornal também criticou não só o silêncio dos políticos amazonenses, mas a suposta acomodação em que se encontrava os estudantes, uma vez que se tivessem optado pelo conflito através de passeatas e protestos, o abatimento já teria sido resolvido, mas se portavam pacificamente e, por isso, talvez, nada conseguiam²⁷⁵. Tal discurso reflete a postura dos estudantes conservadores na busca de solucionar problemas por vias que consideravam como ordeiras. Por conseguinte, as reivindicações foram levadas ao governador Arthur Reis, colocado primeiramente na figura de professor antes da de governador, deixando na incerteza o abatimento da passagem estudantil. Aliás, o direito à meia passagem foi postergado pelos anos subsequentes. Os estudantes voltariam a encampar tal reivindicação com maior força durante a agonia da ditadura, no início dos anos 80.

Dessa forma, os estudantes que constituíram gestões ditas “democráticas” configuravam dentro da lógica da “verdadeira juventude estudantil”, o que a historiadora Katya Braghini nomeou de “juventude estudiosa”. Esta carregaria a “mística de uma democracia autêntica”, a “integração entre classes em ‘a perfeita identificação com o destino do regime e da nacionalidade’; juventude boa como a ‘índole do nosso povo’, ‘pura’, ‘dócil’, sensível’, que trabalhava e tinha amor à família e à pátria”²⁷⁶. Entretanto, para Braghini, o movimento estudantil foi representado pela ditadura como uma dificuldade, pois, os estudantes anunciavam problemas ligados aos interesses do segmento e tornaram visíveis os conflitos da sociedade em que viviam²⁷⁷.

Os problemas de infraestrutura e comodidade foram fortemente criticados através de protestos organizados pelos estudantes da Faculdade de Filosofia em 1965, articulados

²⁷⁴ *O Jornal*, Manaus, 27 de junho de 1964.

²⁷⁵ *Ibidem*.

²⁷⁶ BRAGHINI, *Juventude e pensamento...*, Op. Cit., p. 202.

²⁷⁷ *Ibidem*, p. 30.

para pressionar as autoridades em prol de sede própria. Suas aulas eram realizadas num prédio que pertenciam à Faculdade de Ciências Econômicas, cujas salas eram insuficientes e desconfortáveis. Chegaram a idealizar uma passeata pelas ruas de Manaus, porém, a interferência do recém-criado Diretório Universitário (DU) retardou por alguns dias a intenção. O governo cedeu diante da iminência de uma nova agitação estudantil e os estudantes de Filosofia passaram a assistir as aulas no novo prédio, adquirido através de verbas dos recursos do Governo Federal. Mesmo com o conforto nas salas de aula da Faculdades de Filosofia, o prédio de dezoito salas era compartilhado com as turmas de Pedagogia, Letras, Filosofia, Química e Matemática²⁷⁸.

Fazendo jus ao cumprimento da Lei Suplicy, foi criado em 1965 o DU, paralelo a instalação da UA. Em consonância com o espírito arbitrário da ocasião, a entidade seria o novo órgão de representação estudantil das recém-criadas faculdades, tendo como uma das finalidades a representação das reivindicações estudantis junto ao Conselho Diretor da universidade, obtendo o direito a voto nas suas deliberações²⁷⁹. Com feito, a UEA foi extinta a partir da promulgação da lei, dando lugar à entidade reconhecida e criada pela ditadura. Trata-se de suprimir o passado de lutas estudantis no Amazonas com a tentativa de criar uma política estudantil alinhada aos ideais do regime.

No entanto, a tentativa de manietar o processo histórico de lutas do movimento estudantil não obteve o êxito desejado. Na eleição para o DU em 1965, o acadêmico da Faculdade de Direito, Raimundo da Costa Crespo venceu o pleito, contando com o apoio integral da Faculdade de Filosofia, Ciências Econômicas e parte da Faculdade de Direito. O seu adversário, Waldilson Cruz, contou com o apoio incontestável do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito. Em nota oficial do diretório, a candidatura de Crespo foi considerada uma provocação pela possibilidade de retorno ao “estado de alienação” da representação estudantil, agitando ainda mais o momento considerado grave²⁸⁰. O resultado certamente não agradou o segmento conservador, pois Crespo venceu Cruz com o dobro de votos, com exceção da Faculdade de Ciências Econômicas em que ganhou por apenas um voto. O Consulado americano observou que Crespo foi apoiado pelo “grupo mais radical”, o que motivou a instituição a manter o seu monitoramento, a manter-se em alerta diante das ações futuras do movimento estudantil naquela circunstância²⁸¹.

²⁷⁸ *Jornal do Commercio*, Manaus, 14 de maio de 1965.

²⁷⁹ *A Crítica*, Manaus, 14 de agosto de 1965.

²⁸⁰ *Jornal do Commercio*, Manaus, 14 de agosto de 1965.

²⁸¹ EUA, Arquivo Nacional. *Movimento estudantil no Norte*. Op. Cit.

Por conseguinte, no segmento secundarista, alguns grêmios estudantis foram fundados em 1966, como exemplo o Grêmio Estudantil do Colégio Solon de Lucena, criado como uma das entidades secundarista da também extinta UESA. Entretanto, foram impedidos de “fazer política” e ameaçados para que evitassem organizar qualquer movimento político, caso contrário, seriam reprimidos. As entidades estudantis somente poderiam ser reconhecidas como instituições com finalidade cívica, cultural, social e esportiva²⁸². Isto era justificado pela ideia de que o estudante bom não tomaria posição nenhuma, devendo ficar dentro da escola se aclimatando ao espírito apolítico preferido pela ditadura²⁸³.

Contudo, em junho de 1966, os secundaristas lideraram os protestos no Colégio Estadual do Amazonas contra a precariedade do sistema de educação pública. A Polícia Militar desobstruiu o piquete feito pelos secundaristas para impedir a entrada de pessoas no estabelecimento, além de vários policiais terem cercado o colégio. Porém, não foi o suficiente para desmobilizar a ação estudantil. Os estudantes realizaram comício em frente ao colégio, onde oradores usaram a palavra “pedindo ao Governo liberdade para protestar ou que não desse motivos para tais protestos”²⁸⁴. Por conseguinte, seguiram em passeata até a residência do Secretário da Educação para pressioná-lo a atender suas reivindicações. Em busca de uma solução, os secundaristas reuniram-se com o governador Arthur Reis, com vistas a tratar sobre os interesses da classe estudantil. O governador prometeu cumprir as reivindicações estudantis. Com o intuito de resolver a situação, afirmou: “nem que eu tenha que voltar ao magistério, vocês terão aula”. A ação recebeu elogios dos estudantes presentes entre eles Geraldo Said, Deocleciano Bentes, Aldísio Filgueiras e Flávio Queiroz. O governador ainda elogiou os estudantes pela posição dizendo: “enquanto alguns estudantes fogem das aulas, vocês gritam por elas”²⁸⁵, relembando os seus velhos tempos de secundarista.

Todavia, a crise se intensificou com a punição dos secundaristas que participaram do movimento, quatro tiveram suas matrículas canceladas. A imprensa intitulou como “o movimento de protesto dos ginasianos”, cujo ápice foi a ação de estudantes punidos que decidiram acampar em praça pública pelo retorno das aulas, em solidariedade aos companheiros vítimas do autoritarismo. O movimento foi considerado por muitos como

²⁸² *Jornal do Commercio*, Manaus, 30 de abril de 1966.

²⁸³ BRAGHINI, *Juventude e pensamento...*, Op. Cit., p. 228.

²⁸⁴ *A Crítica*, Manaus, 3 de junho de 1966.

²⁸⁵ *A Crítica*, Manaus, 4 de junho de 1966.

“subversivo”, pois, “as exigências mais simples eram interpretadas como atitudes autoritárias”²⁸⁶. O acampamento seguiu os mesmos moldes feito pelos estudantes cariocas quando acampavam em frente ao Ministério de Educação e Cultura ao reivindicarem por mais vagas nas universidades. Conforme noticiou o jornal *A Crítica*, diversas barracas foram recolhidas, causando descontentamento nos estudantes que seguiram novamente até o governador reivindicando anistia aos punidos. Entretanto, a situação permaneceu durante os meses seguintes, ocasionando a realização de novos protestos contra a marginalização da educação e do ensino secundarista.

Ao averiguar a mediação do então governador Arthur Reis durante a tática estudantil, chama-nos atenção sua relação ambígua e, por vezes, contraditória: os estudantes estimavam o governador, mas mantinham a oposição e criticidade ao regime que representava. Podemos elencar alguns fatores que esclarecem tal relação. Para o historiador Rodrigo Motta, embora sejam adversárias e possuidoras de características antiéticas, em certas situações, as culturas políticas podem se deixar influenciar por valores defendidos pelas concorrentes, ainda mais quando encontram grande aceitação social.²⁸⁷ Cremos que a postura nacionalista de Reis, contrária à “internacionalização da Amazônia”, foi capaz de mobilizar tanto estudantes conservadores quanto os progressistas. Tal postura foi amplamente liderada pelo governador e defendida em simpósios que reuniram a classe estudantil. Dessa forma, “desde o período varguista, o intelectual esperava incentivar uma política que conduzisse à formação de uma verdadeira ‘consciência amazônica’ que pudesse ser veículo da resolução de problemas comuns”²⁸⁸.

Em 14 de maio de 1965, o Diretório Acadêmico VII de Dezembro, da Faculdade de Ciências Econômicas da UA, exprimiu em telegrama enviado ao governador a defesa dos sentimentos amazônidas, contrários à impatriótica internacionalização das nossas riquezas. Ao presidente Castelo Branco e aos presidentes do Senado e da Câmara, enviaram telegramas “apelando no sentido de não permitirem que a Amazônia seja tomada de assalto por grupos estrangeiros”²⁸⁹. Por outro lado, estudantes passaram a encampar a campanha contra a “internacionalização da Amazônia” munidos de forte

²⁸⁶ BENEVIDES, Silvio C. O. *Na contramão do poder: juventude e movimento estudantil*. São Paulo: Annablume, 2006, P.77.

²⁸⁷ MOTTA, *Desafios e possibilidades...*, Op. Cit., p. 22.

²⁸⁸ MENDONÇA, Rosiel N. *Amazônia de Glauber Rocha: Uma análise do documentário “Amazonas, Amazonas”*. Dissertação de Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia PPSCA /UFAM, Manaus, 2018, p. 46.

²⁸⁹ *Jornal do Comércio*, Manaus, 14 de maio de 1965.

sentimento “antiamericano” em suas críticas²⁹⁰. De acordo com Berstein, no interior de uma nação existe uma pluralidade de cultura políticas, porém, com zonas de abrangência que pode envolver áreas de valores partilhados, isto em razão de que a cultura política não é um fenômeno imóvel. Pelo contrário, é um corpo vivo que evolui, se alimenta e enriquece com múltiplas contribuições, seja de outras culturas políticas que podem trazer boas respostas aos problemas do momento, seja pela evolução da conjuntura²⁹¹.

Exemplo disso pode ser encontrado nas memórias do poeta Aldísio Filgueiras, ao afirmar que o golpe deflagrou a ação da marcha do capitalismo internacional sobre a Amazônia, conseqüentemente seus habitantes passaram a ser alvos desta exploração²⁹². Segundo o estudante, integrante do movimento de protesto dos ginásianos, a greve foi motivada pela exoneração de quadros de professores, ocasionada pelos inquéritos políticos militares, pois, afirmou que a ditadura mandou cassar todos²⁹³. Diferentemente da postura noticiada pelo jornal *A Crítica*, em audiência com os estudantes, o governador debochou da paralisação ao sentenciar que era “a primeira vez que eu vejo estudantes fazerem greve para ter aula, nós fazemos greve para não haver aula”. Para solucionar a situação, admitiu professores substitutos, mas estes “estavam mais para arautos do moralismo que para professores”,²⁹⁴ fato que resultou em novos protestos ocasionado na expulsão de Filgueiras e dos demais secundaristas. Para Filgueiras, Reis era um liberal conservador, autoritário, mas incentivador de políticas culturais, que iam desde edições de livros sem censura ao patrocínio de atividades culturais com a presença de atores renomados²⁹⁵. Exemplo disto pode estar na criação do Departamento de Turismo e Promoção (DEPRO), que permitiu a produção do documentário *Amazonas, Amazonas* (1965) dirigido pelo cineasta Glauber Rocha.

Considerado hostil e subversivo pelo regime, para Vinicius Amaral e Rosiel Mendonça, a discordância da aproximação do regime com os estadunidenses e a consequente defesa da Amazônia permitiram uma convergência de pensamento entre Reis

²⁹⁰ Tal postura política pode ser evidenciada nos estudantes paraenses, visíveis nos assuntos abordados na Carta de Princípios (1966) da União Acadêmica do Pará (UAP): Contrários à internacionalização da Amazônia (provavelmente de cunho antiamericano), papel do estudante na política nacional e políticas educacionais do governo. In. EUA, Arquivo Nacional. *Estudantes do Pará se reúnem apesar da proibição policial*. Nº A – 23. Confidencial. Aerograma enviado do Consulado Americano (Belém) para o Departamento de Estado (EUA), 11 de novembro de 1966.

²⁹¹ BERSTEIN, *A cultura política...* Op. Cit., p. 354 – 357.

²⁹² AMARAL, *Ou a revolta...*, Op. Cit., p. 115.

²⁹³ *Ibidem.*, p. 101;

²⁹⁴ AMARAL, *Ou a revolta...*, Op. Cit., p. 102.

²⁹⁵ FILGUEIRAS *apud* AMARAL, *Ou a revolta...*, Op. Cit., p. 257.

e Rocha sobre a internacionalização da Amazônia²⁹⁶. O anti-imperialista foi entusiasta do nacionalismo de Reis, principalmente das críticas à criação do Centro do Trópico Úmido liderado por cientistas americanos, considerado pelo governador uma ameaça à soberania nacional²⁹⁷. Deste modo, é visível o jogo de acomodação na relação de interesses entre ambos, “primeira de ordem prática, relacionada aos recursos financeiros que necessitavam; e a segunda, mais ideológica, uma convergência de pensamento sobre a internacionalização da Amazônia”²⁹⁸.

A Embaixada Americana e os seus consulados mantiveram a preocupação com a possível amplitude de impacto dos discursos de Reis sobre a acusação dos EUA de estar planejando “internacionalizar” a Bacia Amazônica. O receio era de que o discurso pudesse insuflar os sentimentos nacionalistas da região, desencadeando movimentos “antiamericanistas” nos estados do Norte. Evidentemente este não era o desejo dos altos dignitários estadunidenses, visto que as experiências em outros lugares do mundo trouxeram a conclusão de que era necessário desmobilizar qualquer movimento contrário aos ideais pautados por Washington, pois, a ditadura teve como objetivo essencial a entrega das riquezas às multinacionais²⁹⁹. Neste caso, o exemplo de Arthur Reis tornar-se peculiar.

Conservador e autoritário, político atento aos princípios da soberania nacional, era contrário a qualquer intervenção estrangeira na região. Reis acusou a proposta da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos de estabelecer a criação de um Instituto de Agricultura Tropical Úmida em Belém como esquema para alienar a soberania brasileira e “internacionalizar” a bacia amazônica. De acordo com o Consulado, a posição do governador atraiu apoio de nacionalistas e grupos de estudantes de toda a região,³⁰⁰ e seus ataques incitaram a opinião local contra a proposta original do órgão estadunidense³⁰¹. Para o Consulado, depois do nacionalismo, o regionalismo figurou

²⁹⁶ MENDONÇA, Rosiel N; AMARAL, Vinicius A. *Amazônia em transe: tensões políticas e estéticas do documentário Amazonas*, Amazonas, de Glauber Rocha. Revista Maracanan, PPGH-UERJ, vol. 12, n.14, p. 338 -238, jan/jun, 2016.

²⁹⁷ MENDONÇA, *Amazônia de Glauber Rocha...*, Op. Cit., p. 63.

²⁹⁸ MENDONÇA; AMARAL, *Amazônia em transe...*, Op. Cit., p. 348.

²⁹⁹ SODRÉ, *Vida e morte da ditadura...*, Op. Cit., p. 92.

³⁰⁰ EUA, Arquivo Nacional. *Resumo Mensal – abril e maio*. Op. Cit.

³⁰¹ Encontramos evidências da expressão antiamericana nos estudantes de Belém em manifestos contra a dominação estrangeira, em protestos contra a ditadura que culminaram em ataques ao prédio do Serviço de Cidadania e Imigração dos Estados Unidos (USIS) através dos aerogramas: EUA, Arquivo Nacional. Expressões de descontentamento dos estudantes no Norte. N° A-13 – Confidencial. Aerograma da Embaixada Americana (Rio de Janeiro) para o Departamento de Estado (EUA), 26 de setembro de 1966; EUA, Arquivo Nacional. *Resumo Mensal*, abril. N° A-50. Não classificado. Aerograma do Consulado Americano (Belém) para o Departamento de Estado (EUA), 5 de maio de 1967; EUA, Arquivo Nacional.

como questão política na Amazônia na convicção local de que a região não recebia sua parcela de assistência federal.

Não obstante, fica nítido que além de desmobilizar focos revolucionários adeptos ao comunismo, em razão da Guerra Fria, era preciso também desarticular o nacionalismo que unia variadas vertentes ideológicas contrárias à prática exploratória da região por nações estrangeiras, pois, “a essa altura, o nacionalismo, isto é, a defesa dos interesses nacionais, estava apontado como inimigo a bater, heresia a destituir”³⁰².

Em 1966, a temática da internacionalização da Amazônia tomou a agenda política do general Costa e Silva em visita aos estados da região norte, no contexto de sua candidatura presidencial³⁰³. Durante sua campanha, ressaltou a necessidade de prestar apoio a todos os setores da vida brasileira com vistas à unidade e coesão nacional pelo desejo de integrar a região amazônica ao Brasil. O sentimento era de acabar com o isolamento geográfico e intelectual da região, muito embora não tenha elaborado na ocasião mais detalhes de seu plano para o desenvolvimento da Amazônia. Em Manaus, prometeu a realização de um grande programa de construção de estradas para acabar com o isolamento da área ao apoiar a proposta da rodovia Manaus-Brasília via Porto Velho³⁰⁴.

A cidade foi tomada por fortes medidas de segurança, visando a proteção do ex-ministro de Guerra. Cautelosas, as autoridades locais tomaram precauções ao extremo e as Forças Armadas ficaram estacionadas em vários pontos da cidade. No entanto, não foram capazes de coibir táticas de resistência durante sua visita. Estudantes distribuíram na UA e em várias escolas secundárias 2000 cópias de um manifesto estudantil cujo conteúdo teceu violenta crítica à ditadura brasileira e contra o autoritarismo do general Costa e Silva³⁰⁵. Além disso, um estudante foi preso em frente ao hotel onde estava hospedado o general, acusado de conspirar contra sua segurança por carregar uma pistola

Resumo Mensal, maio. N° A-54. Não classificado. Aerograma do Consulado Americano (Belém) para o Departamento de Estado (EUA), 6 de junho de 1967.

³⁰² SODRÉ, *Vida e morte da ditadura...*, Op. Cit., p. 92.

³⁰³ O ex-ministro de guerra assumiu a posição de liderança dos setores militares radicais com vistas a aprofundar a ditadura, estes criticavam Castelo Branco por considerá-lo “moderado” demais e desprivilegiar os interesses nacionais através de uma agenda econômico-liberal. Enquanto a direita militar e civil apoiou sua candidatura presidencial, os líderes do golpe de 1964 e os diplomatas estadunidenses o consideravam oportunista e despreparado para a função de presidente. Cf. MOTTA, Rodrigo P. S. *Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 38, n° 79, 2018, p. 198.

³⁰⁴ EUA, Arquivo Nacional. *Costa e Silva visita a Amazônia*. N° A – 1. Não classificado. Aerograma enviado da Embaixada do Rio de Janeiro para o Departamento de Estado (EUA), 2 de setembro de 1966.

³⁰⁵ EUA, Arquivo Nacional. *Expressões de descontentamentos dos estudantes no norte*. N° A-13. Confidencial. Aerograma enviado da Embaixada do Rio de Janeiro para o Departamento de Estado (EUA), 26 de setembro de 1966.

e agir de forma suspeita. A imprensa local noticiou que o acusado planejava executá-lo. Em sequência, outro suposto “plano subversivo” contra o general foi descoberto pelo Exército em Belém, cerca de trinta pessoas foram detidas³⁰⁶. Posteriormente, foram denunciadas as ações de Ruy Barata, Raimundo Serrão e Benedito Monteiro na capital paraense, acusados de participarem do suposto “complô subversivo” contra Costa e Silva, o que acarretou a negação de seus mandados de *habeas corpus* pelo Supremo Tribunal Militar, em razão de seus atos contrários à segurança nacional³⁰⁷. Não podemos traçar uma sentença conclusiva de que os atos de “conspiração” contra Costa e Silva em Manaus e Belém tenham tido relações, pois, não há documentação empírica suficiente no momento em que se escreveu essa dissertação para que possamos comprovar tais relações entre os eventos. Contudo, o historiador César Queirós propõe a existência de uma rede de relações entre Belém e Manaus ao analisar a tentativa de guerrilha ocorrida no Amazonas em 1967³⁰⁸.

O ano de 1967 é bastante peculiar. A ditadura promulga sua Constituição, Costa e Silva assume a presidência no contexto de tentativa de legitimar e estabilizar a ditadura. De acordo com Motta, o novo presidente não detinha os mesmos poderes excepcionais de seu antecessor, pois, tinha que respeitar “certos espaços liberais concedidos à oposição e à imprensa”. De modo que, não podemos relativizar o regime autoritário que ainda dispunha de todo seu aparato repressivo. No entanto, foi a partir do ano de 1967 que “as forças de oposição perceberam um horizonte menos nebuloso e a existência de condições melhores para agir e testar os limites da tolerância oficial”³⁰⁹.

Em Manaus, a imprensa noticiou em outubro as ações da tentativa de guerrilha como *Crime do motor “Antonio Alberto”*. O jornal *A Crítica*³¹⁰ descreveu as primeiras ações da polícia nas redondezas do igarapé do Tarumãzinho noticiando o fato como um crime comum em sua última sessão, destinada aos fatos policiais. Sem relações com crimes contra a segurança nacional, deduziram a ação como sendo de contrabando ou latrocínio, mas não descartavam a hipótese de terrorismo³¹¹. Não obstante, somente após a rendição do grupo, tomados pelo cansaço do desconhecimento da floresta amazônica,

³⁰⁶ EUA, Arquivo Nacional. *Costa e Silva...*, Op. Cit.

³⁰⁷ EUA, Arquivo Nacional. *Resumo mensal – setembro*. N° A-16 – Não classificado. Aerograma da Embaixada Americana (Rio de Janeiro) para o Departamento de Estado (EUA), 11 de outubro de 1966.

³⁰⁸ QUEIRÓS, “*Amazônia em Armas*”. Op. Cit.

³⁰⁹ MOTTA, *Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5*. Op. Cit., p. 199.

³¹⁰ *A Crítica*, Manaus, 26 de setembro de 1967.

³¹¹ *Jornal do Commercio*, Manaus, 3 de outubro de 1967.

que a hipótese de guerrilha foi suscitada em meio à surpresa dos agentes policiais e da própria imprensa.

Somente em 2 de dezembro de 1967, através do Inquérito do GEF, se confirmou a tentativa de ação de guerrilha no Amazonas. O general Airton Tourinho, comandante do GEF, esclareceu aos jornalistas que um venezuelano e alguns estudantes brasileiros presos em outubro estavam envolvidos na implantação de um movimento guerrilheiro na região amazônica. O venezuelano Ricardo Gomez tinha como objetivo levar brasileiros para um campo de treinamento na Venezuela para que pudessem voltar à Amazônia como líderes guerrilheiros³¹².

Disfarçados de caçadores e seringueiros, mais de 30 policiais adentraram a floresta em busca dos guerrilheiros. Durante a prisão, foram encontrados equipamentos e materiais considerados “subversivos”. O Consulado Americano descreveu o grupo guerrilheiro como “mal organizado”, composto por cinco jovens brasileiros liderados por Ricardo Gomez, pintor e suposto morador de Puerto Ayacucho, considerado um “agitador venezuelano treinado”, reconhecido como um especialista em subversão na América Latina, especialmente na Colômbia e nas Guianas e provavelmente preso em seu próprio país por “subverter a ordem”. Suas tentativas de agitar a população local não tiveram sucesso. Após treze dias do início das atividades, foram apreendidos pelas forças militares, completamente desorientados, sem comida e totalmente desanimados³¹³.

O grupo era formado por diversos sujeitos como o trabalhador rural José Severino Ferreira, o soldado do 27º Batalhão de Infantaria Sebastião Lustosa Brasil e os estudantes Walmen Melo Botelho, Mário José de Lemos Monteiro e Carlos Washington de Lemos Botelho. O movimento ainda contou com apoio de líderes intelectuais em Belém, como o agrônomo Raimundo Nonato Sobrinho, o engenheiro civil Antonio Roberto Pinto Guimarães e do funcionário público Vicente de Paula Moura Costa, embora não estivessem na ação *in loco*. Durante as investigações, policiais se questionavam se teriam vinculação com uma rede de guerrilheiros instalada na América Latina, interessada em mudar a estrutura política de algumas nações da América Latina³¹⁴. Deste modo, podemos indagar que mais do que a existência de uma “rede de relações” envolvendo as duas

³¹² USA, National Archives. *Guerrilla plot in Amazonia revealed*. Buenos Aires REUTERS in English to REUTERS London. 1845. GMT. For official use only. Declassified. Authority NN053094. 3. Dec. 1967.

³¹³ EUA, Arquivo Nacional. *Guerrilhas de Manaus vão a julgamento*. N°-149 – Limitado para uso oficial. Aerograma da Embaixada Americana (Brasília) para o Departamento de Estado (EUA), 23 de janeiro de 1968.

³¹⁴ *Jornal do Commercio*, Manaus, 14 de outubro de 1967.

maiores cidades da região Norte, suspeitamos da possibilidade de uma *rede de resistência* que ligou estas duas cidades aos países de fronteiras.

Sendo assim, as fronteiras podem ser enxergadas como espaço de trânsito de ideias, táticas e experiências entre os diversos sujeitos sociais na luta pela libertação da situação colonial presente em suas nações. Isto fica nítido nas suas ideias quando ao indagarem sobre as motivações do grupo, são apontadas ações como atrapalhar as operações dos imperialistas na região amazônica e incitar a revolta em uma área virgem da América Latina³¹⁵. Para Gomez, o objetivo de recrutar elementos para a formação da guerrilha era “fazer a libertação de toda Amazônia sul-americana da exploração do imperialismo americano”, pois, “a Amazônia brasileira é uma região que muito interessa aos imperialistas americanos e mais porque a Amazônia não é só o Brasil”³¹⁶. Em suma, a intenção de Gomez era iniciar uma guerrilha para combater as “injustiças sociais” e para isso era necessário derrubar governos.

As experiências passadas de Gomez não só causaram apreensão dos militares, mas também causaram receios em membros da oposição. O senador Arthur Virgílio (MDB) pediu que o GEF apurasse as investigações até as últimas consequências, após ter ciência de que Gomez foi responsável por atos de sabotagem em seu país ao explodir um avião com mais de 50 pessoas a bordo. Como consequência, pediu que se procurasse saber qual país estaria financiando as atividades “daquele agente de subversão”. Deste modo, pediu que rompessem as relações diplomáticas com aquelas nações interessadas em ações de guerrilhas no Brasil³¹⁷.

Aliás, pensar as fronteiras como espaços de trânsito de ideias, táticas e experiências fica ainda mais evidente com a possível presença física ou ideológica de Che Guevara nestes limites. Conforme afirma César Queirós, o líder revolucionário teria supostamente entrado no Amazonas pelo alto Solimões, fronteira entre Letícia (Colômbia) e Tabatinga (Brasil). Depois seguiu para o município de Benjamin Constant e posteriormente para Tefé, onde passou a trabalhar anonimamente como médico atendendo aos moradores e à população ribeirinha³¹⁸. A presença de Guevara por si só representou o incômodo e vivo entusiasmo pelos projetos revolucionários, com efeito, segundo Manolo Perez,

³¹⁵ USA, National Archives. *Guerrilla plot in Amazonia revealed*. Op.Cit.

³¹⁶ Inquérito Policial Militar 46/47. Auditoria da 8ª Região Militar. Conselho Permanente de Justiça Do Exército. Belém, 1967, p. 2 *apud* QUEIRÓS, “Amazônia em Armas”..., Op. Cit., p. 42- 43.

³¹⁷ *Jornal do Commercio*, Manaus, 01 de dezembro de 1967.

³¹⁸ QUEIRÓS, “Amazônia em armas” ..., Op. Cit., p. 45.

permanece no imaginário coletivo como um personagem relevante de sua época (...). Permanece como exemplo, como atitude diante da vida, como a insubornável luta do ser humano contra a injustiça e exploração. Permanece – em menor grau – como um revolucionário cabal que soube ser coerente até o fim com suas ideias e princípios; e permanece também, como expressão contraditória de dilemas, desafios e aspirações de uma tradição política que tentou, não só conhecer o mundo, como, também, transformá-lo.³¹⁹

A influência de suas ideias foi perceptível durante a apreensão do material junto a ácidos para a produção de explosivos. Foram encontrados um folheto em espanhol dirigido ao *Povo faminto da Amazônia* e uma *Cartilha de Guevara* contendo objetivos do líder revolucionário que havia sido assassinado em outubro de 1967³²⁰. Durante o interrogatório, perguntaram a Gomez se conheceu Che Guevara, que respondeu não ter tido a “honra de conhecê-lo”, membros da guerrilha declararam que Gomez os obrigava a ler os livros de Guevara sobre guerrilhas³²¹.

Guevara era o defensor da revolução latino-americana e da criação de “dois, três, muitos Vietnãs”, isto sem dúvidas, entusiasmou grupos de jovens a lançarem-se em lutas de guerrilha³²². Ademais, conforme afirma Hobsbawm, tratava-se de uma estratégia “espetacularmente mal-concebida, tanto mais porque, nas condições corretas, movimentos de guerrilha efetivos e duradouros em muitos desses país eram *possíveis*”. O autor ressalta também que estas eram esmagadoramente feitas na área rural do Terceiro Mundo, por jovens intelectuais vindos das classes médias de seus países³²³. Este era o perfil da maioria dos integrantes da guerrilha, que mesmo imbuídos de suas utopias, precisaram não só enfrentar o aparato autoritário da ditadura, como o ambiente natural que a floresta amazônica oferecia àqueles que a desconheciam.

O saldo deste movimento levou à morte um membro da tripulação do barco alugado. Após dezoito dias em fuga, magros, famintos e doentes, foram detidos pela polícia³²⁴. Todos os envolvidos foram levados para o interrogatório no Quartel do GEF em Manaus e posteriormente julgados pelo Tribunal Militar em Belém. Enquadrados no art. 25 da Lei de Segurança Nacional, o advogado de defesa rogou pela inocência dos acusados ao declarar que a finalidade não era um “movimento subversivo, mas de defesa

³¹⁹ PÉRES, Manolo Monereo. *Che Guevara: Contribuição ao pensamento revolucionário*. São Paulo: Expressão Popular, 2001, p. 119.

³²⁰ USA, National Archives. *Guerrilla plot in Amazonia revealed*. Op.Cit.

³²¹ QUEIRÓS, “*Amazônia em Armas*”..., Op. Cit., p. 45.

³²² HOBSBAWM, *A era dos extremos*..., Op. Cit., p. 428.

³²³ *Ibidem*.

³²⁴ *Jornal do Commercio*, Manaus, 13 de outubro de 1967.

da Amazônia”³²⁵. Apenas Ricardo Gomez e o engenheiro agrônomo Raimundo Sobrinho foram condenados, os demais foram absolvidos.

Dessa forma, queremos dimensionar nossos olhares para a razão da resistência. A resposta para essa questão pode ser encontrada no manifesto impresso no folheto apreendido, intitulado *Amazônia em Armas*, do Conselho Revolucionário dos Povos do Comando do Amazonas. O manifesto tem cunho expressivamente anti-imperialista e se dirigia aos trabalhadores, pobres, indígenas, mestiços, negros, camponeses, operários, estudantes e a todos homens e mulheres de boa vontade contra os opressores e exploradores,³²⁶ assim, conclamou a todos para lutar pela revolução em favor da libertação da Amazônia:

Empunhamos as armas para participar da **luta pela libertação** de nossas pátrias e para desta maneira, contribuir para a derrota total, segura e definitiva dos agressores yanques imperialistas e a todo gênero de opressão[...]. Estaremos fazendo a “Guerra Revolucionária” do povo, como manda o comandante “Che” Guevara³²⁷ (grifo nosso).

Aliás, o integrante do movimento, Walmen Botelho, afirmou que na fronteira do Brasil, Venezuela e Colômbia havia muitos homens, inclusive indígenas, que estariam aguardando um líder para formar a Frente de Libertação da Amazônia³²⁸. Deste modo, podemos afirmar que havia na Amazônia um sentimento anti-imperialista que confluíram para atos de confronto contra o estado autoritário, que mesmos frustrados, o que desmitifica o discurso da “não resistência” na região e tão somente rompe tal silenciamento. Ademais, debaixo dos olhos da ditadura, houveram táticas que exprimiu a utopia de lutar pela libertação da Amazônia ante o autoritarismo e a tradição de situação colonial, sendo esta sempre atualizada e intensificada nos seus projetos desenvolvimentistas.

Por outro lado, os militares enxergavam o anti-imperialismo como velho método do “esquerdismo” de conchamar as massas à revolução. Questionado por jornalistas se não havia necessidade de intensificar a vigilância do Exército na região após o incidente, o general Tourinho prontamente afirmou que as “Forças Armadas, com o efetivo que tem espalhado pela Amazônia, garantem-nos contra os que querem implantar a desordem, a violência, o caos”³²⁹. Para os militares as fronteiras também eram entendidas como

³²⁵ *A Província do Pará*, Belém, 23 de março de 1968.

³²⁶ Manuscrito *Amazônia em Armas*. IPM 46/87, p. 88 apud QUEIRÓS, op. cit., p. 50.

³²⁷ Idem, p. 50.

³²⁸ Manuscrito *Amazônia em Armas*. IPM 46/87 apud QUEIRÓS, op. cit., p. 50., p. 46.

³²⁹ *Jornal do Commercio*, Manaus, 2 de dezembro de 1967.

espaços propícios para a subversão, quando não, para o contrabando. Intensificar sua presença nestes espaços tornou-se cada vez mais necessário diante das possibilidades de minar expectativas de outras redes de resistências. Para isso, as Forças Armadas intensificaram sua “responsabilidade civilizatória”³³⁰ nestes espaços, justificando sua presença através de princípios humanitários. Isto é evidente nas palavras do governador Danilo Areosa ao agradecer suas ações na região:

O Amazonas recebe valiosa contribuição das Forças Armadas, nos contingentes e pelotões de fronteira, assinalando ao longo (...), neste vazio imenso, nas corvetas que sobem os altos rios e levam ao ribeirão uma prova de que não estão esquecidos; nos aviões da FAB que cruzam os céus, os altos telheiros da floresta, para chegar com a correspondência, os víveres. É a presença da Pátria, é o Brasil que se dilata para dizer aos pioneiros da selva que eles não estão esquecidos³³¹.

Aliás, em entrevista para a imprensa local sobre a construção da BR – 174, o governador afirmou que a estrada deveria ser construída a “qualquer custo” menosprezando a presença dos povos originários, considerando-os como “figura inútil” que ocupavam as áreas mais ricas do país, impedindo a sua exploração e ocasionando prejuízo a nação, deste modo, o dever da ditadura era transforma-los em “seres úteis à pátria”³³². Concomitantemente, parte destes princípios também podem ser analisados na visita de um agente secreto da *Department of Defense Intelligence* dos EUA a uma unidade do GEF em Manaus. A visita ocorreu entre os dias 24 e 25 de abril de 1967, meses antes da tentativa frustrada de guerrilha em Manaus. Na ocasião, o agente discorreu sobre não haver naquele momento nenhuma preocupação sobre possíveis incursões de guerrilha nos países de fronteiras. Os maiores problemas estavam ligados à distância entre as unidades subordinadas, já que a ida por vias fluviais para a Companhia das Fronteiras na cidade de Tabatinga levava um mês e as aeronaves eram escassas. Quanto ao clima, a umidade e o calor prejudicavam os alimentos armazenados durante a viagem, além da munição para rifles que eram corroídas pela ação da umidade equatorial. O contrabando causava forte preocupação e pouca ação dos militares na região, principalmente com a influência econômica da Guiana sobre o território de Roraima. Todavia, o agente descreveu a ação de ativação de pelotões em cidades estratégicas como Brasileira (fronteira do Acre com a Bolívia) e em Palmeiras do Javari (fronteira do Amazonas com o Peru), bem como a intenção de construir pistas de pousos para aeronaves do tipo DC- 8

³³⁰ BALANDIER, *A noção de situação colonial*. Op. Cit., p. 109

³³¹ *Jornal do Commercio*, Suplemento Militar dos Diários Associados, Manaus, 29 de setembro de 1967.

³³² VIEIRA, *Ditadura Militar, Povos Indígenas...*, Op. Cit. 26.

e C-47³³³. Dessa forma, a justificativa do GEF de guarnecer as fronteiras consolidou a presença da ditadura nestes limites, baseados em “dar solução mais realista ao problema de ocupação da Amazônia, com o aumento progressivo dos efetivos destacados e prestação de maior e melhor assistência médica, educacional e social”³³⁴.

Todavia, na cidade considerada por muitos militares como “local de castigo”, passa a se tornar lugar de atenta preocupação e presença disputada pelo meio militar. Em sua passagem por Manaus em 1968, o gal. Costa e Silva em conversa informal com oficiais no Quartel do GEF, afirmou que em épocas passadas, oficiais eram mandados para a Amazônia como castigo, mas, após o golpe, a região e as suas unidades de pelotões passaram a ser disputadas pelos oficiais³³⁵. Certamente a criação pelo Decreto Presidencial n° 53649 de 2 de março de 1964 do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) com sede em Manaus teve forte influência na mudança desse cenário. O objetivo maior era especializar militares para o combate na selva, através de cursos de operações. Contudo, o Centro também estava extremamente ligado ao contexto global da Guerra Fria e alinhado ao combate à guerra contrarrevolucionária. Conforme afirma Nelson Werneck Sodré, os cursos beiravam ao realismo ao materializar as “bombas de napalm” na Ilha de Puraquequara, acompanhado pelo comandante do GEF:

O general que o presidira esclarecera a um oficial inglês, que assistira ao espetáculo, que o curso de guerra na selva, ministrado em escola especializada, “está preparando o militar brasileiro para a contraguerrilha, em qualquer terreno que ela se ofereça”. A “imagem da guerra real” era mantida ali por “pequena infraestrutura militar” que acionava “todas as suas peças na selva para montar um quadro bem próximo da situação no Vietnã”.³³⁶

Logo, podemos afirmar que as Forças Armadas imbuídas de um caráter de *inautenticidade*³³⁷ e conseqüentemente convictos da integração da Amazônia à civilização brasileira, impuseram a lógica de que a região devia colocar a colonização como processo de ocupação e produção como parte importante em qualquer programa de desenvolvimento³³⁸. Essa proposição elitista calcou-se na afirmação “de que os caboclos são tradicionais, sem ambição e carentes de modernização”³³⁹. Deste modo, somente as

³³³ USA, National Archives. *Group of Frontier Elements at Manaus*. Confidential. Department of Defense Intelligence – Information Report. 28 April 1967.

³³⁴ *Jornal do Commercio*, Suplemento Militar dos Diários Associados, Manaus, 29 de setembro de 1967.

³³⁵ *A Crítica*, Manaus, 10 de agosto de 1968.

³³⁶ SODRÉ, *Vida e morte da ditadura...*, Op. Cit., p. 86 – 87.

³³⁷ BALANDIER, *A noção de situação colonial*, Op. Cit., p. 109.

³³⁸ *Folha de São Paulo*, Suplemento da Amazônia. 16 de abril de 1966.

³³⁹ HARRIS, Mark. *Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo*. In: ADAMS, Cristina et al. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 84.

Forças Armadas poderiam alcançar a integração socioeconômica e a melhora da qualidade de vida do homem naquela região. Para cumprir tal objetivo, os militares também firmaram seu protagonismo frente à batalha contra as “forças estrangeiras” nas fronteiras, nas quais seus homens, treinados de acordo com as técnicas de contraguerrilha nos trópicos sul-americanos, estavam prontos para a guerra moderna. Por outro lado, se encontravam vigilantes para as mais diversas ocorrências que desestabilizassem a ordem na região.

No limiar do ano de 1968, uma explosão no centro comercial da cidade chamou atenção das forças de segurança. Sobrecarregado de comestíveis, de latas de óleo, cartuchos para espingardas, o caminhão estacionado na rua Floriano Peixoto explodiu quando um ajudante, bêbado, atirou uma ponta de cigarro ainda acesa sobre as caixas de pólvora transportadas. Sete vítimas foram hospitalizadas e a carroceria danificada foi apreendida pelas autoridades militares, sendo instaurado inquérito para apurar o emprego da pólvora e do carregamento de material explosivo sem autorização do Exército, enquanto outro inquérito foi aberto na Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS)³⁴⁰.

Por conseguinte, podemos notar entre os anos 1967 e 1968 que a resistência ao autoritarismo aumentou significativamente, sustentada tanto por forças motrizes internas e externas como pelo movimento estudantil, ação parlamentar, greves operárias, luta armada, além das lutas pela independência nos países colonizados sob o espectro da revolução cubana³⁴¹. Também havia um intenso incômodo com a ditadura nos aspectos econômicos. Os resquícios das pautas liberais do governo Castelo Branco incomodaram a ala radical militar por acreditar que ao se privilegiar a pauta econômica, descuidou-se dos interesses nacionais. A ditadura vinha perdendo popularidade devido a austeridade, marcados pela recessão e o arrocho salarial. Logo, Costa e Silva traçou como estratégia impulsionar o crescimento econômico contra a moderação castelista com vistas a melhorar a imagem do próprio regime³⁴².

Em Manaus, diante da declaração do Ministro da Fazenda, Delfim Netto, de que era “preciso acreditar mais no governo”, diante das medidas de contenção da alta geral nos preços,³⁴³ o então chefe de polícia do Estado, coronel José Silva, afirmou que “os ladrões chegaram também com a Zona Franca”. O alto índice de criminalidade foi lido

³⁴⁰ *Jornal do Comercio*, Manaus, 4 de janeiro de 1968; *A crítica*, Manaus, 4 de janeiro de 1968.

³⁴¹ MOTTA, *Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5*. Op. Cit., p. 199.

³⁴² *Ibidem*.

³⁴³ *O Jornal*, Manaus, 21 de janeiro de 1968.

pelo coronel como “normal” em relação ao progresso da cidade, após a efetivação da Zona Franca³⁴⁴. Fatores importantes para pensarmos que o desenvolvimento prometido, não vinha acompanhado de um progresso nas relações sociais, na ética e na busca da supressão da desigualdade.

De acordo com Motta, a ditadura também vinha perdendo apoio da imprensa, em grande parte por não confiar na capacidade do governo Costa e Silva de gerir as crises que assolavam o regime³⁴⁵. A crítica mais contundente dirigia-se à lentidão da implementação da reforma universitária pelo Ministério da Educação e a agitação estudantil vinha crescendo exponencialmente com o retorno dos protestos nas ruas. Ademais, confluíram nos protestos estudantis o receio do surgimento de grupos formadores de opinião, como a vanguarda católica leiga e sacerdotal, jornalistas e até mesmo militares dissidentes³⁴⁶. Deste modo, somente a reforma poderia arrefecer a rebeldia estudantil, construindo a juventude estudiosa que garantiria a ordem do regime.

Desde as primeiras horas do golpe civil-militar e a consequente consolidação da ditadura militar, os mandatários do regime buscaram expurgar do cenário nacional as ações de resistência por parte dos estudantes. A Lei 4464 promulgada em 9 de novembro de 1964, conhecida como “Lei Suplicy”, cristalizou e oficializou a perseguição às entidades representativas estudantis, vedando qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidária, assim, suas entidades somente poderiam ser reconhecidas como instituições com finalidade cívica, cultural, social e esportiva. Em 1967, o decreto-Lei nº 228 conhecido como “Decreto Aragão” alterou os dispositivos da Lei nº 4464, tornando mais rígido o controle do movimento estudantil, ou seja, dava poderes ao regime de suspender ou dissolver entidades estudantis que permanecessem na oposição ao seu autoritarismo. Consequentemente, cercearam a autonomia dos estudantes e ameaçaram suas ações com a finalidade de evitar a organização de qualquer movimento político contestatório.

Entretanto, o ano de 1968 será sempre marcado como o ano de lutas e enfrentamentos das hierarquias pelo globo. Em nível nacional, o assassinato do estudante secundarista, Edson Luís, foi o estopim para inúmeros protestos pelo país. O protesto *Mataram um estudante, podia ser o seu filho* estampou as manchetes de alguns jornais, fermentando ainda mais a impopularidade da ditadura nos setores liberais e de classes

³⁴⁴ *Jornal do Commercio*, Manaus, 13 de janeiro de 1968.

³⁴⁵ MOTTA, *Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5*. Op. Cit., p. 200.

³⁴⁶ BRAGHINI, *Juventude e pensamento conservador no Brasil*, Op. Cit., p. 139.

médias durante o governo Costa e Silva. Posteriormente, cinco estudantes foram feridos e um assassinado com um tiro na cabeça em Goiânia, após o choque com a polícia na Praça dos Bandeirantes³⁴⁷. A indignação em volta do assassinato do estudante se materializou na maior mobilização popular após o golpe de 64, concentrando em diversas cidades inúmeros manifestantes revoltados contra o primeiro assassinato explícito da ditadura³⁴⁸, motivo que ofuscou as comemorações pelo quarto aniversário do golpe civil militar. Em nome dos estudantes do Amazonas, o DU lançou nota em solidariedade aos demais companheiros pelo país em luto:

I - MANIFESTAR seu mais profundo repúdio aos execráveis autores desse covarde crime, à violência, à perseguição e ao ódio; II – ESTRANHAR que procedimentos policiais dessa ordem se verifiquem exatamente quando o Governo comemora o 4º aniversário do Movimento Militar de Abril preconizando o restabelecimento integral a Democracia em nosso país, ora golpeada por êsse ato oprobrioso, que reflete apenas a incapacidade do Governo de dialogar com estudantes; III – EXPRESSAR à família do impávido colega assassinado as suas mais sinceras condolências, em nome de todos os estudantes do Amazonas, que se sentem consternados com essa inequívoca demonstração de selvageria e torpitude, por parte daqueles cuja missão específica consiste em salvaguardar a ordem pública e não matar à bala estudantes inermes; IV – DECLARAR-SE em luto oficial por sete dias, em sinal de pesar pelo abjeto homicídio do colega NELSON LUIZ LIMA SOUTO* consumado com extrema atrocidade pela polícia carioca; V – DECLARAR seriedades competentes que punam exemplarmente os autores e co-autores desse estúpido assassinato, sob pena de colocarem o país à mercê de elementos sanguinários, travestidos de mantenedores da Ordem. Manaus, 30 de março de 1968. A DIRETORIA ³⁴⁹.

Na Assembleia Estadual, o discurso do deputado João Bosco Ramos de Lima (MDB) reacendeu críticas à repressão: “caiu Edson Luiz, um paraense, e levantou-se uma nação inteira, o Brasil, despertada pelo sangue de uma juventude que representa mais da metade de sua população”³⁵⁰. No Congresso Nacional, o senador Artur Virgílio (MDB) denunciou no plenário as práticas autoritárias dos militares: “o estudante vem cada vez mais sendo marginalizado. Todos os seus movimentos, por mais legítimos que sejam, são considerados subversivos e sofrem de imediata repressão policial”³⁵¹.

A grande imprensa amazonense endossou o discurso da normalidade, comparando as situações das diversas capitais com Manaus ao acentuar o caráter do “bom comportamento” do estudante amazonense:

³⁴⁷ *Jornal do Commercio*, Manaus, 2 de abril de 1968.

³⁴⁸ VALLE, Maria Ribeiro. *1968: O diálogo é a violência*. Campinas, Editora da Unicamp, 2008, p. 48.

³⁴⁹ *A Crítica*, Manaus, 1 de abril de 1968.

*Na certidão de óbito constava o nome “Nelson Luís”, mas seu nome era “Edson Luís de Lima Souto”.

³⁵⁰ *A Crítica*, Manaus, 2 de abril de 1968.

³⁵¹ *A Crítica*, Manaus, 30 de março de 1968.

É de se notar o bom comportamento do estudante amazonense que não está alheio ao movimento de revolta contra os atos de brutalidade que vêm sofrendo colegas, em outros centros, lançando o seu protesto veemente por meio de notas públicas e indo mais além com a celebração no dia 4 de uma missa pelo sufrágio da alma do estudante Edson Luiz de Lima que primeiro tombou ³⁵².

Tal representação de si próprias, feitas por autoridades e instituições, acabaram por cristalizar no senso comum o discurso do “bom estudante amazonense”, o que acabaram por invisibilizar suas trajetórias de resistência. Prova disto é a descrição feita do Consulado Americano sobre o movimento estudantil no Norte: um “mero apêndice” de seus colegas do Sul e Nordeste, à medida que, os estudantes olhavam para o Sul em busca de orientação e seguiam sempre os protestos destas regiões. Assim, consideravam que a forte repressão militar era capaz de deter suas ações por considerar as entidades estudantis pequenas e pelo pouco ativismo destas, logo era relativamente fácil para os militares acompanhar os estudantes de esquerda³⁵³.

Em contrapartida, ao folhear os jornais da grande imprensa no Amazonas entre os anos de 1964 e 1968, não é difícil encontrar em suas páginas notícias, relatos de agitações estudantis, em forma de manifestações, protestos de ruas, greves nas escolas e universidade. Na grande maioria, a principal reivindicação era justamente contra a precariedade do sistema público de educação, além dos alunos excedentes, motivos que inflamaram os protestos estudantis. Isto contraria o discurso presente nos aerogramas do Consulado Americano, uma vez que o próprio movimento estudantil tinha pautas próprias pelas quais protestar, sem anular as relações e trocas de experiências com os demais estudantes do país.

Por conseguinte, o general Edmundo da Costa Neves (CMA) enfatizou em reportagem ao jornal *A Crítica* a postura equilibrada dos comportamentos dos estudantes em Manaus perante os demais protestos estudantis pelo país, no entanto, não hesitou em asseverar não permitir a repetição de atos públicos no estado:

A morte do estudante no Rio de Janeiro, está dando margens para que jovens estudantes, sem maturidade, sejam usados como “inocentes úteis”, por elementos inconformados com a atuação da ordem vigente que em seus pronunciamentos e “slogan”, usam panfletos contra os Estados Unidos, contra a Ditadura, contra eleições indiretas, fazendo exploração da morte de um colega [...] ³⁵⁴.

³⁵² *A Crítica*, Manaus, 3 de abril de 1968.

³⁵³ EUA, Arquivo Nacional. *Expressões de descontentamento dos estudantes no norte*. Op. Cit.

³⁵⁴ *A Crítica*, Manaus, 3 de abril de 1968.

Aliás, o mesmo jornal que disponibilizou suas folhas para o general expressar suas opiniões, mantinha uma relação amigável com a ditadura. Nas vésperas do quarto aniversário do golpe, estampou em suas últimas folhas seu apoio e gratidão ao regime: “A Revolução terminou com as greves demagógicas e o cambalacho, que tanto prejuízo causaram à Nação”³⁵⁵. Logo, fica nítida a relação mútua entre a imprensa e as Forças Armadas, “como espaço privilegiado de poder e mobilização da opinião pública, a imprensa atua sob normas e condições que expressam uma determinada correlação de forças com as quais interage de forma ativa”³⁵⁶.

Ambas atuaram em prol de desmobilizar e deslegitimar as ações de resistência na cidade. A polícia militar noticiou nas folhas da grande imprensa o alerta de que estava de prontidão para reprimir manifestações e passeatas que pudessem alterar a ordem pública³⁵⁷. A reação veio diante dos boatos da possibilidade da organização de um protesto estudantil após a missa de réquiem em intenção ao estudante assassinado. Provavelmente, as forças de repressão tomaram ciência da ação através de João Valente, então chefe de polícia e estudante do curso de direito da UA. Valente tentou persuadir seus “colegas estudantes da inconveniência de qualquer movimento de perturbação da ordem pública”,³⁵⁸ enquanto o delegado José Ribamar Afonso temia que “elementos insatisfeitos” utilizassem dos protestos para provocar a desordem³⁵⁹.

Contudo, os estudantes não se intimidaram com as ameaças das forças autoritárias. Após a missa de réquiem oficiada na Igreja de São Sebastião, saíram pelas ruas do centro da cidade em protesto silencioso, desafiando as posições dos militares que não hesitaram em pedir que se conservassem equilibrados³⁶⁰. Portando lenço preto amordaçando a boca, em sinal de luto, populares acompanhavam das janelas dos casarões ou das calçadas do centro histórico o “amordaçamento total”³⁶¹ do movimento, clara crítica simbólica à falta de liberdade de seu tempo. A suspensão das aulas nas escolas ocasionou a forte presença de secundaristas na manifestação, vigiados pelo aparato repressivo, instalado para conter os possíveis tumultos, mas claramente presente para intimidar os manifestantes.

³⁵⁵ *A Crítica*, Manaus, 30 de março de 1968.

³⁵⁶ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na Oficina do Historiador: conversas sobre História e Imprensa*. Projeto História. São Paulo, n. 35, 2007, p. 267.

³⁵⁷ *Jornal do Commercio*, Manaus, 4 de abril de 1968.

³⁵⁸ *A Crítica*, Manaus, 3 de abril de 1968.

³⁵⁹ *Jornal do Commercio*, Manaus, 2 de abril de 1968.

³⁶⁰ *A Crítica*, Manaus, 4 de abril de 1968.

³⁶¹ *O Jornal*, Manaus, 5 de abril de 1968.

A Praça de São Sebastião logo tornou-se lugar de forte aglomeração estudantil. Ante os olhares atentos do general Edmundo Neves, um verdadeiro centro de operações foi instalado no Teatro Amazonas, considerado pelos militares ótimo posto de observação, para acompanhar a dinâmica da manifestação.

Momentos de tensão marcaram o protesto, a mudança de trajeto fez com que as viaturas militares cercassem os estudantes que, em resposta, soltaram uma enorme vaia. Para evitar o enfrentamento direto, os estudantes desceram por outra rua em direção à Casa do Estudante. Em frente à antiga sede da UEA, alguns estudantes tomaram a palavra. O acadêmico da Faculdade de Direito, Edson de Oliveira, proferiu sua crítica em direção ao discurso de “apatia e acomodação” sustentado pelas vertentes do poder: “Enche-nos de satisfação ver tantos estudantes amazonenses unidos, numa demonstração de que ainda somos parte do Brasil, que ainda nos preocupamos com os problemas que afligem o país e a classe estudantil nacional”.³⁶²

Inesperadamente as viaturas policiais cercaram os manifestantes, pressionando pelo fim da manifestação. Pedindo o retorno para suas casas, o acadêmico lançou seu discurso pacificador:

Essa passeata ordeira, silenciosa, já foi nosso protesto – continuava o acadêmico –. Peço agora que todos voltem para suas casas em silêncio, sem provocações, dando mais uma demonstração, como há poucos minutos atrás, de que os estudantes amazonenses são ordeiros, politizados. Cantemos agora o Hino Nacional.³⁶³

Não contentes com a circunstância, viaturas e carros tanques entraram no meio do protesto pela rua Barroso, deram a volta pela rua Costa Azevedo e desceram a Saldanha Marinho, que se encontrava repleta de estudantes. Estes prepararam um último protesto contra a truculência militar: “começaram aplaudindo e meteram uma vaia até passar o último carro tanque. Enquanto vaiavam podia-se notar a presença de militares e civis à paisana por entre os estudantes”³⁶⁴. No fim da manifestação, na Casa do Estudante, gritos de “viva o estudante livre” serviram para confrontar os militares. Depois, todos se retiraram sem maiores problemas. *O Jornal* noticiou que cerca de 2 mil estudantes participaram da manifestação, enquanto o *A Crítica* destacou em primeira página que o *Amazonense fez protesto de Rua*. Em nota oficial, o reitor da UA expressou o

³⁶² *A Crítica*, Manaus, 5 de abril de 1968.

³⁶³ *Ibidem*.

³⁶⁴ *Ibidem*.

comportamento sereno e equilibrado, honrando as tradições universitárias amazonenses em detrimento dos que pretendiam agitar e subverter a ordem pública no estado³⁶⁵.

Diante deste cenário, é possível constatar que os discursos de setores da sociedade civil e militar procuraram por evidenciar o contraste do comportamento estudantil frente às agitações, procurando promover o estudante “pacífico, equilibrado e sereno” em detrimento dos demais manifestantes dos grandes centros em que houve truculentos embates. De certo, nos discursos de condenação aos jovens ou promoção de um tipo de juventude “os ritos, afetos, práticas ficavam em segundo plano para o sujeito enunciador, pois o que estava em jogo era a defesa de ideias mais urgentes, como a ‘ordem social’, ‘o desenvolvimento’, ‘subversão’”³⁶⁶.

Citamos novamente a reportagem publicada em meados de novembro de 1968, no qual o *A Crítica* questiona: *Por que o estudante amazonense não protesta?* Para o jornal, o ano de 1968 marcou o momento de eclosão dos “movimentos de juventude” e a agitação estudantil contrária à estrutura social negada aos jovens. Ressalta que nos demais estados brasileiros, como no resto do mundo, a revolta tomou conta dos estudantes, porém no Amazonas, a paz ainda habitava o meio estudantil e questionou se a juventude estava satisfeita no estado³⁶⁷. Em busca de esclarecer os fatos, divulgou depoimentos de vários estudantes com os nomes não revelados. Deste modo, configurou-se ao ver do jornal, não um reflexo do pensamento do universitário do estado, embora representasse uma parcela dessa juventude.

Para “Márcia”, da Escola de Serviço Social, o estudante amazonense não protestava pois “não se encontra conscientizado dos problemas e situações que afligem a classe no momento”, ressaltou a falta de interesse e inexperiência aliadas à ausência de um espírito estudantil numa cidade que já era universitária. Reiterou que não era por falta de protestos que os amazonenses poderiam ser acunhados de pacíficos ou conformistas, mas era necessário que se inteirassem das pautas para reclamar na justiça.

De acordo com “João”, da Faculdade de Filosofia, a então recente criação da UA não sedimentou uma opinião ou uma filosofia de vida, seus professores não mostravam a problemática brasileira, preferiam se encastelar da realidade do país em suas aulas e não acompanhavam a era tecnológica e as mudanças radicais de seu tempo. Atrou o

³⁶⁵ *A Crítica*, Manaus, 5 de abril de 1968.

³⁶⁶ BRAGHINI, *Juventude e pensamento conservador no Brasil*. Op. Cit., p.39.

³⁶⁷ *A Crítica*, Manaus, 11 de novembro de 1968.

afastamento da cidade dos demais centros urbanos ao atraso das notícias e à falta de convivência com outras universidades.

Não obstante, os nomes dos membros do DU foram revelados, o que demonstra certa aceitação de suas opiniões na sociedade civil, uma vez que não podemos descartar que eram membros de uma entidade manietada pelo regime. Tanto o estudante Alexander Kutassy, diretor do Departamento de Imprensa e Divulgação, quanto para o presidente, Ubirajara Boecha, reforçaram a falta de subsídios históricos de reivindicações e a recente criação da UA como fatores que não permitiram à classe estudantil desenvolver “um espírito universitário”, bem como a condição geográfica desfavorável ao intercâmbio de ideias entre os órgãos estudantis. Afinal, para Kutassy, “a mentalidade estudantil local sofre vagarosas, profundas e importantes modificações. Timidamente o protesto está surgindo”.

Com olhar irônico, “Ronaldo”, estudante de Filosofia, usou como analogia o “Saara” para afirmar que o estado era um deserto, que não tinha população e que não fazia sentido protestar sozinho. Ironizou os colegas que, enquanto os estudantes do Rio de Janeiro e São Paulo reuniam de dois a três mil estudantes em passeatas, organizavam “entusiasmados” piqueniques à base de “Erasmus Carlos com tambaqui com pimenta murupi” ou realizavam olimpíadas culturais com concurso de oratória e desfile, “...como os nossos colegas levam a sério o movimento estudantil brasileiro”. Provavelmente, o referido estudante lançou sua crítica ao esvaziamento das lutas do movimento, bem como a desmobilização política dos estudantes através da legislação repressiva, que somente reconhecia os órgãos estudantis com finalidades cívico-culturais, sociais e esportivas.

O passado de ausência de pautas de protesto estudantil, a falta de “conscientização dos problemas” e o afastamento geográfico do estado dos demais “centros” do país, apresentam-se como pontos em comum nos motivos presentes em quase todas as opiniões divulgadas. No entanto, isto não competiu à realidade, pois as trajetórias dos estudantes organizados em movimento estudantil analisadas neste capítulo, reivindicavam um passado de lutas próprias por melhores condições educacionais, resistência ao autoritarismo e intensa troca de experiências entre diversos sujeitos dentro e fora do país.

Entretanto, as ações do aparelho de repressão podem ser notadas na supracitada reportagem do *A Crítica*. Mais ainda, podemos analisar como afetaram a vida social dos habitantes de Manaus. A materialização do autoritarismo estava presente no depoimento de “Ronaldo”, quando ele afirma que o homem acuado fica medroso e calado, num eventual choque com as forças de repressão, “mesmo que o amazonense tivesse para onde

correr não adiantaria porque as distâncias são enormes!” Ao destacar que “todo mundo é a polícia”, supomos que as delações ocorriam nos diversos vínculos sociais numa cidade ainda por vistas de sua expansão como consequência da implantação da Zona Franca de Manaus. Além do mais, outro fator destacado em seu depoimento é a coerção e cooptação, pois, adquirir o prestígio de “menino bonzinho” era algo necessário para ser efetivado no emprego público e até mesmo para um bom casamento. Ademais, entre os estudantes também havia trabalhadores que poderiam ser prejudicados com a rotulação de “subversivo” e assim ter dificuldades em conseguir um emprego. Por fim, ressalta que o gigantismo do aparato policial que “tudo vê, tudo sabe, a todos conhece”, fez forçar a inexistência da “classe estudantil”, decerto. Mesmo debaixo destas fortes forças de repressão os estudantes intensificaram suas práticas de resistência, o que torna parte de seu depoimento um instrumento de reforço do próprio jornal para invisibilizar suas experiências.

Por fim, um estudante de Direito de 21 anos, destilou sua insatisfação diante da posição “provinciana” que Manaus teria nos anos sessenta. Para ele havia duas opções básicas para ser funcionário público ou se tornar um prodígio da jovem intelectualidade provinciana:

Na hora que o estudante amazonense resolver protestar, a Zona Franca está aí mesmo para equiparar com os mais modernos objetos de repressão de massas a nossa tão “garbosa” polícia. E nos estudantes na condição de acossados, só teremos a fuga das catraias do Educandos por um guarda civil – Se ninguém protesta é porque tudo está ‘muito bem’ e se piorar o ‘caos’ é a solução mais autêntica dentro do protesto em si³⁶⁸.

Dessa forma, contraditoriamente, a mesma cidade que cedeu espaços para as utopias de 1964 não tardou em reforçar sua tradição conservadora em 1968. Logo mais, a modernização autoritária promovida pelo regime ganharia corpo com os efeitos da instalação da Zona Franca de Manaus. Com a promulgação do Ato Institucional nº 5 em 1968, o poder discricionário que emanava de seus artigos foi aproveitado pelos empresários e tecnocratas para acelerar os projetos de modernização e crescimento da economia. Desta forma, abriu-se os caminhos para a concretização dos grandes projetos desenvolvimentistas para a Amazônia. Não à toa, para Rodrigo Motta o AI-5 significou “o ápice do projeto modernizador – autoritário da ditadura, fase em que os tecnocratas

³⁶⁸ A *Crítica*, Manaus, 11 de novembro de 1968.

civis e militares tiveram mãos livres para agir, de maneira semelhante aos ‘técnicos’ que operavam os aparelhos de repressão”³⁶⁹.

Tal percurso político da ditadura não seguiu um desenvolvimento linear de suas estratégias de poder, pelo contrário. O AI-5 tratou-se de ruptura expressada por seus idealizadores. Tomemos como exemplo a afirmação do então vice-líder da ditadura no Congresso Nacional, o deputado amazonense José Lindoso (ARENA), ao declarar à imprensa que a “revolução” fora revolucionada por si própria antes que o Brasil fosse “jogado ao abismo da desordem e da guerra civil”³⁷⁰. Para Rémond, essas rupturas parecem acidentes para a inteligência organizadora do real, entretanto, tais decisões políticas podem criar situações novas que abrem um campo para todo tipo de atividade³⁷¹, isto é, nesta circunstância, a ditadura se tornou mais militar e mais autoritária após a promulgação do AI-5 e o próprio EUA enxergou com certo receio a escalada autoritária do regime³⁷². Neste sentido, no Amazonas, enquanto a grande Imprensa assistia acomodada ao enquadramento dos dissidentes liberais, os estudantes tiveram que rearticular suas táticas em novas práticas de resistência diante de um regime cada vez mais hostil. Logo, os anos que se sucederam à promulgação do AI-5 empurraram as atividades políticas e institucionais estudantis para a clandestinidade. Mesmo com suas entidades manietadas pelo autoritarismo, o movimento de estudantes soube se reinventar ao longo do tempo, passando de movimento de massas a ações de microrresistências durante os anos mais tirânicos da ditadura.

³⁶⁹ MOTTA, *Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5*. Op. Cit., p. 197.

³⁷⁰ *A Província do Pará*, Belém, 17 de dezembro de 1968.

³⁷¹ RÉMOND, *Do político...* Op. Cit., p. 447 – 449.

³⁷² MOTTA, *Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5*. Op. Cit., p. 196.

CAPÍTULO II – O AMAZONAS EM “TEMPOS DE MILAGRE”: A CONSOLIDAÇÃO DO ATO INSTITUCIONAL Nº 5 E AS TÁTICAS ESTUDANTIS CONTRA A DITADURA (1969 – 1978)



Imagem 2. Mercado Cunha Melo (1975)

Fonte: Arquivo Municipal da Prefeitura de Manaus.

Janeiro de 1969. Para a ditadura, o “espírito renovador” pareceu ter soprado as mazelas do maior estado do país. Desde 1964, o regime expurgou e perseguiu seus opositores de esquerda com todo o arcabouço autoritário proveniente do golpe. Mas, após o AI-5 em 1968, também contou com o aparato repressivo para enquadrar os dissidentes liberais, outrora seus simpatizantes e apoiadores. Portanto, o caminho estava livre para a modernização autoritária.

Concomitantemente, o aparelho persecutório foi aperfeiçoado com o intuito de intensificar o monitoramento de sujeitos hostis ao regime. Foi durante a gestão do general Carlos Alberto Fontoura (1969 – 1974) no SNI que o Plano Nacional de Informações foi aprovado, definindo as missões a serem cumpridas pelos órgãos que integravam o Sistema Nacional de Informações (SISNI) na década de 70. O objetivo principal era a criação de vasta rede de espionagem pelo país, para isso, foram aprimorados os órgãos de

informação nos ministérios civis e demais órgãos públicos e privados, nomeadas de Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI)³⁷³.

Neste capítulo serão analisadas as estratégias de perseguição aos estudantes em decorrência dos efeitos do AI-5. A ditadura manteve tais práticas com o objetivo de prevenir ou reprimir a ação de sujeitos considerados subversivos, empenhados em tumultuar a ordem. Neste contexto, os estudantes passaram a articular suas táticas na clandestinidade a partir de microrresistências. Tais práticas infrapolíticas permitiram a reorganização do movimento estudantil no findar da década de 1970.

Após os meses que sucederam a promulgação do AI-5, o jornal *A Crítica* enfatizava em primeira folha os cinco anos de “revolução” no Brasil, exaltou os “grandes feitos” da ditadura em frases de efeito no fim de suas folhas: “A 31 de março de 1964 o povo brasileiro, representado por suas Forças Armadas, afastou o perigo que se aproximava, conduzindo o Brasil a um confiante futuro de ordem e progresso”³⁷⁴.

A ditadura estava convencida de que suas decisões ocasionaram a melhoria das condições de vida da população no Amazonas, principalmente no campo social e econômico. Todavia, acreditava-se que o clima próprio à agitação subversiva ainda permanecia, embora em menor quantidade, devido aos aparelhos discricionários. Por conseguinte, a grande imprensa foi sua grande aliada, operando no plano ideológico pela reprodução em ampla escala da justificativa de suas ações. Logo, seu aparelhamento deve ser compreendido a partir da sua atuação de longa duração e por sua participação relevante na economia, na sociedade e especialmente na política³⁷⁵ como força ativa do capitalismo e não como depositária de acontecimentos de processos e conjunturas³⁷⁶. No Amazonas, os jornais não apenas estavam alinhados à ditadura, mas se encontravam em sintonia, como defensores do poder e propagandistas de suas políticas³⁷⁷.

Dessa forma, o contexto persecutório que se instalou no final de 1968 pode ser analisado a partir da imagem 2, página 101, que inicia a discussão de nosso segundo capítulo. Ao volvermos nossos olhares para a parte superior, à direita, ao lado da placa inaugural do mercado, colados na parede, há cartazes exibindo fotos de opositores perseguidos pelo regime. Ali, foi materializada a presença de parte das formas de

³⁷³ FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, J; DELGADO, L. A. N (orgs.). *O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização Quarta República (1964 – 1985)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

³⁷⁴ *A Crítica*, Manaus, 31 de março de 1969.

³⁷⁵ CAPELATO, *História do tempo presente...*, Op. Cit., p. 303.

³⁷⁶ CRUZ; PEIXOTO, *Na Oficina do Historiador...*, Op. Cit.

³⁷⁷ CAPELATO, *História do tempo presente...*, Op. Cit., p. 304.

autoritarismos executados pelo regime. Sendo assim, tal fotografia se firmou como um certificado de presença³⁷⁸. Aliás, o serviço de fotografia foi um suporte importante para os agentes da repressão, especialmente para os grupos de investigação e captura, além das equipes de tortura³⁷⁹.

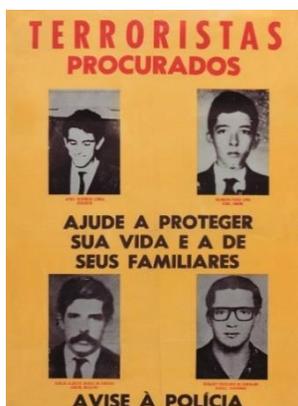


Imagem (3)



Imagem (4)

Imagem (3). No cartaz, o segundo à direita trata-se Hebert Eutáquio de Carvalho, integrou as guerrilhas VAR Palmares e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) com o codinome de “Daniel”. Importante militante da causa LGBTQI+. **Fonte:** Acervo Addi de Freitas Vanucci; in nonada.com.br

Imagem (4). Na parte superior, da esquerda para a direita, Carlos Lamarca (VPR), Iara Iavelberg (Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR8), James da Luz (VAR Palmares) e Mariano Silva. **Fonte:** Wikipédia

Exemplares dos cartazes acima foram colados em locais de intensa visibilidade no mercado, o que nos leva a sugerir que para além de um “cartaz policial”, o regime utilizou como instrumento pedagógico, a fim de consolidar na população a representação do “terrorista”: inibidores da marcha inevitável do progresso, reforçando a tradição do discurso anticomunista ao frisar que suas ações e planos entravam em choque com a moral ocidental e cristão dominante na sociedade brasileira³⁸⁰.

Somando-se a isto, as fronteiras causavam preocupação ao regime, pois eram lugares propícios para trocas de experiências entre os sujeitos de distintos países, nos quais acreditavam que a fase de “Guerra Revolucionária” se encontrava mais avançada. Portanto, era preciso desarticular as possibilidades de execução de redes de resistência:

Deve-se citar, também, as influências exercidas por elementos de países vizinhos, em fase de guerra revolucionária mais avançada, que, em virtude da nossa imensidão territorial e do vazio populacional, penetravam na Área, não só voluntariamente, como também obrigados pela repressão que lhes era feita,

³⁷⁸ BARTHES, *A câmara clara...*, Op. Cit., p. 73.

³⁷⁹ LEANDRO, Anita. *Os acervos da ditadura na mesa de montagem*. Logos 45, vol. 23, n. 02, 2016, p. 106.

³⁸⁰ MOTTA, *Em guarda contra o perigo vermelho...*, Op. Cit., p. 90.

originando um intercâmbio forçado e nocivo com nacionais da faixa de fronteira³⁸¹.

Também eram reais as representações da “guerra moderna” no imaginário dos militares. Naquela ocasião, caberia ao GEF com suas unidades de defesa das fronteiras proteger os limites da nação brasileira, uma vez que para o SNI havia a existência de movimentos de “inspiração marxista” e “orientação cubana” nos países limítrofes. Incentivados pela possibilidade de “internacionalização da Amazônia”, a existência de conflitos entre as fronteiras da Venezuela e Guiana, além do Peru e Colômbia, poderiam afetar a soberania do país. Na Guiana Francesa, por exemplo, a presença de técnicos de “países comunistas” próximos de rampas para lançamentos de foguetes causou real preocupação nos militares³⁸². Em 6 de janeiro de 1969, tropas foram deslocadas de Manaus para Roraima comandadas pelo general Edmundo Costa Neves (GEF) com o objetivo de observar *in loco* a situação na Guiana, para garantir a integridade do território nacional, onde um grupo de “rebeldes” teria abatido oito pessoas, entre eles o chefe do posto policial e um telegrafista³⁸³.

Ao mesmo tempo, sob o comando do general Rodrigo Octávio Jordão Ramos, o Comando Militar da Amazônia mudou sua sede de Belém para Manaus em 1969. Supomos que esta reorganização militar estava alinhada não somente com os projetos desenvolvimentistas de integração nacional, mas também fora influenciada pela ideologia da guerra contrarrevolucionária.

Logo, as fronteiras do Amazonas passaram a ser gradativamente controladas pelas forças militares. Além disso, a força de atração econômica impelida pela consolidação da Zona Franca de Manaus pode ser lida como fator da intensificação da presença da ditadura na região. Não obstante, no coração de Manaus, havia uma escola militar das Forças Especiais pertencente às Forças Armadas brasileiras. De acordo com o general chileno Manuel Contreras, chefe da Dirección de Inteligencia Nacional (DINA), o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) era um centro de treinamento antiguerrilheiro e, a cada dois meses, turmas de oficiais de vários países da América Latina eram instruídos pelo general francês Paul Aussaresses, “um veterano da guerra da Indochina e

³⁸¹ *Serviço Nacional de Informações*. Levantamento Estratégico da Área Estratégica..., Op. Cit., p. 27.

³⁸² *Idem*, p. 42 – 43.

³⁸³ *O Liberal*, Belém, 6 de janeiro de 1969.

autointitulado ‘maestro’ do dispositivo de torturas dos paraquedistas do general Jacques Massu na Argélia em 1957”³⁸⁴.

Desta forma, Manaus foi centro de grande importância para as ditaduras na América do Sul e pode ter se configurado como importante base durante a execução da operação Condor. Para a historiadora Samantha Quadrat, o plano Condor tinha como objetivo a identificação de um pensamento comum, por meio de aproximação profissional e pessoal em cursos conjuntos entre as Escolas das Américas (Panamá), Escola Superior de Guerra e o Centro de Treinamentos de Manaus³⁸⁵. Sendo assim, os intercâmbios de agentes se fizeram necessários. Os seus primeiros professores foram os ex-combatentes franceses da guerra da Argélia. Seus métodos foram aplicados no país com vistas ao combate da guerrilha urbana e à eliminação da resistência rural. De acordo com a jornalista Leneide Duarte-Plon, os militares brasileiros aprenderam com os franceses as lições da “guerra contrarrevolucionária”, “mestres” em técnicas de interrogatório e no controle das populações civis, desaparecimentos e execuções sumárias³⁸⁶.

Em suma, a ditadura impôs sua ação administrativa na região para visar assegurar sua dominação. Logo, tornou-se imperiosa a criação de uma agência regional³⁸⁷ do SNI na capital, a fim de facilitar a eficiência da espionagem na região, bem como facilitar a instalação de “pontos de desenvolvimento” através de colônias militares³⁸⁸ em localidades consideradas hostis nas fronteiras do estado³⁸⁹.

³⁸⁴ GASPARI, E. *A ditadura encurralada: o sacerdote e o feiticeiro*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 378.

³⁸⁵ QUADRAT, *Ditadura, violência política...*, Op. Cit., p. 252.

³⁸⁶ DUARTE-PLON, Leneide. *A tortura como arma de guerra: Da Argélia ao Brasil: como os militares franceses exportam os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 79.

³⁸⁷ As agências regionais eram núcleos do SNI, chefiado por um oficial superior, em geral coronel de Exército, com quadros compostos por servidores públicos federal, estadual e municipal à sua disposição, cujo objetivo era produzir e difundir os documentos de informação. Pelo país, as principais agências eram compostas pela: Agência Rio de Janeiro (ARJ), Agência São Paulo (ASP), Agência Belém (ABE), Agência Manaus (AMA), Agência Porto Alegre (APA), Agência Recife (ARE), Agência Belo Horizonte (ABH), Agência Campo Grande (ACG), Agência Curitiba (ACT), Agência Fortaleza (AFZ), Agência Salvador (ASV) e Agência Goiás (AGO). Cf. ISHAQ, *A escrita da repressão...* Op. Cit., p. 47.

³⁸⁸ As unidades subordinadas ao Grupamento de Elementos de Fronteira (GEF) em 1969 eram: 27º Batalhão de Caçadores (Manaus – AM); 1º Cia, 3º Batalhão de Fronteiras e a Colônia Militar de Oiapoque (Clevelândia – PA); 3º Companhia de Fronteira (Porto Velho – RO); 4º Companhia de Fronteira (Rio Branco – AC); 6º Companhia de Fronteira (Guajará Mirim – RO); 7º Companhia de Fronteira (Tabatinga – AM); 9º Companhia de Fronteira (Boa Vista – RR); 2º Pelotão de Fronteira (Içá – AM); 3º Pelotão de Fronteira (Uaupés – AM); 4º Pelotão de Fronteira (Cucuí – AM); 7º Pelotão de Fronteira (Príncipe da Beira – RO); 8º Pelotão de Fronteira (Palmeira – AM); 9º Pelotão de Fronteira (Estirão do Equador – AM). Naquela ocasião aguardava a instalação: 8º Cia de Fronteira (Cruzeiro do Sul – AC); 10º Pelotão de Fronteira (Brasileia – AC) e 11º Pelotão de Fronteira (Taumaturgo – AC).

³⁸⁹ *Serviço Nacional de Informações*. Levantamento Estratégico da Área Estratégica..., Op. Cit., p. 64.

No campo social, o regime acreditava que o “espírito renovador” veio expurgar o “processo revolucionário e subversivo” anterior ao golpe e orientado pelas ações corruptas dos governadores. Deste modo, as classes mais pobres e analfabetas sofriam com o processo inflacionário e a exploração econômica das elites, além de serem consideradas presas fáceis de “agitadores profissionais”. Com efeito, a ditadura almejava consolidar uma “aceitação popular”, considerando cooptar o apoio da população através das iniciativas de políticas internas como a revitalização da SUDAM e da ZFM³⁹⁰, partes integrantes dos “grandes projetos desenvolvimentistas” que marcaram os anos de “milagre econômico” durante a década de 70. Na ocasião, considerada pela comunidade de informações³⁹¹ como “motivo de orgulho para o amazonense”, a implantação da ZFM ocasionou intensa movimentação cultural, comercial e esportiva na cidade, mudando o cenário de estagnação econômica. Reflexo disso pode ser encontrado no intenso movimento bancário entre 1966 e 1969 descrito pelos agentes, quando houve aumento exponencial da atividade financeira em Manaus através do movimento de cheques compensados pelo Banco do Brasil, além dos números de agências bancárias, que cresceram de 10 para 25 agências no início da década de 70. Assim, cristalizava-se o discurso de que o estabelecimento da ZFM gerou na população a confiança de que o regime estava disposto a acelerar o progresso da região.³⁹²

Criada em 1957 através da Lei N°. 3173 e embasada no projeto do deputado amazonense Francisco Pereira da Silva, a ZFM foi regulamentada apenas em 1960 e entrou em vigor apenas no ano de 1967, em plena ditadura. Neste contexto, o então presidente Castelo Branco e ex-comandante militar da Amazônia, considerava a região um “desafio” que necessitava de grandes investimentos para sua movimentação econômica, com a finalidade de nutrir as expectativas locais³⁹³. Deste modo, a criação de uma zona franca em Manaus se justificaria como estratégia do regime em evitar o seu esvaziamento econômico, num cenário marcado por sua economia deprimida³⁹⁴. Some-se a isto, a necessidade de dotar a infraestrutura a região, para tornar-se uma “zona habitável”, capaz de atrair a força de trabalho e o capital, especialmente o estrangeiro, privilegiados no processo de apropriação e uso das forças produtivas do país pelas forças

³⁹⁰ *Serviço Nacional de Informações*. Levantamento Estratégico da Área Estratégica Norte. Reservado, volume II, 1969.

³⁹¹ Rede de informações federais estruturada para coletar e difundir entre si informações relevantes à Segurança Nacional. Cf. ISHAQ, *A escrita da repressão...* Op. Cit., p. 109.

³⁹² *Serviço Nacional de Informações*. Zona Franca de Manaus. N° 100 SNI/AMA, 15 de maio de 1970.

³⁹³ SILVA, Marilene C. *Metamorfozes da Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 2013, p. 19.

³⁹⁴ *Ibidem*.

que tomaram o poder a partir do golpe³⁹⁵. Por outro lado, havia também o receio provocado pelo surgimento de outras zonas francas em áreas de países limítrofes da Amazônia brasileira, ocasionando o êxodo da população fronteiriça brasileira com a finalidade de gozar das facilidades concedidas pelos governos estrangeiros. Em síntese, a estagnação econômica local e as estratégias da geopolítica do regime foram fatores essenciais para a escolha de Manaus como espaço de criação da zona franca³⁹⁶.

Logo, a atração dos incentivos fiscais, promessas de emprego e melhoria de vida, causaram preocupação nos órgãos de vigilância. Segundo o SNI, tal efeito começara a atrair inúmeros “aventureiros” que buscavam o enriquecimento rápido com as facilidades criadas. Entretanto, tal leitura evidencia o descompromisso do regime com o progresso social da região, marcada pelos solavancos da economia internacionalizada e, no processo de atração da mão de obra para capital, transformando indígenas, caboclos e agricultores em operários na ZFM³⁹⁷.

Em 1970, o Comando Naval de Manaus informou ao órgão o receio da crescente chegada de imigrantes colombianos, peruanos e bolivianos à capital, em alguns casos sem documentos, que procuravam as organizações militares solicitando passagens. Também manifestaram a dificuldade de não conseguir impedir a entrada de estrangeiros vindos do exterior por vias da Amazônia Ocidental³⁹⁸. Além disso, a intensa publicidade do comércio de mercadorias estrangeiras fez aumentar o fluxo de visitantes em Manaus. Em consequência, a cidade viu expandir a sua rede hoteleira, com a presença cada vez mais constante de turistas que aproveitavam suas viagens para adquirir objetos de várias procedências. Com o aumento dos números de voos das principais companhias aéreas da época, a capital passou a ser ponto de trânsito para o exterior, presenciando também a chegada de homens de negócios que passaram a observar as condições de mercado, de infraestrutura e as facilidades para que ali pudessem se estabelecer³⁹⁹.

Porém, nem sempre a chegada do capital estrangeiro era bem vinda. Principalmente daqueles que não se alinhavam ao ocidente liberal. Suas tentativas de penetração nas relações com a ZFM através das possibilidades abertas por concessões econômicas eram lidas como possíveis infiltrações comunistas. Exemplo disto é o visível

³⁹⁵ SERÁFICO, José; SERÁFICO, Marcelo. *A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil*. Estudos Avançados, v.19, 2005, p. 100.

³⁹⁶ SERÁFICO; SERÁFICO, *A Zona Franca de Manaus...*, Op. Cit., p. 103.

³⁹⁷ SILVA, *Metamorfoses da Amazônia...*, Op. Cit., p. 23; 42.

³⁹⁸ *Serviço Nacional de Informações*. Informação – Comando Naval de Manaus. N° 218/DSI/MRE, 26 de junho de 1970.

³⁹⁹ *Serviço Nacional de Informações*. N° 100 SNI/AMA, Op. Cit.

incômodo expresso pelo Centro de Informações do Exército (CIE) ao descrever a presença de “elementos russos” num grupo de empresários composto também por brasileiros. O grupo não apenas manteve contato com as firmas comerciais, como costuraram relações com o coronel Floriano Pacheco, então Superintendente da SUFRAMA, com a finalidade de instalar no Amazonas uma companhia de aerobarcos de fabricação russa. A alegação de interesses comerciais não convenceu o SNI, ressaltando que a presença frequente destes empresários em Manaus comprovava a tentativa da penetração russa no Amazonas⁴⁰⁰. Tais leituras demonstram a influência do discurso anticomunista na mentalidade dos agentes, reflexo das campanhas de propaganda que concentravam em manchar a reputação da União Soviética nos aspectos da moral e condições sociais, além de vinculá-la ao ateísmo e à violência⁴⁰¹.

Todavia, o sentimento também era de confiança na promessa da modernização autoritária que parecia estar se concretizando. Regozijo e gratidão à ditadura foram expressas em nota assinada pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM), Serviço Social da Indústria (SESI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Para as entidades empresariais, a ditadura veio restaurar a ordem política, econômica e social, assim os “sacrifícios” impostos tanto aos trabalhadores quanto aos empresários foram aceitos devido ao espírito patriótico em prol da reconstrução econômica do país. A nota enfatiza a queda de 40% das taxas de inflação entre os anos de 1965 e 1966 e menos de 25% durante 1967 e 1968⁴⁰². Deste modo, as entidades vislumbravam a possibilidade da recuperação da economia, levando o país a sair da zona do atraso e se igualar às nações mais prósperas⁴⁰³. Afinal, para estes, o golpe trouxera a ordem, a racionalidade e o progresso, bem como a continuação do “espírito revolucionário” necessário para construir novas dimensões econômicas para o Amazonas, para a Amazônia e o Brasil.

⁴⁰⁰ *Serviço Nacional de Informações*. Presença de cidadãos russos no Estado do Amazonas. N° 164/DSI/CIE, 5 de julho de 1971.

⁴⁰¹ MOTTA, *Em guarda contra o perigo vermelho...*, Op. Cit., p. 98.

⁴⁰² Todavia, é preciso evidenciar as contradições impregnadas nestes índices. Malogradas as Reformas de Base e os planos econômicos do governo Goulart, a ditadura pôs em seus quadros representantes do pensamento econômico conservador, cujas medidas para a estabilização da economia seguiram em direção ao arrocho salarial, concentração de riqueza, diminuição de gastos e aumento de taxas de juros, correção monetária, além do combate ostensivo à inflação. Tal política econômica seguia de encontro a um projeto de desenvolvimento às custas de medidas impopulares e o “milagre econômico” que se avizinhava teve como ingrediente principal a aflição do aumento do custo de vida da classe trabalhadora, bem como os problemas sociais foram novamente escamoteados. Cf. BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

⁴⁰³ *A Crítica*, Manaus, 31 de março de 1969.

Para a ditadura, a população sentiu que a ZFM foi um passo decisivo do Governo Federal para a integração e desenvolvimento da Amazônia, bem como suas transformações na sociedade pareciam traçar melhores perspectivas para o estado como instrumento eficaz e irreversível para o desenvolvimento da região. Desta forma, a justificativa econômica permaneceu como traço fundamental da legitimação e dominação política da ditadura, uma vez que o regime acreditava que o estabelecimento da ZFM desenvolveu na população a confiança de que o Governo Federal estaria disposto a promover aceleradamente o progresso da região. Para isto, tal processo desencadearia projetos industriais que visariam oferecer 5.000 novos empregos diretos em Manaus, constituindo uma “segura perspectiva de progresso para a área”⁴⁰⁴.

No entanto, essa crença cega no progresso⁴⁰⁵ transformou as bases sociais do Amazonas. Isto é evidenciado nos dados analisados por Rosalvo Bentes, ao afirmar que as novas atividades na cidade de Manaus estimularam as populações do interior do estado a buscar nela a solução para os problemas de renda e emprego. Enquanto isso, o estado não foi capaz de integrar essa população ao processo econômico e social. Outro fator elencado por Bentes foi o direcionamento dos incentivos fiscais e recursos da ZFM restritos apenas à capital, cujas consequências agravaram os desequilíbrios existentes entre capital e o interior.⁴⁰⁶ Com efeito, a aceleração dos fluxos migratórios provocou não apenas o inchamento da cidade, como a proliferação de habitações sem planejamento na periferia, o aumento da pressão da demanda por infraestrutura e serviços urbanos, o crescimento da criminalidade e da prostituição, reaparecimento do desemprego e a queda dos níveis reais dos salários, além do aumento do custo de vida provocados pelo custo elevado de transporte de gêneros alimentícios, pois, a oferta regional era insuficiente⁴⁰⁷.

Em síntese, a tentativa da criação de um centro comercial, industrial e agropecuário na Amazônia Ocidental com vistas a melhorar as condições de desenvolvimento da área, não estava direcionada para o progresso social de sua coletividade, uma vez que a euforia de uma população que vivia sobre os solavancos das crises do capital, parecia estar arrefecendo em razão das altas dos preços das mercadorias

⁴⁰⁴ *Serviço Nacional de Informações*. Nº 100 SNI/AMA, Op. Cit.

⁴⁰⁵ BENJAMIN, W. Sobre o conceito da História. In:_____. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. In: p. 14

⁴⁰⁶ BENTES, Rosalvo. *A Zona Franca e o processo migratório para Manaus*. Dissertação (Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento de Núcleo de Altos Estudos Amazônicos) UFPA, Belém, 1983, p. 30.

⁴⁰⁷ Idem, p. 128 - 129.

nacionais e estrangeiras ainda no limiar da década de 70, o que causou certo temor aos quadros do regime quanto a legitimação e apoio aos seus grandes projetos⁴⁰⁸.

2.1. VIGILÂNCIA, CONTROLE E PERSEGUIÇÃO.

A construção memorial da década de 70 é influenciada por duas lembranças ligadas a setores distintos da sociedade, que podem ter sido representadas como os “anos de chumbo” para uns e considerada “anos de ouro” para outros. Neste aspecto, enquanto setores da esquerda traduziam suas lutas nas guerrilhas contra a ditadura, a opinião dominante construía uma sensação de um novo tempo refletida no que chamaram de “milagre brasileiro”⁴⁰⁹. Concomitantemente, a década também foi marcada pela dinâmica autoritária da ditadura, do apogeu ao seu declínio. A única instituição que permaneceu ativa foi o aparelho persecutório. Neste contexto, as mobilizações estudantis foram arbitrariamente desarticuladas em suas organizações de massas. No entanto, numa tentativa teimosa de permanecer resistindo, passaram para o campo da infrapolítica, através de táticas que apontavam para uma hábil utilização do tempo e das ocasiões⁴¹⁰.

Afinal, durante este contexto marcado por situações de tirania e perseguição, a infrapolítica se tornou a vida política destes sujeitos históricos, constituindo seus mecanismos basilares de defesa, assim como pode ser considerada a forma de resistência que os subordinados assumiram em condições de grande perigo. Deste modo, como suas atividades políticas explícitas e institucionais foram proibidas, sua resistência não decorreu de uma “organização formal”, mas de redes informais de estudantes auxiliadas por outros sujeitos simpatizantes de suas causas⁴¹¹.

Diferentemente da década de 60, marcada por um movimento de massas, após a promulgação do AI-5, Angélica Müller descreve a década de 70 como marcada por ações no interior das universidades e restrita a questões educacionais ou culturais. Contrária à perspectiva de estagnação do movimento após o Congresso de Ibiúna (1968), Müller afirma que, de fato ocorreu a “saída” do cenário político da maior entidade representativa dos estudantes (UNE), em razão da forte repressão contra o movimento⁴¹². No entanto,

⁴⁰⁸ Serviço Nacional de Informações. N° 100 SNI/AMA, Op. Cit.

⁴⁰⁹ CORDEIRO, Janaína. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 19.

⁴¹⁰ CERTEAU, *A invenção do cotidiano...*, Op. Cit., p. 96.

⁴¹¹ SCOTT, *A Dominação...*, Op. Cit., p. 273 – 275.

⁴¹² MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969 – 1979)*. Tese de Doutorado em História Social – FFLCH – USP;

ressalta que os estudantes universitários reformularam suas ações e encontraram formas alternativas de resistências,

seja através de ações específicas que gravitavam em torno da questão educacional, ou ainda reivindicando valores democráticos e denunciando, através de diferentes atividades culturais, as atrocidades cometidas pela repressão⁴¹³.

Após a promulgação do AI-5, quando foram proibidas as atividades de natureza política, foi promulgado o Decreto-Lei 477 em 1969, proibindo a manifestação política de oposição nas universidades, prevendo a expulsão de estudantes e demissões de professores envolvidos em supostas atividades subversivas. Ou seja, as entidades estudantis que não estavam alinhadas aos ideais da ditadura foram postas na clandestinidade, o que tornou justificável - pelo regime - a perseguição aos movimentos de oposição. Logo, podemos observar a consolidação de uma legislação repressiva que com o passar do tempo autorizou ou proibiu a organização dos estudantes, encorajou a desmobilização do movimento e impediu a manifestação política⁴¹⁴.

Aliada a isso, a ditadura quis promover a persona do “estudante conservador” em detrimento do “estudante subversivo”. Essa seria a “juventude estudiosa” integrada aos ideais do regime, cuja responsabilidade social deveria tomar sua posição nacionalista contra a indisciplina e a “subversão”⁴¹⁵. Logo, programas como o Projeto Rondon e o Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico Social (Mudes) serviram para mobilizar os estudantes para participar de projetos sociais com vistas de desmobilizar seus “radicalismos” atraindo-os para os valores do regime⁴¹⁶. Nas escolas, a disciplina de Educação Moral e Cívica serviram para moldar a formação de lideranças imbuídas pelo civismo através de tradições inventadas pelo regime. Conjuntamente, essa “mística do civismo” e a legislação repressiva serviram para tolher a mobilização dos estudantes durante os anos da ditadura.

Além disso, o monitoramento das ações dos estudantes tornou-se constante, cujo objetivo tratava-se de desmobilizar os opositores que teimavam em resistir ao autoritarismo. Também os ex-estudantes que passaram a atuar na sociedade civil após suas trajetórias na militância foram constantemente espionados pela AMA, em

Centre d’Histoire Sociale d XXème Siècle, Université de Paris 1 – Panthéon Sorbonne. São Paulo; Paris, 2010, p. 31.

⁴¹³ MÜLLER, *A resistência...*, Op. Cit., p. 47 – 48.

⁴¹⁴ RÉMOND, *Do Político...*, Op. Cit., p. 447.

⁴¹⁵ BRAGHINI, *Juventude e pensamento conservador no Brasil...* Op. Cit., p. 202 - 205

⁴¹⁶ MOTTA, *As universidades e o regime militar...* Op. Cit., p. 87 – 89.

decorrência de seu passado de atuação no movimento estudantil. Isto é evidenciado nos relatórios e dossiês elaborados por agentes do SNI. Tais documentos provenientes de arquivos sensíveis da comunidade de informações nasceram para servir de instrumento de prova e condenação. Desta forma, devemos ressaltar que as informações de caráter pessoal encontradas nesta documentação são improcedentes, inexatas e enganadoras⁴¹⁷, assim, não podemos deixar de averiguar tais pontos em nosso processo de análise, ou seja, levar em consideração que “o que está nesses documentos não é a *verdade*”⁴¹⁸.

Dessa forma, com o propósito de analisar as táticas estudantis de resistência e as formas de autoritarismo executadas pelo regime no Amazonas durante a execução do AI-5, mapeamos nos relatórios e dossiês de informações do SNI e demais órgãos da comunidade de informações, diversos sujeitos que integraram o movimento estudantil e que foram constantemente monitorados. Ademais, tais documentos da polícia política nasceram para perseguir os cidadãos, considerados “inimigos internos”⁴¹⁹. Levaremos em conta que os papéis contidos nos arquivos da repressão são cheios de mentiras e cabe ao historiador a análise apropriada da documentação com vistas a procurar os “espaços” entre as mentiras⁴²⁰, para por fim, produzir uma narrativa que contenha uma *verdade possível* sobre o contexto da ditadura.

Os relatórios do SNI que circularam entre os órgãos da “comunidade de informações” revelam a perseguição aos opositores do regime em vistas de sua atuação política contemporânea e passada daquela ocasião. Exemplo disto são os registros do ex-aluno do curso da Faculdade de Direito da UA, Felix Valois Coelho Júnior⁴²¹. Militante da UEA, denunciado por um grupo de universitários por práticas subversivas no meio estudantil em 1965. Tachado de comunista, o órgão apontou sua “arrogância” em decorrência de sua influência exercida sobre os demais. Também foi acusado de receber verba pública durante o governo Gilberto Mestrinho em 1962, cujo objetivo era pagar o

⁴¹⁷ CAMARGO, Ana M. A. *Os arquivos da polícia política como fonte*. Registro, Indaiatuba, N. 1, jul. 2002, p. 4.

⁴¹⁸ QUADRAT, Samantha V. *Em busca dos arquivos das ditaduras do Cone Sul: desafios e perspectivas*. In. ARAÚJO, M. P. et all. *Violência na história: Memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012, p. 202.

⁴¹⁹ KNAUSS, Paulo. *Usos do passado e história do tempo presente: arquivos da repressão e conhecimento histórico*. In. VARELLA, F. F. et all. *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 146.

⁴²⁰ GREEN, *A Proteção da Privacidade...* Op. Cit., p. 210.

⁴²¹ Advogado formado pela Faculdade de Direito (UA) em 1965, foi militante do Partido Comunista do Brasil (PCB) e pertencente ao grupo dos “autênticos” do MDB. Assumiu a presidência da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB – AM) em dois mandatos (1975 – 1977 e 1977 – 1979). Foi eleito deputado estadual (1982 – 1986) Secretário de Justiça do Estado e vice-prefeito de Manaus (1988 – 1992).

deslocamento até o Rio de Janeiro “a fim de receber, sigilosamente, ordens dos dirigentes da União Nacional dos Estudantes”⁴²². O relatório também ressaltou acusações morais, quando descreveu que Valois mantinha uma amante “comunista” e “terrorista”, suspeita de participação no atentado a bomba contra o presidente Castelo Branco em novembro de 1965 no Recife. O relatório conclui observando uma postura de “acomodação” perante a atuação de sua ideologia contrária ao regime, embora ainda participasse com frequência de reuniões com colegas contemporâneos⁴²³.

Detido e interrogado várias vezes pela Polícia Civil em virtude de sua “atuação esquerdista” no movimento estudantil secundarista, Afrânio de Sá⁴²⁴, quando acadêmico de Direito da UA fora acusado de agitar seus colegas contra a direção da faculdade e demais professores, além de tumultuar o diretório estudantil “exigindo de seus dirigentes, maior atuação no campo da política universitária e na preservação dos direitos dos estudantes”⁴²⁵. Foi signatário do manifesto intitulado “Carta aberta ao Presidente da República” publicado em 1965 no jornal *Última Hora*, do Rio de Janeiro, em forma de protesto assinado por intelectuais e artistas contra as medidas autoritárias do regime. O órgão ressaltou ainda que era conhecido pelos ex-alunos da turma de 1966 da Faculdade de Direito como “elemento comunista”, apontado como “pichador” na cidade, além de “líder esquerdista” que usava termos socialistas no exercício da profissão⁴²⁶.

Mesmo com a escalada do autoritarismo a partir do AI-5, o regime foi extremamente rigoroso com seus “inimigos” desde o início⁴²⁷. Consequentemente, o passado de atuação política estudantil também era levado em conta, em vistas de perseguir seus opositores. Exemplo disto é o caso de Menandro Tapajós Filho⁴²⁸, teve seu nome contraindicado pelo SNI no concurso de juiz em 1970 e 1971, acusado de “esquerdismo atuante” na Faculdade de Direito da UA e de participação em manifestações contrárias ao golpe de 1964⁴²⁹.

⁴²² *Serviço Nacional de Informações*. Felix Valois Coelho Júnior. N° 266/DSI/MJ, 4 de janeiro de 1972.

⁴²³ *Serviço Nacional de Informações*. N° 266/DSI/MJ, Op. Cit.

⁴²⁴ Advogado formado pela Faculdade de Direito (UA) em 1966, mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1974), servidor público da UA e Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

⁴²⁵ *Serviço Nacional de Informações*. Afrânio de Sá. N° 1238/16/AC, 21 de novembro de 1972.

⁴²⁶ *Serviço Nacional de Informações*. N° 1238/16/AC, Op. cit.

⁴²⁷ FICO, *Espionagem, polícia política, censura e propaganda*, Op. Cit.

⁴²⁸ Não foi possível mapear sua trajetória profissional.

⁴²⁹ *Serviço Nacional de Informações*. Informação n° 110/76/AMA, 25 de janeiro de 1974.

Embora não tenha atuado diretamente no movimento estudantil, o jornalista Fábio Lucena Bittencourt⁴³⁰ estudou na Faculdade de Direito na UA durante os anos de 1965 – 1967, mas não concluiu o curso. Fichado nos relatórios do SNI, Lucena foi intensamente perseguido e as tentativas de aplicação do AI-5 a sua pessoa foram constantes. Definido pelos agentes como agitador, subversivo, alcoólatra crônico e apontado como “elemento comunista infiltrado no meio sindical e cultural”, foi monitorado pelos órgãos de informação desde 1964 a partir de sua oposição ao regime, lido como tentativa de autopromoção para o seu crescimento político⁴³¹. Por duas vezes enquadrado na Lei de Segurança Nacional, embora tenha sido absolvido, o regime acreditava que essas duas tentativas frustradas tenham aumentado o seu prestígio eleitoral e popularidade, mantendo preocupação com suas críticas ao seu autoritarismo. Com a finalidade de desmobilizar sua resistência, o CMA chegou a sugerir que se caso fosse aplicado algum artigo do AI-5 contra Lucena, a medida acauteladora adotada seria a autorização de censura prévia nos órgãos de comunicação de Manaus, a fim de evitar a exploração política contra a aplicação daquele ato⁴³².

Portanto, podemos destacar que ao lado da perseguição política, a comunidade de informações produziu “fatos” sobre as ações dos perseguidos com o objetivo de caracterizar o inimigo do estado. Deste modo, a partir da análise das fontes, podemos perceber a “fabricação de mentiras” a partir dos usos de adjetivos pejorativos com o intuito de injuriar a imagem de cada investigado, tal como a clara finalidade de enxovalhar a crítica política, ao transferir a ideologia para o campo da moral e dos costumes. Em suma, devemos tomá-los como “registros de representações” daquele período e não como dados naturalizados⁴³³.

⁴³⁰ Jornalista e bancário, foi eleito vereador de Manaus pelo MDB por dois mandatos (1973 – 1977 e 1977 – 1983) e senador pelo Amazonas (1983 – 1987). Para melhor leitura: Cf. AMARAL, Giovanni. Fábio Lucena: Um senador amazônida (1940 – 1987). In. UGARTE, A. S; QUEIRÓS, C. A. B. *Trajatórias políticas na Amazônia Republicana*. Manaus: Editora Valer, 2019.

⁴³¹ *Serviço Nacional de Informações*. Aplicação do AI-5 para o vereador Fábio Pereira de Lucena Bittencourt. N° 2157/CIE, 12 de novembro de 1975.

⁴³² *Serviço Nacional de Informações*. N° 2157/CIE. Op. Cit.

⁴³³ KNAUSS, *Usos do passado...*, Op. Cit., p. 150 – 151.

Peculiares são os exemplos de José da Silva Seráfico de Assis Carvalho⁴³⁴ e Heitor Vieira Dourado⁴³⁵, ambos atuaram no movimento estudantil no Pará e continuaram monitorados pelo SNI mesmo durante suas atuações profissionais no Amazonas.

A experiência de José Seráfico amargou um exílio dentro do próprio país, pois foi aconselhado pela família a fugir para o Amazonas, após ter sido agredido pelo coronel José de Oliveira durante a invasão da sede da União Acadêmica Paraense (UAP) em Belém⁴³⁶. Fichado como “esquerdista militante”, capaz de exercer liderança no meio universitário de Belém, foi preso enquanto protestava contra os militares em abril de 1964. Posteriormente, considerado “elemento inteligente, frio e calculista” pela comunidade de informações, continuou monitorado após sua intensa militância estudantil. Passou a trabalhar na CODEAMA e em 1968 foi colocado à disposição da Superintendência dos Serviços Médicos do Interior (SUMEMI) por influência do médico Heitor Dourado. Em 1971, prestou concurso público para professor da UA através de regime de dedicação exclusiva⁴³⁷.

Também membro da UAP, o médico Heitor Dourado foi líder da Ação Popular e vice-presidente da entidade nos idos de 1964. Foi acusado de ser militante do PCB, provavelmente, por militância na referida entidade estudantil e, posteriormente, por ter manifestado seu apoio a Cuba. Vigiado por suas críticas ao regime, chamou os militares de “gorilas”, “reacionários”, “corruptos”, “irresponsáveis” e “ditadores”. A comunidade de informações temia sua profunda influência no meio universitário como professor da Faculdade de Medicina da UA e na classe médica. E, por isso, intensificaram seu monitoramento, pois receavam que sua influência pudesse ser utilizada para acobertar outros “subversivos”, como quando intercedeu junto à CODEAMA para que José Seráfico fosse colocado à disposição da SUMEMI.

Os exemplos de José Seráfico e Heitor Dourado podem ser explicados a partir da influência da cultura política brasileira nos círculos moderados dentro da universidade, conseqüentemente, refletida nas relações de poder. Isto é enfatizado no prontuário do relatório de monitoramento de Seráfico, ao ressaltar o uso da influência de Dourado no

⁴³⁴ Professor Titular da Faculdade de Estudos Sociais pertencente a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e advogado formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará (UFPA) em 1965.

⁴³⁵ Formado em Medicina pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Durante a vida acadêmica foi vice-presidente em 1960 e presidente da União Acadêmica Paraense (UAP) entre 1962 a 1963. Foi professor Titular da Faculdade de Ciências da Saúde da UA e do Departamento de Patologia Tropical da UFPA.

⁴³⁶ VELLARDE, Jaime C. *No Crepúsculo: memórias subversivas da Ditadura Civil-Militar na Amazônia Paraense*. Dissertação de Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura UNAMA, Belém, 2012, p.40.

⁴³⁷ *Serviço Nacional de Informações*. José Seráfico de Assis Carvalho. N° 1162/16/AC, 17 de novembro de 1972.

setor da saúde em prol do colega, enquanto o seu passado foi levantado para frisar que o mesmo foi indiciado através do Inquérito Policial Militar (IMP n° 709), acusado de ser integrante do PCB, sendo demitido do seu cargo na Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) por prática de subversão, ao ser aplicado o art. 7° do AI-1⁴³⁸. A razão de sua permanência como servidor público, mesmo durante o mais intenso período de perseguição da ditadura, pode ser entendida a partir das estratégias de acomodação que visaram evitar dispensar tais contratações no interesse de contar com o talento destes profissionais. Isto justificava a tolerância política por parte dos reitores, de modo a impedir a perda de prestígio entre a comunidade universitária e perante a opinião pública, protegendo tais sujeitos enquanto exerciam medidas repressivas para outros⁴³⁹.

É interessante citar ainda, que os relatórios enfatizam a sua ideologia com o objetivo de impedir oportunidades de acesso a atividades profissionais, porém, apesar dos constantes esforços da direita militante em bloquear a contratação de professores com perfil esquerdista, sujeitos como Seráfico foram protegidos por sua competência presumida ou por laços pessoais, como na influência determinante de Dourado. Reflexo de como o regime lançou mão de estratégias de cooptação, demonstrando flexibilidade nas normas e valores dominantes, com o intuito de confiar na autoridade pessoal, nos laços sociais e em arranjos informais⁴⁴⁰.

Nestas circunstâncias, as ações opositoras se reapropriaram dos espaços através de táticas que visaram burlar ou escapar das estratégias autoritárias do regime⁴⁴¹. Afinal, não podemos deixar de frisar que à medida em que a ditadura endurecia, seus opositores criaram táticas de resistência diante da desmobilização dos movimentos de massas. Os sujeitos passaram a resistir dentro de suas trajetórias individuais perante o complexo contexto de dominação na vida cotidiana, marcado pelo conflito, pela tensão e não pela passividade. Trata-se também de microrresistências de sujeitos ocultos nas atitudes cotidianas, agindo por vezes através de táticas silenciosas contra o sistema dominante.

⁴³⁸ *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 283/AMA, 17 de outubro de 1972.

⁴³⁹ MOTTA, *As universidades e o regime militar...*, Op. Cit., p. 294

⁴⁴⁰ MOTTA, Rodrigo P. S. *A ditadura nas universidades: repressão, modernização e acomodação*. Ciência e Cultura. v. 66, n. 4. São Paulo, 2014, p. 23.

⁴⁴¹ CERTEAU, *A invenção do cotidiano...*, Op. Cit., p. 91.

2.2. CLANDESTINIDADE E MOVIMENTO DE ESTUDANTES

Durante os anos que se sucederam ao AI-5, acreditou-se que a força da repressão ao lado da presença do forte aparato de espionagem, tanto externo quanto interno, e a desmobilização política e ideológica pareceram surtir efeito nos movimentos de estudantes no Amazonas⁴⁴². No entanto, novas descobertas empíricas nos permitiram observar que suas ações de oposição passaram em grande parte para a “clandestinidade” e que o regime tinha ciência desta movimentação.

Trata-se de novas táticas criadas e operadas pelos estudantes que encontramos através do monitoramento da comunidade de informações. Deste modo, é possível notar as astúcias, os pequenos sucessos e as oportunidades de se infiltrar nas brechas do sistema dominante por eles protagonizados, de modo que as táticas se multiplicaram “com o esfarelamento das estabilidades locais”⁴⁴³, visível durante a execução da estratégia da ditadura ao propor o processo de “abertura”.

Aliás, a historiadora Angélica Müller tece críticas às construções memoriais que narram um “hiato” na trajetória do movimento estudantil após o AI-5, defende que ao invés de interrupção, houve continuidade do movimento, permitindo suas presenças como atores de “primeira grandeza na luta pela redemocratização do país”, unindo e colaborando com outros movimentos sociais na resistência contra a ditadura no final dos anos 1970⁴⁴⁴.

No Amazonas, entre o intervalo de 1968 a 1973, as atividades em que os estudantes podiam se manifestar livremente eram raras. Até mesmo os movimentos culturais e artísticos foram duramente reprimidos. Seus espaços de sociabilidade, desde a universidade ao bar, as quadras do curso de Educação Física, da Livraria Maíra⁴⁴⁵, a Casa do Estudante e até o Grupo de Teatro Universitário (GRUTA) foram constantemente

⁴⁴² RODRIGUES, Leonardo B. A utopia de lutar: o movimento estudantil e a repressão militar no Amazonas (1964 – 1985). *Anais do V Encontro Estadual de História – ANPUH – Amazonas – Trabalho, Direitos Sociais e Democracia no Brasil e na Amazônia*. Manaus: ANPUH – AM; Universidade Federal do Amazonas, 2020, p. 392.

⁴⁴³ CERTEAU, *A invenção do cotidiano...*, Op. Cit., p. 46;

⁴⁴⁴ MÜLLER, *A resistência...* Op. Cit., p. 17.

⁴⁴⁵ Os proprietários foram acusados de auxiliar a “subversão” ao ter apoiado o movimento grevista estudantil em 1979. Cf. *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 0050/116/AMA, 27 de agosto de 1979.

monitorados, com policiais federais à paisana entre os alunos, intimidando-os durante as eleições para os diretórios com intervenção direta nos resultados⁴⁴⁶.

Conforme afirma Motta, a influência dos valores liberais pode justificar a não supressão da representação estudantil da vida universitária durante a ditadura, principalmente durante os anos mais autoritários. Isto é, a mesma lei que não permitia a autonomia organizativa dos estudantes, garantiu a existência de diretórios centrais e acadêmicos. Sendo assim, a única participação estudantil desejada pelo Estado era aquela em que os estudantes podiam participar de maneira despolitizada, de acordo com os ditames oficiais do regime⁴⁴⁷.

Em 1971, os representantes eram Eros José Godoy Leski; em 1972, a reunião realizada em 12 de janeiro registrou a presença do estudante Mário Frota. No ano de 1973, observa-se uma rotatividade na representação estudantil, sucedendo-se José Seráfico de Carvalho, Danaolpho Bittencourt, Antônio Carlos Sampaio Nunes de Melo e Expedito Teodoro. [...] Fevereiro de 1975, consta a presença do primeiro presidente do Diretório Nathan Samuel Benzecry. Em 13 de fevereiro de 1976, o representante estudantil era Oldeney Sá Valente; em 06 de agosto de 1976, Laerte Stephano Aguiar. Em 14 de setembro de 1976, José Freire de Souza Lobo. Em 03 de dezembro de 1976, Átila Sidney Lins Albuquerque. Em 04 de Janeiro de 1977, José Freire de Souza Lobo. Em 06 de maio de 1977, João Bôsko de Sá Valente e Aristóteles Comte de Alencar Filho. [...] Em 06 de janeiro de 1978, o representante estudantil no Conselho Universitário era David Granjeiro Catanhede, vice-presidente do Diretório Universitário. Em 03 de fevereiro de 1978, consta a presença de João Bôsko Valente, que seria o último presidente da entidade cultural no período que precede ao surgimento dos Centros Culturais⁴⁴⁸.

Na contramão, em julho de 1972, foi realizado na Praça da Polícia Militar um encontro de estudantes com a finalidade de debater soluções para os diversos problemas da classe estudantil, dentre os quais o abatimento de 50% nas passagens de ônibus e a criação do Banco do Livro. Investigado por sua participação ativa no ato, José Silvestre do Nascimento e Souza⁴⁴⁹ teve seu nome registrado a partir das informações levantadas sobre seu passado político. Tal ação visava prejudicar sua indicação ao concurso público para juiz em 1974. As denúncias seguiram em direção à difamação de sua imagem através da construção do “subversivo”:

Participou ativamente como “líder estudantil” de um comício político ideológico patrocinado pelas organizações sindicais na área, fazendo pregações ideológicas marxista-leninistas, inclusive ameaçando de luta armada

⁴⁴⁶ FRAGA, Maria da C. *Estudantes, cultura e política: a experiências dos manauaras*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996, p. 119.

⁴⁴⁷ MOTTA, *As universidades e o regime militar...*, Op. Cit., p. 295 - 296.

⁴⁴⁸ FRAGA, Op. Cit., p. 55-58.

⁴⁴⁹ Não conseguimos mapear sua trajetória biográfica.

se preciso fosse “para defendermos a bolsa popular e nossos interesses”, concluiu afirmando que no “Brasil não existe lei nem liberdade”⁴⁵⁰.

A grande imprensa noticiava de forma tímida algumas poucas ações da política estudantil. Em comparação à década de 60, há uma severa queda de notícias sobre suas ações. As eleições para o DU e a atuação do movimento estudantil durante a primeira parte década de 70 se restringiram a apoios integrais à administração da UA ou a um duro silêncio, provavelmente em decorrência da presença de estudantes conservadores nas chapas que presidiram o diretório desde 1969 até 1978.

Após o AI – 5, a sede da UESA foi tomada e fechada. Em 1966, o DU tomou o lugar da UEA em consonância com a Lei Suplicy. Em 1973, a UNE foi desintegrada totalmente após o mandato do presidente Honestino Guimarães, desaparecido político. Desde 1972, a Casa do Estudante foi dada aos cuidados da Fundação Universidade do Amazonas após a dissolução da UEA. A instituição se encontrava em estado precário. Fato que comprova o total descaso com os estudantes no estado, reflexo direto do aperfeiçoamento da legislação repressiva contra o movimento estudantil através de seu último decreto (Decreto-Lei 477) em vigor desde 1969, uma vez que as políticas que controlavam o movimento dos estudantes pretendiam desmobilizar a sua organização política: “a Casa do Estudante vinha funcionando em condições precárias, e porque não dizer, quase sem as mínimas condições necessárias aos jovens que ali residem”⁴⁵¹. O deputado Gláucio Gonçalves pediu em 1978 ao governador Henoch Reis, o retorno do funcionamento da casa e recursos para sua manutenção: o restaurante já não funcionava e a infraestrutura permanecia deplorável. Diante dos fatos, o deputado lembrou

com saudade de como os estudantes amazonenses conquistaram a sua sede própria, há quase 30 anos passados, o que foi feito graças ao idealismo e à capacidade de luta da estudantada da época [...] a de hoje não se acomoda diante das metas a serem atingidas.⁴⁵²

O vereador Messias Sampaio transmitiu o apelo ao reitor da UA para que pudesse ser solucionado o problema, além de denunciar o fato de que os residentes da Casa do Estudante não podiam escolher de forma livre os seus dirigentes. Entretanto, tal cenário poderia sustentar, a partir de uma análise reducionista, a narrativa de que os estudantes não promoveram nenhuma ação ou táticas de resistência após 1968. Contudo, foram os aparelhos autoritários da ditadura que empurraram o movimento dos estudantes para a

⁴⁵⁰ *Serviço Nacional de Informações*. Informação n° 110/76/AMA, 25 de janeiro de 1974.

⁴⁵¹ *O Jornal*, Manaus, 9 de março de 1973.

⁴⁵² *A Crítica*, Manaus, 1 de abril de 1978.

clandestinidade, uma vez que suas atividades políticas foram proibidas a partir da lei Suplicy. Tal circunstância nos permite responder aos motivos da quase ausência do movimento estudantil nas folhas da grande imprensa, uma vez que a censura imposta pôde ter tolhido a divulgação de suas ações e conseqüentemente evitado que outros movimentos de resistência pudessem tomar de exemplo a partir de suas manifestações. Todavia, nos relatórios dos órgãos de informações, suas ações foram intensamente monitoradas a partir da situação imposta de clandestinidade.

Por conseguinte, passaram a reorganizar suas pautas de protestos a partir das reuniões consideradas “clandestinas” pela ditadura. Portanto, iniciaram a discutir outras formas de mobilização, uma vez que suas entidades representativas foram dissolvidas e cooptadas. Deste modo, foram necessárias outras táticas e repertórios para resistir às estruturas autoritárias da ditadura. Trata-se do processo de microrresistências, no qual o movimento estudantil pôde “reinventar-se”, renovar e voltar às ruas como pioneiros pelo retorno à legalidade, através das diferentes formas de resistência adotadas pelo movimento com vistas a burlar o cerceamento das liberdades impostas⁴⁵³. Ademais, Certeau também nos direciona a observar as microrresistências dentro das práticas cotidianas, uma vez que suas táticas sempre operam no terreno do adversário, isto é, “a tática só tem por lugar o do outro”⁴⁵⁴.

Acreditamos que durante o período em que as entidades estudantis foram postas na clandestinidade, os estudantes continuaram a realizar suas reuniões e outras formas de sociabilidade, confrontando direta ou indiretamente os aparelhos arbitrários. Neste cenário, a falta de meios institucionais para agir de forma coletiva favoreceram o emprego de táticas de resistência locais, compensado pela flexibilidade e persistência. Interessante notar que essas formas de resistência não poderiam ter ganhado batalhas premeditadas, mas garantiram vitórias em campanhas de longo prazo⁴⁵⁵.

Transcorridos dez anos do golpe civil militar, é importante frisar que a “abertura política” capitaneada pelo governo Geisel, a partir de 1974, foi um processo manietado pelos militares. Bem como as miragens democráticas produzidas por este projeto, denominado de “abertura” precisa ser minuciosamente trabalhado, com vistas a não produzir uma narrativa relativista que induza o leitor a entendê-lo como um retorno

⁴⁵³ MÜLLER, A *resistência...*, Op. Cit.

⁴⁵⁴ CERTEAU, A *invenção do cotidiano...*, Op. Cit., p. 45.

⁴⁵⁵ SCOTT, James C. *Formas cotidianas da resistência camponesa*. Raízes. Vol. 21, n° 01, jan./jun., 2002, p. 25.

parcelado à democracia. Tal projeto visava a subordinação completa da sociedade civil aos objetivos e prazos estabelecidos pelo poder e jamais foram revelados ao público. Ou seja, uma volta ao Estado de Direito visando uma reconstitucionalização do regime, mas não exatamente à redemocratização do país. Portanto, a “abertura lenta, gradual e segura” era um projeto de poder tutelado pelos militares de postura conservadora que se recusavam em pensar sobre a cidadania, com objetivo de controlar todas as falas da sociedade organizada⁴⁵⁶.

De modo a desenvolver tal contexto histórico, tomemos como exemplos os relatórios de informações da Agência Manaus (AMA) em 1977. Mapeamos cerca de cinco reuniões consideradas “clandestinas” pelos órgãos de informação e segurança entre os meses de maio e agosto de 1977. Incentivados pelo retorno dos protestos estudantis no sudeste do país, houve uma tentativa incessante de aproveitar e salientar cada pequena vantagem da brecha aberta pela “distensão” durante o governo Geisel a partir de 1974⁴⁵⁷. Consequentemente, os universitários encontravam-se para reorganizar seu movimento e construir novas táticas de mobilização estudantil no Amazonas⁴⁵⁸.

Participaram os estudantes Humberto Maroelli de Mendonça (Medicina), Rogélio Casado Marinho Filho (Medicina), Ernesto dos Santos Braga Filho (Medicina), Adele Benchimol Schwatz (Medicina), Tirso Rodrigues Alves Júnior (Medicina), Adria Maria Barros de Mendonça (Comunicação Social), Maria da Conceição de Lima Derzi (Comunicação Social) e Raimundo Cardoso de Freitas (Agronomia). A AMA elaborou prontuários de cada estudante com vistas a controlar seus movimentos, à exceção de Humberto de Mendonça, cujo prontuário fora destruído em razão de seu falecimento. Tais prontuários continham dados como nome, filiação, data de nascimento e naturalidade, profissão, estado civil e endereço. Tal documentação descreve com clareza o histórico e a natureza destas reuniões na visão da espionagem, bem como as suas datas.

Dessa forma, supomos que os agentes dos órgãos de informações ou se infiltraram ou intimidaram os monitorados para lhes garantir o acesso aos detalhes das reuniões. Entretanto, não descartamos que tais documentos tivessem sido “produzidos no âmbito de atividades persecutórias a sobrevalorizar a suspeita”⁴⁵⁹. Neste contexto, Jofilly afirma

⁴⁵⁶ SILVA, Francisco C. T. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974 – 1985*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida N. *O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização Quarta República (1964 -1985)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

⁴⁵⁷ SCOTT, *Formas cotidianas...*, Op. Cit., p. 21.

⁴⁵⁸ Mapeamos cerca de seis reuniões entre os meses de maio e julho de 1977: 19 de maio; 7, 9, 15 e 25 de junho e 11 de julho.

⁴⁵⁹ JOFILLY, Op. Cit.

que mentir era resistir, durante os interrogatórios foi necessário a prática de inventar ou criar fatos e relatos para preservar as ações dos demais companheiros de militância. Isto representa uma tática de resistência, permitindo aos demais integrantes das organizações perseguidas pelo regime que se desfizessem de todas as suas estruturas de combate, se reveladas por um militante preso, tais como “aparelhos”, pontos de encontro ou datas de reuniões. Também, muitos presos políticos desenvolveram artimanhas como contar uma história plausível para enganar os agentes da repressão⁴⁶⁰.

A primeira reunião aconteceu no dia 19 de maio e contou com a presença de quatorze estudantes. As pautas foram debatidas em torno de decisões da reunião com o reitor e algumas deliberações. Segundo o SNI, o objetivo foi “ativar o aliciamento nas universidades, de modo que o Amazonas não mais se omitisse nas manifestações estudantis”⁴⁶¹. No entanto, tratava-se da clara reorganização do movimento estudantil.

Nos dias 7 e 9 de junho, voltaram a se reunir para discutir sobre o engajamento dos universitários nas manifestações estudantis. Como resultado, decidiram por redigir e divulgar o manifesto intitulado de *Carta aberta à sociedade Amazonense*, porém, não foi divulgado pela imprensa devido à censura imposta através da interferência da AMA. Contudo, resolveram entregá-la aos deputados estaduais e vereadores, na esperança de ser lida na tribuna da Assembleia Legislativa ou Câmara Municipal. A carta criticava a universidade por estar alheia à realidade social, manifestando que o preparo profissional recebido deveria ir além dos conhecimentos técnicos e teóricos, fornecendo conhecimentos sobre a realidade à qual o profissional iria se integrar como força de trabalho⁴⁶². A carta foi elaborada por um comitê de estudantes formado após a primeira assembleia pelos representantes das três áreas que compunham a UA naquela ocasião: Ciências Exatas, Humanas e Letras, e Biológicas.

Na quarta reunião, realizada no dia 15 de junho, foi adotada a ideia de organizar o Conselho de Base que seria integrado por onze membros e cinco destes iriam compor o Conselho Geral. A partir desta reunião o grupo deliberou a adoção de um programa inicial que consistia em algumas pautas como: criação de centros acadêmicos, luta pela liberdade e democracia nas universidades, direção da imprensa universitária, formação de um

⁴⁶⁰ JOFILLY, Op. Cit.

⁴⁶¹ *Serviço Nacional de Informações*. Movimento Estudantil. N° 0167/119/AMA, 30 de junho de 1977.

⁴⁶² *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 015/77 – ASI/FUAM, 7 de junho de 1977.

diretório central para canalizar as reivindicações estudantis⁴⁶³, a criação de um Diretório Nacional (o reestabelecimento da UNE), além de mobilizar os demais estudantes.

Na quinta reunião, organizada em 25 de junho, ficou decidido que os representantes de cada curso deveriam encaminhar documentos reivindicatórios para a reitoria, com a finalidade de “despertar a consciência dos estudantes para o seu verdadeiro papel e motivá-los para uma campanha posterior”⁴⁶⁴. Rogélio Casado, estudante de Medicina⁴⁶⁵, sugeriu que fossem elaboradas cartas e documentos reivindicatórios pelos representantes dos diversos cursos com a finalidade de estimular o apoio mútuo a pautas específicas de suas realidades.

Somando ao esforço de conscientizar o meio estudantil, Ádria Maria de Mendonça⁴⁶⁶, comprometeu-se em publicar no jornal *A Crítica* todas as cartas reivindicatórias dos estudantes. Enquanto Maria da Conceição Derzi⁴⁶⁷ também se comprometeu em publicar as pautas reivindicatórias no jornal *Zero* do Curso de Comunicação (UA). No entanto, combinou com o estudante Humberto Marouelli, diante da possível negativa da coordenação do curso em publicar os manifestos, que iriam paralisar suas atividades dificultando a tiragem do jornal como protesto.

Na ocasião, Raimundo de Freitas⁴⁶⁸ leu o memorial reivindicatório⁴⁶⁹ contendo 17 assinaturas de estudantes do curso de Agronomia, declarou ainda que o curso cogitava a

⁴⁶³ Evidenciado no memorial dos estudantes de Agronomia, ao criticar a morosidade do diretório acadêmico, que vinha “demonstrando, na resolução dos problemas estudantis, lamentamos não poder encaminhar nossas reivindicações através do mesmo, sendo obrigados a dirigirmo-nos pessoalmente a Vossa Magnificência em virtude dos problemas surgirem no dia a dia obrigando-nos a desdobrarmos para que os mesmos não nos tolham completamente de nossos anseios” *A Crítica*, Manaus, 28 de junho de 1977.

⁴⁶⁴ *Serviço Nacional de Informações*. N° 0167/199/AMA, Op. Cit.

⁴⁶⁵ Formado em Medicina pela UFAM, psiquiatra, foi coordenador de saúde mental do Estado do Amazonas e diretor do Hospital Psiquiátrico Eduardo Ribeiro. Reconhecido pela luta em defesa dos direitos dos portadores de doenças mentais, dedicados a batalha pela reforma manicomial, faleceu em 2016.

⁴⁶⁶ Não conseguimos mapear sua trajetória biográfica.

⁴⁶⁷ Formada em Comunicação Social (UFAM), integrou o quadro da instituição como professora no mesmo departamento em que se formou. Destacada por seu ativismo como feminista e no movimento LGBTQIA+. Derzi faleceu em 2022 em decorrência das sequelas deixadas pela COVID – 19, num contexto marcado por uma pandemia global generalizada pelo genocídio protagonizado pelo governo Bolsonaro, ceifando a vida de mais de 650 mil vítimas.

⁴⁶⁸ Registrado como Carlos Augusto Lima Paz, teve que mudar seu nome para Raimundo Cardoso de Freitas devido a sua militância na Guerrilha do Araguaia. Formado em Agronomia (UA) em 1981, foi para o Acre com receio de retaliação por parte do regime. Integrou a Comissão Estadual de Planejamento Agrícola, dando assistência no meio rural, onde conheceu Chico Mendes.

⁴⁶⁹ O memorial consistia num documento de estudo da situação dos cursos e descrição das reivindicações dos estudantes que eram encaminhadas ao reitor. O memorial dos estudantes de Agronomia foi publicado na edição de 28 de junho de 1977 do jornal *A Crítica*. As reivindicações pediam a formação de profissionais qualificados e integrados à problemática amazônica, instalação de um laboratório de Botânica, criação de uma biblioteca de Ciências Agrárias, disciplinas no currículo escolar sobre a Amazônia, criação de restaurante universitário e posto médico, além da criação da Semana de Estudos a fim de discutir os problemas inerentes ao setor agrário na Amazônia.

criação da Sociedade Científica Universitária, a fim de dar conhecimento aos estudantes e aos demais interessados nos trabalhos de pesquisa já elaborados⁴⁷⁰. Além disso, foi proposta a organização de uma Semana de Debates, de modo a atrair os estudantes para futuras reuniões do movimento.

Noutra “reunião clandestina”, participaram quatorze estudantes, considerados pelo SNI como grupo de estudantes “radicais”, formados por Humberto Mendonça, Ruy Lima⁴⁷¹ e Rogélio Casado e demais estudantes dos cursos de Medicina e Filosofia.

Uns poucos participantes compareceram inadvertidamente, julgando tratar-se de um encontro destinado a examinar o saldo dos entendimentos com o Reitor. Tais elementos, no entanto, foram surpreendidos pela disposição demonstrada por alguns companheiros, que postulavam por manifestações contestatórias violentas, afirmando que era chegada a hora de “botar para quebrar”⁴⁷².

Todos os participantes tiveram suas informações fichadas e anexadas no relatório produzido pela AMA. Em junho de 1977, o SNI acusou um grupo de alunos do curso de Medicina, por estarem se reunindo diariamente na casa de uma das integrantes do movimento⁴⁷³. Reunidos novamente, compareceram representantes das áreas de Medicina, Comunicação Social, Agronomia, Economia e Direito. Segundo o SNI, os mentores do movimento demonstraram preocupação pelo desinteresse da classe em relação ao Movimento⁴⁷⁴. Na reunião, ressaltaram a necessidade de mobilizar a opinião pública, pois, os sentimentos dos estudantes era de que o atual regime deveria ser substituído em agosto.

Em 11 de julho de 1977, ao analisarem os efeitos das assembleias estudantis organizadas até o momento, Rogélio Casado afirmou que os estudantes estavam saindo “da condição de treze anos de repressão imposta pelo sistema governamental daquela ocasião, aproveitando as próprias palavras do Presidente Geisel, para enfatizar: os movimentos estudantis estão em distensão gradual”⁴⁷⁵. Por outro lado, Conceição Derzi insistia na proposição de sensibilizar a opinião pública e mobilizar os estudantes. Em vistas da preocupação pelo desinteresse da classe em relação ao movimento, definiram a necessidade da constituição de dois conselhos, o Conselho de Base e o Conselho Geral, além da organização do Comando Geral. Alguns fatores podem ser elencados para a

⁴⁷⁰ *Serviço Nacional de Informações*. N° 0168/119/AMA, 25 de junho de 1977.

⁴⁷¹ Não conseguimos mapear sua trajetória biográfica.

⁴⁷² *Serviço Nacional de Informações*. Reunião clandestina de estudantes. N° 0144.119/AMA, 24 de maio e 1977.

⁴⁷³ *Serviço Nacional de Informações*. Reunião de Alunos. N° 015/77/ASI/FUAM, 7 de junho de 1977.

⁴⁷⁴ *Serviço Nacional de Informações*. Informação. N° 0168/119/AMA, 25 de junho de 1977.

⁴⁷⁵ *Serviço Nacional de Informações*. N° 0042/300/AMA, 11 de julho de 1977.

acanhada participação estudantil durante a retomada do movimento. Em primeiro lugar, a perseguição: a forte presença do aparelho persecutório através da presença de agentes infiltrados nas salas, nos corredores e nos setores administrativos da universidade, aliada ao forte aparato repressor dos policiais das DOPS em cada esquina da cidade, que parecem ter favorecido o receio dos estudantes em manifestar sua oposição. Em entrevista, Raimundo Cardoso, estudante do curso de Agronomia na ocasião, declarou que havia muitos professores e alunos ligados ao regime. Quando tentou mobilizar os estudantes para discutir os problemas do curso e a criação do restaurante universitário, poucos apareceram, pois, era intensa a presença de infiltrados na universidade⁴⁷⁶. Em segundo lugar, a cooptação: as entidades estudantis ainda se encontravam manietadas pela ditadura através da vigência do Decreto-Lei 477, última restrição promulgada a fim de aperfeiçoar a legislação repressiva contra o movimento estudantil. Isto parece ter favorecido a desmobilização estudantil na ocasião, uma vez que o movimento desencadeado dentro da universidade era considerado ilegal e clandestino, justamente por não estar atrelado ao órgão estudantil reconhecido pelo regime e, principalmente, pelo caráter contestatório do movimento.

Por outro lado, com a finalidade de se desvencilhar da perseguição e da cooptação, foram firmadas instruções para organização de memoriais para a identificação de aspectos críticos da universidade que mereciam ser transformados em reivindicações. Além disso, decidiram por convocar assembleias nos diversos cursos a fim de robustecer a manifestação⁴⁷⁷, principalmente, buscando a legalização do movimento junto aos órgãos de segurança. Além disso, outras práticas foram organizadas, como a organização de partidas de futebol com objetivo de integrar e congregar os estudantes. Logo, as quadras do curso de Educação Física como espaço de sociabilidade também tornaram lugares de consciência política⁴⁷⁸.

Entretanto, com o intuito de desmobilizar os protestos estudantis que recrudesciam neste contexto, o Ministério da Educação encaminhou para as universidades “diretrizes para ação dos reitores” com referência à ação do movimento estudantil. Tal documento direcionava a manutenção da ordem através da aplicação de normas disciplinares ao determinar a abertura de inquérito antes da punição. Além disso,

⁴⁷⁶ DUARTE, Durango. *Coletânea de entrevistas: Movimento estudantil no Amazonas (1975 – 1985)*. Manaus: Instituto Durango Duarte, 2016, p. 10.

⁴⁷⁷ *Serviço Nacional de Informações*. Movimento Estudantil. N° 0182/199/AMA, 26 de julho de 1977.

⁴⁷⁸ DUARTE, *Coletânea de entrevistas...*, Op. Cit., p. 9.

ressaltava manter estreito contato com as autoridades, em especial, com o próprio governador do seu respectivo estado. O documento proibia a circulação de jornais, panfletos e ação de piquetes, recorrendo, se necessário, ao apoio das autoridades de segurança⁴⁷⁹. Tais posturas são reflexo do “paradoxo da ditadura”, no qual a manutenção em vigor de certos preceitos liberais “embora sob o tacão do AI-5, significou também eventuais limites à ação do aparato repressivo”, isto é, para não afrontar a opinião liberal, algumas autoridades da ditadura sugeriram aos reitores cautela no uso da repressão⁴⁸⁰.

Neste sentido, a presença do reitor Octávio Hamilton Botelho Mourão na direção da UA demonstra a complexidade dessa experiência autoritária. Acusado de prejudicar a paralisação estudantil em 1983, as entidades estudantis denunciaram a atitude do reitor em determinar a retirada de todos os cartazes que convocavam os universitários para o ato público contra as medidas da ditadura⁴⁸¹. Em 1984, durante a mobilização pela reabertura do restaurante universitário, estudantes fecharam o trânsito nas proximidades do prédio da reitoria por cerca de duas horas. Carregaram faixas, cartazes de protesto e até um caixão, encenando o velório do estudante cuja morte foi acometida pela fome e falta de liberdade para estudar. O “laudo” prescrevia que “desde quando entrou na universidade o colega falecido já sentia fortes sinais de insatisfação intelectual e um vazio no estômago”⁴⁸². Com receio de retaliação, Mourão convocou o pelotão de choque da Polícia Militar para “garantir” sua segurança na saída do prédio. No dia seguinte, circularam panfletos pelo campus denunciando sua postura intransigente, ao negar o diálogo com os estudantes e convocar a tropa de choque para reprimi-los⁴⁸³.

Por outro lado, o reitor foi influenciado pelos preceitos liberais em diversas ocasiões, permitindo as vias da negociação para eliminar a radicalização dos protestos. Na ocasião do 1º Dia Nacional de Lutas, em 19 de abril de 1977, foi realizada a mobilização no Campus da UA e elaborada uma lista de reivindicações a serem dirigidas ao reitor, a primeira mobilização organizada pelos universitários após o AI-5. O retorno foi caracterizado como acanhado e marcado pela falta de experiência de organização por parte dos manifestantes. Concentrados no campo de futebol da Faculdade de Educação Física, o estudante Rogélio Casado, nervoso, toma a palavra e entrega a lista ao reitor que

⁴⁷⁹ *Serviço Nacional de Informações*. Encaminhamento. Nº 031/10048/77/SCIC/1/DSI, 3 de agosto de 1977.

⁴⁸⁰ MOTTA, *As universidades e o regime militar...*, Op. Cit., p. 296 – 297.

⁴⁸¹ *A Crítica*, Manaus, 19 de março de 1983.

⁴⁸² *A Crítica*, Manaus, 29 de agosto de 1984.

⁴⁸³ *A Crítica*, Manaus, 30 de agosto de 1984.

estava presente no ato. Mourão, trêmulo, aceitou a lista e se comprometeu em receber o movimento no seu gabinete. Outro fato envolvendo o reitor, bastante pitoresco, mas assertivo, pode nos dar pistas das forças das relações pessoais e familiares. Após a mobilização de 1977, os estudantes foram convidados para uma festa na casa da integrante do movimento, aproveitando a presença do reitor que também foi convidado, um estudante, bêbado, não titubeou em confrontar sua presença: “E aí seu reitor filho de uma (...). Enchendo o cu de uísque, enquanto lá na Faculdade não tem biblioteca”, o que tornou explícito todos os apontamentos presentes na lista de reivindicações, conseqüentemente, sendo expulso da festa. No dia seguinte, ao ser questionado por sua atitude inesperada, retrucou aos companheiros: “Ué, vocês estão estranhando o quê? Não foi por isso que vocês fizeram aquele movimento lá?”⁴⁸⁴

A reunião, posterior ao ato e à festa, simbolizou as primeiras ações de retomada do DU, que na ocasião tinha como presidente o estudante da Faculdade de Direito, João Bosco Valente, cuja chapa se intitulava “31 de março”. Após longo período de prevalência de chapas comandadas por estudantes da Faculdade de Direito e de espectro ideológico de direita, em 1978 a chapa vitoriosa de esquerda foi eleita encabeçada pelo estudante de medicina, José Carlos Gomes Sardinha⁴⁸⁵. Sua primeira reunião como presidente do diretório foi justamente com Mourão. Tomado pela expectativa negativa envolta de reclamações sobre sua pessoa, foi recebido pessoalmente de forma polida e no horário agendado, surpreendendo o estudante.

O presidente do Centro Acadêmico de Biologia, Paulo Sarmiento Pessoa Filho⁴⁸⁶, definiu Mourão como pertencente a uma família tradicional de grande influência na ditadura, cuja autoridade era exercida com o objetivo de defender a comunidade acadêmica, “um cara justo” que “não admitia certos abusos dos órgãos de repressão dentro da universidade”. Afirmou que durante o seu mandato como presidente do DU, manteve cordial relação com o reitor, com exceção de outros dirigentes que comungavam com o espectro da direita ou da extrema direita, como o sub-reitor para Assuntos Acadêmicos e professor Afonso Celso Maranhão Nina, cujos embates se tornaram inevitáveis⁴⁸⁷.

⁴⁸⁴ DUARTE, *Coletânea de entrevistas...*, Op. Cit., p. 84.

⁴⁸⁵ Graduado em Medicina pela UFAM (1982) e médico na Fundação Alfredo da Matta (AM) onde tem se dedicado a saúde pública na área de pesquisa sobre IST/HIV. Natural de Lorena (SP), foi o primeiro presidente da chapa de esquerda do DU, então comandada pela direita conservadora.

⁴⁸⁶ Filiado ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), ajudou na fundação do Centro Acadêmico de Biologia e presidente da gestão Arrastão do DU.

⁴⁸⁷ DUARTE, *Coletânea...*, Op. Cit., 129.

Em outra ocasião, durante a paralisação estudantil em favor da reativação do restaurante universitário, o reitor foi convidado para prestar sua declaração sobre o incidente durante a mobilização. Diante da situação, indagou ao estudante de Agronomia, Eron Bezerra, se a sua proposta era “real” ou era “só baderna e confusão”. De imediato, Bezerra afirmou que o movimento tinha em mãos o projeto pronto, cujo objetivo era a revitalização integral do restaurante. Na manhã seguinte, partiu para Brasília para uma reunião no MEC, levando o estudante e o projeto que prontamente foi aprovado pela instituição⁴⁸⁸.

Durante a “Greve do Bandeirão”, deflagrada pelos universitários em março de 1982, mesmo acusado de manter posturas autoritárias, permitiu as conversações diante das reivindicações de manter o preço do “bandeirão” em 20 cruzeiros e a reposição das aulas interrompidas pela greve. Não obtido consenso, o movimento se intensificou. Perante a ameaça de reprovação em massa, decidiram por ocupar o prédio da reitoria. Alguns estudantes declararam greve de fome, outros decidiram por instalar acampamentos e pedágio em frente ao prédio. Após 12 dias de greve estudantil, o reitor pôs-se novamente à mesa para negociar, encerrada através de seu *voto de minerva* diante do empate na decisão de acatar ou não as reivindicações⁴⁸⁹. Votou a favor⁴⁹⁰.

Some-se a isto, o fato de que Mourão teve que conviver com a relação peculiar de ter uma filha militante do movimento estudantil e filiada ao PC do B. Trata-se de Arminda Mourão⁴⁹¹, na ocasião estudante de Pedagogia e servidora da UA. Arminda declarou em entrevista que mesmo novata na militância, ganhou a eleição para a presidência da Associação dos Servidores da Universidade do Amazonas (ASSUA), não descartando a influência de seu pai no pleito. Porém, a força deste laço familiar também serviu para desmoralizar sua própria militância em circunstâncias em que se encontravam em lados opostos. Durante a plenária estudantil ocorrida no mini campus da UA, ao questionar firmemente sobre as ações da reitoria, Mourão interrompeu sua fala de forma jocosa ao dizer, “mas, minha filhinha”, com o objetivo claro de desmoralizar sua liderança naquela ocasião. Outro fato narrado pela historiadora Priscila Diógenes pode nos esclarecer sobre

⁴⁸⁸DUARTE, *Coletânea de entrevistas...*, Op. Cit., p. 23.

⁴⁸⁹ O acordo previa a “reabertura dos restaurantes universitários do Campus e da Faculdade de Saúde a Cr\$ 40 cruzeiros e o prolongamento das aulas para institutos que estavam em greve ou semiparalisados. Os estudantes em greve não foram reprovados. Os estudantes acabaram aceitando os 40 cruzeiros e a portaria do MEC que prevê o preenchimento do formulário sócio econômico” *A crítica*, Manaus, 26 de março de 1982.

⁴⁹⁰ *A Crítica*, Manaus, 23 de março de 1982; 26 de março de 1982; 30 de março de 1982.

⁴⁹¹ Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica (SP). Foi diretora da Faculdade de Educação (UFAM) de 2006 a 2014.

as influências dos laços sociais nas condutas das práticas de repressão. Trata-se da ação truculenta da ditadura na chamada *Batalha da Matriz*, em 1983 quando a DOPS elaborou uma lista para divulgar na imprensa os nomes dos “subversivos” envolvidos. Surpresa por não ter encontrado seu nome, Arminda Mourão prontamente ligou para seu pai e questionou sua ausência na lista. Mourão retrucou que não deixaria ter seu nome relacionado com a “subversão”. Porém, mesmo a clara intervenção do reitor não impediu que sua filha fosse acometida pela repressão, quando os jornais da cidade noticiaram o ferimento de baioneta em suas costas. O que acabou denunciando ao prefeito as ações autoritárias do ato, atitude de coragem que comprovou a ação truculenta da ditadura em consonância com o governo Mestrinho que negou atuação na repressão contra os estudantes⁴⁹².

Diante destes fatos, é interessante notar como a passagem da dimensão individual à dimensão coletiva da cultura política nos fornece uma chave capaz de permitir compreender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura⁴⁹³, neste caso a influência da cultura política brasileira durante a ditadura. Concomitantemente, também nos possibilita entender as motivações dos atos de Mourão durante as tensões ocasionadas pelas estratégias da ditadura a partir de sua referência à determinado sistema de valores e normas, por suas crenças partilhadas, por sua leitura do passado e aspirações para o futuro, além das suas representações da sociedade. Tudo isto nos permite analisar com atenção as razões de seus atos políticos nesta circunstância⁴⁹⁴.

Afinal, longe de relativizar sua relação estreita com a ditadura, a convivência contraditória entre Mourão e os membros do movimento estudantil pode ser expressa na valorização das relações pessoais em primeiro plano, deixando para segundo lugar os compromissos políticos e afinidades ideológicas⁴⁹⁵. Por outro lado, esse jogo de mútuas concessões serviu para acomodar os interesses dos grupos em disputas, num claro sinal de conciliação que visou evitar o caminho de rupturas radicais⁴⁹⁶. Um jogo claro de quem estava pondo em prática as estratégias da ditadura.

⁴⁹² DIÓGENES, Nilda P. L. *A atuação feminina no movimento estudantil da Universidade do Amazonas (1978 – 1988)*. In: SILVA, P. R. S (org.). *Entre vozes femininas: História Oral e memória no Amazonas contemporâneo*. Curitiba: CRV, 2020, p. 71 – 72.

⁴⁹³ BERSTEIN, *A cultura política...* Op. Cit., p. 362.

⁴⁹⁴ Idem, p. 363.

⁴⁹⁵ MOTTA, *As universidades...*, Op. Cit., p. 292.

⁴⁹⁶ MOTTA, *A ditadura nas universidades...*, Op. Cit., p. 22.

2.3. REENCONTRANDO O HORIZONTE DE EXPECTATIVA.

Em julho de 1977, um estudante tomou a palavra durante a reunião e exclamou: “não sei se vocês estão sentindo, mas parece... Se o negócio não mudar em agosto, parece que nós vamos ter uma revolução, não é? Me parece porque a coisa começou lentamente... São Paulo, Rio, passou para Minas, Brasília e já chegou ao Amazonas”⁴⁹⁷. Seu discurso expressou o sentimento de inquietação que começava a tomar fôlego dentro do movimento estudantil no Amazonas a partir dos protestos ocorridos em São Paulo.

Em 19 de maio de 1977, cerca de 2 mil universitários paulistanos realizaram passeata em protesto contra os cortes de verbas na educação e em favor do ensino público e gratuito. O referido ano tornou-se marco para o movimento estudantil, pois, significou a retomada da reorganização da UNE, além de uma série de greves que foram deflagradas em várias universidades pelo país⁴⁹⁸. De acordo com Müller, a Universidade de São Paulo (USP) foi o “centro irradiador” das principais manifestações estudantis durante a década de 70, influenciando as demais regiões do país através das experiências do DCE – Livre, ocasionando a reestruturação de diversas entidades estudantis outrora manietadas pela ditadura.

Por iniciativa do DCE – Livre⁴⁹⁹ da USP, expuseram os problemas do ensino superior, em específico, tais pautas emergiram as reivindicações internas às universidades como a defesa das liberdades democráticas e a reconstrução das entidades estudantis⁵⁰⁰. Desta forma, os estudantes reencontraram em seu horizonte de expectativa a esperança, o desejo e a vontade voltada “para o ainda-não, para o não experimentado, para o que não apenas pode ser previsto”, ou seja, a abertura ao futuro de um novo espaço de experiência que ainda não podia ser contemplado⁵⁰¹, mas, almejado através de suas táticas.

Por outro lado, também podemos observar como as ocasiões foram aproveitadas assim como a utilização das falhas que as conjunturas abriam na vigilância do poder, criando táticas e causando surpresa à ordem por estar onde ninguém esperava⁵⁰². Isto

⁴⁹⁷ *Serviço Nacional de Informações*. N° 0182/199/AMA, Op. Cit.

⁴⁹⁸ MÜLLER, A *resistência...* Op. Cit., p. 138 – 139.

⁴⁹⁹ *Idem*, p. 48.

⁵⁰⁰ SILVA, E. A. Movimento Estudantil de 1977. In: FORTES, A; et al. *Dicionário Histórico dos Movimentos Sociais Brasileiros* (1964 – 2015). Rio de Janeiro: Colégio Brasileiro de Altos Estudo – UFRJ, 2014.

⁵⁰¹ KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativa. In: _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 310 – 311.

⁵⁰² CERTEAU, *A invenção do cotidiano...*, Op. Cit., p. 95.

requer também salientar a pertinência das táticas durante aquele tempo, em que os estudantes se deram conta das circunstâncias e as transformaram em situação favorável, intervindo através da rapidez de seus movimentos que mudaram a organização do espaço⁵⁰³.

Este reencontro do movimento estudantil com seu horizonte de expectativas pode ser notado a partir do ano de 1976, quando a Agência Central (AC)⁵⁰⁴ acusou as lideranças estudantis “esquerdistas” pelo país de estarem impondo sua “doutrinação político-ideológica” ao movimento universitário desde a estruturação das entidades estudantis ditas “livres”. Por fim, os órgãos de segurança concluíram ao acompanhar as atividades do movimento estudantil, que este havia atingido “em termos de doutrinação, um nível equivalente aos anos de 1968/69, sendo inferior, apenas, na capacidade de mobilização de massa estudantil”. Isto em decorrência das leis autoritárias que impuseram a falta de autonomia das entidades estudantis e levaram suas lideranças à clandestinidade⁵⁰⁵. O receio era de que os estudantes pudessem restabelecer ou criar redes de resistência com o objetivo de trocar experiências no espaço nacional, com o intuito de enfrentar a repressão. Novamente, fez-se necessário a ação da ditadura em desarticular tais práticas antes de sua concretização.

Entretanto, as iniciativas já estavam sendo postas em prática, através das entidades estudantis “livres” que seguiram denunciando diretórios cooptados pelo regime, à medida em que construíam novas representações outrora consideradas ilegais. Houve intensos debates em torno da legalidade das diversas entidades estudantis frente à reitoria e à sociedade civil. O caso mais célebre vem do DCE – Livre da USP. Parte dos estudantes acreditavam que se o DCE fosse o oficial, não seria uma entidade livre autônoma dos estudantes. Outra parcela acreditava que o movimento deveria se apropriar da estrutura legal da entidade. Müller ressalta que os três principais posicionamentos estavam vinculados quanto à estrutura jurídica que o DCE deveria apresentar: entidade oficial (vinculada à reitoria); legal (com existência jurídica, mas não vinculada à reitoria) e livre (existência de fato, não jurídica)⁵⁰⁶.

⁵⁰³ CERTEAU, *A invenção do cotidiano...*, Op. Cit., p. 96.

⁵⁰⁴ Estabelecida primeiramente no Rio de Janeiro, foi transferida para Brasília em 1967, chefiada por um general de Exército sendo subordinado ao ministro-chefe do SNI, sendo órgão coordenador das atividades de informações do Sistema Nacional de Informações (SisNI). Cf. ISHAQ, *A escrita da repressão...* Op. Cit., p. 47.

⁵⁰⁵ *Serviço Nacional de Informações*. Retrospecto do movimento estudantil no primeiro semestre de 1977 – perspectivas. N° 0450/19/AC, 7 de julho de 1977.

⁵⁰⁶ MÜLLER, *A resistência...*, Op. Cit., p. 49 – 51.

No caso do Amazonas, podemos também observar que os estudantes utilizaram as “brechas” abertas pelos preceitos liberais que compuseram o regime, ao se apropriarem dos diretórios para reorganizar o movimento estudantil e manifestar suas críticas ao regime autoritário, “de acordo com a estratégia de luta que lançava mão dos canais legalmente reconhecidos para fazer oposição, contrariando os papéis para eles projetados pelos militares”⁵⁰⁷. Isto ocorreu como uma espécie de “subversão” a partir de dentro, transformando as dinâmicas de ações sem ferir as regras⁵⁰⁸. Por outro lado, também se organizaram em torno da formação de “entidades clandestinas”, ou seja, “pequenas organizações dentro de cada universidade, sem concentração física de massas”⁵⁰⁹. Trata-se da criação dos centros acadêmicos, reconhecidos pelo movimento estudantil, mas considerados ilegais pela ditadura, uma verdadeira astúcia dos estudantes na medida em que as oportunidades favoreceram a organização de novas táticas.

Dessa forma, os agentes do SNI observaram que a partir de março de 1977 houve o recrudescimento do movimento de panfletagem nas universidades. O conteúdo das críticas era direcionado contra o aumento das anuidades e do custo da alimentação. Em abril de 1977, apontam para o fortalecimento de pautas capazes de sensibilizar a massa estudantil a partir de São Paulo. Deste modo, para o SNI, tais ações processavam a “radicalização” do movimento estudantil pelo país:

Comprovando essa afirmativa, citam-se, a seguir, as movimentações estudantis de maior expressão, uma vez que, no tempo e no espaço, se multiplicaram as “assembleias”, greves, “atos públicos”, protestos e boicotes, basicamente sob “bandeiras” políticas, tais como: anistia, libertação incondicional dos estudantes e operários presos, volta dos banidos e cassados, fim das prisões e torturas, Constituinte livre e soberana, fim da ditadura, revogação da legislação repressiva (Decretos-Leis 228/67, 477/69 e AI-5), livre organização e manifestação do pensamento de estudantes e trabalhadores, fim do arrocho salarial, melhores condições de vida, congelamento de preços, liberdade sindical e direito de greve⁵¹⁰.

Isto representa um marco para o retorno dos protestos estudantis em todo território nacional, como consequência destes atos de mobilização e repressão, nasceram os *Dias Nacionais de Luta contra a Ditadura*. O primeiro ato público ocorreu no dia 19 de maio de 1977 com o intuito de deflagrar uma greve geral de estudantes, contaram com as manifestações nas cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador, Brasília e Manaus. Já o segundo e o terceiro dia aconteceram respectivamente em 15 de

⁵⁰⁷ MOTTA, *As universidades e o regime militar...*, Op. Cit., p. 296.

⁵⁰⁸ CERTEAU, *A invenção do cotidiano...*, Op. Cit., p. 89.

⁵⁰⁹ MÜLLER, *A resistência...*, Op. Cit., p. 47.

⁵¹⁰ *Serviço Nacional de Informações*. N° 0450/19/AC, Op. Cit.

junho e 23 de agosto, marcados pela ação da repressão. O segundo não obteve grande participação, pois, apresentou debilidade na organização do movimento, enquanto o terceiro retomou a força da mobilização estudantil em resposta às arbitrariedades das ações da reitoria da Universidade de Brasília (UnB)⁵¹¹. Como resultado direto destas manifestações, percebeu-se a necessidade de reestruturar organizações em prol de maior mobilização estudantil. Para isso, a reconstrução da UNE fez-se necessária e possível somente a partir das reuniões “clandestinas” realizadas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP).

Como reflexo destes dias, em maio de 1977, os estudantes de Medicina da UA e os integrantes do DU, promoveram a 1ª Assembleia dos Estudantes de Medicina, com o objetivo de discutir a formação médica considerada insuficiente, tanto para o atendimento das necessidades reais da população, quanto para o acesso ao mercado de trabalho. O ato foi aberto com a leitura do panfleto *Acerca da proposta generalista*. Posteriormente, foram abordados assuntos sobre a política nacional de saúde, o mercado de trabalho e ideologia ocupacional, além de melhores condições para a conclusão do curso. A maior reivindicação foi direcionada à criação de novas especialidades, que deveriam atender à realidade local e às condições do mercado de trabalho, ao invés de se adotar o critério denominado de “generalista”.

Com a finalidade de mobilizar a opinião pública, elaboraram panfletos a fim de esclarecer sobre a “proposta generalista” e seus efeitos na sociedade. De acordo com os estudantes, a imposição da modalidade de “médico generalista” seguia na contramão da demanda real da saúde da população. Além disso, o manifesto se posicionou contra o monopólio estrangeiro nas universidades latino-americanas que faziam vistas grossas à profunda realidade presente nas contradições sociais daquele período:

Um exame mesmo superficial é suficiente para comprovar que a universidade amazonense se parece com todas da América Latina num defeito essencial: NÃO É NOSSA. Mais que uma janela para o mundo, é um enclave, uma “base cultural” da qual se “transferem” para nós estudantes o que os países centrais entendem por ciência, tecnologia, cultura e, através delas seu tipo especial de industrialização e economia, seus valores frente ao consumo, o trabalho e a sociedade.

Assim, em suma, se nos impõe um “estilo cultural” completo: os das grandes sociedades industriais, tão prestigiado através dos meios de comunicação, dos textos e de sua força física, que o aceitamos como único concebível para sair do “subdesenvolvimento”⁵¹².

⁵¹¹ SILVA, E. A. *Movimento Estudantil de 1977...*, Op. Cit.

⁵¹² *Serviço Nacional de Informações*. Assembleia Geral dos estudantes de Medicina da Universidade do Amazonas. Nº 125/116/AMA, 10 de maio de 1977.

O conteúdo do panfleto demonstra o total compromisso dos universitários em mobilizar seus pares para lutar por outra formação, alinhada com sua realidade, renunciando às práticas impostas pela situação colonial da região que reforçava a permanência de um ensino pautado pelas experiências do ocidente. O momento era oportuno, visto que as reivindicações estudantis por todo o país seguiam na crítica da educação tecnicista em detrimento da tradição humanista.

De imediato, os estudantes considerados lideranças do movimento tiveram seus passos monitorados pelos órgãos de informação, também pelo fato de coordenarem a comissão de formatura do curso de medicina em 1977. Tratavam-se de Mário Filho, Rogélio Casado Marinho, Rinaldo Mamede, Tirso Rodrigues Alves e Rosalina Soares⁵¹³. Com receio do que chamaram de “intensificação da panfletagem esquerdista nas Universidades no Brasil, sob o patrocínio de diversos grupos de caráter subversivo”, o chefe da AMA, Roberto Gama e Silva, enviou carta ao reitor da Fundação Universidade Federal do Acre com a finalidade de evitar o alastramento desta panfletagem para outros estados da região amazônica. Anteriormente, recebeu do Chefe da Casa Militar do Governo do Amazonas o telegrama enviado pelo Ministro da Justiça, Armando Falcão, ao governador Henoch Reis, no qual descreve que:

o governo está vivamente empenhado em ver mantida, de modo integral, a ordem pública em todo o território brasileiro, não se podendo permitir, a pretexto algum, seja perturbada a vida normal das populações. A continuidade do intenso e coordenado esforço da nação, inspirado nos princípios permanentes da revolução de março, exige paz e estabilidade, que não se admitirá romper pela ação extremista de quem procure prejudicar a atividade dos cidadãos voltados para o trabalho pacífico e construtivo. Rogo, portanto, a vossa excelência, conforme instruções do senhor presidente da República, que na área de sua competência e jurisdição adote todas as providências necessárias no sentido de impedir manifestações coletivas que comprometam a normalidade imprescindível à preservação do processo de desenvolvimento do Brasil. Passeatas, concentrações de protesto em logradouros públicos, assim como outras demonstrações contestatórias, são distúrbios de fundo e fim subversivos, não podendo em consequência ser toleradas⁵¹⁴.

Para o SNI, a “panfletagem esquerdista” nas universidades pelo Brasil tinha caráter subversivo por simplesmente veicular matérias contestatórias ao regime. Salientamos aqui, o receio das autoridades do regime da criação de redes de resistências. Estratégias que evidenciavam a ação de desmobilizar, antes que os estudantes pudessem trocar suas experiências entre si no combate ao inimigo em comum: a ditadura. No Amazonas, a preocupação era quanto à circulação destes panfletos, provavelmente

⁵¹³ *Serviço Nacional de Informações*. N° 0051/116/ASI/UA, 11 de maio de 1977.

⁵¹⁴ *Serviço Nacional de Informações*. Ofício. N° 75/77 – CM/Manaus, 11 de maio de 1977.

disseminados a partir da USP. Desta forma, fez-se necessário investigar se o DU vinha recebendo panfletos, jornais ou cartazes procedentes de diretórios estudantis do sudeste do país. Tais materiais de protesto cuja procedência vinha de entidades estudantis de outros estados, detinham manifestos com proposições calcadas em slogans como: “Pela liberdade de expressão, pelo ensino público e gratuito a todos, por melhores condições de vida e trabalho, pelas liberdades democráticas de expressão e organização”⁵¹⁵. Também foram apreendidos materiais oriundos de São Paulo a serem remetidos aos estudantes do curso de Medicina da UA, principalmente o panfleto intitulado: *Todo apoio ao DCE Livre da USP*,

um dos cartazes procedia da “Plenária dos Estudantes do Interior”, realizada em 30.04 em São Carlos e apresentava um “close up” de um jovem de olhos aterrorizados, tendo como mordaca uma célula de cr\$ 100,00 com os seguintes dizeres: “Pelo ensino público gratuito para todos! Pela Liberdade de expressão e organização”⁵¹⁶.

No centro de Manaus, o agente da Assessoria de Segurança e Informação da UA (ASI/FUAM) apreendeu um jornal estudantil das mãos de um estudante no Café do Pina, porém, a assessoria não conseguiu determinar se esse material circulou no meio estudantil⁵¹⁷. Para a AMA, a presença intensa destes materiais durante a “agitação estudantil” comprovava a “tentativa de aliciamento dos universitários amazonenses, para que se manifestem de maneira semelhante aos colegas do sul do país”⁵¹⁸, novamente, reforçando o discurso de que os estudantes eram incapazes de mobilizar pautas próprias e que agiam como massa de manobra comandados por entidades do sul.

No entanto, tal discurso não traduz aquela realidade e os estudantes no Amazonas souberam utilizar das circunstâncias do momento para emplacar suas próprias pautas. Isto é evidenciado na elaboração da *Carta aberta à sociedade amazonense*:

Entendemos que o preparo profissional que hoje recebemos na Universidade Brasileira deve além dos conhecimentos técnicos-teóricos fornecer conhecimentos sobre a REALIDADE na qual o profissional vai se integrar como FORÇA DE TRABALHO. Hoje na UA somos 5250 ESTUDANTES SUBMENTIDOS A UM SISTEMA EDUCACIONAL QUE POR TRÁS DE TANTAS REFORMAS (DE POMBAL A PASSARINHO) AINDA MANTÉM E EM VIGOR PADRÕES DE ENSINO MEDIEVAIS, MASCARADOS DE APOLÍTICOS, mas que nos mantém sob um regime de força e violência, sem representação, e sem direito e já quase sem memória, ao sabor de uma instrução guiada por interesses econômicos do qual não

⁵¹⁵ Serviço Nacional de Informações. Distribuições de panfletos nas universidades. N° 0054/116/AMA, 12 de maio de 1977.

⁵¹⁶ Ibidem.

⁵¹⁷ Serviço Nacional de Informações. Informação. N° 013/77/ASI/FUAM, 18 de maio de 1977.

⁵¹⁸ Serviço Nacional de Informações. Informação. N° 0139/116/AMA, 20 de maio de 1977.

participamos. No entanto cabe também a nós quebrarmos o silêncio. As contradições que abalam hoje a Universidade são a EXPRESSÃO de contradições mais profundas entre o ESTADO brasileiro e o povo brasileiro⁵¹⁹.

Aliás, o próprio Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) informou a ocorrência de inúmeras manifestações estudantis na Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade do Amazonas, cujas pautas que movimentaram suas discussões partiram das propostas da criação de centros acadêmicos, a Lei 477, a mudança do estatuto da universidade e a participação dos alunos na escolha dos professores. O CISA tomou conhecimento de três reuniões: a primeira no dia 5 de maio de 1977, no auditório Dr. Zerbini da Faculdade de Ciências da Saúde; a segunda numa república onde residia o acadêmico de Medicina, Humberto Maourelli de Mendonça; e a terceira no Campus Universitário da UA no dia 19 de maio de 1977, intitulada de Assembleia Geral dos Universitários Amazonenses⁵²⁰.

Conscientes das inquietações de seu tempo presente, 450 estudantes estiveram reunidos em assembleia contando com a presença do reitor Octávio Mourão, com o objetivo de discutir os problemas ligados às condições de assistência e ensino da UA. Na ocasião, tomou posse do DU, João Bosco Valente, estudante de Economia e Direito. No entanto, mesmo diante da presença do reitor e da posse da gestão conservadora do DU, o aparato policial foi ostensivamente mobilizado fora e dentro do campus, com vistas a conter possíveis agitações. A presença considerável de universitários no ato pode demonstrar a presença do sentimento de retomada da política estudantil como oposição ao regime.

Os estudantes declararam que a 1ª Assembleia foi marcada pela crítica ao discurso de isolamento e alheamento da vida política nacional no Amazonas, o que contradiz as tradições de luta e participação do povo na vida social. Manifestando seus posicionamentos, contestaram as consequências da situação colonial presente na região: “tal sentimento se explica pelas formas de política de desenvolvimento econômico regional, forjados fora de nosso ESTADO e, o que é mais grave, a serviço de interesses contrários às reais necessidades da nossa população”⁵²¹.

Em manifesto, ressaltaram que a participação na vida política nacional não cabia apenas aos estudantes, mas a todas as forças vivas da comunidade que lutam pelas

⁵¹⁹ *Serviço Nacional de Informações*. N° 015/77/ASI/FUAM, Op. Cit.

⁵²⁰ *Serviço Nacional de Informações*. Movimento Estudantil. N° 0190/CISA – RJ, 8 de julho de 1977.

⁵²¹ *Serviço Nacional de Informações*. N° 0190/CISA, Op. Cit.

liberdades democráticas, pela independência da vida nacional, pelos direitos fundamentais do homem, pela elevação do padrão de vida do trabalhador brasileiro e por fim, pela anistia geral e a elaboração de uma nova ordem constitucional⁵²².

Interrompendo a explanação do reitor, um estudante do curso de Administração expôs suas reivindicações referentes à área de ciências humanas. Isto acabou instigando outros estudantes a protestarem em torno das reivindicações sobre a criação de centros acadêmicos por cursos, com a finalidade de expor a realidade brasileira e principalmente, a amazônica, em vistas da deficiência dos corpos docentes e por maior liberdade universitária. Também não pouparam críticas ao Decreto Lei 477⁵²³, apontado pelos estudantes como elemento de terror⁵²⁴.

Considerada pela imprensa como a maior concentração estudantil desde o golpe de 1964, intensamente anunciada nos jornais e também nos banheiros das faculdades com os dizeres: *Dia 19/05/1977 – Dia do Luto*, couberam aos estudantes Humberto de Mendonça, Rogélio Casado, Ernesto Filho, Adele Schwartz⁵²⁵ e Tirso Rodrigues organizarem o horizonte do movimento. Contaram ainda com a solidariedade do deputado federal Alberico Antunes de Oliveira (MDB) e pai da acadêmica de medicina, Glauca de Oliveira, que se ofereceu para defender os interesses dos estudantes amazonenses⁵²⁶.

A movimentação estudantil também contou com a realização do II Encontro de Estudantes de Comunicação Social, ocorrido no Auditório Dr. Zerbini, com a participação de estudantes de Comunicação e outros cursos, além dos professores. Na ocasião, houve uma exposição de artistas amazonenses, livros, pinturas, cartazes publicitários, cinema e uma coleção de jornais, locais, nacionais e estrangeiros. O evento contou com a participação do escritor Márcio Souza, do poeta Aldísio Filgueiras, dos professores José Ribamar Bessa Freire e Randolpho Bittencourt. Posteriormente, a estudante Maria da Conceição Derzi foi indicada como representante dos estudantes de Comunicação Social

⁵²² *Serviço Nacional de Informações*. N° 0190/CISA, Op. Cit.

⁵²³ O decreto foi promulgado em 26 de fevereiro de 1969, pelo presidente Costa e Silva, apenas dois meses após a promulgação do AI-5, definia infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, bem como instrumentos jurídicos para reprimir os considerados “subversivos”. Sua revogação foi uma das pautas do movimento estudantil.

⁵²⁴ *Serviço Nacional de Informações*. N° 015/77/ASI/FUAM, Op. Cit.

⁵²⁵ Graduada em Medicina pela UFAM (1978) doutora em Saúde Pública FIOCRUZ/Escola Nacional de Saúde Pública (2009), tem atuação internacional na área de saúde pública em torno da temática de IST/HIV-Aids com pesquisas na região amazônica. Foi diretora da Fundação de Dermatologia Tropical e Venereologia Alfredo da Matta e da FIOCRUZ – Amazônia. Em 2021, foi condecorada com a medalha da Ordem do Mérito Científico, no entanto, teve a homenagem revogada pelo então presidente Bolsonaro por suas críticas à atuação do governo durante a pandemia da COVID – 19.

⁵²⁶ *Serviço Nacional de Informações*. N° 0190/CISA. Op. Cit.

da UA para participar da XI Conferência Nacional dos Jornalistas Profissionais que ocorreu em setembro de 1977. Sentenciada como “esquerdista”, “oposicionista” e ligada ao “movimento estudantil esquerdista”, Derzi fez parte da delegação do Amazonas, representada esta última como indivíduos que possuíam antecedentes “negativos de natureza ideológica”, “subversivos” e “nitidamente de esquerda”⁵²⁷.

No entanto, para os agentes do SNI, mesmo diante de todas as ações empreendidas pelo movimento, os estudantes universitários no Amazonas não se solidarizaram com o movimento desencadeado no sul do país, mesmo com os esforços na distribuição de panfletos provenientes em grande parte de São Paulo. Tal postura contraditória nos permite embasar nossa crítica aos discursos feitos pelos agentes da ditadura. Os estudantes estavam se organizando em volta de reivindicações próprias que emergiam a partir das tensões da ditadura com as demandas regionais. Porém havia um ponto convergente entre as lutas estudantis nas diversas regiões do país que podem ser compreendidas como “lutas nacionais”: reorganização da UNE, contra os autoritarismos da ditadura e, por fim, pelo retorno à legalidade constitucional.

Ademais, os membros deste grupo demonstraram preocupação com o desinteresse da classe em relação ao movimento, conseqüentemente, precisavam traçar ações para despertar suas consciências e motivá-los a integrar as práticas de confronto⁵²⁸. Por outro lado, as redes de resistência encontravam-se articuladas mediante as trocas de experiências, inspirando novas táticas, alinhando discursos nacionais e fortalecendo as reivindicações locais. Em suma, a necessidade de mobilização e movimentação de seus pares para pressionar o regime arbitrário a partir de suas demandas locais, também se mesclava com o sentimento que vislumbrava em seus horizontes de expectativa: de que uma revolução seria possível, e eles sentiam isso.

⁵²⁷ *Serviço Nacional de Informações*. XI Conferência Nacional dos jornalistas profissionais. N° 0224/110/AMA, 8 de setembro de 1977. Entre os nomes que formaram a delegação do Amazonas, estavam o de Arlindo Porto “comunista, cassado pela Revolução de 31 de março de 1964”; Fábio Lucena “preso em 1964, por atividades subversivas, esquerdista e oposicionista”. Entre os que o SNI definiu como “elementos que não possuíam posição ideológica definida” estavam os nomes de Messias da Silva Sampaio “Presidente do Sindicato de Jornalistas Profissionais, se identificou como de esquerda” e Vicente Limonge Neto “por ter apresentado moção de congratulações à Carlos Castelo Branco, caracterizando-se a sua ação como uma forma de apoio às esquerdas”.

⁵²⁸ *Serviço Nacional de Informações*. N° 0182/119/AMA, Op. Cit.

CAPÍTULO III – O TEMPO DE AÇÃO DOS ESTUDANTES E O PROCESSO DE ABERTURA (1978 – 1985)

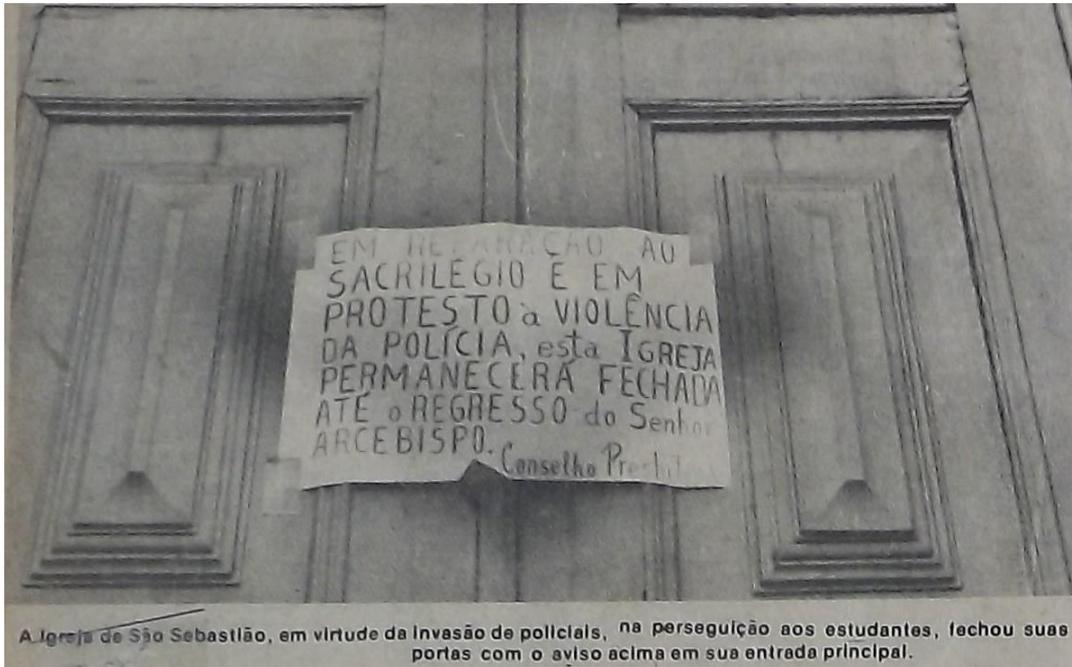


Imagem (5) Sacrilégio da ditadura

Fonte: Jornal *A Crítica*, 30 de agosto de 1981

“A Amazônia foi redescoberta pela Revolução”, sentenciou o general Rosalvo Eduardo Jansen, então Comandante Militar da Amazônia durante a passagem do 16º aniversário do Golpe Civil Militar em 1980. Enfatizou ainda, que os militares agiram “para melhorar o sofrimento do homem amazônico, daquele que vive nos confins dos igarapés ao sabor dos caprichos da natureza”. Para o general, “longe de ser um golpe de Estado, a Revolução foi um movimento aclamado pela totalidade do povo brasileiro” que livrou o país da manipulação do “movimento comunista internacional”, cujo objetivo era criar condições para promover a “luta de classes” e a consequente instalação de uma “República Comuno-Sindicalista”. Seu discurso reafirma a permanência da situação colonial da região, ao posicionar os militares como “redescobridores da Amazônia” após o golpe, tomando como princípio humanitário as suas ações que visaram o desenvolvimento econômico da região após permanecer por mais de meio século “entregue a si mesma”⁵²⁹.

Neste contexto, conforme afirma o historiador Jaci Vieira, os militares ampliaram arbitrariamente seus interesses na região amazônica a partir da decisão de desmembrar

⁵²⁹ *A Crítica*, Manaus, 1 de abril de 1980.

parte leste da terra indígena Waimiri-Atroari através do Decreto nº 86630 assinado pelo presidente Figueiredo. O objetivo era iniciar a construção da Usina Hidrelétrica de Balbina, cujo efeito, posteriormente, inundou cerca de 30 mil hectares do território indígena e deslocando duas aldeias. Ressalta ainda, que o objetivo do decreto ia além da construção da hidrelétrica, cedendo vastas extensões de terras a companhias mineradoras que desde a década de 1970 pediam autorização para explorar a região⁵³⁰.

Na ótica desta crença, o futuro do Brasil seria próspero, embora o presente demonstrasse o desgaste de uma ditadura em agonia. Tal convicção de processo *continuum* da história levou a crer que as sociedades humanas seguiam para uma marcha natural e inevitável em direção ao progresso. Na verdade, um otimismo exaurido que se esgotava à medida que os primeiros anos da década de 80 anunciavam o fim do “milagre econômico” e o cotidiano ia sendo fortemente marcado pelas mazelas da inflação, do desemprego, do arrocho salarial, do aumento da dívida externa, da volta dos anistiados, além do recrudescimento da repressão.

Neste capítulo, vamos analisar as diversas táticas estudantis a partir da oposição ao projeto político nomeado de “abertura”, processo manietado pelos militares. Queremos demonstrar que a ditadura não se encerrou em 1979 e tão pouco podemos considerar que houve uma “transição democrática”. Mesmo em agonia, seus militares ainda orquestravam contra o retorno do Estado Democrático de Direito, pois, não abriram mão de usar o *entulho autoritário* para impedir a ruptura desejada pela oposição e demais movimentos sociais, principalmente pelos estudantes, sobretudo porque “a ordem das coisas nunca é fixa: ela se produz e se reproduz, se transforma e se recusa”⁵³¹.

Como exemplo disto, podemos destacar que a partir do ano de 1977, os estudantes de todas as regiões do país retomaram seus horizontes de expectativas em vista do confronto contra a ditadura, através da reconstrução do movimento estudantil. No Amazonas não foi diferente e as suas mobilizações se intensificaram em 1978. Trata-se do *tempo de ação* dos estudantes após longa vigência inibidora do AI-5. Diante do contexto histórico de *abertura*, perceberam a necessidade de mobilizar suas táticas e articular seus pares para pressionar a ditadura a partir de suas demandas reivindicatórias. Coadunadas com as lutas nacionais do movimento, suas consciências visaram destruir o *continuum* da história no momento de suas ações⁵³². Isto porque *tática* depende do tempo,

⁵³⁰ VIEIRA, *Ditadura Militar, Povos Indígenas...*, Op. Cit., p. 29.

⁵³¹ FARGE, Arlette. *Lugares para a História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 114.

⁵³² BENJAMIN, *Sobre o conceito da História...*, Op. Cit., p. 18.

pois, os sujeitos mantêm a vigilância sobre as possibilidades de ganho⁵³³. Conseqüentemente, a resistência era executada pela astúcia dos estudantes, em suas intromissões ao longo do tempo: agiram no exato instante, através de movimentos rápidos e inesperados, a partir de repertórios de ação e tomadas de decisão⁵³⁴.

Para ilustrar nosso pensamento, voltemos à página 139. A fotografia que inicia nosso último capítulo representa a escalada repressora expressa no terrorismo da ditadura contra os estudantes, assim como as feições autoritárias reafirmadas durante o processo de agonia do regime no momento de transição governamental. Tanto o governo de José Lindoso (PDS) quanto o governo de Gilberto Mestrinho (PMDB) reprimiram duramente os protestos estudantis, pois, ambos estiveram alinhados ao aparelho persecutório militar. Neste contexto, os estudantes burlaram as medidas autoritárias da DOPS, sobre permissão prévia de atos públicos, ao persistirem em organizar a passeata proibida pelo órgão. Como resultado, a repressão tentou inibir o protesto com uso de armas, atirando em estudantes que procuravam refúgio em templos religiosos durante a fuga. Logo, a fotografia constitui um certificado de presença, permitindo ratificar o que ela representa⁵³⁵. Neste caso, traduz a existência efetiva e repressora do autoritarismo da ditadura militar num contexto marcado pelo processo de abertura.

Afinal, o ano de 1977 pode ser definido como marco para a reorganização da resistência no Amazonas, em especial, do movimento estudantil. Em seqüência, em 1978 foram criados e organizados os centros acadêmicos, em 1979 ocorreu a primeira greve estudantil, cujo protesto seguiu em favor de melhorias no ensino público. A partir da década de 1980, os movimentos sociais protestaram em favor do retorno à legalidade. Porém, é possível perceber o recrudescimento do autoritarismo na intensidade da repressão contra os movimentos de oposição. Isto é nítido ao demonstrarmos como o autoritarismo presente na cultura política brasileira esteve presente no estado durante a agonia da ditadura.

A partir desta contextualização, tais fatos que ora serão analisados, permitem criticar a periodização formulada pelo historiador Daniel Aarão Reis, sustentada na perspectiva de que o período que se estende de 1979 a 1988 deve ser considerado como uma “transição democrática”. Publicado em 2000, o livro *Ditadura, esquerdas e sociedades* propõe uma periodização do recorte temporal do regime, o seu fim passaria

⁵³³ CERTEAU, *A invenção do cotidiano...*, Op. Cit., p. 45.

⁵³⁴ *Ibidem*.

⁵³⁵ BARTHES, *A câmara clara...* Op. Cit., p. 72 – 73.

de 1985 para o ano de 1979. Como justificativa, Reis defende o marco como a volta “do estado direito” e o fim do “estado de exceção” devido à revogação do AI-5 em 1978 e à lei da anistia, ressaltando que a “ditadura aberta *já* não existia mais”.⁵³⁶

Em recente artigo, continua propondo uma revisão nos marcos cronológicos da ditadura, ou seja, denominando o processo de transição *transicional* e *transacional*. A primeira etapa, que iria de 1974 a 1979 – transicional –, ainda sob a vigência da ditadura, encerrando o regime com a revogação dos Atos Institucionais; e a segunda etapa, de 1979 a 1988 – transacional –, com o fim da ditadura e a aprovação de uma nova Constituição. Entretanto, o caráter lógico da perspectiva histórica transacional é permeado de confusas e inconsistentes afirmações. Afinal, o historiador considera “estranho” o processo que levou o país de uma ditadura à democracia ao ressaltar a peculiaridade desta etapa: “*já* não há ditadura, mais *ainda* não existe um Estado de direito democrático”⁵³⁷.

Trata-se de uma perspectiva ambígua, pois, o historiador não caracteriza de forma consistente o sistema político que havia entre os anos de 1979 e 1988, somente afirma que “*já* não havia mais ditadura” e sim uma “cocha de retalhos jurídica” que combinava fragmentos da Constituição de 1967, emendas constitucionais e atos institucionais, apelidada pela oposição de “entulho autoritário”. Aliás, embora tenha se restabelecido a liberdade partidária, revogada a censura, realizadas eleições diretas para governador, a liberdade ainda era restrita e os brasileiros não podiam votar em seu presidente. Deste modo, manifesta a total ausência de democracia, cujo sentido contrário trata-se justamente de ditadura, ou seja, um regime não-democrático.

Conforme afirma Bobbio, o governo ditatorial não é refreado pela lei, põe-se acima dela e transforma em lei sua própria vontade. Desta forma, alerta que em “ditaduras mais moderadas” (o que parecia naquela ocasião, em virtude do processo de abertura) podem aparecer limites concretos postos por grupos dirigentes para que ainda possam manter certa autonomia. Esses limites poderiam conferir certo grau de regularidade e de previsibilidade à conduta do regime, porém “mesmo neste caso, não existe nenhuma garantia legal ou institucional que permita dar validade permanente a esses limites”⁵³⁸.

⁵³⁶ REIS, Daniel A. *Ditadura militar, esquerdas e sociedades*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 69.

⁵³⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e tradições autoritárias no Brasil: por uma revisão crítica permanente. In. ROLLEMBERG, D; CORDEIRO, J. M (orgs.). *Por uma revisão crítica: ditadura e sociedade no Brasil*. Salvador, BA: Sagga, 2021, p. 458.

⁵³⁸ BOBBIO, Norberto et al. Ditadura. In. _____. *Dicionário de Política* (Vol. I). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 373 - 374.

Ademais, neste período, mesmo o historiador enfatizando a ampliação da liberdade nas diversas esferas da sociedade, esta era limitada ou mesmo uma miragem. Isto é evidenciado quando afirma que “o *entulho autoritário* tolhia os passos daquela sociedade e não equivalia a um Estado de Direito democrático, mas também não equivalia ao Estado de exceção”⁵³⁹. Ora, aqui encontramos a contradição de sua proposta de revisão: se não havia um Estado Democrático de Direito, pois, a liberdade era tolhida, também não havia uma ditadura, em razão de que o “entulho autoritário” não podia ser mais alterado pela força. Afinal, que tipo de sistema político estava em vigência então?

Tal periodização⁵⁴⁰ não leva em consideração que essa “transição” foi permeada por ataques ao Estado Democrático de Direito, em especial no Amazonas, onde a escalada autoritária tornou-se mais visível e constantemente presente no cotidiano da cidade. A ditadura no Amazonas, a partir do ano de 1978, mostrou-se ainda mais fechada e tenazmente repressora, demonstrando a intensidade de sua face autoritária no período em que Daniel Reis acredita não ser possível sua existência. Deste modo, propomos que foi durante o período de “abertura” que a ditadura adensou a perseguição aos seus opositores, com auxílio inclusive do governo estadual – de oposição – eleito democraticamente em 1983. No entanto, essa escalada autoritária não contou com apoio do dito discurso de “passividade” de seus sujeitos, muito pelo contrário, a cidade resistiu ao projeto da “abertura” manietado pelos militares. Podemos definir essas diversas práticas como táticas, isto é, a “arte dos fracos”: tiraram partido de forças que lhes são estranhas em momentos oportunos, operaram a partir de pequenos sucessos, golpe por golpe no cotidiano e se introduziram por surpresa numa determinada ordem⁵⁴¹.

Tais táticas podem ser representadas em diversos repertórios de ação ora analisados neste capítulo. Começamos pelos editoriais do jornal *O Grão* do Centro Universitário Cultural de Agronomia (CUCA), considerado pelos agentes do SNI como “contestatório” e perfeitamente enquadrado no conjunto geral da orquestração para o “retorno” ao Estado de Direito, disseminando a ideia de que o povo vivia oprimido e reprimido⁵⁴². Num destes editoriais, o jornal utilizou o “remédio” como metáfora para

⁵³⁹ REIS FILHO, *Ditadura e tradições autoritárias...*, Op. Cit., p. 457.

⁵⁴⁰ O historiador Marco Antonio Villa também propõe a sua periodização *revisionista regressiva* em sua obra intitulada jocosamente de “Ditadura à brasileira”. Para o autor, “o regime militar brasileiro não foi uma ditadura de 21 anos. Não é possível chamar de ditadura o período 1964 – 1968 (até o AI – 5), com toda a movimentação político-cultural que havia no país. Muito menos os anos de 1979 – 1985, com a aprovação da Lei de Anistia e as eleições diretas para os governos estaduais em 1982. Que ditadura no mundo foi assim?” VILLA, M. A. *Ditadura à brasileira – 1964 -1985*. São Paulo: LeYa, 2014, p.11.

⁵⁴¹ CERTEAU, *A invenção do cotidiano...*, Op. Cit.

⁵⁴² *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 0059/119/AMA, 17 de maio de 1978.

ilustrar o combate ao regime, através de uma caricatura, na qual um homem se encontra bebendo um líquido após várias garrafas. O texto começa enfatizando que o que ele está ingerindo é um remédio que não se encontraria em nenhuma drogaria, mas que poderia ser encontrado nas especializadas em antientorpecentes e antianestésicos:

O remédio chama-se LIBERDADES DEMOCRÁTICAS e é ótimo no combate aos corruptos e corruptores do povo. Não contém na embalagem nenhuma faixa discriminatória, pois é recomendável para todas as faixas. Devido ao fato de os canais de televisão estarem infestados com propagandas de cachaças, cigarros e outros “medicamentos” – inclusive, um dito dos “campeões” – LIBERDADES DEMOCRÁTICAS não teve brecha; mas como nós provamos, gostamos, e somos camaradas, recomendamos a vocês: Adquiria hoje mesmo LIBERDADES DEMOCRÁTICAS, sem prescrição médica, pois os próprios médicos estão fazendo o mesmo. P.S. Não há contraindicações, embora provoque adoráveis efeitos colaterais⁵⁴³.

Para o SNI, a criação de novos centros acadêmicos foi incentivada e apoiada pelo DU, na ocasião composto por alunos que mantinham posições contrárias à reitoria e atitudes de oposição a ditadura, uma vez que o seu presidente, José Carlos Gomes Sardinha, vinha participando de movimentos ligados à oposição, como o lançamento da Frente Nacional de Redemocratização em Manaus, e promovendo palestras com a presença do ex-ministro Almino Afonso, na Casa do Estudante em 11 de agosto de 1978⁵⁴⁴.

No campo educacional, medidas e projetos foram introduzidos na tentativa de manter o estudante ocupado com os estudos, assim, diminuindo o tempo para se organizar politicamente⁵⁴⁵. Assim, durante a década de 1970 a pedagogia tecnicista foi implantada, inspirada na assessoria americana dos acordos MEC/USAID centrada nas ideias de racionalidade, eficiência e produtividade⁵⁴⁶. Executada a partir do governo ditatorial de Costa e Silva, a Lei nº 5540 de 28 de novembro de 1968 estabeleceu as normas de organização, funcionamento do ensino superior e articulação com o nível médio. A Lei extinguiu a cátedra e introduziu o regime de tempo integral e dedicação exclusiva, enfim consolidando a estrutura departamental.

Igualmente, transformaram as disciplinas de História e Geografia em Estudos Sociais, esvaziando seus conteúdos em prol de outros voltados ao desenvolvimento do nacionalismo, prática de decorar datas, eventos e nomes dos “grandes homens” e seus

⁵⁴³ Serviço Nacional de Informações. Informação N° 0075/16/AMA, 2 de outubro de 1978.

⁵⁴⁴ Serviço Nacional de Informações. Informação N° 0091/119/AMA, 30 de agosto de 1978.

⁵⁴⁵ Cf. BRAGHINI, *Juventude e pensamento conservador no Brasil...*, Op. Cit., p. 107.

⁵⁴⁶ SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11.ed.rev. – Campinas, SP: Autores Associados, 2011, p. 77.

“grandes feitos”. No contexto de escalada autoritária, em setembro de 1969 a Junta Militar⁵⁴⁷ baixou o Decreto n° 869 ordenando a inclusão da educação moral e cívica (EMC) como disciplina obrigatória em todas as escolas. A imposição do decreto não entusiasmou setores mais moderados do regime, pois, significaria maior influência da direita radical num claro aceno à fascistização da ditadura através da educação⁵⁴⁸. Em 1971, a ditadura decidiu alterar a organização do ensino no Brasil através da Lei 5692. Assim, o 2° grau passaria a ter como foco principal a profissionalização, no fim da etapa educacional, o aluno recebia um certificado de habilitação profissional. Tudo isto fazia parte do projeto de modernização autoritária promovida pelos militares com apoio de civis durante o período ditatorial.

Contudo, as manifestações contrárias às medidas autoritárias e a legislação repressiva na educação não tardaram a aparecer. Durante o I Encontro de Filosofia do Amazonas, promovido pelo Centro Acadêmico Filosófico e Cultural do Amazonas (CAFCA) juntamente com o DU, teceram-se críticas à exclusão da disciplina de Filosofia no currículo escolar do 2° grau e à Lei 5692. A lei foi acusada de provocar a alienação cultural, servindo para abafar o espírito crítico do estudante, no sentido de atender ao regime e à necessidade industrial que faz parte do sistema capitalista, condicionando no aluno um esvaziamento teórico. O evento teve como objetivo a luta por maior liberdade de expressão e pensamento filosófico, porém os organizadores foram acusados de promoverem mais as pautas em torno do retorno ao Estado Democrático de Direito do que a inclusão da disciplina no ensino do 2° grau⁵⁴⁹.

Em 1980, a Assembleia Geral dos Estudantes do curso de Estudos Sociais proporcionou um intenso debate acerca da concretização da implantação dos cursos de História e Geografia na UA. Exigiram a elaboração de currículos críticos dos cursos a serem fundados, contrários às aulas tecnicistas e ao projeto de eliminar o senso crítico e a construção da consciência política⁵⁵⁰. No final da assembleia, houve a fundação do Centro Cultural de Estudos Sociais, visando maiores condições de mobilização para reivindicações de suas necessidades, através da organização do centro estudantil. Porém, apenas em 1983, os estudantes conseguiram a extinção do curso de licenciatura curta em

⁵⁴⁷ Acometido por um Acidente Vascular Cerebral, o então presidente Costa e Silva foi afastado do cargo, em seu lugar tomou posse a Junta Militar visando impedir a posse do civil, Pedro Aleixo, ao cargo da presidência.

⁵⁴⁸ MOTTA, *As universidades...*, Op. Cit., p. 185.

⁵⁴⁹ *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 0092/119/AMA, 1 de setembro de 1978.

⁵⁵⁰ *A Crítica*, Manaus, 22 de março de 1980.

Estudos Sociais, após a criação dos cursos de licenciatura plena em História e Geografia no ano de 1981⁵⁵¹, dissolvendo o antigo centro acadêmico e criando os CAs dos respectivos cursos.

Some-se a isto os eventos organizados pela Igreja Católica. Estudantes levaram faixas que incomodaram os agentes do SNI, principalmente aquelas que expressavam: “queremos Comunhão contra a Opressão”; “Nós queremos ser a voz dos que não tem voz”; e “Pelas Liberdades Democráticas”⁵⁵². Também o aumento de “pichações” no centro da cidade foi notificado num relatório elaborado pelo CMA, cuja atividade foi atribuída levemente a integrantes do movimento estudantil⁵⁵³. O presidente do DU, João Pedro Gonçalves da Costa foi acusado de desenvolver “trabalho político esquerdista” no meio estudantil, incluindo o pichamento de vários locais em Manaus com frases contestatórias ao regime e alusivas a elementos de partidos comunistas⁵⁵⁴. Frases de contestação foram pichadas em muros e paredes na cidade de Manaus como: “Constituinte Livre!”, “Contra a lei dos estrangeiros”, “Sai da frente Figueiredo! O povo quer votar!” e, por fim, “Constituinte Livre Soberana”. Os locais escolhidos eram próximos a estabelecimentos de ensino, tanto de nível superior quanto secundário, além de locais de grande afluência de pessoas como casas bancárias, farmácias, hospitais e igrejas⁵⁵⁵.

Faixas foram erguidas em manifestações estudantis e atos públicos em 1981, com a participação de professores, funcionários públicos, trabalhadores jornalistas e religiosos, manifestando a crítica à violência da repressão e às políticas de ensino da ditadura. Pelas ruas, palavras de ordem davam a tônica do projeto político que traçaram os corações e as mentes dos integrantes dos movimentos sociais:

“Abaixo a Ditadura!”; “Um, dois três, quatro, cinco mil, queremos liberdade para o povo do Brasil!”; “Você aí soldado, também é explorado”, “Você aí parado, também é explorado”; “O povo unido, jamais será vencido”; “Abaixo a repressão, mais arroz e mais feijão”; “O povo na rua, a luta continua!”⁵⁵⁶.

Por conseguinte, no boletim do DU, Gestão Clareia, os estudantes exprimiram seus anseios por autonomia e democracia ao reivindicarem a imediata revogação da Lei

⁵⁵¹ *A Crítica*, Manaus, 30 de setembro de 1983.

⁵⁵² *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 0120/119/AMA, 13 de dezembro de 1979.

⁵⁵³ *Serviço Nacional de Informações*. Relatório Periódico de Informações N° 07/80/CMA, 1-31 de julho de 1980.

⁵⁵⁴ *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 1735/32/AC, 28 de julho de 1980.

⁵⁵⁵ *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 0015/116/AMA, 29 de julho de 1980.

⁵⁵⁶ *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 098/310/AMA, 3 de setembro de 1981.

6733, que estabelecia: a escolha de reitores pelo presidente da República por tempo indeterminado, a exigência da eleição direta para reitores e mais cargos e órgãos dirigentes da universidade, além da participação paritária da comunidade universitária em todos os órgãos de deliberações⁵⁵⁷. No artigo intitulado “O movimento secundarista e a luta democrática”, publicado no jornal de divulgação da UESA, *Manifesto Secundarista*⁵⁵⁸, declararam apoio ao compromisso democrático em conjunto com a sociedade, pela adesão à luta em prol da organização da Constituinte, realizações de eleições diretas e o fortalecimento das candidaturas unitárias da oposição com intuito da formação de uma base cujo programa de governo seria pautado na representatividade das lutas democráticas e populares. O artigo pautava pela necessidade da luta por mudanças na política educacional, além do desejo de unir a sociedade pela participação democrática do destino do país,

apontando para o caminho de uma ruptura política com o arbítrio (...) e a conquista de uma democracia que comporte o dinamismo das lutas sociais, supera em qualidade o esforço do governo em controlar a transição através da abertura. Da iniciativa das forças democráticas e populares depende o ritmo dessa transição, e é a iniciativa dirigida em torno da luta por uma Assembleia Nacional Constituinte soberana e eleita em regime de plenas liberdades democráticas, que encontra o necessário campo de unificação das lutas travadas pelos diversos setores sociais, constituindo-se por isso numa perspectiva consequente de rompimento com as instituições do autoritarismo (...) O povo quer ter liberdade para se organizar, discutir e opinar, porque está interessado em resolver seus problemas e melhorar suas condições de vida e trabalho⁵⁵⁹.

Panfletos e manifestos foram elaborados e distribuídos à população em diversos atos. Assim como os panfletários do terceiro Estado, durante os anos pré-revolucionários de 1789 na França, transformaram suas ideias abstratas e palavras de ordem em ação política e os trouxeram para a rua⁵⁶⁰. O panfleto destinado aos “companheiros Trabalhadores e Estudantes” expressou a convocação para a greve geral em favor das eleições diretas, boicote ao colégio eleitoral e pelo fim da ditadura:

Esta é a luta de todos. Os trabalhadores e o povo querem eleições diretas. Um grupo de militares, exploradores e corruptos querem as indiretas. E querem as indiretas para continuar explorando e massacrando o povo trabalhador. Querem as indiretas para eleger Paulo Salim Maluf ou Mário Andreazza e fazer no nosso país, em grande escala, o que já fizeram no governo do Estado de São

⁵⁵⁷ BOLETIM DO DU, *Gestão Clareia*. Manaus, setembro de 1983. In. *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 127/31/AMA, 16 de setembro de 1983.

⁵⁵⁸ MANIFESTO SECUNDARISTA, Manaus, n° 8, novembro de 1983. In. *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 127/31/AMA, 16 de setembro de 1983.

⁵⁵⁹ Idem.

⁵⁶⁰ RUDÉ, George. *A Europa Revolucionária (1783 - 1815)*. Lisboa: Editorial Presença, 1988, p. 65.

Paulo e no Ministério do Interior, ou seja, enriquecer às nossas custas. Nós socialistas, conclamamos os trabalhadores e estudantes a dizer: CHEGA!”⁵⁶¹.

Elaborado pela Convergência Socialista e Alicerce da Juventude Socialista⁵⁶², ligados na ocasião ao Partido dos Trabalhadores (PT), o panfleto criticou o legado dos 20 anos que o golpe militar malogrou: anos de arrocho, miséria, opressão, corrupção e escândalos. Na eleição para nova diretoria da UESA, ocorrida em 24 de outubro de 1984, a chapa Viração, vencedora do pleito, exprimiu em seus panfletos distribuídos ao povo e aos estudantes, seu programa dividido em duas partes: 1. Lutas Nacionais – pela liberdade de expressão, pela autodeterminação dos povos indígenas e defesa da Amazônia, reforma agrária, Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana, por eleições diretas em todos os níveis, pelo ensino público e gratuito, e pela aplicação dos 13% da união na educação; 2. Lutas Educacionais – legalização de todas as entidades estudantis, legalização da UESA, pela escola democrática, científica, técnica e profissionalizante.

A chapa VIRAÇÃO que é composta de reais lideranças e que este ano construiu mais de 12 centros cívicos e grêmios estudantis nas escolas, luta por uma ESCOLA DEMOCRÁTICA, onde todos os estudantes tem o direito de se organizarem e onde possam fazer suas reivindicações, queremos uma UESA ligada aos interesses dos estudantes, que defenda o cumprimento da Emenda que restabelece 13% para a educação e que lute pela organização dos estudantes nas suas escolas⁵⁶³.

Deste modo, todos os programas de transição dos movimentos sociais, em especial o estudantil, seguiam em direção oposta ao projeto de abertura política. Isto é nítido em suas ações de resistência aos anseios dos militares em manietar o processo político cujo objetivo era controlar a transição. Primeiramente, o processo de transição da abertura política foi tutelado pelos militares e

o projeto de abertura, assim elaborado, deveria claramente comportar garantias básicas para o regime: evitar o retorno de pessoas, instituições e partidos anteriores a 1964; proceder-se em um tempo longo – seu caráter lento –, de mais ou menos dez anos, o que implicaria a escolha ainda segura do sucessor do próprio Geisel e a incorporação a uma nova Constituição – que não deveria de maneira alguma ser fruto de uma Assembleia Constituinte plena e soberana – das chamadas salvaguardas do regime, as medidas necessárias para manter no futuro uma determinada ordem, sem o recurso à quebra da constitucionalidade⁵⁶⁴.

⁵⁶¹ Panfleto *Greve Geral*. In. *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 059/31/AMA, 24 de abril de 1984.

⁵⁶² A Convergência Socialista criada em 28 de janeiro de 1978 como organização política de corrente política trotskista dentro do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1982, a organização passou a concentrar sua militância no movimento estudantil como Alicerce da Juventude Socialista.

⁵⁶³ *Serviço Nacional de Informações*. Informação. N° 5240/ACE/AC, 14 de fevereiro de 1985.

⁵⁶⁴ SILVA, *Crise da ditadura militar e o processo de abertura...*, Op. Cit.

De acordo com Francisco Silva, em contraposição, as proposta das *Diretas Já* e toda a mobilização dos movimentos sociais representaram um rompimento radical com a “abertura limitada e pactuada”, oferecendo ao país outras vias de transição, através da eleição para cargos executivos por via do voto direto, e a promulgação de uma Constituinte soberana, também eleita por voto direto, ou seja, “uma ruptura constitucional extremamente desfavorável para as forças que implantaram a ditadura militar no país”⁵⁶⁵. Na verdade, o projeto teve como objetivo total a subordinação da sociedade civil aos objetivos e prazos estabelecidos pelo poder⁵⁶⁶. Não havia desejo pelo retorno à legalidade democrática. Aliás, o projeto e seus prazos nunca foram apresentados à sociedade (quanto mais durante o exercício de uma ditadura!), o próprio presidente Geisel afirmou que não havia projeto algum, somente a “consciência da necessidade de mudança e ao mesmo tempo de que não se poderiam contrariar fortes interesses existentes”⁵⁶⁷ dentro das Forças Armadas. Em suma,

faz parte da postura conservadora a recusa de pensar a cidadania e a sociedade organizada, e os demais atores políticos, como parte do processo político e, acreditar com firmeza que evoluem num cenário vazio, em que são capazes de controlar todas as falas⁵⁶⁸.

Outros pontos importantes foram a Lei de Anistia e a Campanha da Anistia, movimentos ampliados e reforçados pelas manifestações estudantis de 1977. A Campanha surgiu ainda em 1975 com a criação do Movimento Feminino pela Anistia, passando a endossar a exigência da anistia “ampla, geral e irrestrita” dentro de seus protestos. No entanto, a Lei de Anistia aprovada em agosto de 1979 tratava-se de uma estratégia elaborada pelos generais Geisel e Golbery, além do ministro Petrônio Portela, para enfraquecer o MDB, então partido de oposição e garantir o controle da abertura sem a ocorrência de percalços e demais punições.

A exclusão da anistia dos “condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal” e o chamado “perdão aos torturadores” frustraram a expectativa otimista da campanha. A lei de 1979, que beneficiou opositores mas também foi uma autoanistia, tornou-se a principal cláusula da transição democrática dos anos 1980 e consagrou a impunidade⁵⁶⁹.

Existia o risco de que o projeto pudesse ser ultrapassado pelos movimentos sociais, uma vez que a lei fora decretada pelo governo sem negociação com a oposição.

⁵⁶⁵ SILVA, *Crise da ditadura militar e o processo de abertura...*, Op. Cit.

⁵⁶⁶ Ibidem.

⁵⁶⁷ Ibidem.

⁵⁶⁸ Ibidem.

⁵⁶⁹ FICO, *Brasil: a transição inconclusa...*, Op. Cit., p. 31.

Afinal, o ritmo da “abertura” foi ditado pelos militares, embora a oposição desejasse maior celeridade no processo. Para Silva, o processo de abertura sempre esteve sob completo controle militar e intensamente monitorado, de modo que a sociedade civil e a oposição política não desempenharam nenhum papel de relevância. Destaca ainda que Geisel considerava que a oposição atrapalhava o ritmo do processo, por justamente não compreender a sua intenção e fazer uma oposição virulenta⁵⁷⁰.

De acordo com Maria D’Araújo, essa “transição desenhada” teve a preocupação de isolar setores terroristas das Forças Armadas, além de impedir que a oposição civil, via mobilização social, pudesse ditar sua agenda de mudanças⁵⁷¹. Contudo, segundo Carlos Fico, o projeto de abertura da ditadura esboçado pelo então general presidente foi integralmente cumprido, de maneira “lenta, gradual e segura”, conforme imaginado. Até mesmo seu sucessor, o general João Batista Figueiredo, conseguiu conduzir o projeto.

Foram cinco anos de Geisel e mais seis de Figueiredo, completando onze anos de interminável abertura, imune aos reclamos da sociedade, que, a despeito do vigor da resistência democrática, não conseguiu abreviar essa longuíssima transição, que culminou na tremenda frustração do Colégio Eleitoral e da traumática morte televisionada de Tancredo Neves.⁵⁷²

No entanto, durante o governo do general Figueiredo, a ditadura perdeu seu apoio civil e a crise do projeto alastrava-se, levando os movimentos sociais às ruas em campanhas pela volta da legalidade democrática. Havia projetos de transição em marcha, um contava com a máquina do poder e todo o aparato da tradição autoritária influenciada pela cultura política brasileira, o outro com os apoios dos movimentos sociais nas ruas, almejando a ruptura de todo o “entulho autoritário”.

Dada a contextualização do recorte temporal proposto para a análise deste capítulo, ressaltamos que a ditadura ainda estava em vigência durante o período de 1978 a 1985, embora o fôlego governamental estivesse abalado pelas crises políticas, econômicas e sociais da ocasião. Há de se ressaltar o caráter essencialmente militar da ditadura, expresso nas ações de afastar os civis das decisões e de conduzir essencialmente o controle do regime, o que foi visível no processo de abertura. No entanto, não podemos menosprezar sua relação com as massas. Neste caso, os estudos que direcionam seus objetos de pesquisa para compreender as complexas relações entre ditadura e sociedade no Brasil, tendem a tornar confuso o contexto histórico quando não há uma aprofundada

⁵⁷⁰ SILVA, *Crise da ditadura militar e o processo de abertura...*, Op. Cit.

⁵⁷¹ ARAÚJO, Maria Celina. Limites políticos para a transição democrática no Brasil. ARAÚJO, M. P. et all. *Violência na história: Memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. p. 41.

⁵⁷² FICO, *Brasil: a transição inconclusa...*, Op. Cit., p. 31.

problematização. Designar a ditadura como “civil-militar” para simplesmente afirmar que o regime fora apoiado de forma homogênea e unânime pelas massas é deslegitimar as práticas e ações das oposições e resistência, ambas estas significativas mesmo em períodos como o chamado “milagre econômico”, no qual podemos perceber a efetividade das estratégias da ditadura em ampliar sua base de apoio entre a população.

Ademais, os historiadores começaram a buscar compreender as relações dos civis com a ditadura para além das esferas da elite política e econômica, ampliando enxergar outros e diversificados comportamentos marcados pelo consenso, visando entender como “a sociedade conviveu com a violência do regime para além da resistência, não raramente encontrando formas não conflituosas de convívio, adaptando seu cotidiano aos novos tempos”⁵⁷³. Entretanto, considero ainda necessário o maior aprofundamento da hipótese de que, em determinadas circunstâncias, a ditadura teve apoio social, inclusive das camadas populares. Em suma, concordamos com Bobbio quando afirma que “a legitimação popular dos Governos ditatoriais parece sempre incerta e ambígua”⁵⁷⁴.

Não obstante, é preciso frisar que estamos presenciando o nascimento de uma “preocupação historiográfica” nos debates acerca do tema da ditadura militar brasileira, além da necessidade de enfrentar o tema da memória para quem escreve sobre a história contemporânea⁵⁷⁵. Soma-se a isto, a vontade de construir narrativas ou marcos a partir de uma lógica histórica consistente. Precisamos compreender que a ditadura não somente concentrou esforços na repressão, ou seja, nas polícias tradicionais. Sobretudo no plano das informações, com coleta e análise cada vez mais especializadas⁵⁷⁶. Além do mais, os relatórios e demais documentos de monitoramento do SNI lançam novos questionamentos sobre o suposto “fim” da ditadura em 1979, pois, compreendemos que o discurso histórico disciplinado da prova deve consistir no diálogo entre conceito e evidência, rompendo com as narrativas que justificaram a ausência de mobilizações contra o autoritarismo na região amazônica⁵⁷⁷.

⁵⁷³ ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina M. Uma história vigiada. In. ROLLEMBERG, D; CORDEIRO, J. M (orgs.). *Por uma revisão crítica: ditadura e sociedade no Brasil*. Salvador, BA: Saggá, 2021, p. 26

⁵⁷⁴ BOBBIO, *Ditadura*, Op. Cit., p. 374.

⁵⁷⁵ SENA JÚNIOR, A “boa memória”..., Op. Cit.

⁵⁷⁶ FILHO, Pio. P. *Os arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEEX): O elo perdido da repressão*. Acervo, Rio de Janeiro, v. 21, n° 2, jul/dez, 2008, p. 80.

⁵⁷⁷ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria, ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 49.

3.1. A CIDADE RESISTE À ABERTURA

O ano de 1978 configura-se como marco na história da ditadura militar, não pelo seu fim, mas pelos fatos singulares que ocorreram em seus meses: a revogação do AI-5, assim como de todas as medidas impostas desde 13 de dezembro de 1968, o que tornou possível o avanço dos movimentos sociais: novas formações partidárias e o aumento da pressão popular pelo retorno à legalidade⁵⁷⁸. Em 1979, a legislação repressiva representada pelo decreto Aragão e pelo Decreto-Lei 477 foi revogada pela Lei n° 6680 de 16 de agosto. Todavia, somente no ano de 1985 com o fim da ditadura, a partir da promulgação da Lei n° 7395 de 31 de outubro que o Estado brasileiro reconheceu novamente a livre organização e o funcionamento das entidades de representação estudantil. Foi justamente neste ínterim que os estudantes buscaram reorganizar suas práticas de resistências diante das estratégias autoritárias da ditadura militar.

Sustentamos o ano de 1978 como um marco, em razão da reafirmação da trajetória política não só dos estudantes, mas de distintos movimentos sociais ligados a juristas, povos originários, mulheres, religiosos entre outros⁵⁷⁹. Deste modo, enxergamos a cidade como espaço em movimento, onde tais sujeitos moviam-se pelos sentimentos e ideias, através de redes de relacionamentos e decisões⁵⁸⁰. Aliás, concordamos com Remond quando afirma que o campo da história política irradia em todas as direções, logo, praticamente não há setor ou atividade que não tenha relações com o político em algum momento da história⁵⁸¹. Deste modo, a representação torna-se o aspecto fundamental para a percepção da política para a História, uma vez que o político não pode ser visto separadamente do corpo social⁵⁸². Em suma, torna-se imperativo entender o objetivo

⁵⁷⁸ SILVA, *Crise da ditadura militar e o processo de abertura...*, Op. Cit.

⁵⁷⁹ Isto é evidente no número de jornais da “imprensa marrom” com diversas pautas sociais que circularam na cidade entre as mais diversas classes no fim da década de 70 e início da década de 80. Para além dos jornais estudantis, considerados hostis pela ditadura, circulavam entre a classe operária: o jornal *Alavanca*, de trabalhadores rurais como *O Paneiro* de propriedade da Comissão Pastoral da Terra (CNBB – Norte 1); de grupo de jovens católicos como *Diálogos* e o *Poronga*, ambos apoiados pelo clero progressista de Manaus; de motoristas como *O volante*; de associações dos moradores como a *Tribuna da Chapada*; de professores como *A chamada*, além do *O Feirante*, de propriedade do Sindicato do Comércio Varejista dos Feirantes de Manaus. A Agência Manaus caracterizou suas linhas ideológicas principalmente como “contestatória ao regime”, “radical de esquerda” ou simplesmente “esquerdista”. Cf. *Serviço Nacional de Informações*. Informe N° 858 – S/102-A5-CIE, Brasília, 16 de julho de 1984.

⁵⁸⁰ WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 21.

⁵⁸¹ REMOND, *Do Político...*, Op. Cit., p. 441 – 444.

⁵⁸² BERSTEIN, *Culturas políticas e historiografia...*, Op. Cit.

historiográfica do estudo da cultura política, ou seja, dar resposta para o problema fundamental das motivações do político⁵⁸³.

Por conseguinte, após intenso período de reorganização do movimento, novas formas de articulação política e cultural foram construídas no seio da universidade: os Centros Culturais e Acadêmicos. De acordo com Conceição Fraga, foram “novos espaços” criados fora da entidade oficial do DU, assim, o “cotidiano dos estudantes da Universidade do Amazonas transformou-se em espaço de luta”⁵⁸⁴. Trata-se de uma

recusa declarada de obedecer à atuação hegemônica é, portanto, uma forma de insubordinação particularmente perigosa. Na verdade, o termo insubordinação é bastante apropriado, porque qualquer recusa particular de obedecer é mais do que uma simples brecha na parede simbólica; é um ato que põe em causa todos os outros atos inerentes a essa forma de subordinação⁵⁸⁵.

De igual modo, a contragosto da ditadura, as conexões estabelecidas entre as redes de resistência se encontravam consolidadas, sendo expressas na tática da recusa em obedecer à ordem e nas práticas de insubordinação em questionar o ritmo da abertura. Entretanto, seus integrantes não hesitaram na tentativa de desarticulá-los. Isto é evidenciado na constante frequência do monitoramento de seus opositores e na execução de operações promovidas por agentes de inteligência, com o objetivo de desmobilizar os espaços de ação da resistência estudantil.

Evidentemente, não podemos deixar de ressaltar o caráter fundamental das informações a partir da aparelhagem de espionagem do SNI. Isto é, a montagem de um amplo e complexo sistema de informações a partir do golpe de 1964, com o objetivo de manter o regime sob o comando militar⁵⁸⁶. É preciso compreender que “sem informações, a repressão muito dificilmente alcançaria o grau de eficiência que obteve”⁵⁸⁷, pois, foram informantes criados pelos grupos dominantes como seus homens de confiança cuja função era de vigiar os espaços de prática do discurso oculto⁵⁸⁸. Desta forma, também buscaremos analisar as estratégias da elaboração de contrainformações e o mapeamento de informações a partir do controle e vigilância dos opositores do regime.

No findar da década de 70, o contexto histórico vivenciado pela UA foi marcado pela ferocidade das políticas de precarização da ditadura. Os acordos MEC/USAID

⁵⁸³ BERSTEIN apud ROCHA, *Usos metodológicos da cultura política...*, Op. Cit., p. 116

⁵⁸⁴ FRAGA, *Estudantes, cultura e política...*, Op. Cit., p. 62.

⁵⁸⁵ SCOTT, *A Dominação...*, Op. Cit., p. 280

⁵⁸⁶ FILHO, *Os Arquivos...*, Op. Cit., p. 80.

⁵⁸⁷ *Ibidem*.

⁵⁸⁸ SCOTT, *A Dominação...*, Op. Cit., p. 184.

pretendiam reformar o ensino público brasileiro e, conseqüentemente, privatizar a educação. Notas publicadas na imprensa pelas entidades estudantis denunciaram as tentativas de privatização, falência e a precarização das universidades públicas, além de exigir do governo maiores recursos e verbas para área da educação. Além disso, passaram a reivindicar currículos adaptados à realidade local, melhoria salarial e reformulação da carreira do professor, luta pelo passe-livre e melhorias na infraestrutura na Casa do Estudante. Neste aspecto, a carestia que assolou a sociedade durante o processo de abertura também refletiu na vida estudantil, expressa no início da década de 1980 pelo jornal *A Crítica*:

Um universitário morador da Casa do Estudante do Amazonas, paga diariamente 90 cruzeiros de refeição – café, almoço e jantar – isso excluindo domingo quando a “a gente sai pra dar o nosso jeito”. Fora o transporte e a roupa lavada fora – alguns lavam as próprias roupas – ainda pagam uma taxa de conservação de 10 cruzeiros. Sufocados por essas condições, os estudantes tentarão um futuro encontro com o Superintendente da Suframa, Rui Lins, numa tentativa de conseguir quatro ventiladores de pé, beliches e um esterilizador⁵⁸⁹.

No espaço universitário, a precarização se materializou na falta de espaço físico de bibliotecas e no número limitado de salas de aulas, nos pedidos de afastamento de professores por falta de didática, pela ausência de professores e nas transferências das faculdades para o campus distante do centro político da cidade. Contrários ao estado de crise, os movimentos de protestos estudantis seguiram contra a carestia presente no ambiente universitário: greves foram deflagradas contra o aumento do preço do “bandejão” do Restaurante Universitário, além de manifestações contra as graves propostas de privatização do ensino público.

Conseqüentemente, os estudantes universitários passaram a se organizar a partir de uma nova tática coletiva. Em março de 1978, a reitoria da UA foi informada da fundação do primeiro Centro Acadêmico (CA) da instituição: o Centro Universitário e Cultural de Agronomia (CUCA). Em seguida, os estatutos do Centro Cultural de Medicina (CECUM) foram publicados no Diário Oficial em 26 de maio de 1978, do Centro Acadêmico Filosófico Cultural do Amazonas (CAFCA) em 9 de junho de 1978. Posteriormente, mesmo criticando a existência do curso de Estudos Sociais, fundaram em 1980 o Centro Acadêmico e Cultural de Estudos Sociais, extinto com o fim do curso em 1983 e dissolvido nos centros acadêmicos dos cursos recém-fundados de História e Geografia em 1981. Por fim, foram fundados também a Frente Acadêmica de Letras do

⁵⁸⁹ *A Crítica*, Manaus, 24 de março de 1980.

Amazonas (FALA) e o Centro Cultural de Geologia. A meta ideal seria a criação de centros acadêmicos em todos os cursos. No entanto, o Conselho Universitário logo reconheceu a ilegalidade de suas existências. A Procuradoria Jurídica da universidade foi acionada, recomendando a intervenção no CUCA. Aliás, os agentes do SNI ressaltaram que os estatutos do CUCA conflitavam com as normas da UA e com os preceitos legados do decreto das leis N° 228/67 e N° 5540/68 que reformularam a organização da representação estudantil, considerado somente os diretórios acadêmicos e universitários como órgãos oficiais junto da ditadura.⁵⁹⁰

Como justificativa, afirmaram que a publicação dos estatutos no Diário Oficial se deu à revelia dos setores competentes da universidade. O Estatuto Geral da instituição não previa a existência de Centros Universitários setoriais, mas sim a organização de seus alunos em diretório universitário. O que se sucedeu foi um verdadeiro imbróglio jurídico para impedir a autonomia representativa dos estudantes naquela ocasião, forjando justificativas em consonância com o autoritarismo daquele presente, ao tratar que em hipótese alguma poderiam ser oficializados como entidades de representação estudantil⁵⁹¹. Ademais, é necessário frisar que o AI-5 ainda não havia sido revogado e os dispositivos da legislação repressiva ainda estavam em pleno vigor.

Outra justificativa apresentada era de que o CUCA não poderia ser equiparável ao diretório acadêmico ou entidade de representação discente, enquanto isso, a criação de outros órgãos ou entidades estudantis poderiam gerar confusão no meio estudantil e até mesmo na comunidade acadêmica. Notas foram publicadas nos jornais *A Crítica* e *A Notícia* salientando que o CUCA não poderia funcionar como órgão de representação do corpo discente do curso de Agronomia⁵⁹², sendo somente reconhecido como órgão de representação estudantil o DU e as representações previstas no artigo 75 do Estatuto da Universidade.

Consequentemente, dentro da universidade, cresciam as tensões entre o movimento e a reitoria, em decorrência da luta pelo reconhecimento e legalização dos CAs junto às instâncias oficiais. De acordo com o então presidente do DU, José Carlos Sardinha, o trabalho de organização dos CAs visava retomar a força dos estudantes

⁵⁹⁰ Serviço Nacional de Informações. Informação N° 035/78/ASI/FUAM, 27 de junho de 1978.

⁵⁹¹ Serviço Nacional de Informações. Sub-reitoria para assuntos acadêmicos – Ofício. N° 071/78, Manaus, 29 de maio de 1978.

⁵⁹² *A Crítica*; *A Notícia*, Manaus, 27 de junho de 1978.

desmobilizados pela reforma universitária, “que conseguiu dispersar os alunos e quebrar sua unidade, desmontando, desse modo a capacidade e a força dos universitários”.⁵⁹³

Em 30 de agosto de 1978, na sala 31 do Instituto de Ciências Humanas e Letras da UA, os estudantes do curso de Comunicação, sob a coordenação da estudante de Jornalismo, Maria Conceição de Lima Derzi, fundaram o Centro Cultural de Comunicação Social (CUCOS) a partir dos seguintes objetivos: prestar assistência aos alunos que não detinham recursos para pagar a universidade; promover debates políticos e de direitos humanos; por fim, não apoiar movimentos “anticomunistas” e de grupos radicais. As reuniões eram realizadas durante os tempos de aula do professor Antonio José Vale da Costa, que os cedia para a organização do movimento. Em razão disto, os agentes do SNI frisaram que as reuniões promovidas pelo CUCOS nas dependências da UA eram “ilegais” e “clandestinas”, pois, infringiam o Estatuto Universitário, além de não serem do conhecimento do diretor do Instituto de Ciências Humanas e Letras⁵⁹⁴.

Além disso, o CUCA passou a ter existência formal a partir da publicação dos seus estatutos no Diário Oficial, em 2 de março de 1978. Na ocasião, a diretoria era composta pelos estudantes de Agronomia: Eronildo Braga Bezerra, presidente caracterizado por suas atitudes rebeldes contra o Departamento de Agronomia, com posturas que visaram hostilizar aquele departamento; João Pedro Gonçalves, vice-presidente; Raimundo Cardoso de Freitas, secretário geral, denominado como “hável líder”, integrante do movimento estudantil desde 1977, considerado um dos responsáveis pela coleta de notícias, arrecadação de numerários, impressão e divulgação do jornal *O Grão*, foi denunciado por incentivar outros estudantes a divulgar notas criticando seus respectivos departamentos; João Trajano, tesoureiro; e Maurício Pollari, direção de imprensa⁵⁹⁵. Neste período, ainda foram publicadas duas edições do jornal *O Grão*.

Posteriormente, exemplares circularam em todas as unidades acadêmicas da universidade,⁵⁹⁶ distribuídos também no Hospital de Moléstias e Doenças Tropicais, através do médico Sinésio Talhari, cujo irmão era estudante do curso de Agronomia⁵⁹⁷. Conseqüentemente, outro médico, Adolfo Ademar Aguirre, acusado de promover reuniões “suspeitas” e colaborar com os estudantes de Agronomia, aprofundou o

⁵⁹³ Serviço Nacional de Informações. N° 0091/119/AMA. Op. Cit.

⁵⁹⁴ Serviço Nacional de Informações. Informação N° 0099/119/AMA, 10 de outubro de 1978.

⁵⁹⁵ Serviço Nacional de Informações. Informação N° 0020/116/AMA, 18 de maio de 1978; Informação N° 006/78/ASI/FUAM. Op. Cit.

⁵⁹⁶ Serviço Nacional de Informações. Informação N° 006/78/ASI/FUAM, 26 de maio de 1978.

⁵⁹⁷ Serviço Nacional de Informações. Informação N° 0047/116/AMA, 18 de maio de 1978.

monitoramento pela AMA⁵⁹⁸. Em outro relatório, ressaltaram a possibilidade de indícios do estreito relacionamento entre o movimento de estudantes e o médico, a quem foi atribuída a autoria do primeiro manifesto lido pelos alunos do curso de Medicina em 1977⁵⁹⁹.

Posteriormente, agentes do SNI notaram que mesmo publicados “artigos sérios” ligados à área de Agronomia no jornal *O Grão*, incomodou-os visivelmente a presença de artigos considerados de “linha contestatória” a ditadura e às instituições, além disso, o jornal foi acusado de participação no quadro geral da orquestração para o “retorno” ao Estado de Direito. Novamente, em outro editorial em que se teceram críticas às restrições impostas pelo regime às liberdades democráticas, foi acusado de usar “generalizações brilhantes” ao afirmar que as cadeias estavam repletas de pessoas inocentes “cujo único crime é dizer o que pensam (...) e os jovens estão ameaçados, amedrontados, sofridos e subjugados”, disseminando a ideia de que o povo vivia oprimido e reprimido, induzindo o “universitário a pensar que o guarda de segurança do campus existe para reprimir o estudante”. Em outro artigo, criticaram a política indigenista da ditadura, ao afirmar que não buscavam alcançar a dignidade humana do indígena, levando a uma política de genocídio: “o índio brasileiro continua sendo vítima indefesa. Suas terras são roubadas, suas mulheres ultrajadas, seus costumes violados”⁶⁰⁰. Para o órgão, o jornal desfigurou os fatos, atribuindo à FUNAI conivência com os crimes perpetrados contra os povos originários, com a intenção de desacreditar os órgãos do governo, “transferindo contra a administração pública uma carga emotiva já assimilado pelo povo, como é a simpatia pela preservação da cultura indígena”⁶⁰¹. Em outro editorial, as críticas seguiram em direção ao presidente general João Figueiredo:

Nós nos consideramos povo e, como o povo, respondemos a uma declaração grosseira, inoportuna e inábil declaração (...), ao mesmo tempo reveladora de um caráter temerário (...) afinal, não se pode esperar muita coisa de um ex-chefe do SNI. Pelo menos, espera-se que não sejamos governados por um

⁵⁹⁸ *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 0005/116/AMA, 19 de maio de 1978.

⁵⁹⁹ *Serviço Nacional de Informações*. Informe N° 006/78/ASI/FUAM. Op. Cit.

⁶⁰⁰ A preocupação com as causas dos povos originários também foi debatida num curso realizado pelo Departamento de Filosofia, cuja temática “Amazônia Indígena” tinha por objetivo a conscientização dos participantes sobre a problemática indígena regional. O evento também criticou as ações desenvolvidas pela FUNAI quanto aos métodos empregados para realizar a atração, fomentando a destribalização dos indígenas. Ademais, as referências indicadas causaram visível incômodo nas autoridades, para além da venda do jornal *Porantim* e do livro *Sociedade Tribais*, do antropólogo Marshal Sahlins, exemplares do *Manifesto Comunista* foram postos à venda por um trabalhador da Livraria Maíra. Cf. *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 0050/116/AMA, 27 de agosto de 1979.

⁶⁰¹ *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 0059/119/AMA. Op. Cit.

estábulo que até agora se revela o assunto mais profundamente conhecido pelo referido⁶⁰².

Por conseguinte, o relatório do SNI apontou para a preocupação e as dificuldades do DU em reunir os estudantes para discutir reivindicações da classe, o que analisamos como decorrência do medo gerado pela repressão e do arbítrio da ocasião. O sentimento nutrido pelo movimento era de calma, “evitando o desejo de realizar tudo de um dia para o outro”, assinalando o processo lento da abertura e a dura repressão.⁶⁰³

Por outro lado, o regime acusou antigas lideranças do movimento estudantil de estar “aliciando” os estudantes naquela ocasião, entre eles, registrado o nome de Raimundo Theodoro Botinelly Assumpção⁶⁰⁴. Denunciado por articular o retorno das atividades do movimento estudantil em Manaus, descrito como subversivo formado pela Universidade da Amizade dos Povos Patrice Lumumba (UAPPL), teria imprimido sua orientação política (marxista-leninista) nos estudantes, principalmente os ligados aos CAs. Acusado de aproveitar o início das aulas na UA com o objetivo de “aliciar” os universitários, principalmente os calouros, visando dar embasamento para a campanha pela legalização da UNE⁶⁰⁵.

Além disso, outro relatório que circulou pela comunidade de informações, salientou que tal “aliciamento” de Assumpção visava a “tomada de poder” no Amazonas através da filiação de pelo menos duzentos jovens universitários no MDB – AM, juntamente com os “esquerdistas”, cujo objetivo tratava-se primeiramente de dominar o partido, auxiliado pelo aumento do número de jornais estudantis visando à publicação de artigos de linha contestatória, além da intensificação da divulgação da teoria marxista-leninista entre os estudantes. Tal projeção de nomes de “subversivos” visaria o lançamento de candidatos comunistas para a Câmara Municipal⁶⁰⁶.

Não obstante, a organização das greves em 1979 mobilizadas pelos estudantes em torno de suas pautas coletivas, eliminou a ideia de que os estudantes estariam sendo aliciados ou levados a cumprir um projeto de poder elaborado por um partido, região ou pessoa, discurso tão visível nos órgãos de espionagem. Posteriormente, em reunião organizada por estudantes do Curso de Comunicação Social, cujo objetivo era discutir a

⁶⁰² *Serviço Nacional de Informações*. N° 0075/116/AMA. Op. Cit.

⁶⁰³ *Ibidem*.

⁶⁰⁴ Foi 2° secretário da UNE entre os anos de 1962 – 1963, filiado ao PCB, após o golpe seguiu para a Universidade da Amizade dos Povos Patrice Lumumba (UAPPL) em Moscou. Figura como um dos fundadores Clube da Madrugada em 1954, movimento artístico-literário que contentou a mentalidade conservadora da época.

⁶⁰⁵ *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 0010/116/AMA, 8 de fevereiro de 1979

⁶⁰⁶ *Serviço Nacional de Informações*. N° 0010/116/AMA, Op. Cit.

situação da aprovação da contratação dos professores Antonio Teixeira e Erasmo Linhares e de suas respectivas formações, consideradas “deficientes”. Durante a reunião, o representante dos estudantes junto ao Conselho Universitário denunciou a infiltração da Polícia Federal no movimento estudantil e que agentes pretendiam tirar a entidade das mãos dos estudantes, além de estarem organizando uma chapa para alçar à presidência do DU. Na ocasião, alertou aos “calouros” para tomarem cuidado com panfletos contrários à anistia que circulavam nas faculdades⁶⁰⁷.

Por conseguinte, em 1979, os estudantes de Agronomia entraram em greve contra a falta de didática acadêmica do professor Evandro Graça. O estopim da greve estudantil foi o pedido de afastamento negado ao professor Evandro Graça do Departamento de Agronomia. A greve durou dez dias entre o clima de tensão no campus, manifestações, passeatas e até a realização de um carnaval improvisado após a confirmação do afastamento do professor. No nono dia da greve, havia a possibilidade de “agravamento” com as adesões de líderes estudantis dos cursos de Comunicação Social, Filosofia, Biologia e Medicina. Na opinião da instituição, o insucesso da deflagração total da greve se deu em razão dos alunos do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) enxergarem seus colegas de Agronomia como bagunceiros que não queriam estudar, porém, chegaram a reconhecer como justas suas reivindicações.

Para o SNI, a UA enfrentava um “mal crônico”. Acreditava que os professores faziam do magistério “um bico”, por se dedicarem mais aos seus cargos de presidentes ou diretores de empresas públicas e privadas em detrimento das salas de aula. Já os “professores novatos” se perdiam pela falta de conhecimentos “sólidos”.

Neste padrão descrito, encontra-se o prof. EVANDRO GRAÇA, pivô da greve. Dono de um invejável currículo, com mestrado na Bélgica e cinco anos de experiência internacional é um excelente técnico, porém, um professor falho, sem a necessária dedicação e compreensão dos problemas regionais⁶⁰⁸.

Contudo, o discurso do órgão não refletia a realidade geral da universidade naquela ocasião. Embora cooptada pela ditadura, os quadros da intuição eram formados por servidores que tinham por função a dedicação exclusiva como um dos pilares da modernização conservadora. A universidade detinha em seus quadros docentes sérios e sensíveis à pesquisa cujo projeto também seguia em democratizar a instituição. Porém, a

⁶⁰⁷ *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 112/300/AMA, 22 de agosto de 1979.

⁶⁰⁸ *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 005/119/AMA, 30 de agosto de 1979.

falta de concurso para formar corpos docentes robustos nos departamentos também seguiram na pauta de reivindicação dos estudantes em diversas mobilizações.

Como consequência, os alunos de Comunicação Social protestaram pela falta de professores em quatro matérias fundamentais de seu currículo. No dia 29 de agosto de 1979, os acadêmicos de Medicina, sob o comando de Paulo Flávio de Macedo Gouveia, realizaram uma assembleia em solidariedade à greve dos estudantes de Agronomia, no qual também discutiram sobre aspectos da formação do curso. Estiveram presentes na reunião, João Pedro Gonçalves (Agronomia); José Carlos Gomes Sardinha (Medicina – Presidente do DU); José Dantas Cyrino Júnior (Filosofia); João Thomé Verçosa de Medeiros Raposo (Economia – destacado como filho do ex-governador Gilberto Mestrinho). Em 31 de agosto, realizaram outra assembleia cujas pautas foram debatidas em torno do curso de férias, hospital-escola, situação dos médicos do hospital, problemas referentes ao restaurante universitário⁶⁰⁹.

Em 30 de agosto de 1979, alunos do curso de Administração reuniram-se em assembleia sob a coordenação dos estudantes Jorge Freire, José Roberto Câmara e Ziomar Júnior. Os líderes pretendiam prestar apoio aos estudantes de Agronomia numa manifestação “puramente estudantil”, sem “conotações políticas” ou contestatórias. No entanto, destoando do “espaço neutro” nutrido pelos organizadores, na assembleia do dia 31 de agosto representando o curso de Economia, João Thomé Raposo ressaltou o êxito da greve como “a primeira vitória durante os quinze anos de arbítrio implantado no país”, enquanto o estudante de Direito, Juseuter Ferro de Souza, ressaltou que como “radical de esquerda, comunista e marxista” viu naquela manifestação “a vitória contra a ditadura militar de quinze anos de opressão dentro do país”. O estudante teve sua fala interrompida pelos colegas, continuando a atacar o governo sob intensa vaia dos presentes⁶¹⁰.

Naquela ocasião, os agentes do SNI descreveram que tais pleitos não sensibilizaram a esmagadora maioria dos estudantes da UA, embora observassem um acentuado progresso na mobilização dos estudantes. Culparam a imprensa local por superdimensionar a repercussão em suas folhas, nas quais páginas inteiras eram dedicadas ao movimento, publicando uma maior dimensão do fato. Políticos e jornalistas estiveram a favor dos estudantes, porém, para o órgão o grande trunfo foi a opinião manifestada pelo governador que considerou justa as reivindicações⁶¹¹.

⁶⁰⁹ *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 0094/119/AMA, 13 de setembro de 1979.

⁶¹⁰ *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 0094/119/AMA. Op. Cit.

⁶¹¹ *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 005/119/AMA. Op. Cit.

Por conseguinte, mesmo não reconhecidos pela reitoria da UA, a participação efetiva dos CAs na construção da greve universitária mostrou-se intensa, pois, incorporaram uma nova forma de agir dentro do movimento. O CUCOS em assembleia geral pediu a contratação de novos professores para o curso de Comunicação Social, tendo sua reivindicação atendida. O CUCA que protagonizou a greve de 1979, afirmou que era apenas o início da luta por um melhor ensino: “Deixamos claro que a luta continua e mais do que isso abre campo para que os universitários amazonenses questionem os problemas que enfrentam nos diversos cursos”⁶¹². O CAFCA denunciou as atitudes da reitoria “que para eles parece mais uma jogada política com o fim de provocar um esquecimento nas reivindicações estudantis.”⁶¹³ O DU se manifestou sobre o movimento dos estudantes de Agronomia através do presidente José Sardinha: “foi uma demonstração lógica de que o estudante vai conseguir resolver seus problemas partindo para a luta direta e renegando a burocracia que termina deixando nas gavetas os problemas”⁶¹⁴ e concluiu que a bandeira de reivindicações dos estudantes de Agronomia serviu de bandeira para os demais cursos que deviam lutar por seus direitos na universidade.

Some-se a isto, o desentendimento entre o reitor Octávio Mourão e o vice-reitor Roberto dos Santos Vieira sobre a posição da reitoria diante das tensões provocadas pela crise estudantil evidenciada pelo SNI. Imposto no cargo de vice-reitor pelo governador, Vieira era de opinião de que a universidade não deveria transigir no trato com os grevistas, expressa na carta destinada ao reitor cuja cópia foi enviada ao Comandante Alfredo Jabor, Chefe do SNI, a mando do próprio remetente. Escrita para refutar as acusações de conspiração vindas da imprensa⁶¹⁵ e dos corredores da universidade de que juntamente com o sub-reitor Afonso Nina estariam tramando o afastamento de Mourão do cargo de reitor, o seu teor revela sua postura inflexível, reforçada na medida de controlar os estudantes de forma intransigente aos moldes da ditadura, afirmando ter dissolvido o movimento que supostamente buscavam utilizar de acusações pessoais contra a reitoria na fase pré-eleitoral do DU em outubro de 1978. Além disso, descreveu seu receio sobre

⁶¹² *A Crítica*, Manaus, 1 de setembro 1979.

⁶¹³ *Ibidem*.

⁶¹⁴ *A Crítica*, Manaus, 1 de setembro 1979.

⁶¹⁵ *O A Notícia* (31 de agosto de 1979) publicou que o problema da greve dos estudantes de Agronomia não foi resolvido, porque estaria havendo uma briga pelo poder dentro da reitoria, quanto o *Jornal do Comércio* (30 de agosto de 1979) noticiou que a instituição não demitiria o professor Evandro Graça devido a sua contratação ter sido feita legalmente, além de que não negociaria com os grevistas por entender ser “injusto” o uso da greve como prática para reivindicar seus direitos. Aqui fica claro a demonstração de sua postura intransigente, reforçada na sentença de que caso os estudantes não retornassem imediatamente às salas de aula, seriam reprovados.

a crescente mobilização estudantil, chegando a afirmar que tais ações poderiam destruir a universidade caso deixasse a situação “fora do controle”. Neste ponto, Vieira pede ao reitor que tomasse cuidado com os estudantes, chamados de “variáveis”, para que não pudessem dominar a gerência da universidade, ocasionando uma possível paralisa administrativa, caos total e derrocada da instituição. Pontua ainda, o cuidado que deveria ter com supostas relações estreitas com o estudante de Agronomia, Raimundo Cardoso, através de cartas⁶¹⁶.

Este aspecto revela uma característica contraditória presente em um dos representantes da ditadura na universidade, se de um lado temos a consonância com o regime, expressa na total intransigência no trato aos estudantes pelo vice-reitor, do outro vemos a preferência do reitor pelo entendimento e pelo diálogo, ambos representantes da ditadura na universidade. Neste caso, situamos a tendência à flexibilidade em suas posturas de conciliação, ou seja, com a disposição à negociação. Isto é reflexo da cultura política brasileira em repudiar ou evitar o conflito, lançando mão de “ações gradativas, moderadas, conciliadoras e integrativas”⁶¹⁷. Ademais, tais estratégias moderadas foram sugeridas por uma minoria de agentes da repressão como também defendidas por autoridades do MEC, pois, tinham por objetivos não oferecer estímulo ao movimento, mas, desmobilizá-lo, com a finalidade de “evitar a má publicidade decorrente de atos repressivos”⁶¹⁸. O dossiê relatou que notas oficiais contraditórias saíram da universidade durante a crise estudantil e que os estudantes souberam aproveitar deste incidente de profundo mal-estar na administração da UA para proveito do movimento. Em consequência, foi baixada uma portaria em que proibiu “declarações oficiais” por parte de servidores da UA, sem que para isso estivessem autorizados pelo reitor⁶¹⁹.

A postura de Mourão pode ser compreendida a partir de duas perspectivas: primeiramente, supomos que mesmo que não fosse contra o uso da repressão, poderia acreditar que o uso de forças arbitrárias instigaria o “radicalismo” do movimento, não lançando mão de uma posição pragmática. Em segundo lugar, não descartamos a influência de valores liberais na tomada de suas decisões, defendendo a importância do debate de ideias na formação de jovens democratas⁶²⁰. Reflexo disto foi a presença de

⁶¹⁶ Carta do gabinete do vice-reitor, Universidade do Amazonas, 4 de setembro de 1979. In. *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 0094/119/AMA, 13 de setembro de 1979.

⁶¹⁷ MOTTA, *As universidades...* Op. Cit., p. 292.

⁶¹⁸ *Ibidem*, p. 299.

⁶¹⁹ *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 0094/119/AMA. Op. Cit.

⁶²⁰ MOTTA, *As universidades...* Op. Cit., p. 299.

Mourão, em maio de 1977, na assembleia estudantil, quando se dispôs a dialogar com os estudantes sob os olhares atentos do aparato repressivo. Aliás, as relações pessoais construídas a partir de convivências contraditórias eram alimentadas pelos laços sociais, prática comum que também podia ter sua face amarga, quando o sujeito não as possuía para sua proteção. Interessante notar que no caso da relação Mourão/Cardoso, o estudante não pertencia à elite social como parte de seus companheiros, acreditamos que a relação foi construída a partir das convivências das reuniões e outros atos. Cardoso afirmou que desconhecia práticas de perseguição aos estudantes por parte do reitor, a quem ressaltou que foi a pessoa que mais soube administrar as reivindicações da questão estudantil. Os vínculos pessoais firmados podem ser expressos a partir de sua declaração ao afirmar que em toda a decisão importante era chamado por ele para consulta, pois, acreditava que o reitor tinha “pânico” das ações que pudesse realizar⁶²¹. Deste modo, não descartamos que essa confiança pode também ter sido estratégia do reitor em cooptar o aluno como instrumento de acomodação.

Afinal, o mesmo Mourão que reuniu o Conselho Universitário com a finalidade de decretar a ilegalidade dos CAs em 1978, convidou o ex-militante da guerrilha do Araguaia para lecionar na UA, evidência da força das relações pessoais em questões sensíveis. Porém, Raimundo Cardoso não aceitou o convite por acreditar que caso sua real identidade fosse descoberta, resultaria em alguma represália ao reitor ao afirmar que, na ocasião, os órgãos de informação detinham conhecimentos de sua militância. Registrado como Carlos Augusto Lima Paz, teve que mudar de nome para fugir da repressão após sua militância no movimento armado. Após a derrocada da guerrilha do Araguaia em 1974, seguiu para São Paulo e posteriormente deslocou-se para Manaus com o objetivo de organizar o PC do B⁶²² na capital.

Em sequência, para o SNI, o trabalho de subversão dentro da UA parecia estar mais acentuado e abrangente, com professores acusados de aliciar os estudantes dentro de uma “linha político-ideológica de esquerda radical”, incitando os estudantes durante as aulas a organizarem a resistência. O professor Randolpho Bittencourt fora acusado de usar suas aulas de *Teoria Geral da Administração* para “doutrinar” seus alunos a contestarem a ditadura. Caracterizado como líder pela sua grande capacidade de expressão, capaz de sensibilizar as massas, contrário à repressão e à ditadura, frisava em suas aulas que o povo deveria comandar os destinos da nação, contrário ao imperialismo

⁶²¹ DUARTE, *Coletânea...* Op. Cit., p. 14 – 18.

⁶²² *Ibidem*, p. 10.

econômico que golpeava a liberdade e a democracia do povo brasileiro e do povo amazônica. Além disso, juntamente com o professor José Seráfico, na ocasião chefe do Departamento de Administração da Faculdade de Estudos Sociais, foi acusado de mapear e identificar os agentes de órgãos de informação, bem como militares que estudavam na UA. Seráfico chegou a criticar a intimidação de agentes infiltrados presentes em suas aulas: “quero saber o que será da Polícia Federal, quando acabar o dedurismo”⁶²³. A presença da estratégia de inserir agentes “infiltrados” em diversas esferas da sociedade foi extremamente eficaz para a obtenção de informações, pois, eram agentes treinados com o objetivo de se misturar entre os ativistas dos movimentos para recrutar informações de seus mecanismos de ações.⁶²⁴ Aliado a isto, o regime detinha em seu alcance o acesso as “Fichas de Qualificação” dos sujeitos monitorados, que eram organizadas e preenchidas pela Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério da Educação e Cultura.

Aliás, geograficamente, podemos destacar dois espaços de suposto “alastramento da subversão” na cidade: em novembro de 1979, a Livraria Maíra era considerada “centro de difusão de livros de esquerda em Manaus”⁶²⁵; em 1984, a própria Universidade do Amazonas, onde o professor de Comunicação Rural, Ernesto Renan Freitas Pinto, no Curso de Comunicação Social, causou incômodo aos agentes do SNI por basear suas aulas no livro *O Capital* de Karl Marx⁶²⁶. Considerada “professora subversiva”, Sandra Noda (Departamento de Ciências Agrárias) foi monitorada devido às suas participações em reuniões do movimento estudantil⁶²⁷.

Havia também o receio de “infiltração esquerdista” nos órgãos públicos, o que ocasionou o mandato de investigações sobre estudantes considerados “subversivos” por parte da AMA. Ordens de busca foram expedidas com o objetivo de vigiar os estudantes Sidney Alberto Ferreira e Eronildo Braga Bezerra, que estariam pleiteando vagas no quadro do Instituto Nacional de Pesquisas do Amazonas (INPA). O estudante Francisco Braga, candidato a presidente do Centro Universitário Cultural de Agronomia (CUCA), pela chapa Araguaia, pretendia obter emprego na Empresa Brasileira de Pesquisas

⁶²³ *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 131/300/AMA, 20 de setembro de 1979.

⁶²⁴ JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao dismantelamento. In. REIS FILHO, D. (et all). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 166.

⁶²⁵ *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 0061/116/AMA, 4 de dezembro de 1979.

⁶²⁶ *Serviço Nacional de Informações*. N° 4608/AMA, 1984.

⁶²⁷ *Serviço Nacional de Informações*. N° 5347/ACE/AC, 13 de fevereiro de 1985.

(EMBRAPA). Suas informações e qualificações foram organizadas em fichas elaboradas no DOI-CODI com a finalidade de monitorar suas atividades⁶²⁸.

Outro exemplo era a crença de estar em marcha a “doutrinação política de esquerda” no Amazonas, em razão de integrantes ligados aos órgãos estudantis estariam adquirindo livros provenientes de São Paulo considerados de “orientação comunista”. Em 1981, o então vice-presidente do DU, João Evangelista Vasconcelos, incumbido de receber tais livros, destinaria parte da bibliografia aos universitários e secundaristas interessados em se prepararem para tal trabalho de “doutrinação” no meio estudantil.⁶²⁹ Auxiliando esse trabalho, os integrantes do jornal *Tribuna da Luta Operária* (ligado ao PC do B – AM), foram acusados pelos militares de distribuir exemplares de “jornal comunista”⁶³⁰ no centro da cidade.

Consequentemente, estudantes militantes do PC do B foram monitorados a partir da execução destas ordens de busca, pois, Eronildo Bezerra, Chrysólogo Rocha e Francisco Vieira estariam desencadeando uma campanha sistemática de propaganda adversa ao regime, utilizando do serviço de alto-falante numa *kombi* (carro) nos bairros periféricos da cidade com a finalidade de “distorcer” a imagem do governo perante a opinião pública⁶³¹.

Em 1982, a AMA reconheceu a suposta existência de uma “rede de informações” de integrantes ligados à organização de esquerda, propondo a vigilância de seus passos e o levantamento dos precedentes de seus integrantes. Consta nos relatórios os nomes de: Carlos Gomes Aragão, estudante de Ciências Biológicas (UA), vinculado ao jornal *Tribuna da Luta Operária*, que estaria realizando o levantamento dos órgão de Informação (OI) e seus respectivos integrantes; Expedito Bezerra Mourão, estudante de Direito (UA) e Simão da Silva Pessoa, estudante de Administração e Direito, ambos trabalhavam como industriários e membros do PC do B, o receio era de suas atuações na fábrica; José Carlos Mozarque, estudante de Agronomia, participou da greve de fome juntamente com Francisco Braga de Souza e Walter Guimarães (estudante de Medicina) em protesto à Portaria do MEC que reajustou os preços das refeições nos restaurantes universitários; Mônica Maria de Andrade Torres Portugal, estudante de Economia, militante da “Organização Socialista Internacionalista”, encarregada em Manaus

⁶²⁸ Serviço Nacional de Informações. Ordem de Busca N° 0022/119/AMA, 3 de setembro de 1981.

⁶²⁹ Serviço Nacional de Informações. Informação N° 04002/30/AC, 11 de dezembro de 1981.

⁶³⁰ Serviço Nacional de Informações. Informação N° 046/310/AMA, 5 de abril de 1982.

⁶³¹ Serviço Nacional de Informações. Ordem de Busca N° 0006/116/AMA, 10 de março de 1982.

juntamente com Pedro Mendonça Neto, da distribuição do jornal *O Trabalho*; José Barbosa de Carvalho, estudante de Agronomia (UA), presidente da Associação dos Moradores do Bairro da Chapada, onde era distribuído o jornal *Tribuna da Chapada*; por fim, Rafael Tristão Bernardes, estudante de Biologia, integrante da chapa “Nosso Tempo” como candidato a diretor da área de Biologia da UNE. Bernardes participou do Congresso da UNE em Piracicaba (1980) e, como forma de difamar sua imagem, afirmaram que o referido estudante era traficante de drogas, pois teria sido delatado por um “viciado” que havia adquirido maconha do sujeito⁶³².

Por conseguinte, a campanha para as eleições da UNE começou no meio estudantil após o dia 29 de setembro de 1979. Tanto o DU quanto os demais CAs emitiram nota conjunta em apoio à chapa Mutirão. A comissão de coordenação fora composta por: Eronildo Bezerra, aluno de Agronomia e representante da UNE em Manaus; Publio Caio Bessa Cyrino, aluno de Filosofia do CAFCA; Maria Conceição de Lima Derzi, aluna de Comunicação Social, CUCOS; Sergio Roberto de Araújo Neto, aluno de Comunicação Social; Neyde Baptista de Miranda, aluna de Comunicação Social; José Dantas Cyrino Júnior, Filosofia do CAFCA; João Pedro Gonçalves da Costa, Presidente do DU; e Ruy Brito da Silva Lima, Filosofia do CAFCA. Os estudantes visitaram as salas de aulas com a finalidade de mobilizar a massa estudantil, receberam apoio da imprensa que veiculou suas notas, razão que permitiu a presença de 30% dos estudantes matriculados na UA. No entanto, nas outras folhas da imprensa circularam o decreto do Presidente da República proibindo a filiação de qualquer organização estudantil à UNE. O reitor proibiu a instalação de mesas receptoras de votos nos prédios das diversas faculdades, pretendendo inibir a articulação estudantil. Contudo, as urnas foram instaladas nas escadarias e calçadas próximas. Nenhum aluno da UA concorreu às chapas da UNE e a urna colocada na Faculdade de Administração foi deslocada para a esquina da Avenida Eduardo Ribeiro com José Clemente, ao lado do Cinema II⁶³³.

⁶³² *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 067/310/AMA, 10 de maio de 1982. Mapeamos outros sujeitos que continuaram vigiados pelos agentes como: Guarany Siqueira Tupinambá, estudante de Química (UA), membro do Diretório Universitário, gestão Pé na Terra; Ivanci Vieira dos Santos, estudante de Geologia (UA) e professor, membro da Diretoria da Associação dos Professores Profissionais do Amazonas (APPAM) e ex-membro da Diretoria do DU, gestão Pé na Terra. João Evangelista de Vasconcelos, estudante de Medicina, membro da Convergência Socialista e ex-membro da gestão Pé na Terra, participou do Congresso da UNE em Piracicaba em 1980. Lúcia Regina Antony da Costa, estudante de Farmácia, Militante do PC do B. Públio Caio Bessa Cyrino, estudante de Direito, professor, ex-presidente da gestão Pé na Terra.

⁶³³ *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 0106/119/AMA, 11 de outubro de 1979.

Aliás, os gritos contra as mudanças também provocavam receios no próprio meio estudantil. Durante a realização da eleição, grupos de extrema direita tentaram intimidar o processo eleitoral com pichações nos muros da cidade, rotulando a entidade estudantil como uma entidade ligada ao Partido Comunista. Os panfletos estavam assinados “Grupo Democrata Universitário”⁶³⁴, outra tentativa de inibir a reconstrução da entidade. Porém, a chapa *Mutirão* venceu a eleição para a diretoria permanente da UNE em Manaus. Mesmo não havendo a obrigatoriedade de votar, os organizadores consideraram uma vitória para os estudantes, pois “nem a repressão nem a falta de informação conseguiram intimidar uma minoria conscientizada”⁶³⁵.

Em 1980, houve a primeira tentativa de esforço dos secundaristas em reconstruir a UESA após ter a sua sede tomada e fechada pela vigência da legislação repressiva. Em março, um estudante leu um manifesto durante a realização da Assembleia do Diretório Universitário da UA solicitando apoio para a refundação da UESA. O jornal *Voz Universitária* publicou postura favorável do DU em prestar apoio à campanha de refundação da entidade. A partir desta ocasião, iniciaram-se as mobilizações pela reorganização das pautas de luta dos secundaristas. Em maio de 1980, promoveram a campanha pela meia passagem, com o apoio de outras entidades da capital, tais como a Pastoral Operária, Pastoral Universitária e o Partido dos Trabalhadores (PT), apoiados também pelo sindicato dos professores universitários. Em dezembro, ocorreu o I Encontro de Estudantes Secundaristas do Amazonas com o objetivo de refundar a entidade. Porém, todo o movimento dos secundaristas foi prontamente monitorado pelo CMA, que ironizou o evento ao afirmar que o encontro redundou em fracasso, pois somente cinquenta estudantes compareceram, apesar do apoio de “militantes esquerdistas do Movimento dos Professores de Manaus”⁶³⁶.

Conjuntamente, secundaristas e universitários realizaram protestos pela liberação da meia passagem na capital. O denominado Comando de Luta pela Meia Passagem organizou durante o primeiro semestre de 1980 vários atos públicos de protesto em prol do abatimento de 50% da passagem, conquistado inicialmente com o abatimento de apenas 25%. Mesmo considerado não ser ainda o ideal, em 13 de maio de 1980 conclamaram em assembleia realizada em praça pública concordar com o abatimento de

⁶³⁴ *A Crítica*, Manaus, 5 de outubro de 1979.

⁶³⁵ *Idem*.

⁶³⁶ *Serviço Nacional de Informações*. Relatório Periódico de Informações. N° 12/80/CMA, 1 – 31 de dezembro de 1980.

25% da passagem. Todavia, os jornais da grande Imprensa noticiaram a insatisfação dos empresários em suas páginas ao declararem o projeto de lei como “antieconômico e inconstitucional”:

Caso seja aprovado o Projeto da meia passagem, fato que as empresas dificilmente aceitarão, pois além de ser anti-econômico é anticonstitucional, a cidade poderá sofrer, a curto prazo, a falta de transporte, já que, diante de uma operação antieconômica, as empresas terão forçosamente que retirarem seus veículos de circulação ou entregar as concessões ao governo do Estado.⁶³⁷

Certamente, no decorrer dos anos de 1980, o movimento estudantil sofreu duras retaliações diante da tentativa de resistir na pauta pela aplicação e aprovação desse projeto de lei. As manifestações foram duramente reprimidas pelos aparelhos de repressão expressos pelas relações de poder entre o empresariado e o Estado.

Por outro lado, cabe ressaltar a importante relação entre a Igreja Católica e os movimentos sociais no Amazonas, em especial o estudantil. No contexto latino-americano, o movimento de padres católico-marxistas que participavam, lideravam ou apoiavam insurreições influenciados pela tendência da teologia da libertação após a Revolução Cubana, também se tornaram importantes aliados dos movimentos sociais na luta contra as ditaduras⁶³⁸. Incentivados pela nova consciência teológica da Igreja, a partir do Concílio Vaticano II (1962 – 1965) e Conferência Episcopal de Medellín (1968), os bispos abriram os olhos para a realidade histórica desumana e injusta da América Latina, marcada pelo empobrecimento dos indígenas, lavradores e moradores das periferias. Conseqüentemente, oriunda desta nova consciência histórica e teológica da Igreja, a teologia da libertação questionava sobre maneira de ser cristão num continente marcado pela grande presença de pobres e oprimidos⁶³⁹. Desta forma, essa nova doutrina parece ter alterado o posicionamento político da Igreja diante da ditadura em meados da década de 1970.

De acordo com o historiador Jaci Vieira, essa ala progressista da Igreja Católica passou a utilizar os conceitos do materialismo histórico ao lado do Evangelho como instrumento de análise da realidade do contexto deste período. Neste sentido, essa nova leitura dos preceitos evangélicos foi traduzida numa crítica moral ao capitalismo com o intuito de entender a pobreza e as contradições deste sistema, porém, alguns membros desta ala chegaram a afirmar que nunca se deixaram ser influenciados por tal corrente

⁶³⁷ *A Crítica*, Manaus, 14 de maio de 1980.

⁶³⁸ HOBBSAWM, *A Era dos Extremos...*, Op. Cit., p. 438.

⁶³⁹ BARAUSSE, Paulo T. *O discipulado e o seguimento de cristo ressuscitado: novidade eclesiológica de uma autêntica vivência missionária cristã e eclesial*. São Paulo: Edições Loyola, 2013, p. 95.

teórica. Entretanto, Vieira destaca que, na Amazônia, a forte presença da teologia da libertação foi visível na ação da Pastoral Indígena, lugar onde padres e freiras passaram a se comprometer com a problemática da realidade dos povos originários. Desta forma, afirma que a principal razão desta aproximação foi resultado da percepção de que tal corrente teórica fornecia instrumentos concretos para a luta contra a pobreza e superação da divisão caritativa e ideais filantrópicos do catolicismo⁶⁴⁰.

Não obstante, essa postura não se deu de maneira unânime e sem disputas internas, de acordo com Paulo César Gomes, a postura da Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB) foi sendo construída aos poucos durante a década de 70, reconhecida pela sociedade civil como um canal para denunciar as arbitrariedades do regime⁶⁴¹. Aliás, descreve ainda, que neste contexto, o Amazonas foi palco de um dos conflitos entre a Igreja e o Estado após a publicação do documento *A Marginalização de um povo* que denunciou o estado de vida imposto à população local, ao criticar o sistema de saneamento básico, a educação, as moradias, a concentração de terras e, principalmente, a ação autoritária da ditadura na região⁶⁴².

Neste cenário, a elaboração da Carta de Santarém em 1972 por parte dos bispos da Amazônia brasileira demonstrou a partir das críticas às invertidas da ação colonialista desenvolvimentista e a necessidade de priorizar a ação evangelizadora “encarnada” e “libertadora” na região, a evidência do rompimento da ala progressista (ligada ou não à Teologia da Libertação) com a ditadura militar. A propósito, o documento não fez apenas críticas ao regime, também direcionou críticas ao próprio capitalismo e passou a manifestar apoio a causa dos povos originários a partir da pastoral indígena⁶⁴³.

Com efeito, essas mudanças no posicionamento político de parcela da Igreja não tardaram de influenciar a atuação do clero no Amazonas. Na madrugada de 1979, cerca de seis mil pessoas percorreram as ruas de Manaus em Caminhada Missionária, na maioria jovens pertencentes às pastorais da Igreja Católica, além de outros membros da Pastoral da Terra, Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Movimento de Defesa do Meio Ambiente. Durante a caminhada dirigida pelo Arcebispo de Manaus, Dom Milton Côrrea Pereira, foram feitas várias manifestações contra as arbitrariedades da ditadura e a realidade socioeconômica da América Latina, por melhores salários para os professores

⁶⁴⁰ VIEIRA, *Ditadura Militar, Povos indígenas...*, Op. Cit., p. 40.

⁶⁴¹ GOMES, *Os bispos católicos...*, Op. Cit., p. 156.

⁶⁴² *Ibidem*, p. 70.

⁶⁴³ VIEIRA, *Ditadura Militar, Povos indígenas...*, Op. Cit., p. 45 – 49.

e, finalmente, contra a dizimação dos povos indígenas. Professores e estudantes da UA gritavam pelas ruas o slogan adotado pela UNE, “o povo unido jamais será vencido”, e outras palavras de ordem como “queremos comunhão contra a opressão”, músicas como *Para não dizer que não falei das flores* de Geraldo Vandré foram cantadas em meio a reflexões proferidas por religiosos.

Para o SNI, o afastamento definitivo do então arcebispo D. João de Souza Lima e a consequente nomeação de D. Milton para o mais alto posto da Arquidiocese de Manaus, radicalizaram o movimento contestatório da Igreja local, considerando que a sua posição intransigente e radical em defesa dos pobres e oprimidos levou a Igreja a atritos com a Ditadura. Isto acabou reforçando a convicção de que os religiosos seriam aproveitadores de temas bíblicos para encorajar a organização política⁶⁴⁴. Também observaram que o evento obteve grande sucesso pelo número expressivo de jovens durante a realização na madrugada e debaixo de chuva. Afirmaram que a caminhada missionária vinha sendo realizada desde 1976, acompanhada de um “radicalismo cada vez maior” nas escolhas dos temas e aumento de participação dos fiéis⁶⁴⁵, logo, o clero estaria manipulando as pessoas “ignorantes” e “vulneráveis”⁶⁴⁶.

A Igreja, fosse ela instituição, fosse ela templo, prestou apoio aos estudantes perante as ações do autoritarismo. Como exemplo, narraremos o tenso embate entre estudantes e militares, no qual membros da Igreja Católica colaboraram com a resistência dos primeiros. Por não ter sido comunicado em tempo hábil, o delegado Aderson Melo informou que a DOPS proibiu a realização da passeata da UESA convocado para o dia 28 de agosto de 1981, porém, somente o ato público seria permitido. A passeata, proibida por falta de autorização, visaria protestar nas ruas contra os efeitos do aumento da passagem de ônibus e pela implantação do passe único e ilimitado. Importante ressaltar que naquela circunstância, qualquer ato público deveria ter consentimento da DOPS previamente, para que, segundo as autoridades, pudessem “resguardar a integridade física” dos participantes e a garantia da liberdade democrática. Porém, mesmo diante de uma posição favorável, o delegado preferiu permitir apenas a reunião estudantil e proibir a passeata⁶⁴⁷.

⁶⁴⁴ GOMES, *Os bispos católicos...*, Op. Cit., p. 181.

⁶⁴⁵ *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 0120/119/AMA, 13 de dezembro de 1979.

⁶⁴⁶ GOMES, *Os bispos católicos...*, Op. Cit., p. 182.

⁶⁴⁷ *A Crítica*, Manaus, 28 de agosto de 1981.

Cerca de trinta estudantes se concentraram em frente à Igreja de São Sebastião, dando início ao ato público. Quando começaram os primeiros discursos, os policiais investiram contra o grupo. Fugindo da repressão, procuraram refúgio dentro da igreja, onde a tropa os encurralou com armas na mão, prenderam dez deles e dispararam tiros. Vasos e paramentos sacros foram danificados e alguns estudantes chegaram a ser reprimidos a cassetetes policiais, provocando lesões nos braços e costas. Ao tentar apaziguar o conflito dentro do templo, Frei Mário, superior da Fraternidade de São Sebastião, foi agredido por policiais e o estudante Jorge Vieira ao escapar da perseguição escondeu-se dentro do tanque de água, enquanto vasculhavam a igreja.

Após vários discursos, os organizadores do ato público decidiram que só deixariam o local após a liberação dos dez estudantes presos. A essa altura, o número de pessoas que no início da manifestação não chegavam a cem, ultrapassaram oitocentos. Gritos de “abaixo a repressão” foram dirigidos contra os policiais que intimidaram os presentes ao ameaçar sacarem os revólveres. Passava das 18 horas, quando chegou a notícia de que os estudantes tinham sido soltos pela polícia. Reunidos em frente à Faculdade de Educação, organizaram nova reunião e cantaram o hino nacional encerrando o ato público⁶⁴⁸.

A Igreja protestou e condenou a ação repressiva como sacrilégio, em sinal de reparação o templo ficou fechado até o retorno do arcebispo que se encontrava em Brasília. O Conselho Presbiteral da Arquidiocese de Manaus publicou nota nos jornais denunciando os atos de violência, comuns no dia a dia, criticando as ações policiais contra o povo presente nas crônicas da imprensa, comunicando de modo oficial o sacrilégio promovido pelos policiais e se posicionando contra a violência praticada contra pessoas indefesas⁶⁴⁹. Outros setores da Igreja também expressaram suas críticas, na ocasião da festa de Dom Bosco, considerado padroeiro dos jovens. Paroquianos da Paróquia de São José lançaram seu manifesto em prol dos estudantes espancados durante o ato de repressão, expressando repúdio total às medidas truculentas e antipedagógicas tomadas pela Polícia Militar no confronto com os estudantes. O bispo de Itacoatiara, Dom Jorge Marskell, repudiou a ação em nota enviada ao Conselho Presbiteral, transmitiu sua solidariedade às vítimas indefesas da repressão policial, repudiou a violência e a falta de respeito aos direitos fundamentais do homem.

⁶⁴⁸ A *Crítica*, Manaus, 29 de agosto de 1981.

⁶⁴⁹ NOTA DO CONSELHO PRESBITERIAL DA ARQUIDIOCESE DE MANAUS. In. A *Crítica*, Manaus, 29 de agosto de 1981.

A Secretaria de Segurança também se posicionou em nota, na qual citou os incidentes ocorridos em Salvador, onde houve depredações de ônibus. Ressaltaram que notificaram os estudantes na forma da lei, reafirmando que qualquer manifestação deveria ser requerida a DOPS no prazo de 48 horas antes para a manutenção da ordem pública. Destoando das demais notas, concluíram que a manifestação fugiu dos temas anunciados, pois, passaram a ofender às autoridades e provocaram os policiais.

O arcebispo pediu punição aos policiais pelo sacrilégio. Pressionou por aplicação de penalidades não somente aos policiais, mas também aos seus dirigentes. Discorrendo sobre os estudantes, pediu diálogo, com a finalidade de criar uma estrutura social e econômica mais justa na cidade. Decerto, Dom Milton se destacou na tentativa de promover o diálogo, sempre olhando as causas estudantis como causa do povo e da sociedade. Na ocasião de seu falecimento em 1984, a UESA ressaltou sua postura democrática e religiosa frente aos episódios envolvendo os estudantes, interferindo nos momentos mais difíceis, demonstrando solidariedade e humanidade⁶⁵⁰.

As ações sacrílegas e autoritárias da ditadura insuflaram os estudantes a continuarem organizando táticas de resistência na cidade. Panfletos foram distribuídos convocando a sociedade para novo ato público no dia 3 de setembro de 1981 contra a violência policial; contra o aumento das passagens de ônibus, pelo passe único e ilimitado; pela garantia de liberdade de expressão e organização de mais verbas para educação; por fim, em desagravo à Igreja de São Sebastião profanada pela violência policial:

O movimento popular está crescendo devido à insatisfação do povo com o sistema vigente. Vejamos: A cada 1 (hum) minuto morrem 45 (quarenta e cinco) crianças de desnutrição no Brasil; o salário mínimo brasileiro não permite a sobrevivência digna nem sequer a um cidadão; os estudantes, os professores levantam-se exigido verbas para educação. O que sentimos nisso? Sentimos a incapacidade do governo em dirigir a nação. No último dia 28 de agosto, a DITADURA MILITAR REPRIMIU OS ESTUDANTES COM ESPANCAMENTOS E PRISÕES, pelo simples fato de estarem reivindicando o passe único e ilimitado e lutando contra o aumento das passagens de ônibus, chegaram até a invadir a Igreja de São Sebastião.⁶⁵¹

Após as repercussões, o novo ato público organizado pela UESA na Praça São Sebastião foi autorizado pela Secretaria de Segurança e contou com o apoio da UNE e do DU. Cerca de 1000 pessoas entre estudantes, professores, políticos, populares e

⁶⁵⁰ *A Crítica*, Manaus, 24 de maio de 1984.

⁶⁵¹ *Serviço Nacional de Informações*. N° 098/310, Op. Cit.

representantes de diversas entidades participaram do evento, portaram faixas com os seguintes dizeres: “Contra a violência” e “UESA e UNE – VOLTAMOS E VOLTAREMOS”⁶⁵². Durante a manifestação, agentes incomodados verificaram a presença de estudantes secundaristas usando camisetas com a imagem de Che Guevara e calças pintadas de tinta preta no formato de foice e martelo⁶⁵³.

Os pronunciamentos seguiram em protesto à ditadura, denúncias de arbitrariedade e estímulo às liberdades democráticas. Para os agentes do SNI, os pronunciamentos foram influenciados pelo “radicalismo político-ideológico” e o simples fato de denunciarem e afirmarem haver uma “ditadura militar” causou incômodo. O presidente do DU, Públio Caio, criticou veementemente a ditadura militar implantada no Brasil desde 1964, deixando a “população brasileira na beira do desespero, com a falência da previdência social, o desemprego, a inflação e os minguados salários do trabalhador brasileiro”. O vice-presidente da UNE, João Pedro da Costa, também teceu críticas ao regime, o qual “não vem conseguindo satisfazer os anseios democráticos do povo brasileiro”⁶⁵⁴. O representante do jornal *Tribuna da Luta Operária* condenou as invasões à sede do jornal pelos órgãos de repressão, roubando documentos e outros papéis importantes, criticando a execução da Lei de Segurança Nacional. Contrariando as determinações da Secretaria de Segurança, foi realizada uma passeata percorrendo a avenida Eduardo Ribeiro, principal artéria da cidade, até a Praça da Matriz. Durante o percurso, houve uma ligeira paralisação em frente ao terminal de ônibus, provocando uma rápida perturbação no trânsito, sem que houvesse intervenção policial⁶⁵⁵.

Em junho de 1981, durante a paralisação nacional que reivindicava a eleição direta para reitores, os estudantes se depararam com a força da repressão executada por agentes da DOPS. Os agentes utilizaram viaturas para empurrar estudantes em direção à calçada. Na ocasião passava uma ambulância com a sirene ligada, alguns estudantes pensaram se tratar de outra viatura da polícia e não hesitaram em gritar: “abaixo a repressão! Abaixo a repressão!” Professores também manifestaram seu apoio ao ato público, condenando a forma de como a ditadura tratava a educação pública. Na ocasião, denunciaram o diretor da Escola Técnica Federal de impedir a participação dos secundaristas ao trancar os portões da escola. No final do ato, Públio Caio considerou a “força de consciência a

⁶⁵² Serviço Nacional de Informações. Informação N° 0072/119/AMA, 8 de setembro de 1981.

⁶⁵³ Serviço Nacional de Informações. N° 098/310, Op. Cit.

⁶⁵⁴ Serviço Nacional de Informações. N° 0072/119/AMA, Op. Cit.

⁶⁵⁵ Serviço Nacional de Informações. N° 0072/119/AMA, Op. Cit.

manifestação, que marcou decisivamente a volta do povo às ruas, após 17 anos de repressão”⁶⁵⁶.

Em 1983, a comunidade de informações passou a acompanhar diretamente a participação dos anistiados na política, com a ascensão do PMDB ao poder, o anistiado Gilberto Mestrinho assumiu o governo do Amazonas em 15 de março de 1983. Para o cargo de Secretário de Estado da Administração nomeou um outro anistiado, o candidato a deputado federal Arlindo Porto (considerado pelos agentes como ex-integrante do PCB, mas na realidade era do PTB). Havia, portanto, diante deste cenário de crescimento da oposição em várias frentes políticas, a necessidade de monitorar a atuação de grupos contrários ao regime no campo político e econômico. No dia 22 de março de 1983, os estudantes foram convocados para a concentração pública no centro da cidade, o Dia Nacional de Luta contra o Arrocho Salarial, que também contou com a participação de deputados e outros membros da oposição. Para o SNI, o simples fato de o governo estadual ter sido comandado por um anistiado poderia recrudescer as manifestações de grupos opositores, em vistas de seu envolvimento com os movimentos e entidades representativas, enquanto manteria uma postura alheia aos futuros movimentos de contestação regional⁶⁵⁷.

No entanto, suas posturas contraditórias não tardaram a aparecer. Afinal, os efeitos do controle político gestado pelas forças da repressão no estado podem ser analisados a partir da execução da Operação Relâmpago, cuja finalidade era monitorar e desmobilizar as atividades “subversivas” dos integrantes locais da *Tribuna da Luta Operária*, ligados ao PC do B.

Para os membros da Secretaria de Segurança, Manaus vinha sendo palco de cenas deprimentes praticadas por elementos ativistas e militantes do PC do B que estariam por executar ações que hostilizariam o regime e o seu presidente. A intensa mobilização destes militantes, em especial de seus estudantes filiados, causava receio não só no regime, pois era enxergada como “doutrinação das classes” e condicionando o povo contra o governo, segundo o qual os “comunistas” estariam por tomar conta de todas as classes que “constituíam a base da pirâmide social”⁶⁵⁸, também no governo de Gilberto Mestrinho, eleito democraticamente em 1982. Parte desta contradição pode ser fruto da presença de militares críticos ao regime, mas não totalmente dissidentes. Durante sua

⁶⁵⁶ A *Crítica*, Manaus, 5 de junho de 1981.

⁶⁵⁷ *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 0010/15/AMA, 28 de março de 1983.

⁶⁵⁸ *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 059/31/AMA, 24 de abril de 1984.

gestão, Mestrinho nomeou o coronel Mário Perreló Ossuoky para a diretoria do Departamento de Trânsito do Amazonas, porém, quando saiu do comando da Secretaria de Segurança, durante o governo de José Lindoso, teceu forte crítica ao regime de que fez parte, afirmando que o estado não beneficiou a pasta durante os 18 anos e que necessitava ser “urgentemente reaparelhada”. Suas considerações foram malvistas pela comunidade de informações, pois, “no passado comandou a Polícia Militar do Estado, deixou de reconhecer publicamente todo o esforço dos Governos revolucionários feitos em prol da segurança”. Para o cargo de Chefe da Casa Militar, foi conduzido o coronel José Cavalcante Campos, cujo levantamento organizado pelo SNI revela que era “detentor de antecedentes em comprometimento em atividades ilícitas e manifestações de indisciplina militar no contexto das atividades políticas oposicionistas”. Transferido para a reserva, o coronel Henrique Lustosa Cavalcante aderiu a gestão de Mestrinho ao ser nomeado para o cargo de Secretário de Segurança Pública. Desta forma, o SNI sentenciou que

as manifestações e vinculações de militares ao grupo político de oposição no poder no Estado, não teve ainda o **caráter de contrariedade** ao regime, mas, apenas de descontentamento pelo inaproveitamento ou interesses contrariados em administrações passadas.⁶⁵⁹

Em síntese, fica claro que o governo estadual eleito democraticamente, não rompeu com a ditadura, absorvendo em seu governo nomes que integraram gestões passadas, estes ainda continuavam claramente imbuídos da mentalidade autoritária da ditadura em que ainda faziam parte. Este pacto faustiano pode ser evidenciado no telegrama enviado para a AC, no qual os agentes descreveram que a *Operação Relâmpago* gestada no seio do governo estadual, foi determinada por Mestrinho e elaborada pela Secretaria de Segurança⁶⁶⁰. O objetivo era minar as ações dos membros do PC do B através do impedimento da divulgação do jornal *Tribuna da Luta Operária*. Pois, as críticas à ditadura incomodavam não só o regime, mas também o governo estadual que fora eleito como oposição.

Em ofício enviado ao coronel Clovis Bordini Racci, chefe da AMA, o coronel Henrique Cavalcante informou da elaboração e distribuição de uma nota de serviço com a finalidade de regular a participação dos referidos órgãos – Polícia Civil e DETRAN – na Operação Relâmpago, a fim de coibir os abusos dos “tribuneiros” em praça pública. Para as forças autoritárias, o procedimento desse grupo era de tumultuar a opinião pública

⁶⁵⁹ *Serviço Nacional de Informações*. N° 0010/15/AMA, Op. Cit. (grifo nosso).

⁶⁶⁰ *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 1066/16/AMA, 31 de maio de 1983.

contra o regime, lançando críticas ao governo através de alto falantes em via pública e distribuição do jornal⁶⁶¹. Discorre sobre o pretexto de venderem panfletos de “orientação comunista”, atos de perturbação da paz e da ordem, além de ofensas ao presidente. Como ação efetiva, previa-se a presença de “praças” treinados para conter os possíveis “distúrbios urbanos” além de manter sob constante vigilância e deter os “subversivos”.⁶⁶² A nota de serviço, de caráter confidencial, fora assinada pelo então Secretário de Segurança, Cel. Henrique Cavalcante em 25 de maio de 1983.

Logo, os “comícios relâmpago” organizados em lugares estratégicos e de grande afluência popular, como praças e mercados, preocupavam os órgãos de segurança. Em 21 de maio de 1983, a polícia foi acionada para dissolver o comício realizado no Mercado Adolfo Lisboa. Porém, avisados da ação policial, os estudantes e demais militantes se deslocaram antes da chegada dos policiais. Para o SNI, os “tribuneiros” (como eram jocosamente conhecidos pelos agentes dos órgãos de segurança) realizavam os comícios para desafiar a polícia e testar o “grau da repressão”⁶⁶³. No dia 28 de maio de 1983, outro comício relâmpago foi realizado na Praça da Matriz, com manifestações contrárias à ditadura. Na ocasião, o deputado João Pedro (PMDB) ao apoiar um grupo de estudantes concentrados na praça foi agredido por um oficial da Polícia Militar. O fotógrafo do jornal *A Notícia*, presente no ato, ao tentar registrar o incidente, teve o seu equipamento danificado, os policiais ainda exigiram a entrega do filme, porém, por não acatar com tal decisão arbitrária, foi arrastado para a viatura. O carro dos manifestantes foi guinchado e a aparelhagem de som recolhida. A estudante Gina Gama, diretora dos Assuntos Estudantis do DU, descreveu a medida como “arbitrária e desnecessária, pois, há três anos que se divulga a ‘Tribuna Operária’ naquele local”⁶⁶⁴. O jornal *A Crítica* noticiou o incidente como violenta repressão orquestrada pela Secretaria de Segurança, utilizando da tropa de choque da Polícia Militar para reprimir os estudantes, políticos e demais manifestantes, dentre os quais o diretor da Penitenciária Agrícola Anísio Jobim, Crisólogo Rocha de Oliveira Júnior.⁶⁶⁵ Os presos foram levados para o DOPS, onde passaram cerca de cinco horas prestando depoimentos, depois foram liberados.

A Secretaria de Segurança investiu de legalidade suas ações ao ressaltar que o ato tumultuou a ordem, além de ter sido lido como perturbação ao trabalho e ao sossego

⁶⁶¹ AMAZONAS, Governo do Estado. Ofício N° 313/83-G/SESEG. Manaus, 30 de maio de 1983.

⁶⁶² AMAZONAS, Governo do Estado. Nota de Serviço N° 004/83-COPE, 25 de maio de 1983.

⁶⁶³ *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 037/31/AMA, 31 de maio de 1983.

⁶⁶⁴ *A Notícia*, Manaus, 29 de maio de 1983.

⁶⁶⁵ *A Crítica*, Manaus, 29 de maio de 1983.

público, infringindo os art. 40, 41 e 42 do Decreto Lei n° 3688 de 3 de outubro de 1942 (Lei das Contravenções Penais)⁶⁶⁶. A ação arbitrária das forças de repressão gerou imbróglgio entre o governo e o comando da Polícia, após a publicação na imprensa do *mea culpa* do governo em virtude do incidente. O comandante da Polícia Militar, cel. Hércio Mota, teria dito ao Secretário de Segurança que não contasse novamente com a polícia para a repressão de manifestações semelhantes às do dia 28 de maio de 1983. Por outro lado, o governador manteve a postura intransigente de não permitir ataques e críticas à pessoa do presidente Figueiredo⁶⁶⁷.

É importante notar que as ações políticas individuais dos militares não devem ser retiradas do contexto cultural em que estavam inseridos, enquanto fenômeno coletivo, pois, tais atos são essenciais para analisar a influência da cultura política brasileira na sociedade⁶⁶⁸. Isto é, a partir dela que podemos explicar os seus comportamentos políticos, assim como analisar os códigos e os conjuntos referentes difundidos dentro de suas tradições políticas⁶⁶⁹. Em suma, apesar de manifestarem suas discordâncias, as forças da repressão prevaleceram e não existia nesta circunstância, rompimento total com a ditadura, oferecendo o caminho da acomodação como instrumento para sanar o conflito.

Os reflexos desta operação foram tristemente executados durante o episódio conhecido como a “Batalha da Matriz”, em setembro de 1983, considerado o ato de maior truculência do aparelho repressor durante a década de 80, devido aos fatos decorrentes desta circunstância se espalharem por dias, em verdadeiros atos contínuos de arbitrariedade pela cidade. Em setembro de 1983, o prefeito Amazonino Mendes anunciou o novo reajuste das tarifas de ônibus de 75 Cr\$ para 110 Cr\$. Imediatamente a decisão fora contestada pelos movimentos sociais, principalmente pelos estudantes. Logo os representantes do DU e da UESA percorreram as unidades de ensino para mobilizar os estudantes com a finalidade de organizar a passeata de protesto. De acordo com a Agência Amazonas, a líder estudantil Ana Virginia Rego Gama (Gina) estaria incitando os estudantes para um “quebra-quebra”, tomando como exemplo os acontecimentos de Salvador (BA), em que os estudantes depredaram e incendiaram vários ônibus. Também os líderes da *Tribuna da Luta Operária*, CAs e UESA estariam supostamente pregando a favor de um “movimento de desordem”, em sinal de protesto ao aumento das passagens

⁶⁶⁶ AMAZONAS, Governo do Estado. Ofício N° 313/83-G/SESEG. Op. Cit.

⁶⁶⁷ *Serviço Nacional de Informações*. Telegrama N° 1103/16/AMA, 03 de junho de 1983.

⁶⁶⁸ BERSTEIN apud ROCHA, *Usos metodológicos da cultura política...*, Op. Cit., p. 126

⁶⁶⁹ BERSTEIN, *A cultura política...*, Op. Cit., p. 349 – 350.

de ônibus.⁶⁷⁰ Os militantes estariam por planejar o bloqueio de todos os ônibus que adentrassem o Campus Universitário, objetivando impedir o retorno dos veículos, caso houvesse resistência por parte dos motoristas, tentariam danificar e secar os pneus dos ônibus, o que não aconteceu, apenas a panfletagem nas salas de aula da universidade. No entanto, o pichamento de ônibus na área do campus ocasionou a retirada dos veículos de circulação, atitude tomada por empresários receosos de serem retaliados.

Conseqüentemente, havia a crença de estava em marcha a execução de um verdadeiro “movimento de massa”⁶⁷¹ na cidade, pois, pretendiam fazer uso da imprensa, do serviço de alto-falante, panfletagem, pichamento, a fim de “sensibilizar a população para o ato”.⁶⁷² Deste modo, de forma antecipada, caracterizaram a mobilização como “supreendentemente agitação de massas, com o emprego de táticas de violências e tentativa de desmoralização da força policial”⁶⁷³.

Nesta circunstância, é preciso citar que a ditadura brasileira comparada às outras pelo Cone Sul deteve maior eficiência e aperfeiçoamento na busca de informações, ou seja, “manteve quase sempre um passo à frente dos movimentos contrários, que tentaram, de diversas maneiras, travar uma luta sempre desigual frente a um regime que endurecia e brutalizava toda uma sociedade”⁶⁷⁴. Tratava-se de uma “repressão prévia”, resultado da organização de um amplo sistema de informações cujo objetivo era combater os diversos movimentos sociais utilizando os instrumentos de inteligência para “monitoramento e antecipação das ações das esquerdas”⁶⁷⁵.

Considerados “líderes do protesto”, os estudantes Francisco Vieira de Oliveira, Ana Gama e Omar Aziz adensaram as críticas dos protestos em direção ao aumento da tarifa de ônibus, ao repúdio a ditadura militar “que vendeu a soberania nacional ao FMI”, a política salarial, por fim, a inflação e a recessão, ampliando as pautas da participação ao evento⁶⁷⁶. A passeata organizada pelo movimento consistia no trajeto da Praça da Matriz até o Palácio Rio Negro (na ocasião sede do governo estadual) onde pretendiam negociar com o próprio governador a queda do novo aumento. Entretanto, a intervenção da Polícia de Choque impediu de forma violenta que o ato fosse realizado. Entre as avenidas Eduardo Ribeiro e 7 de setembro foi montado forte esquema policial impedindo

⁶⁷⁰ *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 088/32/AMA, 15 de setembro de 1983.

⁶⁷¹ *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 127/31/AMA, 16 de setembro de 1983.

⁶⁷² *Serviço Nacional de Informações*. Telegrama N° 1955/19/AMA, 15 de setembro de 1983.

⁶⁷³ *Serviço Nacional de Informações*. Telegrama, N° 2010/AMA, 20 de setembro de 1983.

⁶⁷⁴ FILHO, *Os Arquivos...* Op. Cit., p. 80

⁶⁷⁵ *Ibidem*, p. 81.

⁶⁷⁶ *Serviço Nacional de Informações*. N° 2010/AMA, Op. Cit.

o prosseguimento dos manifestantes. O bloqueio desencadeou a reação dos manifestantes, pois, segundo o SNI “provocavam os policiais com palavras ofensivas e atirando-lhes pau, pedra, etc...”⁶⁷⁷. A ação policial teve auxílio do Corpo de Bombeiros, utilizando jatos d’água para dispersar os manifestantes. O confronto prosseguiu noite adentro em diversos pontos da cidade com depredações de bancas de revistas, ônibus e até o outdoor de propaganda do governador foi destruído, além de pessoas alheias ao movimento terem sido espancadas por policiais, pois, acreditavam serem “agitadores infiltrados”. Além disso, havia a intenção de que ao se chegar em frente ao Palácio Rio Negro, se encenasse o enterro simbólico do ministro Delfim Neto, face às transações do Brasil com o FMI e à queima de um pacote simbolizando o Decreto Lei 2045. Porém, segundo a Agência Manaus, o que não foi realizado em razão da passeata ter sido reprimida pela Polícia Militar⁶⁷⁸.

Considerada pela imprensa como uma das “tardes mais violentas vividas” na história de Manaus, tomados pela coragem de enfrentar a truculência, os manifestantes dirigiam palavras de ordem aos policiais: “Cadê o governo?”; “povo no poder!”; “você aí parado também é explorado!”, tomados como atos de insulto e intimidação pela Imprensa⁶⁷⁹. Em frente às escolas, alguns estudantes tentavam se reorganizar iniciando novas manifestações. Durante o trajeto, procuravam convidar os populares a fazerem parte do movimento. No entanto, muitos ficaram revoltados pela impossibilidade de retornar aos seus lares, pois, novamente receosos com as ameaças de depredação, os proprietários das empresas de transporte coletivo retiraram a maioria dos ônibus de circulação.

Em resposta aos líderes estudantis, um oficial da Polícia Militar afirmou que a presença dos policiais não era impedir o ato público e, sim, a passeata. O resultado deste confronto consistiu num major internado, quatro soldados feridos e trinta estudantes detidos. Encaminhados para o Comando Geral da Polícia Militar e posteriormente ao DOPS, onde a delegada Amazonas Albuquerque deteve 10 estudantes, enquanto vinte foram liberados⁶⁸⁰. Considerada como uma “manifestação indiscutivelmente subversiva”, o SNI deu destaque para o “rigor” da operação da tropa policial, “acionada para o

⁶⁷⁷ Serviço Nacional de Informações. Informação N° 131/31/AMA, 21 de setembro de 1983.

⁶⁷⁸ Serviço Nacional de Informações. N° 131/31/AMA, Op. Cit.

⁶⁷⁹ A Crítica, Manaus, 21 de setembro de 1983.

⁶⁸⁰ Entre os estudantes presos são citados os nomes de Maria do Socorro Izola, George Tasso Calado, João Paulo de Oliveira, Eronildo Bezerra e Ana Virgínia Gama.

cumprimento da determinação que proibiu qualquer outra forma de manifestação além do público autorizado”.⁶⁸¹

Alertado sobre a movimentação de novas manifestações em frente ao palácio com o objetivo de pressionar o governo a recebê-los, o governador determinou a prisão das lideranças, o guarnecimento do prédio através da prontidão do pelotão de choque e o bloqueio das vias de acesso ao prédio. Enquanto isso, panfletos elaborados pelo DU, UESA e demais entidades, sob o título *Lutar até a vitória total*, eram distribuídos pelas ruas da cidade, concitando o povo a se unir para a imediata redução dos preços das passagens.⁶⁸² Em contraposição, Mestrinho afirmou que tais manifestantes estavam tumultuando a “abertura democrática” ao frisar a “ação violenta dos militantes do PC do B”, visando claramente deslegitimar os protestos. A Agência Manaus louvou a atitude “firme e decisiva” do governador em “denunciar” à opinião pública a ação “subversiva” dos dirigentes do PC do B, elogiando o emprego dos órgãos de segurança com a finalidade de abortar todas as manifestações programadas. Em suma, as ações dos manifestantes surpreenderam a comunidade de informações, vistas como “uma demonstração do grau de extremismo político-ideológico” responsável pelo “processo de subversão” deflagrado na cidade.⁶⁸³

Para os estudantes, havia um clima de “terrorismo psicológico” em meio ao apoio da população às suas bandeiras. Aliás, houve a intenção de enquadrá-los no Código Penal e na própria Lei de Segurança Nacional (LSN), caso os fatos ocorridos voltassem a acontecer⁶⁸⁴. Neste contexto, os militantes do PC do B estariam manipulando “as crianças”⁶⁸⁵, como afirmara o cel. Henrique Lustosa, numa declaração que visava claramente diminuir e desmobilizar as pautas dos estudantes. Em suma, os efeitos destes dias de terror em Manaus podem ser compreendidos a partir das ações do regime em desenvolver estratégias que visaram “manter e ampliar o seu controle material e a sua influência simbólica”⁶⁸⁶, porém, os grupos subordinados também desenvolveram suas táticas “para se oporem e inverterem essa apropriação e, ao mesmo tempo, alargarem a sua liberdade simbólica”⁶⁸⁷.

⁶⁸¹ *Serviço Nacional de Informações*. N° 127/31/AMA, Op. Cit.

⁶⁸² *Serviço Nacional de Informações*. Telegrama 2042/19/AMA, 22 de setembro de 1983.

⁶⁸³ *Serviço Nacional de Informações*. Informação 0040/19/AMA, 23 de setembro de 1983.

⁶⁸⁴ *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 0041/19/AMA, 26 de setembro de 1983.

⁶⁸⁵ *A Crítica*, Manaus, 23 de setembro de 1983.

⁶⁸⁶ SCOTT, *A Dominação...*, Op. Cit., p. 271.

⁶⁸⁷ *Ibidem*.

Posteriormente, após o monitoramento dos ditos “subversivos”, a AC apurou a suposta “elaboração” de um plano de recrudescimento dos “distúrbios”, com o objetivo de criar um “clima de agitação propício a uma possível intervenção federal no Estado”, cuja finalidade era desmoralizar e desestabilizar o governo Mestrinho. Estaria em marcha uma “estratégia de confrontação” contra as forças da repressão, o que poderia gestar um “fato nacional” com maiores proporções e repercussões no país para o que se passava no Estado do Amazonas naquela ocasião⁶⁸⁸.

Conseqüentemente, influenciado pela justificativa de “infiltração comunista” em seu governo, suscitada pela comunidade de informações, Mestrinho demitiu Chrysólogo Rocha de Oliveira Júnior do cargo de Diretor da Penitenciária Agrícola e Antonio Ederval de Lima da função de Diretor Administrativo da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas.⁶⁸⁹ A partir deste ato, o governo estadual se indispsôs a dialogar com os manifestantes e decidiu por endurecer suas ações. O Pelotão de Choque dispersou de forma violenta os grupos de estudantes e trabalhadores em frente ao palácio, policiais foram postos em frente ao prédio do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) da UA monitorando o movimento dos estudantes, infiltrados foram postos em salas e nos corredores da universidade. Viaturas passaram a rondar os prédios das faculdades em sinal claro de intimidação, professores e estudantes foram presos por ordem do CMA. Colocados em celas comuns, os policiais passaram a assediá-los com palavras agressivas e provocações, almejando obter algum efeito psicológico: “bando de... (censurado) vocês deviam ir para o paredão, tomara que a Dra. Amazonas mande a gente espancar vocês, que é o que a gente quer”. Quando queriam se acomodar para dormir, os policiais atiraram urina para não deixarem ninguém descansar:

Urina atirada na cela para que ninguém pudesse dormir, ameaça de espancamento, proibição para contato com advogados e até ofensas com palavras foram os tipos de tratamento dado pela Delegacia de Vigilância e Captura para os estudantes e professores universitários presos na noite de sexta-feira, após assembleia geral realizada no Instituto de Ciências Humanas e Letras.⁶⁹⁰

Diversos representantes de entidades públicas divulgaram na imprensa suas declarações acerca das tensões provocadas pela atitude autoritária do governo. Segundo o ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Bernardo Cabral, “o quebra-quebra é fruto de pessoas que se envolveram numa luta legítima de estudantes”. Numa

⁶⁸⁸ *Serviço Nacional de Informações*. N° 0041/19/AMA, Op. Cit.

⁶⁸⁹ *Ibidem*.

⁶⁹⁰ *A Crítica*, Manaus, 26 de setembro de 1983.

declaração contraditória, o presidente da OAB-AM, Carlos Fausto afirmou que “a luta dos estudantes é legítima, mas existem pessoas que ele considera da direita que estão se infiltrando nessa luta”. Tratou de incitar que aqueles que detiveram os manifestantes não tinham nenhuma ligação com o governador, confessando que ao pedir imediatamente a soltura dos presos ao governador, Fausto não hesitou em soltá-los, todavia, afirmou que não havia como “confundir a luta pela democracia com tumultos e violência”.⁶⁹¹

Cabe aqui destacar a associação da truculência com o espectro da direita, além do advogado Carlos Fausto, o então líder do governo, deputado Felix Valois (MDB) afirmou que “elementos da direita” influenciaram a explosão de “vandalismo” além de adulterarem a nota lida pelo governador na TV, focando nos atos violentos incitados por “extremistas”⁶⁹². Apesar dos esforços de promover a imagem de um governo democrata, o desgaste promovido pela culpa das ações arbitrárias, após a truculência da “Batalha da Matriz”, confirma que o estado autoritário permaneceu fortemente patrocinado pelo governo dito democrata. Isto esclarece a tentativa de demonstrar que o governo estadual estava em total sintonia com o projeto de abertura, disposto a reprimir quaisquer movimentos inclinados a tumultuarem tal processo.

Podemos perceber tal posicionamento na execução da *Operação Disfarce*. Em 1984, por meio de ofício, o cel. Henrique Cavalcante, Secretário de Segurança, enviou uma xerocópia ao cel. Clóvis Bordini Racci, chefe da AMA, da ordem de serviço explicando os detalhes de tal operação. Tratava-se de monitorar o comício das Diretas Já, realizado em 24 de abril de 1984 na Praça do Congresso, “a fim de que a manifestação transcorresse dentro dos princípios de segurança que norteavam o Governo Gilberto Mestrinho”. A execução da operação visou promover o policiamento velado, com auxílio de agentes da DOPS, além da presença de agentes infiltrados no seio do público com a finalidade de evitar a “ação de marginais e baderneiros”⁶⁹³. Trata-se de mais uma medida para trazer o governador para o centro da dita “transição democrática”, sem compartilhar com outros espectros ideológicos, considerados tumultuadores do processo de abertura.

Contraditoriamente, Mestrinho apoiara o Comitê Pró-Diretas, considerado pela comunidade de informações uma organização formada por “subversivos” e partidos políticos de esquerda. O movimento tinha por objetivo intensificar os trabalhos em torno da campanha pela aprovação da *Emenda Dante de Oliveira*, que previa eleições diretas

⁶⁹¹ A *Crítica*, Manaus, 26 de setembro de 1983.

⁶⁹² *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 0021/16/AMA, 28 de setembro de 1983.

⁶⁹³ AMAZONAS, Governo do Estado. Ordem de Serviço N° 007/84- COPE/SESEG, 24 de abril de 1984.

para o cargo da presidência da República. Mesmo apoiando, o governo estadual não esteve diretamente empenhado no movimento, cabendo aos movimentos sociais como as organizações de bairros e o estudantil o destaque no engajamento de mobilizar a população para o comício realizado em 24 de abril de 1984. Ironicamente, o prefeito estava mais preocupado com as paredes da cidade do que com o retorno à legalidade, quando no encontro da Comissão Pró-Diretas, Amazonino Mendes pediu aos membros do comitê para que não pichassem a cidade.⁶⁹⁴ Por outro lado, os estudantes conclamaram a sociedade civil para a Caminhada da panela vazia, através do manifesto Diretas já, em panfleto distribuído pelas ruas:

O Brasil passa uma série crise social, política e econômica. Em momento algum na história da república, registra-se situação semelhante.

Uma inflação de 230%, a dívida externa de 130 bilhões, 12 milhões de desempregados, falta de saúde e o exército de menores abandonados são alguns sintomas de desajustada política governamental levada pelo regime militar. No entanto, com toda essa situação adversa, surge um movimento patriótico e democrático envolvendo toda a sociedade civil brasileira, que fazendo debates, passeatas e comícios, exigem a devolução do direito de escolha, pelo voto secreto e universal, do presidente da república.

Nós, os estudantes, estamos ingressando fileiras junto a essa aspiração nacional, por isso, em todo país, a UNE tem participado na organização desse movimento. Aqui no Amazonas, através do diretório Universitário, fazemos parte do Comitê Pró-Diretas, e, junto com esse, realizaremos manifestações em nome dessa Bandeira: Diretas já!⁶⁹⁵

No dia do comício, os universitários saíram do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), em passeata, rumo à Praça do Congresso, onde já se encontravam os secundaristas e populares que aguardavam o início do “Grande Comício”. O evento foi realizado em palanque armado na escadaria do Instituto de Educação do Amazonas (IEA). Estiveram presentes parlamentares, sindicalistas, além da presença do DU, UNE, UESA, ADUA, ASSUA, Associações de Moradores, etc. Durante o comício, os oradores teceram críticas ao presidente, às medidas de emergências e à ditadura militar. George Tasso Lucena Sampaio Calado, então vice-presidente da UNE, destacou que se tratava do “maior comício da história do Amazonas” e que as entidades populares, democráticas e os partidos de oposição estavam ali para responder em praça pública as ameaças e tentativas de intimidações do regime:

“(...) essa ditadura que não soube corresponder aos anseios da população entregando o poder ao movimento popular, abrindo as eleições diretas para presidente (...) tem um significado triste para o povo brasileiro, esses 20 anos

⁶⁹⁴ *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 056/31/AMA, 20 de abril de 1984.

⁶⁹⁵ Panfleto *Diretório Universitário*. In. *Serviço Nacional de Informações*. N° 055/31/AMA, 18 de abril de 1984.

de sua existência não trouxeram nada de melhoria para as condições de vida, de trabalho, de estudo do povo brasileiro”⁶⁹⁶.

Finalizou o discurso afirmando que todos estavam contra a ditadura e conclamou a favor da reforma agrária radical e pelo ensino público contra o regime militar⁶⁹⁷. Faixas e cartazes foram levantados por diversas entidades como os CAs e os partidos políticos durante o evento, que deram a tônica das reivindicações: “Eleições diretas já/Greve Geral dia 25 de abril – CUT”, “Eleições Diretas, o remédio sem contra indicação, agita bem antes de usar”. No entanto, a presença de faixas e bandeiras do PC do B causaram incômodo aos agentes do SNI.⁶⁹⁸

Para estes, a campanha em prol da emenda serviu de “pano de fundo” para a divulgação da legalização do PC do B, da UNE e de “outras entidades espúrias”. Afirmaram ainda, que na UA, tal bandeira do partido era “constantemente desfraldada e homenageada” e os calouros alvos constante de “aliciamento político-ideológico”, bem como os CAs funcionavam como “células politizadoras”. Dentro do ICHL, havia preocupação com as “atividades de endoutrinamento político-ideológico”, pois, estavam receosos com a divulgação de forma “bastante didática e numa linguagem acessível” do marxismo aos universitários e principalmente aos calouros. Monitorado, o universitário Antonio Ederval de Lima era “um dedicado estudioso e divulgador do marxismo” e sua “pregação” era “constante e ininterrupta” neste espaço.⁶⁹⁹

Com efeito, o amplo apoio dado pelo Governo Estadual e pela Prefeitura Municipal à realização do comício, causou contrariedade nos agentes do SNI. Mesmo sendo intensa a campanha de divulgação realizada no período de 13 a 23 de abril, “o comício não atingiu os objetivos desejados pelo Comitê Pró-Diretas, face à acanhada repercussão do evento junto à população”⁷⁰⁰.

Contudo, diferente da campanha pelas eleições diretas, o governador Mestrinho empenhou-se pessoalmente na campanha presidencial de Tancredo Neves no Amazonas. O próprio SNI ressaltou que mesmo não sendo claro o apoio do Governo do Estado para a utilização de recursos públicos na organização do comício, ficou evidenciado o emprego de carros oficiais e o uso da Imprensa Oficial na confecção de cartazes para a divulgação do ato político⁷⁰¹. Afinal, o comício teve ampla divulgação, carros com alto-falante

⁶⁹⁶ *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 0044/15/AMA, 27 de abril de 1984.

⁶⁹⁷ *Ibidem*.

⁶⁹⁸ *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 059/31/AMA, 24 de abril de 1984.

⁶⁹⁹ *Serviço Nacional de Informações*. N° 059/31/AMA. Op. Cit.

⁷⁰⁰ *Serviço Nacional de Informações*. N° 0044/15/AMA. Op. Cit.

⁷⁰¹ *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 0109/15/AMA, 15 de outubro de 1984.

divulgaram nas ruas centrais de Manaus conclamando a população ao comício, cartas de “convocação geral” elaboradas pelo diretório regional do MDB foram assinadas pelo governador e entregues nas portas das fábricas do Distrito Industrial, cartazes foram afixados por toda a cidade e um boneco do candidato à presidência, chamado de “Dr. Tancredo”, acompanhado de um fusca, desceu a av. Eduardo Ribeiro ao lado de militantes do PMDB portando cartazes com os dizeres “Para mudar – Tancredo Já”.⁷⁰²

Por outro lado, a determinação de Mestrinho de não admitir a presença de bandeiras de “organizações clandestinas” durante o evento, fora evidenciada nos relatórios do SNI. Anteriormente, no comício ocorrido em Belém, o deputado Ulisses Guimarães demonstrou preocupação com as prisões dos ditos “comunistas” e das apreensões de suas bandeiras vermelhas. De acordo com o deputado, tais orientações não partiram do PMDB⁷⁰³, contudo, o Diretório Regional do partido no Amazonas pediu que evitasse a presença de bandeiras vermelhas, com o intuito de não gerar tumultos durante o comício. Em 10 de outubro de 1984, o jornal *A Crítica* noticiou que as “bandeiras vermelhas” seriam tratadas pelo governo com ordem de prisão. O comitê de Tancredo Neves não se envolveu na questão das bandeiras “vermelhas”, mas esperava-se que a praça ficasse repleta de bandeiras verdes e amarelas⁷⁰⁴.

Apesar disto, militantes do PC do B chegaram ao local do comício conduzindo estandartes vermelhos, “com o desenho da foice e o martelo e a legenda PC do B. Em meio a esses estandartes, foi desfraldada por esses militantes a bandeira do Brasil”. Para se salvaguardar de possíveis repressões da polícia, o grupo se postou ao lado do palanque da imprensa. Entre as palavras de ordem, estudantes gritavam pela legalização do partido, apoio a Tancredo Neves e pela convocação da Constituinte. De noite, policiais tomaram as bandeiras e dispersaram os manifestantes à base de agressões pessoais, interrompendo o discurso da deputada estadual Ruth Escobar (PMDB/SP), provocando-lhe uma crise de choro que a impossibilitou de terminar. Um membro da diretoria UESA, identificado como Iran, foi preso e colocado num camburão da Polícia Civil após ter gritado palavras de ordem e ter sua bandeira vermelha retida. Contestando a versão dos estudantes, a Secretária de Segurança Pública afirmou que a prisão foi efetivada porque o detido havia ferido um popular e não por estar portando uma bandeira vermelha.⁷⁰⁵ No entanto, o jornal

⁷⁰² *A Notícia*, Manaus, 4 de outubro de 1984.

⁷⁰³ *A Crítica*, Manaus, 14 de outubro de 1984.

⁷⁰⁴ *A Crítica*, Manaus, 10 de outubro de 1984.

⁷⁰⁵ *A Crítica*, Manaus, 14 de outubro de 1984.

A *Notícia* publicou que os membros do PMDB e do PC do B identificaram como membros da Polícia Federal os homens que tumultuaram o comício ao tomar as bandeiras dos estudantes.⁷⁰⁶ Por outro lado, não podemos deixar de suspeitar também que esses infiltrados poderiam estar executando tarefas exigidas pelos agentes da repressão. Alguns militantes de esquerda presos e torturados por tais agentes podiam ser instrumentalizados com o objetivo de vigiar e delatar seus ex-companheiros, até mesmo incitar a violência com o intuito de dar credibilidade às ações repressivas do regime, denominados de “cachorros”, agiam ou sob violenta ameaça ou com o objetivo de lograr benefícios especiais⁷⁰⁷.

Influenciados pela tradição anticomunista⁷⁰⁸ no que tange o imaginário produzido de hostilidade à democracia, a grande Imprensa ressaltou que os estudantes e militantes que portavam as bandeiras vermelhas faziam parte de um “partido clandestino”. Porém, alguns “portadores da identificação comunista” afirmaram que estavam na luta pelo restabelecimento da democracia no Brasil e que Tancredo Neves era a “grande esperança”. Indagado sobre tais atos, Neves afirmou que todas as correntes que o apoiavam eram democráticas e que não exigiu “atestado de ideologia de ninguém para participar das manifestações populares”, pedindo apenas prudência e que evitassem provocações⁷⁰⁹.

Após o incidente truculento, um curto-circuito provocou a interrupção do comício ocasionando o corte parcial na energia elétrica e no som, gerando a redução do público presente. Quando a pane foi solucionada, tomou a palavra o deputado Ulisses Guimarães, interrompido por palavras de ordem do público que gritavam: “1, 2, 3, Maluf no xadrez” e por outra pane ocorrida no sistema de som. Em sequência, Mestrinho, ao dar início ao seu pronunciamento, culpou o PDS/AM pela projetada sabotagem de um transformador, que poderia ter ocasionado a interrupção do comício.

As posturas contraditórias vindas de membros do próprio governo podem nos indicar a intenção de boicote ao evento. O jornal *A Crítica* pontuou a possibilidade de sabotagem na rede de distribuição de energia elétrica da praça. O secretário de Comunicação Social, Manoel Lima, declarou que a Polícia havia detido um homem, possivelmente embriagado, por arremessar uma peça de alumínio contra os fios de alta

⁷⁰⁶ *A Notícia*, Manaus, 14 de outubro de 1984.

⁷⁰⁷ JOFFILY, *O aparato...* Op. Cit., p. 166.

⁷⁰⁸ MOTTA, *Em guarda contra o perigo vermelho...*, Op. Cit., p. 305.

⁷⁰⁹ *Jornal do Comércio*, Manaus, 14 de outubro de 1984.

tensão. Porém, o cel. Henrique Lustosa afirmou desconhecer o fato e ficou por saber do incidente apenas quando indagado pelos jornalistas. Porém, informações obtidas posteriormente pelo jornal *A Crítica* indicam que o homem teria dito em depoimento na delegacia que havia recebido 100 mil Cr\$ para executar a sabotagem durante o comício⁷¹⁰.

Finalmente, Tancredo Neves discursou afirmando que foi à praça pública para lutar por melhores dias, contra a miséria e a fome, prometendo maior incremento à industrialização no Amazonas. Durante o comício, estimaram a presença de cerca de 20 mil pessoas. Neves esteve acompanhado dos governadores Gilberto Mestrinho (AM), André Franco Montoro (SP), José Richa (PR), Jader Barbalho (PA), Hélio Garcia (MG), Íris Rezende (GO), do deputado federal Ulisses Guimarães e do senador José Sarney (MA).

Durante a organização do comício, alguns estudantes foram entrevistados pelo jornal *A Notícia*, com a finalidade de esclarecer seus posicionamentos acerca dos acontecimentos daquele presente. Podemos analisar os distintos posicionamentos sobre a transição política que o país deveria executar. Segundo o estudante Augusto Carneiro “é interessante a ideia de reunir milhares de pessoas em praça pública, mas seria mais interessante ainda, se fosse para pedir diretas já, a exemplo de outros estados brasileiros”. O estudante afirmou que para mudar “o essencial seria começar pelas diretas” e que ele acreditava que viria com Tancredo, já que não havia outra solução. Já a estudante Mariluce Costa afirmou que “não crê que as diretas mudem muita coisa e por isso acha que é ‘melhor o Tancredo que Maluf’”, entende que a participação do povo é a única maneira de se mudar a realidade brasileira e vai ao comício pedir ao Tancredo que “faça pelo Brasil o que o PDS deixou de fazer”⁷¹¹.

Antes da eleição indireta que sagrou o candidato Tancredo Neves como o novo presidente do Brasil, os secundaristas realizaram a eleição da nova diretoria em 24 de outubro de 1984, vencendo a chapa Viração, organizada sob inspiração de lideranças estudantis secundaristas do PC do B e apoiada pela diretoria (84) da entidade. A divulgação da eleição foi estendida para os diversos municípios amazonenses, Tefé, Itacoatiara e Manacapuru receberam visitas de delegações. Outras chapas disputaram o pleito: Disparada (Partido Comunista Brasileiro) e Alicerce (Alicerce da Juventude Socialista). O SNI acusou as chapas Viração e Disparada de terem recebidos valores tanto do governador Mestrinho, quanto do prefeito Amazonino Mendes. Apenas a chapa

⁷¹⁰ *A Crítica*, Manaus, 14 de outubro de 1984.

⁷¹¹ *A Notícia*, Manaus, 9 de outubro de 1984.

Alicerce não foi acusada de receber verbas. A campanha recebeu amplo apoio das diretorias dos diversos colégios da capital, que designaram professores para servirem como mesários durante a eleição.

Contudo, o que mais nos interessa analisar nesta eleição foi a acalorada discussão de projetos políticos nacionais e regionais entre as chapas, percebendo a influência de suas tendências políticas. Convocando os estudantes amazonenses a assumirem o papel de destaque frente a sua entidade histórica, assim como o PCB, a chapa Disparada ligada ao partido, prestou apoio à candidatura de Tancredo Neves, pois, suas propostas levariam a sociedade brasileira à democracia “com o restabelecimento das eleições diretas e a convocação de uma Constituinte livre e soberana”⁷¹². Na ocasião, os partidos políticos que permaneciam na ilegalidade e encontraram no movimento estudantil o espaço de execução de suas ideologias, postularam o retorno ao Estado democrático em seus programas políticos, enxergados como uma possível etapa de transição para o socialismo⁷¹³.

Vencedora do pleito, a chapa Viração ligada ao PC do B agregou pautas que visavam a luta pela liberdade de expressão, pela autodeterminação dos povos indígenas e defesa da Amazônia, pela reforma agrária, por eleições diretas e convocação da Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana. Assumindo estar ao lado da luta secundarista nos momentos mais difíceis e enfrentando a força da repressão, criticaram os membros da chapa Disparada acusados de estarem ao lado dos empresários e por tecerem críticas as lutas da gestão passada. Em panfletos distribuídos para a comunidade universitária e a sociedade, pediram pela união do povo brasileiro em favor da mudança no país em torno do apoio à candidatura de Tancredo Neves pela “Aliança Democrática”:

Entendemos ainda que hoje há dois lados, o regime que aí está, e o lado da mudança, e quem fica “em cima do muro”, como é o caso da chapa “ALICERCE”, com um falso discurso de BOICOTE AO COLÉGIO ELEITORAL, que está apoiando na verdade indiretamente o trombadinha PAULO MALUF, pessoa não grata da nação.⁷¹⁴

A crítica seguiu em direção ao posicionamento político da chapa Alicerce que ao propor o “boicote ao Colégio Eleitoral” com vistas às eleições livres e diretas⁷¹⁵, acatou a tendência política do Partido dos Trabalhadores (PT). Isto demonstra que mesmo as

⁷¹² Manifesto da chapa *Disparada*. In. Serviço Nacional de Informações. Nº 5240/ACE/AC, 14 de fevereiro de 1985.

⁷¹³ MÜLLER, *A resistência...* Op. Cit., p. 111.

⁷¹⁴ Panfleto *Viração*. In. Serviço Nacional de Informações. Nº 5240/ACE/AC, 14 de fevereiro de 1985.

⁷¹⁵ Panfleto *Alicerce*. In. Serviço Nacional de Informações. Nº 5240/ACE/AC, 14 de fevereiro de 1985.

esquerdas estiveram unidas em torno da resistência à ditadura, o direcionamento da transição democrática tornou pública a miscelânea de suas discordâncias no que tange os projetos políticos. Afinal, as táticas de resistência não podem ser enxergadas como uma ação de consenso, mas da capacidade astuciosa dos sujeitos em permanecerem resistindo.

3.2. A UTOPIA DE LUTAR PELA REDEMOCRATIZAÇÃO

As ruas, as salas de aulas, os corredores da universidade, o bar, as quadras de futebol, a igreja, múltiplos e contraditórios locais foram espaços do discurso anti-hegemônico onde os estudantes puderam articular e organizar suas táticas de resistência⁷¹⁶. Estamos acompanhando e analisando, no decorrer desta dissertação, os esforços de grupos dominantes em suprimir ou controlar os espaços sociais autônomos dos sujeitos que resistiram à ditadura⁷¹⁷. Aliás, foi na universidade criada por um presidente golpeado, inaugurada durante a ditadura e organizada sob a égide de seu tecnicismo autoritário, o espaço encontrado por estudantes, servidores e professores para executar suas táticas pelo retorno ao Estado democrático. O historiador Rodrigo Motta considera que antes do povo cobrar o direito a votar em seu presidente, a própria comunidade universitária já havia conseguido criar mecanismos de consulta para escolher seus dirigentes. Em síntese, a insatisfação política e o aumento do ativismo nas universidades, intrinsecamente relacionados à crise do projeto econômico da ditadura militar, reacendeu em democratizar o processo de escolha dos seus dirigentes⁷¹⁸.

Em setembro de 1982, monitorado pelos agentes da comunidade de informações, o seminário organizado por membros da Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas (ADUA), a Associação dos Servidores da Universidade do Amazonas (ASSUA) e o Diretório Universitário (DU) apresentaram documentos com suas reivindicações em relação à reestruturação da universidade brasileira. Foram reclamadas seis propostas a partir do consenso entre as entidades: alteração da composição do Conselho Universitário, incluído representantes da ADUA e ASSUA; fim dos pré-requisitos para a escolha de representantes discentes nos órgãos colegiados ou DU;

⁷¹⁶ SCOTT, *A dominação...*, Op. Cit., p. 175.

⁷¹⁷ *Ibidem*, p. 179.

⁷¹⁸ MOTTA, Rodrigo P. S. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: REIS FILHO, Daniel et al. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 62.

escolha do reitor, chefes de departamento e diretores de unidades através do voto direto e secreto com a participação de toda a comunidade universitária; aumento da representação discente a fim de estimular o discente a participar no processo decisório e por fim, o reconhecimento oficial de todos os CAs⁷¹⁹. O relatório elaborado pelo Centro de Informações do Exército (CIE) destacou o documento organizado pelo DU intitulado “Democratização da Universidade”, lido como uma crítica contundente ao estágio da universidade brasileira naquela ocasião e reflexo da postura radical da “militância política-ideológica” de seus redatores, ambos integrantes do PC do B.

Traços desta “postura radical” descrita pelos agentes podem ser encontrados no documento elaborado pela gestão *Arrastão* (DU) nos parágrafos dedicados à crítica da situação colonial presente nas universidades latino-americanas, descrevendo as “cargas negativas da herança internacional”: sendo o “Brasil um país-colônia” a UA não conseguiu desatrelar de suas origens e como consequência, sua feição era dependente de culturas de “caráter espúrio”, “cuja alienação hoje se reflete sobre a universidade através de uma consciência ingênua e extremamente induzida sobre a realidade nacional e mundial”, sendo marcada pelo autoritarismo e pela elitização, em síntese, a universidade não atendia aos anseios do povo brasileiro⁷²⁰.

Além do mais, também protestaram contra o corte sistemático de verbas destinadas à educação, o aumento das mensalidades nas universidades pagas, a elevação dos valores das taxas nos restaurantes universitários, afirmando ser aquela, uma das fases mais duras da história da universidade brasileira, mais elitizada e de baixo nível de ensino. O documento conclui que para ser realizada uma profunda mudança estrutural e funcional na UA, seria preciso primeiro ocorrer sua autonomia, depois tornar-se democrática para, por fim traçar seus próprios rumos⁷²¹.

Interessante frisar que os estudantes acreditavam ter conquistado o espaço da legalidade em seus órgãos representativos mesmo antes das eleições diretas para reitor e presidente da república. No DU, a eleição era livre e democrática, com representatividade legal junto à universidade. Entre os CAs, a luta era pela legalização de sua representatividade, mesmo assim, não deixavam de ser representativos e as escolhas de suas gestões ocorriam via eleição livre.

⁷¹⁹ *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 226/102-A4/CIE, 17 de novembro de 1982.

⁷²⁰ *Serviço Nacional de Informações*. N° 226/102-A4/CIE. Op. Cit.

⁷²¹ *Serviço Nacional de Informações*. N° 226/102-A4/CIE. Op. Cit.

Esses espaços foram gradativamente sendo ocupados pelo sentimento de luta pelo retorno à legalidade e seu percurso seria longo até tomar a sociedade em geral. Em 1984, membros do DU convidaram os CAs e demais estudantes para participarem do Conselho de Entidade de Base (CEB) extraordinário, com o objetivo de debater novas formas de participação dos estudantes, professores e servidores no processo de democratização da universidade através da escolha de seus representantes. Dentro do campo da política estudantil, as propostas de estudantes militantes de partidos como PCB e PC do B diferiam na execução do processo de escolha dos representantes estudantis para o Conselho Universitário, por outro lado, adensavam o espaço democrático no movimento estudantil. Essas movimentações inquietavam a comunidade de informações, como consequência, desqualificaram suas ações afirmando que o DU estava desenvolvendo um “trabalho de futuros militantes comunistas” através de palestras de conscientização e distribuição de documentos⁷²².

Ademais, as primeiras movimentações com relação ao processo de escolha de reitores, sob a égide da Lei nº 7.177 de 19 de dezembro de 1983, que regulamentou a escolha e nomeação de dirigentes de Fundações de Ensino Superior, ocorreram em 1984. Em 30 de maio, o movimento deflagrado na Universidade de Brasília (UnB) contra a imposição da nomeação do reitor, resultou em sua renúncia seis dias após a sua posse. Consequentemente, tal fato ocasionou a intensificação do monitoramento das universidades na Amazônia durante o período de renovação ou manutenção dos quadros de reitores e as consequentes mobilizações contrárias ao regime. Na UA, os agentes mantinham a expectativa da permanência do atual reitor como candidato, Octávio Mourão teria apoio amplo e irrestrito de todos os membros do Conselho Universitário. Por outro lado, havia o receio da movimentação em torno do professor Marcus Barros (Faculdade de Ciências da Saúde), na ocasião comprometido com as pautas de docentes e discentes do PT (AM). Os servidores que não estavam satisfeitos com a moderação do reitor indicaram o nome de Sílvia Pucú, delegada regional do MEC/AM, apoiada por membros da área militar, interessados em endurecer o estágio de liberdade política vivida na UA. Também chegaram a ser cotados os nomes dos professores Nelson Abrahim Fraiji (Faculdade de Ciências da Saúde), Hugo Menezes Santos (Instituto de Ciências Exatas e Diretor do Instituto de Tecnologia do Amazonas) e Otávio Fanali (Departamento de Educação Física)⁷²³.

⁷²² *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 102/31/AMA, 16 de maio de 1984.

⁷²³ *Serviço Nacional de Informações*. N° 0027/19/AMA, 29 de maio de 1984.

Paralelo ao movimento de recondução de Mourão à reitoria, os membros da ADUA, ASSUA e DU organizaram manifestações em torno de incitar a conscientização da comunidade universitária para a bandeira de luta pela democratização da universidade em torno da pauta da eleição direta para reitor. No encontro realizado em 24 de maio de 1984, elaboraram uma *Carta de Princípios* com a finalidade de estabelecer diretrizes de ação dos três segmentos universitários, professores, servidores e alunos:

1. QUEREMOS UMA UNIVERSIDADE DEMOCRÁTICA: Acessibilidade de todos os segmentos sociais a universidade através do ensino público e gratuito. Além disso, escolher seus dirigentes em todas as instâncias universitárias através do voto direto e secreto dos membros da comunidade universitária.
 2. Queremos uma universidade crítica e renovadora: Produtora de novos conhecimentos que possam viabilizar as aspirações do povo brasileiro e amazônico em particular, com o objetivo de que suas estruturas acadêmicas possam cumprir de servir ao povo.
 3. Queremos uma universidade autônoma: O autoritarismo presente na sociedade brasileira se faz presente também, na Universidade e para sua transformação democrática é essencial que exista uma afetiva autonomia universitária
- Queremos uma universidade autônoma para garantir o desenvolvimento do saber, a criação científica e artística, a capacidade de criticar a transformar a realidade, cumprindo assim, a sua função questionadora na sociedade.⁷²⁴

As reivindicações expressas pelas lideranças estudantis e docentes traduziram-se numa clara recusa ao projeto de manutenção de Mourão na reitoria e das estratégias de abertura impostas pela ditadura. Trata-se da escolha pela autonomia, a partir do momento em que a comunidade universitária demandou maior participação no processo de escolha do reitor, fez-se necessária a criação de arranjos para contornar as normas oficiais⁷²⁵. O historiador Rodrigo Motta afirma que

a partir de 1981, passaram a ser feitas consultas para escolher os candidatos preferidos da comunidade acadêmica, uma espécie de eleição paralela aos procedimentos oficiais. Realizada a consulta, a expectativa era de que os órgãos decisórios formais das universidades – sob grande pressão política e moral – corroborassem e remetessem esses resultados a Brasília. Em algumas universidades com elite dirigente mais conservadora tais iniciativas foram repelidas, mas em muitos casos a prática foi aceita e acabou se generalizando.⁷²⁶

O caso da UA é peculiar. O processo de consulta foi deflagrado a partir da divulgação de supostos atos de corrupção envolvendo o reitor. Como consequência, a comunidade acadêmica usufruiu da situação para criar o arranjo ideal com a finalidade de

⁷²⁴ *Carta de Princípios*. In. *Serviço Nacional de Informações*. N° 0027/19/AMA, 29 de maio de 1984.

⁷²⁵ MOTTA, *A modernização...*, Op. Cit., p. 63.

⁷²⁶ MOTTA, *A modernização...*, Op. Cit., p. 63.

reivindicar a eleição direta para reitor. Acusado de aplicar no “overnight” em benefício próprio, através de verbas da Fundação Universidade do Amazonas (FUA), o reitor Octávio Mourão foi exonerado através do decreto publicado no Diário Oficial da União em 13 de março de 1985. Mourão fora nomeado, mas não empossado para exercer pela terceira vez consecutiva o cargo de reitor da UA. O desfecho do chamado “escândalo do Overnight” foi amplamente divulgado pela imprensa, repercutindo com intensidade na opinião pública. Para o então presidente da ADUA, Marcus Barros, a exoneração do reitor tornou-se o marco da luta pela democratização da instituição, afirmando que uma nova fase no processo histórico da UA não se daria apenas porque um “reitor corrupto foi desmascarado”, mas porque a universidade encontraria seu próprio caminho a partir de sua democratização.

Na tensão política ocorrida em janeiro, o DU foi acusado pelo senador Fábio Lucena (PMDB/AM) de estar sendo manipulado diante de uma campanha de insultos à universidade e ao reitor. Para o senador, a exoneração do reitor violentava a Constituição. Em carta aberta à população amazonense publicado no jornal *A Crítica*, o DU declarou:

Somos jovens, mas não ingênuos. Da mesma forma que temos certeza de que o Senador não quis nos usar para fazer oposição ao Governo Lindoso quando nos defendeu da repressão policial desencadeada por aquele governo, em 1981, na Praça São Sebastião, lutamos contra a corrupção na Universidade do Amazonas, não porque estamos sendo “usados” pela ADUA, mas porque as provas objetivas, documentais, que foram fartamente divulgadas pela imprensa local e nacional.⁷²⁷

Reafirmando o posicionamento na luta contra a corrupção, frisaram o compromisso democrático com os estudantes que passava pela defesa do patrimônio físico e moral da universidade. Aproveitando a circunstância aberta, José Ribamar Freire, então vice-presidente da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES), pressionou pela realização de um processo eleitoral, cobrando diante do então presidente eleito, Tancredo Neves, o compromisso assumido com os docentes de ensino superior, cabendo à UA “a rara felicidade” de ser a primeira a cobrar a eleição direta para reitor⁷²⁸. O presidente do DU, Antônio Levino Neto⁷²⁹ propôs a punição de todos os envolvidos no escândalo e convocou a comunidade acadêmica a não aceitar a

⁷²⁷ *A Crítica*, Manaus, 25 de janeiro de 1985.

⁷²⁸ *Serviço Nacional de Informações*. Nº 5375/ACE/AC, 17 de abril de 1985

⁷²⁹ Graduado em Medicina pela UA (1991), era especialista em Saúde Pública, foi presidente do DU e militante do PC do B. Faleceu em 2017.

continuidade da intervenção na reitoria e a se prepararem para a eleição direta do seu novo reitor.

Com efeito, a presença de um reitor biônico não seria bem-vinda, trazendo à tona os acontecimentos da renúncia do reitor nomeado pela UnB. Sendo o terceiro da lista sêxtupla, renunciou em decorrência da pressão exercida pela comunidade acadêmica. Para evitar tal situação, os candidatos a reitor da UA foram pressionados a assinarem um documento de compromisso, a fim de não aceitarem a indicação do presidente caso não sejam os mais votados⁷³⁰.

Os espaços universitários serviram de laboratório para as experiências redemocratizadoras e também para a acomodação pós-autoritária. Graças ao ativismo de sua comunidade, que questionou o ritmo da distensão controlada pelo Estado, as universidades estiveram na vanguarda de algumas mudanças políticas⁷³¹.

Dessa forma, a partir da exoneração de Mourão e a consequente nomeação do vice-reitor Geraldo Dias da Rocha, recrudesceram as manifestações em favor da eleição direta, “como ponto mais alto da campanha deflagrada a nível nacional, pela democratização da Universidade”, a iniciativa fora organizada pela ADUA, ASSUA e DU. Lida pelo SNI como “investida” das entidades representativas da comunidade universitária contra as normas do processo de escolha do reitor daquela ocasião, acusados de com o apoio da imprensa, criarem junto à opinião pública o “fato consumado” de que a exoneração de Mourão fez surgir a expectativa de que a indicação no Conselho Universitário prevaleceria “o tráfico de influência e os conchavos espúrios, para favorecer aquele ou outro candidato, que atenda aos interesses de grupos encastelados na cúpula da instituição, como forma de perpetuação no poder”⁷³². Outro ponto levantado pelo órgão era de que com as eleições diretas, dentro do contexto político vivenciado naquela ocasião, o candidato escolhido estaria comprometido com as diretrizes democráticas que deveriam nortear as atividades da UA e não com o ritmo de abertura ditado pela ditadura.

O dossiê também ressalta o “racha” nas forças de esquerda dentro da universidade, entre elas o PT, PCB e PC do B, aflorando “os antagonismos que marcam a trajetória dessas organizações, sejam a nível nacional sejam a nível regional”, pois, acreditavam que o racha se deu pelo fato do professor Marcus Barros ser ligado ao PT (AM), único partido a não concordar com o pacto social (divergências ideológicas), em especial as

⁷³⁰ *Jornal do Comércio*, Manaus, 21 de março de 1985.

⁷³¹ MOTTA, *A modernização...*, Op. Cit., p. 61.

⁷³² *Serviço Nacional de Informações*. N° 5375/ACE/AC, Op. Cit.

propostas consideradas “absurdas” que o PT vinha encaminhando à nação, como o “boicote ao Colégio Eleitoral” e posicionamento contrário “ao pacto social”.

No calor dos acontecimentos, os estudantes da UA continuaram a mobilização em torno da luta por uma universidade democrática. Durante o processo, realizaram assembleias com o objetivo de discutir a escolha do reitor. O Centro Acadêmico de Contabilidade, Centro Acadêmico de Administração e o Centro Acadêmico de Direito (CAD) informaram que os objetivos de suas assembleias visaram a participação e a conscientização de luta da comunidade, com o compromisso que a eleição direta de quem os representasse seria o primeiro passo da democratização da universidade:

A eleição livre para reitor é mais uma batalha a ser ganha pelos universitários, na conquista de uma Universidade democrática. E mais uma luta, das muitas que o universitário enfrenta para poder estudar, a falta de recursos econômicos que hoje enfrenta a universidade, suspensão de verba para aulas práticas, problemas de transporte, alimentação, uma biblioteca que não atende ao número de estudantes, são uma amostra de que ainda falta muito por fazer para melhorar a educação no Amazonas.⁷³³

A gestão Coração de Estudante do DU elaborou um pequeno jornal intitulado *Alerta*. A primeira edição de 1 de abril de 1985 publicou no editorial o pedido de cautela diante do significativo quadro de mudanças que a UA estava atravessando. O jornal também convocou a todos a irem às urnas no dia 18 de abril para eleger o novo reitor. Diante do movimento, foram publicadas as expectativas dos estudantes mediante a eleição:

Ao nosso ver o compromisso maior a ser assumido é a da luta pelo ensino público e gratuito; pela democratização e autonomia da Universidade. O compromisso com essas diretrizes implica em atitudes bastantes práticas tais como:

- Exigir mais verbas para Educação;
- Reconhecimento das Entidades representativas dos segmentos da comunidade universitária, seus fóruns de discussão e mecanismos de decisão;
- Ampliar a representação dos segmentos nos órgãos colegiados e garantir a representação das entidades dos mesmos;
- Resguardar com posicionamento firme a autonomia da Universidade contra qualquer tipo de ingerência autoritária do Estado.⁷³⁴

O movimento também influenciou outras instituições públicas no estado, como o Instituto de Tecnologia da Amazônia (UTAM), seus estudantes mobilizados no Diretório Acadêmico passaram a pressionar pela eleição direta do diretor da instituição.⁷³⁵ Contudo,

⁷³³ *Jornal do Comércio*, Manaus, 30 de março de 1985.

⁷³⁴ *Alerta*, Manaus, 1 de abril de 1985. In. *Serviço Nacional de Informações*. N° 5375/ACE/AC, 17 de abril de 1985.

⁷³⁵ *A Crítica*, Manaus, 9 de abril de 1985.

durante a agonia de Tancredo Neves e as incertezas da transição proveniente da abertura, o ex-diretor do INPA e professor de Direito Ecológico do Departamento de Direito Público da UA, Roberto Vieira, ficou em primeiro lugar na lista sêxtupla, seguido de Marcus Barros e José Seráfico. De acordo com Seráfico, a luta era para que a expressão da vontade de professores, servidores e alunos fosse respeitada.⁷³⁶ Vieira defendeu durante a campanha “uma Universidade democrática, voltada para a Amazônia, para a pesquisa, para a extensão, sendo esta autônoma e com liberdade de opinião”.⁷³⁷

A primeira eleição direta para reitor na UA nos revela a opção por uma transição acomodada, incentivada em grande parte pelos servidores que resistiam à mudança protagonizada pelos estudantes e professores contrários ao regime. Pensamos também na tentativa de conciliação, com o objetivo de esquecer as práticas repressivas, os traumas e os esquecimentos que marcaram o processo de modernização da universidade⁷³⁸.

Neste contexto, é necessário como dever de memória, o reconhecimento de outra narrativa distinta da produzida e aceita pelas instituições, como aquela que exalta apenas os grandes feitos provenientes da modernização autoritária e esquece de mencionar a repressão e a violação dos direitos humanos de sua comunidade universitária⁷³⁹.

Urge a necessidade de revisitar os arquivos sensíveis para a construção crítica de outra memória da formação da Universidade do Amazonas que seja sensível às experiências dos subalternos.

Afinal, Roberto Vieira foi vice-reitor durante os anos de 1977 a 1981 no mandato de Mourão na reitoria, criticado durante as eleições para reitor de não ter “vivência universitária” e de não ter participado do processo de democratização da universidade, discurso que refutou veementemente em sua campanha através de panfletos⁷⁴⁰, postulou em diversas ocasiões pelo endurecimento no trato das negociações com o movimento estudantil.

Dessa forma, compreendemos que o “o processo de saída do regime militar e da construção da democracia foi marcado por acomodações e conciliações que permitiram reduzir os custos dos agentes da ditadura”⁷⁴¹. Mesmo que os “jogos de acomodações” tenham privilegiado os grupos dominantes a permanecerem no poder, as resistências dos

⁷³⁶ *A Crítica*, Manaus, 20 de abril de 1985.

⁷³⁷ *A Crítica*, Manaus, 9 de abril de 1985.

⁷³⁸ FONTES, *O dever de memória...*, Op. Cit., p. 283.

⁷³⁹ *Ibidem*, p. 284.

⁷⁴⁰ *Serviço Nacional de Informações*. N° 5375/ACE/AC, 17 de abril de 1985.

⁷⁴¹ MOTTA, *A modernização...*, Op. Cit., p. 64.

insubordinados expressaram as práticas de não compactuar com o ritmo da abertura orquestrada pelos primeiros.

Mesmo que a ditadura tenha negociado “sua saída do poder de maneira igualmente ambígua”⁷⁴², reverberando o esquecimento de suas ações autoritárias através da influência dos traços da cultura política brasileira, os estudantes continuaram a enxergar nas suas utopias o lugar possível de mudança. Portanto, o espaço do horizonte de expectativa está aberto e a história, como produto dinâmico das ações humanas, não pode se contentar com o ponto final de sua escrita.

⁷⁴² MOTTA, *A modernização...*, Op. Cit., p. 65.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sensação de escrever os apontamentos finais de nossa dissertação nos leva a crer que o trabalho de pesquisa em história, ora aqui executado, segue para sua conclusão. Na verdade, todo trabalho em história está aberto, seja na expectativa do frescor de novas abordagens, seja na poeira acumulada dos documentos à espera de historiadores.

Primeiramente, compreendemos que o caminho da consolidação plena do estado democrático de direito ainda necessita ser conquistado em nosso horizonte de expectativa. De certo, o fim da ditadura não nos trouxe democracia plena. Nós historiadores (as) devemos estar preparados (as) para ressaltar que as centelhas democráticas da atualidade não foram concedidas, foram frutos das práticas da resistência, que insistiu em se opor aos projetos políticos, aos jogos de acomodações e aos acordos conciliatórios de nossas elites.

Em nosso país, onde a memória hegemônica liberal-conservadora firmou-se ao longo do tempo, cada vez mais se torna necessário o refinamento epistemológico do profissional de História, a fim de refutar os negacionismos e firmar a busca de um realismo crítico em suas narrativas. Precisamos de historiadores nas fronteiras, capazes de direcionar nossos olhares para o diálogo interdisciplinar, indicando que o historiador não tem escrita descompromissada, mas que necessita dialogar com evidências, deve teorizar conceitos e materializar ideias durante a pesquisa. Por fim, demonstrar atenção ao historicizar os conceitos, bem como estar esclarecido quanto às questões de limitações epistemológicas, por último, escrever o passado pensando como no passado.

No momento em que se escreveu esta dissertação, o presente propiciava uma alta dose de incerteza nos diversos campos sociais, em especial, na ciência e política. Os efeitos do negacionismo ocasionaram a morte de 665 mil pessoas vítimas da Covid – 19, o chão histórico de nossa dissertação está constantemente atacado pelo desmatamento e pela exploração de minérios, assim como os povos indígenas firmam sua resistência contra o projeto de devastação de suas terras. Some-se a isto, completamos 10 anos do início dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) sem nenhuma reparação histórica efetiva. Pelo contrário, presenciamos a cena do general presidente do Supremo Tribunal Militar desdenhando e relativizando de áudios que ressaltam a existência das práticas de torturas pelos militares descobertos pelo historiador Carlos Fico.

Diante deste cenário de intensas frustrações e sentimentos de estranha derrota, exalto a esperança da necessidade de *historiadores nas fronteiras*, capazes de enxergar as múltiplas e plurais histórias do Brasil como referências. Capazes de tornar as fronteiras pontos de encontro, de superar a epistemologia destrutiva⁷⁴³, de traçar pontos de convergência entre a História Social e História Cultural. Por fim, construir caminhos de profunda intersecção no campo disciplinar.

Em segundo lugar, concluímos que o estudante como categoria histórica no contexto da ditadura militar, não estava restrito aos ambientes escolares ou universitários. Transitava nos mundos dos trabalhos, seja pela necessidade de possuir uma renda, seja pela vontade de obter o diploma de ensino superior para ascender socialmente. Dito isto, torna-se imprescindível a compreensão desta cooperação entre os diversos movimentos sociais que compuseram a resistência à ditadura. Tal categoria deve ser analisada a partir deste contexto dinâmico de suas realidades social e cultural.

Deste modo, suas experiências históricas permaneceram como atestado para as perseguições do estado autoritário, razão pelo qual o monitoramento se tornou constante às suas pessoas, independente se deixaram de estar na condição de oposição em outros movimentos sociais ou apenas se acomodaram ao regime. Neste âmbito, é preciso ainda analisar as relações entre as gerações de lideranças estudantis que se sucederam na luta contra a ditadura, com o objetivo de analisar rupturas e continuidades em suas pautas de protestos, além dos vínculos temporais de cada conjuntura, permitindo analisar o domínio de suas estruturas mentais, com a finalidade de observar as mudanças, alterações de rumo e modificações de conteúdo, observando o processo das mutações culturais e sociais no passar das gerações⁷⁴⁴.

A repressão também se consolidou no campo simbólico, impedindo os sujeitos de ascenderem socialmente ou evitando suas aprovações em concursos públicos. Porém, em determinadas ocasiões, como no processo de concursos públicos ou durante as prisões arbitrárias, sujeitos considerados “subversivos” pela ditadura foram protegidos pelas primazias de laços pessoais ou por sua competência presumida. Cabe aqui ressaltar, que na ausência destes fatores no contexto cultural estudado, o autoritarismo militar não hesitou em reprimi-los.

⁷⁴³ TOSH, *A busca da história...*, Op. Cit., p. 262.

⁷⁴⁴ BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, R. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 91.

Em síntese, monitorados pela ditadura, foram fichados devido ao seu “passado estudantil” de resistência. No presente, permaneceram espionados na atuação de seus espaços de trabalho, tendo como sombras suas experiências passadas. Enquanto o regime sempre esteve atento ao horizonte de expectativas de seu tempo, na tentativa de inibir que seus projetos políticos fossem vitoriosos.

Em terceiro lugar, precisamos notar a presença e as estratégias de estudantes conservadores de direita. Considerada a “juventude estudiosa” em contraste à “juventude subversiva”, em determinadas ocasiões demonstraram-se como força capaz de eliminar a hegemonia da esquerda no movimento estudantil, única capaz de frear os sentimentos de ruptura e mudanças expressas pelos opositores da ditadura. A grande imprensa amazonense exaltou a figura destes estudantes “ordeiros” e teve grande importância na difusão de uma juventude estudantil que fosse coerente com os ideais autoritários, visto que suas posições foram completamente favoráveis à ditadura.

A execução da legislação repressiva, de caráter extremamente antidemocrática, causou verdadeira limpeza ideológica nas entidades estudantis, a partir da Lei 4464 (Lei Suplicy). O expurgo dos derrotados foi evidenciado a partir da hegemonia dos estudantes conservadores. Porém, a tensão de dissolver as entidades estudantis também foi criticada pelos conservadores, que temiam que a legislação não evitasse a influência de estudantes opositores no movimento estudantil. Este fator, impelido pela utopia autoritária destes sujeitos, forneceu justificativa para aperfeiçoar a legislação repressiva através do Decreto-Lei nº 228 de 1967, conhecido como “Decreto Aragão”, que deu plenos poderes de suspensão às entidades estudantis e ao Decreto-Lei 477 de 1969 que proibiu as manifestações políticas nas universidades. Curiosamente, a influência de valores liberais expressos na cultura política brasileira, não permitiu que o regime suprimisse por completo a representação estudantil: ao mesmo tempo em que não permitia a autonomia, garantia a existência de diretórios acadêmicos.

Outro ponto importante é quanto à pertinência do discurso da marginalidade. Compreendemos que houve o deslocamento múltiplo de ideias entre os estudantes em diversos contextos, embora oscilasse a intensidade destas trocas, devido ao alto grau de repressão da ditadura em algumas circunstâncias. Salientamos a existência de redes de resistência como espaço de troca de táticas entre os estudantes de diversas regiões, o que ficou comprovado nas diversas fontes analisadas. Portanto, contestamos a visão de que o Amazonas estaria isolado dos diversos fatos nacionais durante o recorte estudado.

Isto ficou evidente desde antes da execução do golpe em 1964, quando reunidos em congressos e seminários, mantiveram contatos com lideranças nacionais da UNE e de outras entidades estaduais, além de políticos expressivos no cenário nacional. Não descartamos que tal discussão seja uma justificativa acentuada pelo contexto de situação colonial vivenciada pela região amazônica, visando justamente em manter os sujeitos inertes e incôscios de sua subalternidade, abrindo caminhos para a exploração da região.

Igualmente, não podemos nos furtar de uma análise capaz de traçar relações entre os fatores internacionais, nacionais e regionais, a fim de esclarecer a complexidade de uma região amplamente vigiada por estrangeiros num contexto global de Guerra Fria e marcada por uma situação colonial reforçada durante o período da ditadura militar. Aliás, é fundamental o entendimento da dinâmica de articulação e alianças ideológicas entre agentes estrangeiros e nacionais, que mantiveram forte aparato de vigilância e dominação política sobre a Amazônia, dentro de relações de conciliação e acomodação de apoiadores do regime desde o golpe em 1964.

Ademais, a construção e consolidação das redes de resistência estiveram à mercê da dinâmica autoritária da ditadura, embora os estudantes não tenham se inibido em construir novas táticas para enfrentar suas estratégias autoritárias, o que foi evidenciado em duas ocasiões: na tentativa de organização de guerrilha em 1967 e durante o período entre a promulgação do AI-5 em 1969 ao ano de 1978, quando suas atividades políticas explícitas foram proibidas, quando optaram pelo caminho da infrapolítica e organizaram suas microrresistências. Porém, quando as circunstâncias lhes foram favoráveis, não ousaram deixar de usar sua astúcia na organização de suas táticas. Situamos o contexto de abertura, quando houve a possibilidade da reconstrução de suas entidades representativas e na criação de novas formas organizativas, neste caso, dentro das universidades, como os centros acadêmicos na UA.

É importante ressaltar que os espaços de ação das redes de resistência permitiram aos estudantes criarem suas próprias táticas em constante diálogo com as pautas nacionais. Por aqui, construíram diversas práticas dentro do movimento estudantil para manifestar suas críticas ao estado de situação colonial que dominava o cenário político, econômico e social, impedindo-os de construir projetos que visassem compreender a realidade amazônica com intuito de enfrentá-la a partir de suas experiências. Isto desfaz os discursos oficiais produzidos pelos agentes da comunidade de informações de que os estudantes do Amazonas estariam sendo aliciados pelos estudantes do “centro político” do país, ou mesmo sujeitos “ordeiros” e “pacíficos” resignados com sua realidade. Pelo

contrário, suas mobilizações demonstraram que não deixaram de manter contatos e trocas, assumindo as pautas nacionais contra a ditadura, mas quando chegavam ao Estado, tomava também feições as reivindicações regionais.

Por outro lado, também foi possível analisar as estratégias desenvolvidas pelos militares com o objetivo de desmobilizar e reprimir as ações de oposição dos estudantes. As condutas de agentes e instituições afeitas ao regime foram influenciadas pela cultura política brasileira, na medida em que suas estratégias visaram repelir o conflito a partir de jogos de acomodações, assim compreendemos as regras implícitas que foram expressadas nas intenções de suas ações coletivas. Não obstante, os estudantes também utilizaram das “brechas” produzidas por essa lógica de ação para obter ganhos de suas reivindicações. Porém, nem sempre conseguiram desvencilhar os valores autoritários expressos por tal cultura política na sociedade. Os marcos temporais estudados ressaltam que, esvaídas tentativas de desmobilizar o conflito, o uso do aparelho repressor não deixou de ser usado em sua máxima.

Portanto, nesta dissertação observamos a partir das táticas dos estudantes como se processou a resistência à ditadura no norte do país. Afinal, o esforço de produzir esta pesquisa histórica é resultado de uma série de inquietações, talvez a maior tenha sido a vontade de contestar a reprodução de visões simplistas que indicam que neste Estado não houve resistência tenaz à ditadura militar. Na verdade, ainda há muito o que se desvelar sobre a categoria resistência e as suas múltiplas faces na Amazônia. O que precisamos é de ousados e honestos historiadores capazes de mergulhar nesta temática e escutar as vozes que não cansam de gritar na imensidão deste silêncio já não mais imposto.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Alfredo W. B. *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

AMARAL, Giovanny. Fábio Lucena: Um senador amazônida (1940 – 1987). In: UGARTE, A. S; QUEIRÓS, C. A. B. *Trajetórias políticas na Amazônia Republicana*. Manaus: Editora Valer, 2019.

AMARAL, Vinicius A. “*Ou a revolta ou a obediência estúpida*”: Aldísio Filgueiras frente à ditadura civil-militar (1964-1968). Dissertação de Mestrado em História PPGH/UFAM, Manaus, 2015.

_____. *Vicissitudes de um Heródoto caboclo: Arthur Reis e a ditadura civil-militar em Manaus (1964 – 1966)*. Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG. V.5, n.3. Belo Horizonte, 2013.

ANDES, Pedro M. M. *Trabalhadores em Movimento: Associativismo e Paredes de Trabalhadores em Manaus (1945 – 1967)*. Dissertação de Mestrado em História PPGH/UFAM, Manaus, 2016.

ARAÚJO, Rodrigo Nabuco. *A influência francesa dentro do exército brasileiro (1930 – 1964): Declínio ou permanência? Esboços: história em contextos globais*: Florianópolis, 2008.

BALANDIER, Georges. *A Noção de Situação Colonial*. Cadernos de Campo. Revista dos Alunos de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1993.

_____. *A situação colonial: abordagem teórica*. Cadernos Ceru v. 25, n.1. São Paulo, 2014.

BARAUSSE, Paulo T. *O discipulado e o seguimento de cristo ressuscitado: novidade eclesiológica de uma autêntica vivência missionária cristã e eclesial*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BENEVIDES, Sílvio C. O. *Na contramão do poder: juventude e movimento estudantil*. São Paulo: Annablume, 2006.

BENJAMIN, Walter. *Experiência e pobreza*. In: O Anjo da História. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

_____. *Sobre o conceito da História*. In: _____. O anjo da história. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

BENTES, Rosalvo. *A Zona Franca e o processo migratório para Manaus*. Dissertação (Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento de Núcleo de Altos Estudos Amazônicos) UFPA, Belém, 1983.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In____; RIOUX, Jean P; SIRINELLI, Jean F. (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

_____. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, C. et all. (org.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

_____. Os partidos. In: RÉMOND, R. (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BEZERRA, Cleber Lima. *A Imprensa amazonense: dos preparativos do golpe à instituição do AI – 5 (1961 – 1968)*. Dissertação de Mestrado em História PPGH/UFAM, Manaus, 2010.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BLOCH, Marc. Como e porque trabalha um historiador (1940). In. BENTIVOGLIO, Julio; OLIVEIRA, Josemar Machado. *Que pedir aos historiadores?* Vitória: Editora Milfontes, 2019.

BOBBIO, Norberto et all. *Dicionário de Política* (Vol. I). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRAGA, Lívia B. A. *A Juventude Universitária Católica e a ditadura civil-militar brasileira: dos “ventos de abertura” aos “atos de fechamento” (1964 – 1968)*. Dissertação de Mestrado em História PPGH/UERJ, 2021.

BRAGHINI, Katya M. Z. *Juventude e pensamento conservador no Brasil*. São Paulo: EDUC: Fapesp, 2015.

BRASIL, República Federativa. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório / Comissão da Verdade*. – Recurso eletrônico. – v.1. Brasília: CNV, 2014.

_____. *Mortos e desaparecidos políticos*. Vol. III. Brasília: CNV, 2014.

CALIL, Gilberto. *O sentido histórico do Golpe de 1964 e da ditadura e suas interpretações*. In: MATTOS, Marcelo B; VEGA, Rúben. *Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

CAMARGO, Ana M. A. *Os arquivos da polícia política como fonte*. Registro, Indaiatuba, N. 1, jul. 2002.

CAPELATO, Maria Helena. *História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo*. In: DELGADO, Lucília A.N; FERREIRA, Marieta M. (orgs.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: Artes de Fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- CORDEIRO, Janaína. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na Oficina do Historiador: conversas sobre História e Imprensa*. Projeto História. São Paulo, n. 35, 2007.
- CUNHA, Euclides. *À Margem da História*. Porto: Editora Lello, 1967.
- DELGADO, Lucilia A. N; FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira (Org.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- DIAS, Reginaldo B. *A máscara chinesa: notas obre o uso das fontes produzidas pelo aparato repressivo da Ditadura Militar*. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 2, n.1, jan/jul. 2010.
- DIÓGENES, Nilda P. L. *A atuação feminina no movimento estudantil da Universidade do Amazonas (1978 – 1988)*. In: SILVA, P. R. S (org.). *Entre vozes femininas: História Oral e memória no Amazonas contemporâneo*. Curitiba: CRV, 2020.
- DREIFFUS, René A. *1964: A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
- DUARTE, Durango. *Coletânea de entrevistas: Movimento estudantil no Amazonas (1975 – 1985)*. Manaus: Instituto Durango Duarte, 2016.
- DUARTE-PLON, Leneide. *A tortura como arma de guerra: Da Argélia ao Brasil: como os militares franceses exportam os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- FERREIRA, Jorge. *A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular*. Revista Brasileira de História, v. 24, n.47, 2004.
- FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos Ditadura Militar, espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*. In: FERREIRA, J; DELGADO, L. A. N (orgs.). *O tempo do regime autoritário: Ditadura Militar e redemocratização Quarta República (1964 – 1985)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

_____. *Ditadura Militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas*. Tempo & Argumento, Florianópolis, v.9, n.20, jan./abril, 2017.

_____. *O golpe de 64: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

_____. Brasil: a transição inconclusa. ARAÚJO, M. P. et all. *Violência na história: Memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

_____. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Revista Brasileira de História, vol. 24, n. 47, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina C. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961 – 1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FIGUEIREDO, Paulo. *O golpe militar no Amazonas: crônicas e relatos*. 2º edição. Manaus, 2014.

FILHO, Pio. P. *Os arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEEX): O elo perdido da repressão*. Acervo, Rio de Janeiro, v. 21, n° 2, jul/dez, 2008.

FONTES, Edilza J. O. *O dever de memória e a documentação sobre a ditadura civil-militar na Universidade Federal do Pará*. Acervo, v. 27, 2014.

_____. *Uma reforma agrária e dois Beneditos: prisões e assassinatos em 1964, no Pará*. In. In. QUEIRÓS, C. A. B.; UGARTE, A. S. (Orgs.). *Trajetórias políticas na Amazônia Republicana*. Manaus: Editora Valer, 2019.

FORTES, A; et all. *Dicionário Histórico dos Movimentos Sociais Brasileiros (1964 – 2015)*. Rio de Janeiro: Colégio Brasileiro de Altos Estudo – UFRJ, 2014.

FRAGA, Maria da C. *Estudantes, cultura e política: a experiências dos manauaras*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.

FREIRE, José Ribamar Bessa (Org.). *Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851 – 1950)*. Catálogo de Jornais. Manaus: Editora Calderaro, 1990.

GASPARI, E. *A ditadura encurralada: o sacerdote e o feiticeiro*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GOMES, Angela C. Estado Novo: debatendo nacionalismo, autoritarismo e populismo. In. FERREIRA, J; DELGADO, L. A. N. (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo (1930 – 1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

GOMES, Paulo C. *Os bispos católicos e a Ditadura Militar brasileira (1971 – 1980): a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

_____. *Liberdade vigiada: as relações entre a Ditadura Militar brasileira e o governo francês: do golpe à anistia*. Rio de Janeiro: Record, 2019.

GREEN, James. *A Proteção da Privacidade com a Abertura Plena dos Arquivos*. Acervo, Rio de Janeiro, v. 24, jan.-jun., 2011.

HARRIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, Cristina et al. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos extremos: O breve século XX (1914 – 1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico de 1964.

_____. Anuário Estatístico, 1967.

IORIS, Rafael; MOZER, Josiane. *Parceiros em quê? A Aliança para o Progresso e a política editorial de modernização da América Latina no contexto da Guerra Fria*. Esboços, Florianópolis, v.26, 2019.

ISHAQ, Vivien; et all. *A escrita da repressão e da subversão, 1964 – 1985*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

JOFFILY, Mariana. *A “verdade” sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos*. Dimensões – Revista de História da UES, v. 32, 2014.

_____. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS FILHO, D. et al. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativa. In: _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

KNAUSS, Paulo. Usos do passado e história do tempo presente: arquivos da repressão e conhecimento histórico. In: VARELLA, F. F. et al. *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

MAGALHÃES, Talita Gama. *O Relatório de Jäder de Figueiredo: Memórias, a violação dos direitos indígenas e a ditadura civil-militar no Amazonas (1962 – 1968)*. Dissertação de Mestrado em História PPGH/UFAM, Manaus, 2020.

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945 – 1964. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964: Terceira República (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

MELO, Demian B. *O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão*. In: _____. (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

_____. *Revisão e revisionismo na historiografia contemporânea*. In: _____. (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

_____. *A questão do consenso na Ditadura Militar brasileira: apontamentos a partir de Gramsci*. In: VIII Colóquio Internacional Marx e Engels. Anais do VIII Colóquio Internacional Marx e Engels. Campinas, 2015.

MENDONÇA, Rosiel N. *Amazônia de Glauber Rocha: Uma análise do documentário “Amazonas, Amazonas”*. Dissertação de Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia PPSCA /UFAM, Manaus, 2018.

_____; AMARAL, Vinicius A. *Amazônia em transe: tensões políticas e estéticas do documentário Amazonas, Amazonas, de Glauber Rocha*. Revista Maracanã, PPGH-UERJ, vol. 12, n.14, p. 338 -238, jan/jun, 2016.

MIRANDA, Camila M. *Ditadura Militar e Amazônia: Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970*. Dissertação de Mestrado em História PPGH/UFAM, 2018.

MOTTA, Rodrigo P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. Niterói: Eduff, 2020.

_____. *Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, jan./mar. 2018.

_____. *Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 38, nº 79, 2018.

_____. *A ditadura nas universidades: repressão, modernização e acomodação*. Ciência e Cultura. v. 66, n. 4. São Paulo, 2014.

_____. *As universidades e o regime militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. *A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política*. In: REIS FILHO, Daniel et al. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____. (org.). *Culturas políticas na História: Novos estudos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

_____. *História, Memória e as disputas pela representação do passado recente*. Patrimônio e Memória (UNESP), v.9, 2013.

_____. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. _____.; ABREU, Luciano (org.). *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013.

MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969 – 1979)*. Tese de Doutorado em História Social – FFLCH – USP; Centre d’Histoire Sociale d XXème Siècle, Université de Paris 1 – Panthéon Sorbonne. São Paulo; Paris, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. *Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro*. Antíteses, v. 8, n. 15 esp., nov. 2015.

_____. *Coração Civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar brasileiro (1964 -1980)*. Tese de Livre-docência, USP. São Paulo, 2011.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira. Trabalhadores, sindicatos e política (1945 – 1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NORA, Pierre. “*Entre memória e História*”: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, nº10, 1993.

OLIVEIRA, José Aldemir. *Manaus de 1920 – 1967: A cidade doce e dura em excesso*. Manaus: Editora Valer, 2003.

PÉRES, Manolo M. *Che Guevara: Contribuição ao pensamento revolucionário*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

PÉRES, Jefferson. *Evocação de Manaus – como eu a vi ou sonhei*. Manaus: Editora Valer, 2002, p. 75.

PETIT, Pere. Aurélio do Carmo: governador do Pará. In: QUEIRÓS, C. A. B.; UGARTE, A. S. (orgs.). *Trajetórias políticas na Amazônia Republicana*. Manaus: Editora Valer, 2019.

PINHEIRO, Leticia. *Política externa brasileira (1889 – 2002)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

PINTO, Flávio Pinto. Coluna Quark. *Ocupar o quê? Como e pra quê?* In. A PROVÍNCIA DO PARÁ, Belém, 10 de dezembro de 1968.

PINTO, Renan F. A Amazônia de Euclides da Cunha. In: CUNHA, E. *Amazônia – Um paraíso perdido*. Manaus: Editora Valer, 2011

QUADRAT, Samantha Viz. Ditadura, violência política e direitos humanos na Argentina, no Brasil e no Chile. In: *História das Américas: novas perspectivas* / Organizadores Cecília Azevedo, Ronald Raminelli. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

QUADRAT, Samantha V. Em busca dos arquivos das ditaduras do Cone Sul: desafios e perspectivas. In. ARAÚJO, M. P. et al. *Violência na história: Memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

QUEIRÓS, César A. B. “Faz escuro mas eu canto”: história e historiografia sobre Ditadura Militar no Amazonas. In _____ (org.). *Historiografia amazonense em perspectiva*. Manaus: Editora Valer, 2020.

_____. “*Amazônia em Armas*”: luta e resistência contra a ditadura militar no Amazonas. *Revista Labirinto*, Vol. 31, 2019.

_____. *A experiência democrática no Amazonas: a formação do PTB e a consolidação do Trabalhismo (1945/1964)*. *Revista Mundos do Trabalho*, v.12, Florianópolis, 2020.

_____. *O golpe de 1964 no Amazonas e a deposição do governador Plínio Coelho*. *Antíteses*, Londrina, v.11, n.22, 2019.

_____. *O Trabalhismo de Plínio Ramos Coelho e o Golpe de 1964 no Amazonas*. *Revista Mundos do Trabalho*, v.8. n.15. jan. – jun., 2016.

_____. *Plínio Ramos Coelho: o Ganso do Capitólio*. In: QUEIRÓS, C. A. B; UGARTE, A. S. (Orgs.). *Trajetórias políticas na Amazônia Republicana*. Manaus: Editora Valer, 2019.

_____. “*Que fizeram com meu pai?*”: sindicalismo e ditadura no Amazonas. *Revista Escritas do Tempo* - v. 2, n.4, 2020.

QUEIROZ, Thiago R. *O Humoral: humor e abertura social nas charges de Miranda (1972 – 1974)*. Manaus. Dissertação de Mestrado em História PPGH/UFAM, Manaus, 2013.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e tradições autoritárias no Brasil: por uma revisão crítica permanente. In. ROLLEMBERG, D; CORDEIRO, J. M (orgs.). *Por uma revisão crítica: ditadura e sociedade no Brasil*. Salvador, BA: Sagga, 2021.

_____. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedades*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

RÉMOND, René. Do político. In ____ (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. Uma história presente. In ____ (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS FILHO, Daniel A. et. al. *A ditadura que mudou o Brasil*: 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROCHA, André P. *Usos metodológicos da cultura política e da política: a coletividade e a individualidade na pesquisa histórica*. Faces da História, Assis – SP, v. 3, n° 1, jan. – jun., 2016.

RODRIGUES, Leonardo B. A utopia de lutar: o movimento estudantil e a repressão militar no Amazonas (1964 – 1985). *Anais do V Encontro Estadual de História – ANPUH – Amazonas – Trabalho, Direitos Sociais e Democracia no Brasil e na Amazônia*. Manaus: ANPUH – AM; Universidade Federal do Amazonas, 2020.

ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina M. Uma história vigiada. In. ROLLEMBERG, D; CORDEIRO, J. M (orgs.). *Por uma revisão crítica: ditadura e sociedade no Brasil*. Salvador, BA: Sagga, 2021.

ROSA, Hartmut. *Aceleração: A transformação das estruturas temporais na Modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

RUDÉ, George. *A Europa Revolucionária (1783 - 1815)*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

SANTOS, Wanderley G. *Paralisia de decisão e comportamento legislativo: experiência brasileira 1959 – 1966*. Revista de Administração de Empresas, v. 13, n.2, 1973.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11.ed.rev. – Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SCOTT, James. *A Dominação e a Arte da Resistência*. Letra Livre: Lisboa, 2013.

_____. *Formas cotidianas da resistência camponesa*. Raízes. Vol. 21, n° 01, jan./jun., 2002.

SENA JÚNIOR, Carlos Z. A “boa memória”: algumas questões sobre revisionismo na historiografia brasileira contemporânea. In SENNA JÚNIOR, C. Z. et all. *Contribuição à crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro, Consequência Editora, 2017.

SERÁFICO, José; SERÁFICO, Marcelo. *A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil*. Estudos Avançados, v.19, 2005.

- SILVA, Francisco C. T. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974 – 1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. *O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização Quarta República (1964 - 1985)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- SILVA, E. A. Movimento Estudantil de 1977. In: FORTES, A; et all. *Dicionário Histórico dos Movimentos Sociais Brasileiros (1964 – 2015)*. Rio de Janeiro: Colégio Brasileiro de Altos Estudo – UFRJ, 2014.
- SILVA, Marilene C. *Metamorfoses da Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 2013.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Vida e Morte da Ditadura: 20 Anos de Autoritarismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- SOUSA, Norma M. B. *Urbanização do Amazonas entre o passado: a manutenção de primazia urbana de Manaus*. Tese de doutorado em Planejamento Urbano e Regional IPPUR/UFRJ, 2016.
- SOUZA, J.A.M; JACÓB-VILELA, A.M. *Ditadura e imprensa: a criação da imagem de terrorista da psicóloga Pauline Reichstul*. Psicologia Política, 19 (44), 2019.
- STEINKE, Sabrina. *Operação Condor, operações com dor: conexões repressivas em regiões de fronteira*. Jundiaí: Editora Paco, 2022.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria, ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- TOSH, John. *A busca da história: objetivos, métodos e as tendências no estudo da história moderna*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- TRINQUIER, Roger. *Modern Warfare: a french view counterinsurgency*. London: Pall Mass Press, 1964.
- UGARTE, Auxiliomar S. Arthur César Ferreira Reis (1906 – 1993): um “déspota esclarecido” da Amazônia Brasileira? In: QUEIRÓS, C. A. B; UGARTE, A. S. (Orgs.). *Trajetórias políticas na Amazônia Republicana*. Manaus: Editora Valer, 2019.
- VALLE, Maria R. *1968: O diálogo é a violência*. Campinas, Editora da Unicamp, 2008.
- VELLARDE, Jaime C. *No Crepúsculo: memórias subversivas da Ditadura Civil-Militar na Amazônia Paraense*. Dissertação de Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura UNAMA, Belém, 2012.
- VIEIRA, Jaci G. *Ditadura Militar, povos indígenas e a Igreja Católica na Amazônia: a Congregação da Consolata e o novo projeto de missão entre os índios de Roraima (1969 a 1999)*. Manaus: Editora Valer, 2019.
- VILLA, M. A. *Ditadura à brasileira – 1964 -1985*. São Paulo: LeYa, 2014.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FONTES:

1.1 – DOCUMENTOS OFICIAIS:

A – NO REPOSITÓRIO DIGITAL DA BROWN UNIVERSITY.

EUA, Arquivo Nacional. *Final das eleições – Amazonas – Resultados*. N°A-54. Aerograma do Consulado Americano – Belém, 2 de abril de 1963.

EUA, Arquivo Nacional. *Reportagem econômica: estado policial do Brasil*. N° A-402 – Confidencial. Aerograma da Embaixada do Rio de Janeiro para Departamento de Estado, 25 de setembro de 1963.

EUA, Arquivo Nacional. *Resumo Mensal – Setembro – 1963*. N° A-12 Não classificado. Aerograma do Consulado Americano – Belém para o Departamento de Estado (EUA), 4 de outubro de 1963.

EUA, Arquivo Nacional. *Telegrama do Consulado Americano (Belém) para o Departamento de Estado (EUA)*. N° 1571, 2 de abril de 1964.

EUA, Arquivo Nacional. *Amazônia e a Revolução Anti-Goulart*. N° A-53 Confidencial. Aerograma do Consulado Americano (Belém) para o Departamento de Estado (EUA), 5 de abril de 1964.

EUA, Arquivo Nacional. *Resumo Mensal – maio de 1964*. N° - 66 – Não classificado. Aerograma do Consulado Americano (Belém) para Departamento de Estado (EUA), 5 de maio de 1964.

EUA, Arquivo Nacional. *Weeka 25*. N° A- 1501 – Confidencial. Aerograma do Consulado Americano (Belém) para Departamento de Estado (EUA), 19 de junho de 1964.

EUA, Arquivo Nacional. *Resumo Mensal – junho 1964*. N° 1 – Não classificado. Aerograma do Consulado Americano (Belém) para Departamento de Estado (EUA), 7 de julho de 1964.

EUA, Secretaria de Estado. *Crise política no Amazonas*. N° 5 – Não classificado. Aerograma do Consulado Americano (Belém) para o Departamento de Estado (EUA), 18 de agosto de 1964.

EUA, Arquivo Nacional. *Opinião do deputado do Amazonas sobre a crise no estado*. N° A-41 – Confidencial. Aerograma da Embaixada Americana (Brasília) para o Departamento de Estado (EUA), 26 de agosto de 1964.

EUA, Arquivo Nacional. *Resumo abrangendo os amazônicos afetados pelo artigo 10 da Lei Institucional*. A-09 – Confidencial. Aerograma do Consulado Americano (Belém) para o Departamento de Estado (EUA), 1 de setembro de 1964.

EUA, Arquivo Nacional. *Resumo Mensal – abril – maio*. N° A – 4 – Não classificado. Aerograma da Embaixada do Rio de Janeiro para o Departamento de Estado (EUA), 11 de junho de 1965.

EUA, Arquivo Nacional. *Movimento Estudantil no Norte*. A-9. Aerograma do Consulado Americano – Belém para Departamento de Estado (EUA), 24 de setembro de 1965.

EUA, Arquivo Nacional. *Resumo Mensal Político - maio*. N° A-34 – Não classificado. Aerograma da Embaixada Americana (Rio de Janeiro) para o Departamento de Estado (EUA), 14 de junho de 1966.

EUA, Arquivo Nacional. *Weeka 25*. N° A-1411 – Confidencial. Aerograma enviado do Rio de Janeiro para o Departamento de Estado (EUA), 18 de junho de 1965.

EUA, Arquivo Nacional. *Resumo político – julho*. N° A-3 – Não classificado. Aerograma da Embaixada Americana (Rio de Janeiro) para o Departamento de Estado (EUA), 9 de agosto de 1966.

EUA, Arquivo Nacional. *Costa e Silva visita a Amazônia*. N° A – 1. Não classificado. Aerograma enviado da Embaixada do Rio de Janeiro para o Departamento de Estado (EUA), 2 de setembro de 1966.

EUA, Arquivo Nacional. *Resumo mensal – setembro*. N° A-16 – Não classificado. Aerograma da Embaixada Americana (Rio de Janeiro) para o Departamento de Estado (EUA), 11 de outubro de 1966.

EUA, Arquivo Nacional. *Expressões de descontentamento dos estudantes no norte*. N° A-13 – Confidencial. Aerograma da Embaixada Americana (Rio de Janeiro) para o Departamento de Estado (EUA), 26 de setembro de 1966

EUA, Arquivo Nacional. *Resumo político – outubro*. N° A-25 – Não classificado. Aerograma enviado da Embaixada Americana (Rio de Janeiro) ao Departamento de Estado (EUA), 11 de novembro de 1966.

EUA, Arquivo Nacional. *Estudantes do Pará se reúnem apesar da proibição policial*. N° A – 23. Confidencial. Aerograma enviado do Consulado Americano (Belém) para o Departamento de Estado (EUA), 11 de novembro de 1966.

EUA, Arquivo Nacional. *Resumo político mensal – novembro*. N° A-29. Não classificado. Aerograma enviado da Embaixada do Rio de Janeiro para o Departamento de Estado (EUA), 13 de dezembro de 1966.

EUA, Arquivo Nacional. *Análise da eleição na Amazônia*. N° A-30. Limitado para uso oficial. Aerograma enviado da Embaixada do Rio de Janeiro para o Departamento de Estado (EUA), 13 de dezembro de 1966.

EUA, Arquivo Nacional. *Nacionalismo se agita na Amazônia*. N° A-47 – Limitado para uso oficial. Aerograma do Consulado Americano (Belém) para o Departamento de Estado (EUA), 22 de março de 1967.

USA, National Archives. *Group of Frontier Elements at Manaus*. Confidential. Department of Defense Intelligence – Information Report. April 28, 1967.

EUA, Arquivo Nacional. *Resumo Mensal, abril*. N° A-50. Não classificado. Aerograma do Consulado Americano (Belém) para o Departamento de Estado (EUA), 5 de maio de 1967.

EUA, Arquivo Nacional. *Resumo Mensal, maio*. N° A-54. Não classificado. Aerograma do Consulado Americano (Belém) para o Departamento de Estado (EUA), 6 de junho de 1967.

EUA, Arquivo Nacional. *Resumo Mensal, setembro*. N° A-9 – Não classificado. Aerograma do Consulado Americano (Belém) para o Departamento de Estado (EUA), 10 de outubro de 1967.

EUA, Arquivo Nacional. *Resumo Mensal – outubro*. N° A – 13 – Não classificado. Aerograma enviado do Consulado Americano (Belém) para o Departamento de Estado (EUA), 3 de novembro de 1967.

USA, National Archives. *Guerrilla plot in Amazonia revealed*. Buenos Aires REUTERS in English to REUTERS London. 1845. GMT. For official use only. Declassified. Authority NN053094. Dec. 3, 1967.

EUA, Arquivo Nacional. *Guerrilhas de Manaus vão a julgamento*. N°-149 – Limitado para uso oficial. Aerograma da Embaixada Americana (Brasília) para o Departamento de Estado (EUA), 23 de janeiro de 1968.

EUA, Arquivo Nacional. *Controvérsias na Amazônia*. N° A – 153 – Limitado para uso oficial. Aerograma enviado da Embaixada Americana (Rio de Janeiro) para o Departamento de Estado (EUA), 17 de janeiro de 1968.

EUA, Arquivo Nacional. *Artur Reis fala sobre influência estrangeira na Amazônia*. N° A-176 – Limitado para uso oficial. Aerograma da Embaixada Americana (Brasília) para o Departamento de Estado (EUA), 16 de fevereiro de 1968.

**Os arquivos aqui referenciados, foram traduzidos pelo autor da dissertação.*

B – NO ACERVO DIGITAL DO ARQUIVO “MEMÓRIAS REVELADAS”.

Serviço Nacional de Informações. Informação – Comando Naval de Manaus. N° 218/DSI/MRE, 26 de junho de 1970.

Serviço Nacional de Informações. Presença de cidadãos russos no Estado do Amazonas. N° 164/DSI/CIE, 5 de julho de 1971.

Serviço Nacional de Informações. Felix Valois Coelho Júnior. N° 266/DSI/MJ, 4 de janeiro de 1972.

Serviço Nacional de Informações. Heitor Vieira Dourado. N° 974/AC, 13 de novembro de 1972.

Serviço Nacional de Informações. José Seráfico de Assis Carvalho. N° 1162/16/AC, 17 de novembro de 1972.

Serviço Nacional de Informações. Afrânio de Sá. N° 1238/16/AC, 21 de novembro de 1972.

Serviço Nacional de Informações. Informação n° 110/76/AMA, 25 de janeiro de 1974.

Serviço Nacional de Informações. Aplicação do AI-5 para o vereador Fábio Pereira de Lucena Bittencourt. N° 2157/CIE, 12 de novembro de 1975.

Serviço Nacional de Informações. Assembleia Geral dos estudantes de Medicina da Universidade do Amazonas. N° 125/116/AMA, 10 de maio de 1977.

Serviço Nacional de Informações. N° 0051/116/ASI/UA, 11 de maio de 1977.

Serviço Nacional de Informações. Ofício. N° 75/77 – CM/Manaus, 11 de maio de 1977.

Serviço Nacional de Informações. Ofício PB. N° 050/116/AMA, 12 de maio de 1977.

Serviço Nacional de Informações. Distribuições de panfletos nas universidades. N° 0054/116/AMA, 12 de maio de 1977.

Serviço Nacional de Informações. Reunião de Alunos. N° 015/77/ASI/FUAM, 7 de junho de 1977.

Serviço Nacional de Informações. Informação. N° 0153/119/AMA, 13 de junho de 1977.

Serviço Nacional de Informações. Informação. N° 013/77/ASI/FUAM, 18 de maio de 1977.

Serviço Nacional de Informações. Informação. N° 0139/116/AMA, 20 de maio de 1977.

Serviço Nacional de Informações. Reunião clandestina de estudantes. N° 0144.119/AMA, 24 de maio de 1977.

Serviço Nacional de Informações. N° 0168/119/AMA, 25 de junho de 1977.

Serviço Nacional de Informações. Movimento Estudantil. N° 0167/119/AMA, 30 de junho de 1977.

Serviço Nacional de Informações. Retrospecto do movimento estudantil no primeiro semestre de 1977 – perspectivas. N° 0450/19/AC, 7 de julho de 1977.

Serviço Nacional de Informações. Movimento Estudantil. N° 0190/CISA – RJ, 8 de julho de 1977.

Serviço Nacional de Informações. N° 0042/300/AMA, 11 de julho de 1977.

Serviço Nacional de Informações. Movimento Estudantil. N° 0182/119/AMA, 26 de julho de 1977.

Serviço Nacional de Informações. Encaminhamento. N° 031/10048/77/SCIC/1/DSI, 3 de agosto de 1977.

Serviço Nacional de Informações. XI Conferência Nacional dos jornalistas profissionais. N° 0224/110/AMA, 8 de setembro de 1977.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 0059/119/AMA, 17 de maio de 1978.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 0047/116/AMA, 18 de maio de 1978.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 0005/116/AMA, 19 de maio de 1978.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 006/78/ASI/FUAM, 26 de maio de 1978.

Serviço Nacional de Informações. Sub-reitoria para assuntos acadêmicos – Ofício. N° 071/78, Manaus, 29 de maio de 1978.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 035/78/ASI/FUAM, 27 de junho de 1978.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 0091/119/AMA, 30 de agosto de 1978.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 0092/119/AMA, 1 de setembro de 1978.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 0099/119/AMA, 10 de outubro de 1978.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 0075/16/AMA, 2 de outubro de 1978.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 0010/116/AMA, 8 de fevereiro de 1979.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 112/300/AMA, 22 de agosto de 1979.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 0050/116/AMA, 27 de agosto de 1979.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 131/300/AMA, 20 de setembro de 1979.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 005/119/AMA, 30 de agosto de 1979.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 0120/119/AMA, 13 de dezembro de 1979.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 1735/32/AC, 28 de julho de 1980.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 0015/116/AMA, 29 de julho de 1980.

Serviço Nacional de Informações. Relatório Periódico de Informações N° 07/80/CMA, 1-31 de julho de 1980.

Serviço Nacional de Informações. Relatório Periódico de Informações. N° 12/80/CMA, 1 – 31 de dezembro de 1980.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 098/310/AMA, 3 de setembro de 1981.

Serviço Nacional de Informações. Ordem de Busca N° 0022/119/AMA, 3 de setembro de 1981.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 0072/119/AMA, 8 de setembro de 1981.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 04002/30/AC, 11 de dezembro de 1981.

Serviço Nacional de Informações. Ordem de Busca N° 0006/116/AMA, 10 de março de 1982.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 046/310/AMA, 5 de abril de 1982.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 226/102-A4/CIE, 17 de novembro de 1982.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 0010/15/AMA, 28 de março de 1983.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 1066/16/AMA, 31 de maio de 1983.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 037/31/AMA, 31 de maio de 1983.

Serviço Nacional de Informações. Telegrama N° 1103/16/AMA, 03 de junho de 1983.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 088/32/AMA, 15 de setembro de 1983.

Serviço Nacional de Informações. Telegrama N° 1955/19/AMA, 15 de setembro de 1983.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 127/31/AMA, 16 de setembro de 1983.

Serviço Nacional de Informações. Telegrama, N° 2010/AMA, 20 de setembro de 1983.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 131/31/AMA, 21 de setembro de 1983.

Serviço Nacional de Informações. Telegrama 2042/19/AMA, 22 de setembro de 1983.

Serviço Nacional de Informações. Informação 0040/19/AMA, 23 de setembro de 1983.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 0041/19/AMA, 26 de setembro de 1983.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 4608/AMA, 1984.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 055/31/AMA, 18 de abril de 1984.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 056/31/AMA, 20 de abril de 1984.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 059/31/AMA, 24 de abril de 1984.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 0044/15/AMA, 27 de abril de 1984.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 102/31/AMA, 16 de maio de 1984.

Serviço Nacional de Informações. Informe N° 858 – S/102-A5-CIE, Brasília, 16 de julho de 1984.

Serviço Nacional de Informações. Informação N° 0109/15/AMA, 15 de outubro de 1984.

Serviço Nacional de Informações. N° 5347/ACE/AC, 13 de fevereiro de 1985.

Serviço Nacional de Informações. Informação. N° 5240/ACE/AC, 14 de fevereiro de 1985.

Serviço Nacional de Informações. N° 5375/ACE/AC, 17 de abril de 1985.

Serviço Nacional de Informação. Interesse estrangeiro na problemática da região amazônica. Memorando n° 1413, 20 de agosto de 1985.

B.1 – PERIÓDICOS ESTUDANTIS

Boletim do DU [Gestão Clareia], Manaus, setembro de 1983. In. *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 127/31/AMA, 16 de setembro de 1983.

Manifesto Secundarista, Manaus, n° 8, novembro de 1983. In. *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 127/31/AMA, 16 de setembro de 1983.

Alerta, Manaus, 1 de abril de 1985. In. *Serviço Nacional de Informações*. N° 5375/ACE/AC, 17 de abril de 1985.

B.2 – PANFLETOS

Panfleto *Diretório Universitário*. In. *Serviço Nacional de Informações*. N° 055/31/AMA, 18 de abril de 1984.

Panfleto *Greve Geral*. In. *Serviço Nacional de Informações*. Informação N° 059/31/AMA, 24 de abril de 1984.

Carta de Princípios. In. *Serviço Nacional de Informações*. N° 0027/19/AMA, 29 de maio de 1984.

Manifesto da chapa *Disparada*. In. *Serviço Nacional de Informações*. N° 5240/ACE/AC, 14 de fevereiro de 1985.

Panfleto *Viração*. In. Serviço Nacional de Informações. N° 5240/ACE/AC, 14 de fevereiro de 1985.

Panfleto *Alicerce*. In. Serviço Nacional de Informações. N° 5240/ACE/AC, 14 de fevereiro de 1985.

B.3 – DOCUMENTOS OFICIAIS.

AMAZONAS, Governo do Estado. Nota de Serviço N° 004/83-COPE, 25 de maio de 1983.

AMAZONAS, Governo do Estado. Ofício N° 313/83-G/SESEG. Manaus, 30 de maio de 1983.

AMAZONAS, Governo do Estado. Ordem de Serviço N° 007/84- COPE/SESEG, 24 de abril de 1984.

C – NO ACERVO DO ARQUIVO PÚBLICO DO AMAZONAS.

AMAZONAS, Governo do. *Sumários dos Inquéritos*. Imprensa Oficial, 1965.

1. 2 - PERIÓDICOS

A – NO ACERVO DO CENTRO CULTURAL E TURÍSTICO TANCREDO NEVES – FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ.

A Província do Pará (1964 – 1968), Belém.

O Liberal (1964 – 1969), Belém.

Jornal Pessoal (2006), Belém.

B – NOS ACERVOS DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO AMAZONAS E DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO AMAZONAS.

Folha de São Paulo, Suplemento da Amazônia (1966), São Paulo.

A crítica (1964 – 1968), Manaus.

A Gazeta (1964), Manaus.

Jornal do Comercio, (1964 – 1968), Manaus.

O Jornal (1964 – 1968), Manaus.

O Trabalhista (1964), Manaus.

Diário da Tarde (1964 – 1968), Manaus.

C – NO ACERVO DIGITAL DO ARQUIVO NACIONAL.

Revista Manchete (1963), Rio de Janeiro.

Última Hora (1964), Rio de Janeiro.